

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RACHEL DOS SANTOS MARQUES

POR CIMA DA CARNE SECA:

Hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820)

CURITIBA

2011

RACHEL DOS SANTOS MARQUES

POR CIMA DA CARNE SECA:

Hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820)

Dissertação apresentada como requisito parcial ao grau de Mestre, ao Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Martha Daisson Hameister.

CURITIBA

2011

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Marques, Rachel dos Santos

Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no
Rio Grande do Sul (c.1750-1820) / Rachel dos Santos Marques. –
Curitiba, 2011.
174 f.

Orientadora: Profª. Drª. Martha Daisson Hameister
Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Compadrio – Rio Grande do Sul – Séc.XVIII. 2. Família –
Compadrio – Rio Grande do Sul – Séc.XVIII. 3. Rio Grande do
Sul – História – Século XVIII. I. Título.

CDD 981.65




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br


PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a argüição da Dissertação de Mestrado de Rachel dos Santos Marques, intitulada: **Por cima da Carne Seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c.1750-c.1820)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua *aprovação*, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, vinte e quatro de fevereiro de dois mil e doze.


Prof. Dra. Martha Daísson Hameister (Orientadora)
Presidente da Banca Examinadora


Prof. Dra. Ana Silvia Volpi Scott (UNISINOS)
1º Examinador


Prof. Dr. Sérgio Odilon Nadalin (UFPR)
2º Examinador

*À Helena, Laura e Sofia
por me ensinarem a ser uma pessoa melhor*

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer a todos aqueles que foram importantes na trajetória que levou à realização deste trabalho deveria ser o mais simples e leve de se realizar. No entanto, me encontro com dificuldades, primeiro, pelo medo de que num lapso esqueça de mencionar alguém, e segundo, pela impressão de que palavra nenhuma pode transportar a gratidão que sinto em ter podido conviver com tantas pessoas tão especiais.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha família: um vasto grupo de pessoas com uma configuração bizarra e ao mesmo tempo muito especial. A meus pais (os três) sou grata pelo constante apoio que me deram em todas as minhas decisões, profissionais ou não, e pelos ensinamentos que me passaram. Constantin me ensinou a lutar com unhas e dentes pela realização dos meus objetivos, a ser responsável, e a saber que mais importante do que tudo isso era nutrir e preservar a parceria e o amor com “a minha gente”. Rosemeri me ensinou a ter gosto pela leitura, a buscar o conhecimento e a valorizar profundamente os pequenos momentos de convivência (especialmente os que vêm acompanhados de um bom café). Luis Cléber me proporcionou o contato com coisas novas, me ensinou que a vida pode ser levada de um modo tranquilo e, principalmente, que o amor e afeto superam qualquer dificuldade. E todos eles me ensinaram que a coisa mais importante da vida é ser feliz.

As minhas irmãs são alegria da minha vida. Nelas eu encontro, um ombro para chorar, uma mão amiga, uma parceria, seja para a festa, para o riso ou para o enfrentamento de qualquer situação. A Helena tem tanta energia que é quase uma força da natureza: decidida, capaz, ela me surpreende a cada dia, e a ela que eu recorro nos momentos de aperto. A Laura, devoradora de livros, é uma pessoa de uma força imensa. Das três, talvez ela seja a que mais se pareça comigo, ou talvez eu simplesmente goste de me enxergar no jeito sensível dela. A Sofia é uma flor. Mas é uma flor do campo: por traz de sua delicadeza está a capacidade de enfrentar qualquer tipo de situação.

Aos meus dois avôs e três avós, gostaria de agradecer por terem sempre acreditado na minha capacidade, por me ensinarem muitas coisas, tantas que não cabem nesse espaço, e principalmente por entenderem a minha ausência, ou a minha presença distante, quando eu precisei ficar vidrada em um livro ou na frente do computador. A meus muitos tios e tias, agradeço o apoio, a amizade, e os momentos de descontração. Aqui cabe uma menção especial ao Sandro e a Ana, parte imprescindível na realização dessa pesquisa por fornecerem a base necessária às minhas muitas idas a arquivos e a congressos.

Aos amigos, devo antes de agradecer pedir desculpas pelos momentos em que tive tempo, ou mesmo paciência, para o convívio. Isso fica mais patente com relação aos amigos pelotenses. A Thais,

seguidamente do outro lado de um aparelho telefônico, esteve sempre presente, e tomar um chimarrão com ela depois de meses sem nos vermos sempre parece nada mais do que uma atividade corriqueira. O mesmo pode ser dito com relação à Jaqueline, embora nossos contatos não tenham sido tão frequentes. Aline, Ane Débora, Iria e Roberta, que formam comigo o lendário sexteto, me mostraram que a amizade é capaz de superar as diferenças e o passar dos anos. À Geruza, Maicon, Carol, Thiago e Lillian agradeço por sempre correrem ao meu encontro, sempre que estou na cidade, e por me acompanharem nesse período, mesmo que de longe.

A Angélica foi sempre um ponto de apoio, especialmente na reta final, e a ela agradeço a disponibilidade, a paciência, e acima de tudo a amizade.

A amizade da Cris foi um bônus inesperado. Foi muito importante pra mim a maneira com que ela sempre facilitou e promoveu minha convivência com a Sofia. Mas mais do que uma intermediária, ela tornou-se uma amiga, com quem conviver é sempre muito gostoso.

Os amigos curitibanos foram um achado numa cidade que é ao mesmo tempo, e paradoxalmente, aconchegante e fria. O André tem comigo uma paciência quase inesgotável, e é sempre parceiro para o trabalho, o estudo atrapalhado de uma língua antiga, ou uma cervejinha no final de tarde. A Marina, minha parceira curitibana no chimarrão, é de uma disponibilidade e de uma alegria enorme, e o apoio que ela me proporcionou não é coisa de amizade, é coisa de família. Hilton, Almir, Ana, Fabrício, Fabi, Leo, Fran: obrigada pelas conversas, pelas risadas, pelo carinho.

Busquei, nessas páginas de agradecimento, o local mais apropriado para agradecer ao apoio, aos ensinamentos, e a amizade da Martha, mas não pude chegar a uma decisão. Ela não cabe na ala da família, dos amigos pelotenses, dos amigos curitibanos e mesmo dos professores, talvez porque ela pertença um pouco a cada um desses lugares. Sempre atenta, ela indicou as leituras, os problemas e os caminhos para que esse trabalho pudesse vir a ser (ainda que nem sempre eu tenha tido a capacidade de segui-los até o fim). Sempre disponível, ela forneceu o apoio para minha vinda a Curitiba, e não apenas em termos de logística. Mais do que uma orientadora, a Martha foi, e continua sendo, uma parceira de caminhada.

Gostaria de agradecer, ainda, os professores Ana Sílvia Volpi Scott, Maria Luiza Andreazza e Sérgio Odilon Nadalin por terem aceitado os convites para participarem das minhas bancas de qualificação e de defesa, contribuindo assim com o crescimento do meu trabalho.

Como não podia deixar de faltar, lembro aqui do CEDOPE e dos cedopeanos, que geraram para mim um excelente contexto de trabalho, de aprendizagem, de crescimento e, claro de descontração. Chegando no outro lado do corredor, quero agradecer a paciência da Cris, sempre a postos para receber (e acalmar os surtos) meus e de meus colegas.

Por último, agradeço à CAPES que, via programa REUNI, financiou esses dois anos de pesquisas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. O MUNDO DA FAMÍLIA SILVEIRA E A FAMÍLIA SILVEIRA NO MUNDO....	20
1.1. COLÔNIA DO SACRAMENTO.....	21
1.2. A VERTENTE VICENTINA.....	24
1.3. FUNDAÇÃO DE RIO GRANDE.....	30
1.4. A NOVA VELHA SOCIEDADE RIO-GRANDENSE.....	34
1.5. TOMADA E RECONQUISTA DA VILA DE RIO GRANDE.....	50
1.6. O CHARQUE E A FORMAÇÃO DE PELOTAS.....	55
2. CASAR (E NÃO CASAR) NA AMÉRICA PORTUGUESA.....	61
2.1. CASAMENTO E ESTRATÉGIA.....	67
2.2. OS CASAMENTOS DAS IRMÃS SILVEIRA.....	71
2.3. OS CASAMENTOS DA SEGUNDA GERAÇÃO.....	75
2.4. IGUALDADE ENTRE IRMÃOS, DESIGUALDADE ENTRE PRIMOS.....	86
3. NOME DE FAMÍLIA: PRÁTICAS DE NOMEAÇÃO NA FAMÍLIA SILVEIRA..	91
3.1. ENTRE O VESTÍGIO E A FONTE.....	91
3.2. OS NÓS DO FIO DE ARIADNE.....	96
3.3. OS ESTUDOS SOBRE ONOMÁSTICA.....	102
3.4. OS NOMES.....	105
3.5. NOMES NA FAMÍLIA SILVEIRA.....	108
3.6. SEGUNDO NOME.....	117
3.7. SOBRENOMES.....	122
3.8. HOMÔNIMOS – DE PROBLEMA A OBJETO DE PESQUISA.....	124
4. NA PIA BATISMAL: APADRINHAMENTO E COMPADRIO NA FAMÍLIA SILVEIRA	129
4.1. O BATISMO E AS RELAÇÕES POR MEIO DELE FORMADAS.....	130

4.2. IRMÃS COMADRES E CUNHADOS COMPADRES.....	137
4.2.1. Batismos dos Filhos de Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira.....	138
4.2.2. Batismos dos Filhos de Ana Inácia da Silveira e Manuel Fernandes Vieira.....	140
4.2.3. Batismos dos Filhos de Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado.....	141
4.3. Convites recebidos.....	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
FONTES MANUSCRITAS.....	159
FONTES PUBLICADAS.....	159
REFERÊNCIAS.....	159
ANEXOS.....	164

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	LOCALIZAÇÃO DE ASSUNÇÃO; COLÔNIA DO SACRAMENTO; MONTEVIDÉU; RIO GRANDE; LAGUNA; SÃO FRANCISCO E CURITIBA.....	31
FIGURA 2	TERRENOS NEUTRAIS.....	52
FIGURA 3	SITUAÇÃO GEOGRÁFICA.....	55

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	FAMÍLIA MIGRANTE.....	35
QUADRO 2	CASAMENTOS.....	47
QUADRO 3	FILHOS E NETOS DE MARIA ANTÔNIA DA SILVEIRA E MATEUS INÁCIO DA SILVEIRA.....	77
QUADRO 4	FILHOS E NETOS DE ANA INÁCIA DA SILVEIRA E MANUEL FERNANDES VIEIRA.....	78
QUADRO 5	FILHOS E NETOS DE MARIANA EUFRÁSIA DA SILVEIRA E FRANCISCO PIRES CASADO.....	79
QUADRO 6	CRONOLOGIA DOS CASAMENTOS DOS FILHOS DAS SILVEIRA..	80
QUADRO 7	CASAMENTOS ENDOGÂMICOS.....	83
QUADRO 8	NOMES MASCULINOS DADOS A BATIZANDOS EM RIO GRANDE ENTRE 1750 E 1755.....	107
QUADRO 9	NOMES FEMININOS DADOS A BATIZANDOS EM RIO GRANDE ENTRE 1750 E 1755.....	107
QUADRO 10	NOMES DE BATISMO DA FAMÍLIA SILVEIRA.....	109
QUADRO 11	ASSOCIAÇÕES PRESUMIDAS DOS NOMES DADOS À SEGUNDA GERAÇÃO (SOMENTE BATISMOS)	110
QUADRO 12	ASSOCIAÇÕES PRESUMIDAS DOS NOMES DADOS À TERCEIRA GERAÇÃO (SOMENTE BATISMOS).....	115
QUADRO 13	LISTAGEM DOS NOMES COMPLETOS DE ALGUNS FILHOS E NETOS DAS SILVEIRAS.....	118
QUADRO 14	SEGUNDOS NOMES NA FAMÍLIA SILVEIRA.....	119
QUADRO 15	NOMES NA FAMÍLIA SILVEIRA.....	121
QUADRO 16	NOMES NA FAMÍLIA SILVEIRA SEM FLEXÃO DE GÊNERO.....	121
QUADRO 17	COMPADRIOS DE MARIA ANTÔNIA DA SILVEIRA E MATEUS	139

	INÁCIO DA SILVEIRA.....	
QUADRO 18	COMPADRIOS DE ANA INÁCIA DA SILVEIRA E MANUEL FERNANDES VIEIRA.....	141
QUADRO 19	COMPADRIOS DE MARIANA EUFRÁSIA DA SILVEIRA E FRANCISCO PIRES CASADO.....	143
QUADRO 20	APADRINHAMENTOS NA FAMÍLIA.....	144
QUADRO 21	COMPADRIOS DE DOROTÉIA ISABEL DA SILVEIRA E JOSÉ CARNEIRO DA FONTOURA.....	147
QUADRO 22	COMPADRIOS DE VICÊNCIA MARIA JOAQUINA E ANTÔNIO JOSÉ DA CUNHA.....	147
QUADRO 23	COMPADRIOS DE ALEXANDRE INÁCIO DA SILVEIRA E CLARA JOAQUINA DA SILVEIRA.....	147
QUADRO 24	COMPADRIOS DE MAURÍCIA INÁCIA DA SILVEIRA E INÁCIO ANTÔNIO DA SILVEIRA.....	148
QUADRO 25	COMPADRIOS DE ROSÁLIA FRANCISCA DA SILVEIRA E MANUEL RABELO DE PAIVA.....	148
QUADRO 26	- COMPADRIOS DE MAURÍCIO INÁCIO DA SILVEIRA E MARIA JOAQUINA DE SAMPAIO.....	148
QUADRO 27	COMPADRIOS DE INÁCIO JOSÉ DA SILVEIRA E MARIANA JOAQUINA DE ALENCASTRE.....	148
QUADRO 28	COMPADRIOS DE JOSÉ INÁCIO DA SILVEIRA E SILVÉRIA MARIA.....	149
QUADRO 29	COMPADRIOS DE MANUEL MARCELINO PIRES CASADO E MARGARIDA GOMES DE LIMA.....	149
QUADRO 30	COMPADRIOS DE JOANA MARGARIDA DA SILVEIRA E BALTAZAR GOMES VIANA.....	149
QUADRO 31	COMPADRIOS DE INÁCIO ANTÔNIO PIRES E ANA INÁCIA GONÇALVES.....	149
QUADRO 32	CONVITES RECEBIDOS.....	152

RESUMO

O presente trabalho investiga estratégias sociais de um grupo familiar que se mostrou proeminente no Rio Grande do Sul no final do século XVIII e que foi capaz de se manter no topo da hierarquia social por certo tempo, a julgar pelo papel de destaque de alguns de seus descendentes. Utilizando-se essencialmente de registros paroquiais, observou-se as estratégias matrimoniais, as práticas nominativas e as relações de compadrio engendradas pelos membros dessa família, buscando-se entender de que forma essas estratégias contribuíram com a manutenção e ampliação da posição social dos atores pesquisados, e, através delas, conhecer melhor esses agentes e o mundo em que viviam. Utilizou-se para isso a metodologia do cruzamento nominativo, que permitiu o acesso a informações não necessariamente explícitas na documentação consultada.

Palavras-chave: estratégias sociais, hierarquia social, família, linhagem, casamentos, compadrio processos de nomeação.

ABSTRACT

The present work investigates social strategies of a familiar group that was found proeminent in Rio Grande do Sul in the final of the 18th century and that was able to stay on top of social hierarchy for some time, judging by the proeminent role of some of his descendants. Considering essentially church records, were observed the matrimonial strategies, the naming practices and the compadrazgo relations performed by this family members, aiming to understand how these strategies contributed to the maintenance and expansion of the social position of actors involved, and, through them, to know better about these agents and the world in which they lived. For this purpose, the methodology of nominal record linkage was used, which allowed access to information not necessarily explicit in the documentation consulted.

Keywords: social strategies, social hierarchy, family, lineage, marriage, compadrazgo, naming practices.

INTRODUÇÃO

Este estudo visa abordar as estratégias sociais de um grupo familiar que se mostrou proeminente no Rio Grande do Sul no final do século XVIII e que foi capaz de se manter no topo da hierarquia social por certo tempo, a julgar pelo papel de destaque de alguns de seus descendentes. Busca-se assim compreender algumas das possibilidades de atuação de atores sociais, assim como alguns elementos do funcionamento da sociedade em que estavam inseridos, especialmente em uma localidade e período que vinha sofrendo transformações em suas conjunturas políticas e econômicas.

A sociedade em questão foi a que se formou ao longo do século XVIII no então chamado Continente do Rio Grande de São Pedro. A denominação “o Continente” era utilizada durante o século XVIII para designar os territórios situados entre a localidade de Laguna e a Colônia do Sacramento, e é uma das que vem facilmente à memória quando se fala da história do território onde se situa hoje o Estado do Rio Grande do Sul. Consagrada pela literatura¹, tal expressão traz consigo a carga de uma imagem mais ou menos definida da história da formação desse espaço, que teria fortes características: a conquista de um território ermo, hostil, onde não havia nada – ou havia no máximo animais e homens “selvagens” – levada a cabo por homens e mulheres que por meio de sua bravura construíram a ferro fogo o que teria por destino ser o Rio Grande do Sul.

A “conquista do oeste” em sua versão meridional teria sido realizada por homens bravos que, estando de certa forma isolados do que acontecia no restante do império português, teriam construído uma sociedade em novos moldes, onde a valentia e a audácia determinaria quem ficaria no topo da hierarquia social.

Esses termos são reproduzidos não apenas pelo imaginário popular, alimentado pela literatura, pelos programas de televisão, e por histórias contadas pelos mais velhos nas varandas, em torno do chimarrão, mas têm também sua origem e permanência em trabalhos

¹ Título de dois Volumes da obra “O tempo e o Vento”, de Érico VERÍSSIMO. Essa obra foi adaptada para a televisão e, entre outras obras, possui um papel importante na maneira com que as pessoas representam a história do Rio Grande do Sul. Segundo Adriano Comissoli, “A expressão Continente é uma referência à formação geográfica da região, na qual predominam grandes planícies. Significa “vasta porção de terra contínua. Daí ter sido chamado Continente do Rio Grande. O termo, neste mesmo sentido, foi comumente usado pelos portugueses, com referência a outras regiões da América e da Ásia”.

historiográficos que buscam construir uma imagem específica da história do Rio Grande do Sul.

Talvez o trabalho historiográfico de maior divulgação que veicula esta visão seja o de Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, quando ele acaba apresentando, ainda que não diretamente, uma imagem do Rio Grande do Sul, em seus primórdios, como uma terra sem dono e sem lei, onde apenas os mais fortes sobrevivem:

[...] a penetração se fez, em regra, através de pontos fortificados e de estâncias de pilhagem. Às vezes estas últimas assumiam a dupla característica que marcou o processo de penetração no sul, transformando-se em núcleos de guerrilheiros pilhadores de gado, ou melhor, de saqueadores de gado militarizados.²

Em termos de trabalhos específicos de história do Rio Grande do Sul, focalizou-se o elemento lusitano, principalmente na figura de homens emblemáticos que seriam os responsáveis pela conquista do território para a causa portuguesa e, conseqüentemente, brasileira. Ieda Gutfreid identifica duas matrizes ideológicas na historiografia sul-riograndense, a matriz lusitana e a outra matriz platina. Na primeira estariam os historiadores que defendem a supremacia da cultura lusitana na formação do Rio Grande do Sul, construindo a imagem de um Rio Grande determinado a ser português e, conseqüentemente, brasileiro. Entre os maiores nomes dessa matriz podemos citar Aurélio Porto e Moysés Vellinho. Já os historiadores matriz platina enfatizam algum tipo de relação com o Prata, ou de influência da cultura castelhana na formação histórica sul-rio-grandense; ainda que não deixassem de afirmar a origem portuguesa do Rio Grande, apenas a pensavam matizada pela existência de diferentes graus de influência platina. Apesar de suas diferenças, segundo a autora, “ambas realizavam suas aspirações – o Rio Grande do Sul luso, brasileiro e aceito pela Nação. Compunham tais matrizes um binômio tautológico, sendo uma oposição permitida da outra”.³

Tanto uma matriz quanto a outra tem a ver com uma necessidade de afirmar a brasilidade do Rio Grande do Sul, e diferenciá-lo do Prata. Embora esse “movimento” historiográfico exista desde o final da Revolução Farroupilha (quando era preciso rechaçar as controversas aspirações separatistas dos gaúchos), foi a partir da década de 1930 que elas

² CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³ GUTFREID, Ieda. **Historiografia rio-grandense**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

tomaram mais força, especialmente a matriz lusitana, num contexto de nacionalismo exacerbado.

Nessa perspectiva muitas vezes a fronteira é tratada primordialmente (ou mesmo unicamente) como local de conflito, as influências platinas são diminuídas em favor do elemento lusitano, e a ação de alguns homens – descendentes de paulistas e lagunenses, bandeirantes, a julgar pela imagem que foi construída dos mesmos – é vista como quase heróica. Como salienta Fábio Kühn, é construída uma imagem em que os bandeirantes paulistas teriam se lançado aos campos meridionais com sacrifício de suas fortunas e famílias para garantir o território para a Coroa portuguesa, e o “coroamento dessa representação do passado culminava na idéia de que o Continente seria a “nova terra de promessa”, onde todos os problemas seriam resolvidos”.⁴

Assim, o Continente, em seus primórdios, foi comumente descrito como uma “terra de promessa”, na qual existiam oportunidades iguais para todos, mas em que apenas os mais fortes conseguiriam, às custas do esforço pessoal, vencer as adversidades. Não descartando o papel das adversidades na vida dos homens e mulheres que habitaram o Continente do Rio Grande nos primórdios dos 1700, discorda-se, aqui, dessa imagem, na qual Rio Grande aparece como um descampado isolado do resto do mundo e abandonado pela Coroa Portuguesa. O suposto abandono e isolamento total em que supostamente viveram essas pessoas parece contraditório com os investimentos feitos pela Coroa no povoamento e defesa do território. Como foi apontado por Gutfreid em função das permanentes lutas nas fronteiras entre as Coroas ibéricas e dos projetos da Coroa para povoar o Continente (e manter a sua posse) houve sempre investimentos nesse território.⁵ É certo que os projetos da Coroa se uniam àqueles dos particulares que tinham algo a ganhar com a ocupação do sul. Ainda que o Continente não fosse o foco principal da Coroa na América, não deixava de ser importante e de ocupar recursos reais na sua manutenção e preservação.

Além disso, os historiadores associados às matrizes historiográficas citadas por Gutfreid trataram o processo de formação do Continente como se existisse um sentido e uma direção necessários de desenvolvimento. Um exemplo disso pode ser encontrado em textos que apontam a Vila de Rio Grande enquanto povoação mais antiga do Rio Grande do Sul. De fato, se observarmos as fronteiras atuais do Estado, Rio Grande é a cidade mais antiga. Porém

4 KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Niterói, PPGHIS – UFF, 2006 (Tese de Doutorado).

5 GUTFREID, Ieda. **Historiografia rio-grandense**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

esta é uma constatação anacrônica, já que a primeira investida da Coroa Portuguesa no território ao sul de Laguna foi a Fundação da Colônia do Sacramento, em 1680.

Esse tipo de anacronismo, no entanto, não foi exclusivo da historiografia gaúcha. Segundo Fabrício Prado, em termos de História dos territórios “gaúcho” e platino, historiadores brasileiros, argentinos e uruguaios da primeira metade do século XX apresentaram perspectivas semelhantes, construindo narrativas factuais cronológicas por meio das quais procuram historicizar a pátria através do resgate de acontecimentos, tendo o desenvolvimento de tais acontecimentos um sentido, cujo resultado final seria o amoldamento às fronteiras políticas do país.⁶

Não apenas os trabalhos acerca da história do Rio Grande do Sul apresentaram esse tipo de perspectiva – como se a história tivesse um sentido predeterminado. A historiografia brasileira de cunho nacionalista que trata do período colonial vem, desde o século XIX, buscando conectar os elementos do passado colonial, de forma a legitimar as fronteiras políticas atuais do território brasileiro.⁷

A questão de um “sentido” está presente também em teorias que buscam explicar a economia colonial. O “sentido da Colonização” de Caio Prado Jr., marcou profundamente a historiografia brasileira e foi base das explicações cunhadas sobre a história colonial. Sem negar a importância das explicações formuladas por este e outros autores sobre a economia do Brasil colonial, João Fragoso aponta para a carência, até aquele momento, de pesquisas de base que possam perceber as especificidades da América Portuguesa:

Contudo, a ênfase nesse quadro macroeconômico pode obliterar a compreensão de elementos mais específicos – mas nem por isso menos importantes. Na verdade, tal ênfase pode levar à consideração, teleológica em si mesma, de que o capitalismo, enquanto modelo de produção, seria o destino manifesto dos protagonistas da experiência colonial moderna.⁸

Em outro trabalho, fazendo um levantamento sobre as pesquisas em história econômica, Fragoso afirma a diferença da maneira com que se davam as relações econômicas nas sociedades pré-industriais com relação às atuais, uma vez que o “alcance de um mercado

⁶ PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento** - o extremo sul da América Portuguesa. Porto Alegre: F.P. Prado, 2002. v. 1000. 230 p.

⁷ PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento** - o extremo sul da América Portuguesa. Porto Alegre: F.P. Prado, 2002. v. 1000. 230 p.

⁸ FRAGOSO, João. **Homens de Grossa Aventura**: acumulação e Hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

auto-regulado, ou se preferirem capitalista, era limitado, já que a dinâmica dos negócios dependia de relações de “fora” da economia, como as parentais, políticas etc.”.⁹ O autor aponta, ainda, a importância de se utilizar, ao abordar a economia do Antigo Regime e da América portuguesa colonial, novas abordagens metodológicas, como as noções de reciprocidades e economia do dom, trabalhadas por autores como Marcel Mauss (1994) e Karl Polanyi (1980).

A ressalva feita por Fragoso, sobre a importância de se buscar novas abordagens teórico-metodológicas na análise da história da América Portuguesa, mostra-se muito importante na presente pesquisa. Nesse sentido é que se buscaram novas abordagens que pudessem contribuir para o melhor entendimento da formação do Rio Grande do Sul.

Encontrou-se na micro-história italiana uma possibilidade. Tal abordagem, ao buscar compreender (através do estudo imerso em fontes e olhando as realidades sociais “de perto”) os parâmetros pelos quais os atores históricos faziam suas escolhas, propicia uma valorização do papel desses, busca recuperar a agência dos indivíduos, e pode assim ajudar a explicar fenômenos não compreensíveis quando se observa apenas os processos em seu nível macro.

Diz-se “apenas os processos em seu nível macro” uma vez que a micro-história não se constitui em uma análise do micro – no sentido de fechada em si mesma, sem a consciência do todo – mas procura entender os fenômenos históricos de forma a levar em consideração não apenas os caminhos majoritários e os processos que explicam o presente, mas as especificidades, os descaminhos, as diversas possibilidades que se descortinavam aos atores no momento em que realizavam suas escolhas. Procura observar, então, também os aspectos relacionados aos processos “macro”, mas estando atento para as diferentes maneiras com que tais processos se desenvolveram nos diferentes locais.

Com esse objetivo, e buscando o equilíbrio necessário entre as esferas de análise, é que Giovanni Levi propõe que sejam feitas *mudanças de escala*, no sentido de tentar compreender a relação macro/micro não como uma dicotomia, mas como componentes de um processo dinâmico.

A primeira utilização intencional da variação de escala foi vista na obra de Fredrik Barth, *Nomads of South Persia*, datada de 1961, na qual o autor indica que uma quebra artificial (artificial porque não existe na realidade vivida pelos agentes) nos níveis de análise pode levar a uma melhor compreensão da articulação entre esses níveis – e, portanto, uma

⁹ FRAGOSO, João. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. *Revista Estudos Históricos*, América do Norte, 1, out. 2002.

melhor compreensão da realidade que se estuda. Apesar de longo, crê-se pertinente reproduzir o trecho em questão:

Ao apresentar meu material nos mais altos níveis de organização entre os Basseri, é conveniente mudar o ponto de vista e descrever o sistema a partir de fora, ou de cima, percebendo todas as unidades menores como partes de um todo delimitado: a tribo Basseri. A descrição a seguir é portanto específica para esse caso; tentarei demonstrar que a organização Basseri pode ser vista como um exemplo de um tipo de organização que caracteriza alguns, mas não todos, os nômades da área do sul da Pérsia.

Essa mudança no ponto de vista produz uma quebra na análise entre os processos descritos até aqui, nos grupos menores, e os processos que operam nos níveis superiores. No entanto, meu argumento é que essa quebra não é simplesmente um elemento do modo de descrição, mas representa o ponto de articulação entre processo de tipo fundamentalmente diferentes; e as características básicas da organização Basseri são melhor entendidas quando essa quebra é enfatizada, ao invés de passada levemente pelo simples ordenamento de grupos em uma série tipológica de inclusão. Enquanto grupos no nível dos campos dependem de processos que tem sua fonte nas tendas e famílias elementares, outros processos emanam do chefe central dos Basseri, e tem sua fonte em parte fora da tribo Basseri. Tentarei demonstrar que esses dois tipos diferentes de processos se articulam primeiramente e principalmente no nível entre campos e seções.¹⁰

De forma semelhante, a consideração da micro-escala é proposta por Levi como forma de buscar compreender como se deram os fenômenos macrohistóricos nas realidades de grupos distintos, no nível das micro realidades vividas, como se deu a relação entre micro e macro, e também como forma de compreender atitudes que parecem destoantes, incompreensíveis ou mesmo “atrasadas” se vistas apenas pelo prisma dos caminhos que, sabe-se hoje, a história tomou:

A consideração da pequena escala se propõe, então, como um modo de captar o funcionamento real de mecanismos que, em um nível “macro”, deixam muitas coisas por explicar. E a insuficiência dessas explicações pode ser comprovada nos debates sem saída que, continuamente, nos envolvem a todos: o consenso popular de apoio ao fascismo; uma classe operária que assimilou a cultura da burguesia

¹⁰ BARTH, Fredrik. **Nomads of south Persia**: The Basseri Tribe of the Khamseh Confederacy. [sl] Oslo University Press, 1961. Tradução Livre. No Original: *In presenting my material on the higher levels of organization among the Basseri, it is convenient to shift the point of view and describe the system from the outside, or above, regarding all smaller units as parts of a delimited whole: the Basseri tribe. The following description is thus specific for this one case; I shall attempt later to show that the Basseri organization may be regarded as an example of a type of organization which characterizes some, but not all, of the nomads of the South Persian area. / This change in viewpoint produces a break in the analysis between the processes described so far, in the smaller groups, and the processes which operate on the higher levels. However, I argue that this break is not merely an artifact of the mode of description, but represents the articulation point between processes of fundamentally different kinds; and that basic features of Basseri organization are better understood when this break is emphasized, rather than slurred over by a simple ordering of groups in a typologic series of inclusiveness. While groups up to the level of camps depend on processes that have their source within tents and elementary families, other processes emanate from the central chief of the Basseri, and have their source in part outside the Basseri tribe. I shall try to show that these two different kinds of processes articulate first and foremost on the level between camps and sections.*

vitoriana; um mundo camponês arcaico que deve desaparecer frente ao progresso, e outros temas como esses. A escala está evidentemente errada, porque não pode dar respostas senão até o momento em que encontra uma situação concreta, talvez não generalizável, mas que em todo caso seja capaz de permitir a elaboração de um instrumental conceitual menos grosseiro do que aquele que foi construído sobre os agregados anteriores por demais indefinidos.¹¹

O autor propõe, então, uma análise das sociedades do passado que leve em consideração o entendimento que os atores sociais tinham da realidade em que viviam e as possibilidades de ação que os mesmos consideravam como disponíveis. Uma análise que não veja as atitudes das pessoas no passado como adequadas ou inadequadas ao desenvolvimento que os historiadores – espectadores *a posteriori* – sabem que se deu, mas a partir, na medida do possível, dos parâmetros dos próprios atores sociais.

O foco da micro-análise não é, portanto, o local, o pequeno, o objeto de estudo por si mesmo, mas a tentativa de explicação de fenômenos concretos que não podem ser compreendidos levando em consideração apenas as escolhas que corroboram o “sentido” que a história veio a tomar. A esse respeito recorre-se novamente a Giovanni Levi quando o autor salienta que na realidade se trata não da relevância que tem os objetos que se estudam, mas do modo com que esses objetos se inserem em seu próprio contexto. Segundo ele, os mecanismos causais utilizados pelos historiadores se tornam frágeis pelo fato de que suas investigações se desenvolvem a partir de uma perspectiva que conhece o resultado dos acontecimentos estudados.¹²

É sob a perspectiva da micro análise que se busca investigar alguns aspectos da sociedade construída no Continente do Rio Grande de São Pedro. Observa-se especificamente as estratégias de um grupo familiar que conseguiu manter-se no topo da hierarquia social por muito tempo, enfrentando diferentes e difíceis conjunturas. Toma-se para isso o conceito formulado por Pierre Bourdieu, segundo o qual estratégia é o saber agir no jogo social. Segundo o autor:

¹¹ LEVI, Giovanni. Un problema de escala. Relaciones: **Revista de El Colegio de Michoacán**, v. 24, n. 95, 2003. Tradução Livre. No original: *La consideración de la pequeña escala se propone, entonces, como un modo de captar el funcionamiento real de mecanismos que, en un nivel “macro”, dejan demasiadas cosas sin explicar. Y la insuficiencia de esas explicaciones se puede comprobar en los debates sin salida que, continuamente, nos involucran a todos: El consenso popular de apoyo al fascismo; una clase obrera que ha asimilado la cultura de la burguesía victoriana; un mundo campesino arcaico que debe desaparecer frente al progreso, y temas por el estilo. La escala está aquí evidentemente equivocada, porque no puede dar respuestas sino hasta el momento en que sea capaz de calar una situación concreta, tal vez no generalizable, pero que de cualquier manera sea capaz de permitir la elaboración de un instrumental conceptual menos burdo que aquel que ha sido construido sobre los agregados anteriores demasiado indefinidos.*

¹² LEVI, Giovanni. Un problema de escala. Relaciones: **Revista de El Colegio de Michoacán**, v. 24, n. 95, 2003.

[estratégia] é o produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social e particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais. (...) O bom jogador, que é de algum modo o jogo feito homem, faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige. Isso supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas. O que não garante a obediência mecânica à regra explícita codificada (quando ela existe).¹³

Não se supõem, entretanto, um conhecimento de todas as “regras do jogo”. A realidade social é extremamente dinâmica, e nesse dinamismo a quantidade de informações disponíveis e a percepção que cada pessoa ou grupo possui da realidade é parcial. Não se sabe que surpresas o futuro guarda e, embora as pessoas possam imaginar as atitudes e possibilidades disponíveis também aos outros, sempre existem atitudes imprevisíveis ou possibilidades não percebidas pelos agentes em um primeiro momento. Sendo possibilidades de ação localizadas e limitadas pela realidade de cada um, as estratégias engendradas pelos grupos não são totalmente conscientes ou levam necessariamente ao sucesso da empreitada. É por isso que se entende tais estratégias no contexto de uma *racionalidade limitada* dos atores sociais. Segundo Giovanni Levi,

Uma racionalidade seletiva e limitada explica os comportamentos individuais como fruto do compromisso entre um comportamento subjetivamente desejado e aquele socialmente exigido, entre liberdade e constrição.¹⁴

Dentro da perspectiva de uma racionalidade limitada, sabe-se que nem sempre as escolhas e as ações dos agentes levam aos objetivos desejados. Ainda assim, o estudo de estratégias, sejam elas bem-sucedidas ou não – e muitas vezes as mal-sucedidas são mais reveladoras –, é importante na medida em que aponta para caminhos *possíveis* aos atores sociais, revelando assim aspectos do funcionamento dessa sociedade talvez não perceptíveis de outra maneira. Escolhas e estratégias não são vistas e estudadas como um fim em si mesmas. Elas podem dizer muito a respeito dos atores a que estão relacionadas, da realidade em que viviam e de como esses mesmos atores percebiam tal realidade.

Na investigação que aqui se apresenta, busca-se conhecer as estratégias específicas de um extenso grupo familiar escolhido para análise, para poder questioná-las, interpretá-las

¹³ BOURDIEU, Pierre. Da regra às estratégias. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisa Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

¹⁴ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

e, através delas, conhecer melhor esses agentes e o mundo em que viviam. Também se almeja, dado as atividades políticas e econômicas que desenvolviam, perceber a sua ação a influenciar e a moldar a macro-realidade do período sob análise. Assim, tanto o recurso da micro-história como a noção de estratégia dos atores no jogo social do qual participavam ativamente são suportes teórico-metodológicos imprescindíveis para essa compreensão.

Foi selecionado um grupo familiar que permitisse tal análise, de acordo com alguns critérios por mim estabelecidos em atenção a um objetivo mais amplo, qual seja, perceber os impactos e o movimento ininterruptos provocado pelas transformações das conjunturas políticas e econômicas em uma área de produção agropecuária periférica aos grandes centros políticos e econômicos, voltada majoritariamente para o mercado interno e que permitiu a acumulação de bens, evidenciado no grande número de escravos e nas terras que possuíram, bem como de prestígio e influência, esses evidenciados nos títulos de nobreza que lhes foram auferidos com o passar do tempo.

A família escolhida configura-se em cinco irmãs e seus respectivos maridos que se tornaram atores importantes no Continente do Rio Grande na segunda metade do século XVIII. As irmãs eram filhas de Antônio Furtado de Mendonça e de Isabel da Silveira, naturais da Ilha do Faial, e deslocaram-se para o Continente no início da década de 1750. Ali, casaram com homens com alguma distinção, alguns deles ilhéus, outros reinóis. Por terem adotado o sobrenome de sua mãe, Silveira, essas cinco irmãs são seguidamente referidas, nesse trabalho, como “irmãs Silveira”.

Entre os critérios que levaram à escolha dessa família para análise estavam, primeiramente, a necessidade de que o grupo estivesse no topo da hierarquia social por um longo período – significando que suas estratégias foram minimamente bem sucedidas (pelo menos para alguns de seus membros). Além disso, era necessária também e a presença dessas pessoas de forma sistemática nas fontes disponíveis, já que o estudo de estratégias exige a utilização e o cruzamento de um vasto conjunto documental.

Utilizou-se, na presente pesquisa, essencialmente registros paroquiais das localidades em que os membros da família viveram e atuaram. A existência dos Registros Paroquiais é fruto da disposição da Igreja Católica de efetuar um melhor controle de seus fiéis, que se traduziu em uma série de normas a serem cumpridas por párocos e leigos, definidas principalmente pelo Concílio de Trento. Entre essas normas estava a padronização dos registros dos principais sacramentos católicos.

Na América Portuguesa as determinações do Concílio de Trento foram adaptadas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, formuladas em 1707 e assinadas

pelo Arcebispo D. Sebastião Monteyro Da Vide.¹⁵ Trata-se de um compêndio de cinco livros cujo conteúdo visa ordenar a vida cristã, e estabelecer ou reforçar regras a serem seguidas por fiéis e párocos. Segundo tais ordenações, em cada paróquia deveriam existir livros, encadernados e numerados, que dessem conta do registro dos sacramentos.

Os registros dos sacramentos católicos têm sido amplamente utilizados pelos historiadores, ainda que com intenções bastante diferentes daquelas que inspiraram sua produção. Entre elas estão as análises acerca das população do passado, natalidade, mortalidade, padrões de casamento, migrações, designações sociais, relações de compadrio, entre muitas outras.

Utilizaram-se principalmente registros de batismo, mas também os de casamento e óbito, das localidades de Rio Grande, Viamão, Porto Alegre e Pelotas, ainda que não de forma ininterrupta.¹⁶ Sabe-se que alguns membros da família deslocaram-se para outras localidades, algumas delas próximas às citadas, mas não foi possível seguir a investigação dos registros de tais locais, seja pela dificuldade de obtê-los, seja pela falta de tempo, já que o trabalho com fontes manuscritas exige primeiramente o trato, a leitura paleográfica e a transcrição das mesmas.

Utilizou-se também outros tipos de fonte, embora não de forma sistemática. Os principais sendo alguns inventários e testamentos, nos quais foram buscadas informações sobre a legação de bens, especialmente no que se refere à distribuição, muitas vezes desigual, de bens entre os herdeiros. No entanto, a maior parte dos inventários encontrados são provenientes de meados do século XIX e diziam respeito à pessoas de gerações posteriores às aqui trabalhadas, e por isso não foram utilizados, salvo como forma de ilustrar algumas possibilidades e tendências.

O primeiro capítulo configura-se numa apresentação do contexto em que estava inserida a família pesquisada, tratando dos processos de ocupação do Continente, de atores e interesses envolvidos. Aborda também os aspectos que fizeram do Rio Grande de São Pedro mais um local do Império Português, regido pelos parâmetros do Antigo Regime, em que hierarquia, equidade e reciprocidade são conceitos fundamentais. Ao mesmo tempo, busca-se falar das peculiaridades desse local e das inovações realizadas por atores que precisaram e

¹⁵ DA VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

¹⁶ Os registros paroquiais trabalhados possuem o seguinte recorte: Rio Grande: 1753-1763 e 1776-1806; Viamão: 1747-1799; Porto Alegre: 1772-1799; São Francisco de Paula (Pelotas): 1812-1825.

souberam se adaptar às realidades encontradas. Ao tratar das modificações por que passou o contexto, busca-se colocar em evidência o papel das estratégias engendradas pelos grupos.

O segundo capítulo trata fundamentalmente das estratégias matrimoniais utilizadas pela família por mim estudada. Para tanto, faz-se primeiro uma discussão do papel do casamento nessa sociedade, e suas diferenças com relação a outras formas de união, abordando também a importância das relações parentais no período. Realizou-se o estudo dos casamentos tanto das irmãs Silveira como de seus filhos e filhas, buscando compreender de que forma tais casamentos puderam contribuir para que pudessem ocupar a boa posição que obtiveram na hierarquia social.

No terceiro capítulo, abordam-se as práticas de nomeação na família estudada. Para tanto, primeiro é feita uma discussão dos caminhos metodológicos que permitiram o levantamento dos dados que deram origem ao estudo. Discute-se também o papel que nomes e sobrenomes possuíam, à época, como agente marcadores do pertencimento de alguém a um grupo determinado. Analisam-se nomes, segundos nomes e sobrenomes dos filhos e mesmo de alguns dos netos das irmãs Silveira e seus maridos, vistos como bens imateriais legados às gerações mais novas de forma desigual.

O quarto, e último, capítulo trata das relações de apadrinhamento e de compadrio estabelecidas pelos atores estudados. Pondera acerca da importância do sacramento do batismo – iniciador de tais relações – em uma sociedade majoritariamente cristã, sobre o valor desse sacramento e dessas relações nos âmbitos religioso e social. São analisadas as relações de compadrio estabelecidas por meio do batismo dos filhos e filhas das irmãs, assim como de alguns de seus netos. Observam-se também os laços criados com diversas pessoas no Continente através dos convites que receberam para apadrinhar ou amadrinhar crianças.

1. O MUNDO DA FAMÍLIA SILVEIRA E A FAMÍLIA SILVEIRA NO MUNDO

As estratégias sociais da família Silveira, objeto deste estudo, poderiam, talvez, ter sido engendradas em qualquer ponto dos domínios portugueses no século XVIII, uma vez que apresenta certa relação com o funcionamento de uma sociedade de Antigo Regime: extremamente hierarquizada, e fundamentada nos princípios de equidade e reciprocidade e do sistema de mercês, como se verá. Entretanto, essas estratégias ocorreram em um lugar específico com características que, se em si não são únicas, em conjunto formam a peculiaridade do espaço e da sociedade onde os atores estudados viviam. Esse lugar era o Continente do Rio Grande de São Pedro, e tal espaço já tinha, na segunda metade do século XVIII (quando a família extensa estudada aqui se estruturou) uma trajetória importante, ainda que, se comparada com outros locais da América Portuguesa, recente.

A ocupação de parte dos territórios onde hoje se encontra o Estado do Rio Grande do Sul está intimamente ligada à existência, nessas terras, de um vasto rebanho, formado de bovinos e equinos selvagens. Tal rebanho teve origem no gado levado para a região da bacia do rio da Prata por padres da Companhia de Jesus no início do século XVII, quando se deram as primeiras tentativas de estabelecimento de missões de catequização dos índios de fala guarani situados na chamada “Serra dos Tapes”. Em 1626 o padre Roque Gonzalez de Santa Cruz, da província do Paraguai, fundou ao oriente do rio Uruguai a redução de São Nicolau. A missão, no entanto, não obteve muito sucesso devido principalmente a ataques de bandeirantes paulistas que visavam ao apresamento dos indígenas do território. Por conta da vulnerabilidade em que se encontravam em São Nicolau, os jesuítas foram obrigados a trasladarem-se para a margem oposta do rio Uruguai.¹⁷

Com a retirada dos missionários o gado que eles haviam trazido para a região – que contaria com cerca de 15.000 cabeças à época da retirada – reproduziu-se livremente, gerando enormes rebanhos de gado selvagem em duas regiões: uma, ao sul e sudeste da área das

¹⁷ **ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Fundamentos da incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao Espaço Português.** In: CAMARGO et. al (Org). **Colônia.** Fundo: Méritos, 2006, vol. 1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).; NEUMANN, Eduardo Santos. A fronteira tripartida: a formação do Continente do Rio Grande – Século XVIII. In: GRIJÓ; et al (Org). **Capítulos de história do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

reduções Tape em terras do atual Uruguai (“Vacaria do Mar”), e outra, ao norte e nordeste do rio Ibicuí em terras do Planalto Sul-Rio-Grandense (“Vacaria dos Pinhais”).¹⁸

Esse gado tornou-se o grande atrativo econômico da região do rio da Prata, e está no centro dos dois grandes movimentos iniciais de ocupação do território do atual estado do Rio Grande do Sul (ainda que não fosse o único motor, sendo seguido do desejo de ocupação de terras e de ganhos comerciais). O primeiro desses movimentos seria o estabelecimento da Colônia do Sacramento à margem esquerda do rio da Prata, em lado oposto a Buenos Aires. Esse entreposto português em terras castelhanas funcionou como ponto de extração, comércio e seguidamente contrabando de couros da região. O segundo movimento que suscitou a ocupação do território sul-riograndense foi o promovido por pessoas provenientes da Capitania de São Paulo e seus descendentes em busca de terras, e, como era de se esperar, dos bois e cavalos selvagens existentes nessas terras.¹⁹ Tratemos com mais calma desses movimentos de ocupação.

1.1. Colônia do Sacramento

Em 1680 foi fundada, à beira do rio da Prata, à margem oposta a Buenos Aires, a Colônia do Santíssimo Sacramento. Sua fundação foi realizada por dom Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, que seguia determinações da Coroa lusa dentro de um projeto de expansão das fronteiras do Império Português. Além disso, o entreposto teria como função estabelecer-se como ponto de comércio com Buenos Aires, gerando assim, uma porta de entrada para a prata de Potosí, tão importante a uma economia lusa em crise.

Apesar de a criação de Sacramento ter sido uma iniciativa estimulada pela Coroa, ela contou com o apoio e investimento de particulares, especialmente do Rio de Janeiro, que tinham grande interesse no comércio com Buenos Aires. Foram esses homens que, juntamente com suas famílias e suas redes de relações, mobilizaram os recursos financeiros e humanos necessários à realização da empreitada.²⁰

¹⁸ REICHEL, Heloisa Jochins. Fronteiras no Espaço Platino. In: CAMARGO et. al (Org). **Colônia**. Fundo: Méritos, 2006, vol. 1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

¹⁹ PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento** - o extremo sul da América Portuguesa. Porto Alegre: F.P. Prado, 2002. v. 1000. 230 p.

²⁰ PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento** - o extremo sul da América Portuguesa. Porto Alegre: F.P. Prado, 2002. v. 1000. 230 p.

Outro grande interesse dessas pessoas na existência da Colônia do Sacramento era o acesso ao gado das Vacarias do Mar e dos Pinhais, de onde era extraído o couro a ser comprado, vendido ou contrabandeado entre Sacramento e Buenos Aires. A importância econômica dos “frutos da Campanha”, como eram algumas vezes chamados esses couros, pode ser percebida pelo fato de que uma das primeiras taxas instituídas pela Coroa lusa na região foi “Os Quintos dos Couros de Sacramento”, imposto criado em 1699 e, inicialmente, gerido pelos representantes da Coroa, passando, logo a seguir, a ter o direito de cobrança leilado a particulares no Rio de Janeiro.²¹

A existência de Colônia do Sacramento não respondia apenas a interesses comerciais; havia, também, o objetivo da ocupação de territórios, em nome de El Rei, da porção sul do atual estado do Rio Grande do Sul e da “Banda Oriental”. A Coroa lusa se orientava, nessa ação, pelo princípio do *Uti possidetis*, segundo o qual existe um direito natural à propriedade da terra e de que a terra pertence a quem a valoriza, através do cumprimento da obrigação natural do trabalho. Em outras palavras, a terra devia pertencer àquele que efetivamente a ocupasse e a utilizasse.

Como era de se esperar, nenhum desses objetivos lusos eram bem vistos pelos castelhanos que, de acordo com o Tratado de Tordesilhas (1494), eram senhores daquelas terras e dos animais nelas existentes. Assim, cerca de seis meses após sua fundação, Sacramento foi atacada pela primeira vez. Tropas castelhanas da guarnição de Buenos Aires, somadas de cerca de três mil índios das missões paraguaias, mataram cento e dezesseis portugueses e aprisionaram os sobreviventes, entre eles o próprio Dom Manuel Lobo, ainda em 1680.²²

A Colônia do Sacramento voltou ao domínio português no ano seguinte, como uma das disposições do tratado Provisional de Lisboa celebrado entre os dois países em maio de 1681. A fortaleza tinha sido limitada às construções existentes antes do ataque e, a partir do tratado, foi proibida de se expandir, sendo vigiada de perto pelas tropas castelhanas de Buenos Aires. E, aparentemente como resposta à teimosa existência de Sacramento nos territórios da bacia do Prata, os castelhanos estimularam os jesuítas a fundar as Missões Guaraníticas hoje conhecidas como “Sete Povos das Missões”, situadas no oeste do Rio

²¹ OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

²² ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Fundamentos da incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao Espaço Português. In: CAMARGO et. al (Org). **Colônia**. Fundo: Méritos, 2006, vol. 1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

Grande do Sul atual. Em 1682 foi criada a redução de São Francisco de Borja, em 1687 houve a ocupação e a restauração da redução de São Nicolau e a fundação das reduções de São Lourenço Mártir e em 1697 foi feita a redução de São João Batista.²³

A “dança” entre portugueses e castelhanos pelo controle de Sacramento e do gado de seu entorno duraria quase um século. Às vezes, os conflitos tinham sua origem em questões mais locais; outras, e seguidamente, eram reflexo de disputas mais amplas entre os dois reinos. É exemplo disso o assalto castelhano que sitiou Sacramento, desalojando os portugueses em 1705, após seis meses de cerco: reflexo da Guerra da Sucessão Espanhola, que envolveu vários países europeus, inclusive Portugal, que se situava em campo oposto à Espanha no conflito. Em 1715 foram assinados os Tratados de Utrecht, nos quais Filipe V fez várias concessões a fim de obter o reconhecimento das nações européias à ascensão dos Bourbons ao trono espanhol. Entre essas concessões estava a devolução de Colônia aos portugueses.

O período seguinte foi de crescimento e desenvolvimento de Colônia do Sacramento. A partir de 1716 a Coroa portuguesa promoveu a migração de casais provenientes da região de Trás-dos-Montes, no Reino, além de alguns das Ilhas de Madeira e dos Açores. Distribuiu a esses casais sementes de diversos grãos, especialmente, o trigo, para instigar a produção agrícola na localidade.

Entretanto a guerra – fator constante em todo o período da formação da sociedade sul-riograndense e elemento essencial da própria estruturação dessa sociedade – advém novamente, sob a forma de um cerco castelhano à colônia do Sacramento que perdurou durante os anos de 1735 a 1737. Os portugueses conseguiram impedir a tomada de Sacramento, mas não conseguiram romper o cerco, que foi mantido, em escala menor, mesmo depois do armistício de setembro de 1737, marcando o fim da expansão de Colônia.

Nesse período foi criado, como forma de apoio à Colônia do Sacramento sitiada, o presídio de Jesus Maria José na barra da Lagoa dos Patos, onde se situa atualmente a cidade de Rio Grande. Essa localidade seria um importante foco de povoamento luso no Continente do Rio Grande de São Pedro e abrigaria a primeira Vila do território sulino. O papel de Rio Grande na formação do Continente será tratado adiante. No momento, é preciso apenas salientar que o presídio representou um apoio à Sacramento, além de um avanço da Coroa portuguesa em termos de ocupação do território sulino.

²³ REICHEL, Heloisa Jochins. Fronteiras no Espaço Platino. In: CAMARGO et. al (Org). **Colônia**. Fundo: Méritos, 2006, vol. 1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

As disputas entre as duas Coroas eram constantes, sendo a região do rio da Prata apenas mais uma questão em pauta. O contexto geral da relação entre as duas coroas e a influência da administração do Marques de Pombal, em Portugal, levaram à celebração do Tratado de Madri, em 1750, através do qual Sacramento seria permutada pelo território dos Sete Povos das Missões, e os limites entre os territórios seriam claramente demarcados. Isso não se concretizou, devido à resistência oferecida por vários setores da população que habitava a colônia, especialmente os índios missioneiros e os comerciantes lusos de Sacramento. A delimitação de domínios ficou dificultada e iniciou-se um dos períodos mais conturbados que a região conheceu.

Como os portugueses não entregaram a Colônia do Sacramento, os castelhanos invadiram a Vila de Rio Grande em 1763, dispersando boa parte da população lusa que ali habitava. Os castelhanos chegaram a invadir a ilha de Santa Catarina, quando a região de Rio Grande foi retomada por portugueses em 1776. Em 1777 foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso, pelo qual Portugal recuperava a Ilha de Santa Catarina e voltava a ocupar as terras ao sul do canal de Rio Grande, porém perdia definitivamente a colônia do Sacramento.

1.2. A vertente vicentina

A fundação e manutenção da Colônia do Sacramento, assim como a ocupação do seu entorno, foi um empreendimento realizado principalmente devido aos esforços de pessoas ligadas à praça comercial do Rio de Janeiro. Como foi dito, ainda que respondesse a objetivos da Coroa portuguesa, e que tivesse envolvido pessoas provenientes das mais diversas partes do Império, a existência de Sacramento estava ligada mais fortemente aos interesses dos comerciantes do Rio. Contudo, existiu um segundo foco inicial de povoamento do que logo viria a ser o Continente do Rio Grande de São Pedro: a ocupação dos campos de Tramandaí e dos Campos de Viamão por pessoas provenientes da Capitania de São Paulo, especialmente de São Vicente.²⁴

Na segunda metade do século XVII, os vicentinos foram avançando cada vez mais para ao sul, em busca de terras, índios, rebanhos, e, especialmente, ouro. As minas auríferas das Gerais ainda não haviam sido oficialmente descobertas, e o tão sonhado ouro era uma

²⁴ PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento** - o extremo sul da América Portuguesa. Porto Alegre: F.P. Prado, 2002.

esperança muito presente nesse momento. Não só a busca por tesouros movia as *bandeiras*, a própria característica das empresas lusitanas, de exploração extensiva dos recursos, fazia com que houvesse a necessidade de expandir as fronteiras, o que era feito seguidamente por herdeiros menos favorecidos de famílias já estabelecidas.²⁵ Tal avanço respondia às necessidades dos particulares que realizavam a expansão e, também, às necessidades da Coroa de avanço e defesa das fronteiras, sendo por isso incentivado e apoiado pelo poder central.

O caminho para o sul fez com que surgissem as localidades de São Francisco do Sul na década de 1660, e de Laguna, na década de 1680, ambas situadas no litoral do atual estado de Santa Catarina. Laguna não foi exatamente fundada ela surgiu do estabelecimento de Domingos de Brito Peixoto, juntamente com dois de seus filhos às margens do que era chamado à época de “Lagoa dos Patos”.²⁶

Domingos de Brito Peixoto era proveniente das “melhores famílias” da Capitania de São Paulo. Natural de São Vicente, morou também na Vila de São Paulo e em Santos. Essa última pareceu ser sua residência predileta e foi para lá que retornou anos mais tarde deixando Laguna nas mãos de seu filho Francisco, que acabou se tornando capitão-mor de Laguna.²⁷

Muitas pessoas migraram para Laguna no final do século XVII, o que fez com que a localidade passasse por um bom período de crescimento. Entretanto, o avanço para o sul não parou em Laguna, que seria, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, a possessão mais meridional da Coroa portuguesa na América. De lá, e mesmo de outros locais, geralmente, ligados à Capitania de São Paulo, procediam pessoas que seguiam para o sul em busca de gado, terra e índios. Em 1715, a pedido do Sargento-Mor da Praça de Santos Manuel Gonçalves de Aguiar, o Juiz e os Oficiais da Câmara de Laguna escrevem o texto intitulado “Informações sobre a Laguna e o Rio Grande”, onde se lê:

[...] no tocante o Rio Grande nos consta por vários moradores desta povoação como pelo povoador dela o Capitão-mor Francisco de Brito Peixoto, que cursaram toda essa campanha do Rio Grande em tempo a que iam conquistar o gentio bárbaro ser o dito Rio Grande a melhor terra de toda a América do Brasil para se povoar, onde se pode acomodar todo o Brasil sem que nele mostre os milhos de moradores que tiver em si, pelas grandes e dilatadas campanhas que tem e que da barra do dito Rio

²⁵ METCALF, Alida. *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822*. Berkeley: University of California Press, 1992.; NAZZARI, Muriel. **O Desaparecimento do Dote**: Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

²⁶ NEIS, Ruben. **Guarda Velha de Viamão**: no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: Escola Superior de Tecnologia de São Lourenço de Brindes/Sulina, 1975.

²⁷ KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Niterói, PPGHIS – UFF, 2006 (Tese de Doutorado).

Grande para dentro poderá ter de comprido 50 ou 60 léguas de comprido pouco mais ou menos, em que em partes se não vê terra de uma parte e outra com os mesmos climas acima nomeados e com muitas mais conveniências que poderá resultar a S. Majestade pelas muitas minas de prata e ouro que distam poucas léguas do dito Rio Grande as quais senhorenam os padres da Companhia castelhanos, com os gentios das aldeias, que pela distancia se verifica com toda a verdade estarem nas terras de Portugal, juntamente a conveniências do muito gado que hoje está atualmente pastando nas campanhas do dito rio Grande aonde vem beber entre a barra da banda que corre a costa até Maldonado e montevidéu [...]²⁸

Com relação ao território do atual Rio Grande do Sul – ainda que para a época essa separação não fizesse o menor sentido – o avanço foi lento, constituindo-se, até a segunda década do século XVIII por incursões de reconhecimento e apresamento de gado, sendo que ocupação efetiva ocorreria apenas no século XVIII.²⁹

Esse movimento foi intensificado com a descoberta do ouro nas Minas Gerais e, mais ainda, com o subsequente auge mineiro na primeira metade do século XVIII, que acarretou um crescimento da demanda por homens, alimentos e animais na região aurífera. Essa nova demanda teve efeito em vários locais da América portuguesa. Um exemplo disso pode ser encontrado na preponderância que o Rio de Janeiro assumiu no comércio Atlântico na Colônia, o que resultou na sua elevação à capital do vice-reino em 1763. Isso se deu principalmente em função do grande afluxo de pessoas e mercadorias por seus portos, já que pelo Rio passavam não apenas os metais saídos das minas, também os escravos provenientes da costa da África, os produtos agrícolas para exportação e a prata proveniente do comércio no Rio da Prata via Colônia do Sacramento.³⁰

O “boom” populacional ocorrido nas Minas fez com que essa região se tornasse um mercado consumidor para produtos oriundos de outras regiões da Colônia, entre eles o gado presente nas terras do sul, seja ele o gado bovino para alimentação, seja o equino e o muar para transporte de pessoas e mercadorias. Logo, nem a exploração do gado no Rio Grande do

²⁸ Notícias práticas da costa e povoações do Mar do Sul [1715]. In: CESAR. Guilhermino. **Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: estudo de fontes primárias da história rio-grandense acompanhado de vários textos**. Porto Alegre: EDURGS, 1981. 2ª ed.

²⁹ NEIS, Ruben. **Guarda Velha de Viamão: no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha**. Porto Alegre: Escola Superior de Tecnologia de São Lourenço de Brindes/Sulina, 1975.

³⁰ BOXER, Charles R. **A Idade do Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 - c. 1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

Sul, nem a ocupação de suas terras foi algo desconectado do que ocorria na América portuguesa como um todo.³¹

O aumento na demanda fez com que o avanço para o sul se intensificasse. Um dos sinais desse avanço foi a expedição de João de Magalhães, em 1724, cujo objetivo inicial foi fazer o reconhecimento de terras e animais e a seguir preparar uma povoação à beira do canal de Rio Grande, embora esse último não tenha ocorrido. João de Magalhães era genro do já citado Francisco de Brito Peixoto, Capitão-Mor de Laguna, e sua “Frota” – como muitas vezes foi chamada a expedição – era composta de trinta pessoas, entre livres, escravos e índios.³²

O empreendimento que acelerou a ocupação dos “Campos de Viamão”, entretanto, foi a abertura do “caminho das tropas”, que serviria para facilitar a condução do “gado em pé” até os mercados consumidores, especialmente Sorocaba. Nesse caminho é que vão ser criados posteriormente os registros de Curitiba e depois Viamão. Esse empreendimento foi levado a cabo por Cristóvão Pereira de Abreu, um minhoto, filho segundo de família com fidalguia que migrou para a Colônia do Sacramento, onde se tornou coureador e comerciante de couros e gados. Atuava na condução de tropas para o centro-sul do Estado do Brasil, o que fazia com que tivesse um bom conhecimento prático para levar a cabo a criação do caminho³³.

A abertura do caminho tinha o apoio e foi incentivada pela Coroa – Cristóvão Pereira possuía, inclusive, certa supremacia sobre os Capitães-mores das localidades pelas quais passava no que dizia respeito às necessidades do empreendimento. Nem por isso foi fácil. Além das dificuldades impostas pela obra em si, alguns empecilhos foram criados por aqueles que se sentiam prejudicados pela abertura do caminho, como foi o caso de alguns dos homens importantes de Santos, Curitiba, Paranaguá, e de Laguna. O novo caminho deslocava o negócio da condução de tropas dos locais onde estavam estabelecidos, afastando com isso algumas vantagens tais como a cobrança de taxas e/ou isenções de fisco associados às mercês reais. Essa oposição não se deu de forma direta, se manifestou na forma de pequenas sabotagens que atrasaram em certa medida o andamento da obra, que ainda assim se realizou:

³¹ HAMEISTER, Martha Daisson. **O Continente do Rio Grande de São Pedro**: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. (Dissertação de Mestrado).

³² NEIS, Ruben. **Guarda Velha de Viamão**: no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: Escola Superior de Tecnologia de São Lourenço de Brindes/Sulina, 1975.

³³ Para mais informações sobre a atuação de Cristóvão Pereira de Abreu na abertura do Caminho das Tropas, ver: HAMEISTER, Martha Daisson. **O Continente do Rio Grande de São Pedro**: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. (Dissertação de Mestrado).

pode-se considerar esse como um dos bons exemplos de disputas existentes entre grupos diferenciados, mesmo quando ambos são de elite. As disputas entre parcialidades distintas tornam-se um elemento importante a ser considerado quando se procura entender a dinâmica das sociedades de origem portuguesa do século XVIII.³⁴

A partir da abertura do caminho houve um fluxo constante de pessoas para os chamados “Campos de Viamão”, território que se constituía de uma grande área situada ao sul do rio Mampituba, tendo ao leste o Oceano Atlântico e a oeste e a sul a baliza fluvial do lago Guaíba e da Lagoa dos Patos. Essa região ocupava o nordeste do atual Rio Grande do Sul e era consideravelmente maior do que o território da futura freguesia de Viamão criada em 1747. Ainda que menor do que as terras de Viamão de uma forma geral, a paróquia era bastante grande até começar a ser desmembrada nas décadas seguintes, quando deu origem às freguesias de Triunfo (1756), Santo Antônio (1763) e Porto Alegre (1772), entre outras.³⁵

Cerca de um terço da população de Viamão era formada por lagunenses migrantes. Nos primeiros anos, houve o que Fábio Kühn chamou de movimento “pendular” entre Laguna e Viamão, ou seja, muitos moradores ou famílias iam e vinham, algumas se transferiram definitivamente e outras tinham membros em Laguna e membros em Viamão. A partir da década de 1730 é que o movimento em direção à Viamão se tornou mais permanente e a região sofreu um acelerado crescimento populacional.³⁶

Entre 1746 e 1751 a capela e depois freguesia de Viamão passou por um rápido crescimento populacional que praticamente triplicou (de 282 para cerca de 800) o número de fregueses. Esse crescimento ainda é anterior ao que ocorreria na década de 1750 com a chegada dos casais provenientes das ilhas dos Açores. Alguns dos motivos que podem ter levado ao afluxo populacional para Viamão foram o relativo esvaziamento econômico de Laguna e o crescimento econômico de Viamão, que depois da abertura do caminho das tropas estava mais integrado ao negócio da condução de animais.

Além dos habitantes vindos de Laguna, houve ainda quatro grandes afluxos populacionais a Viamão. Um deles foi composto por pessoas que deixaram a Colônia do Sacramento devido aos constantes ataques dos castelhanos. Isso aconteceu em vários

³⁴ HAMEISTER, Martha Daisson. **O Continente do Rio Grande de São Pedro**: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. (Dissertação de Mestrado).

³⁵ NEIS, Ruben. **Guarda Velha de Viamão**: no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: Escola Superior de Tecnologia de São Lourenço de Brindes/Sulina, 1975.

³⁶ KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Niterói, PPGHIS – UFF, 2006 (Tese de Doutorado).

momentos, mas a primeira onda migratória ocorreu na década de 1730, com a fundação de Rio Grande: muitos moradores de Sacramento se deslocaram para a nova localidade, enquanto outros seguiram para Viamão.

Outra grande leva migratória foi a dos açorianos que viriam povoar o território das missões, associando os objetivos de povoamento da coroa lusa, configurados no edital de 1747 que incentivava o traslado de casais das ilhas para várias localidades da colônia americana, às determinações do tratado de Madri (1750). Como a distribuição de terras não ocorreu em seguida, tiveram que ficar espalhados pelo Continente, sobretudo na vila do Rio Grande, também pela região de Viamão. Segundo Fábio Kühn, a presença dos ilhéus em Viamão se fez sentir nos registros batismais, que praticamente triplicaram no período entre 1752 e 1754.³⁷

Também relacionada ao tratado de Madri, houve a “transmigração dos povos guaranis” para o Rio Pardo e depois para Viamão. Após a Guerra Guaranítica, cerca de 700 famílias de indígenas (aproximadamente três mil pessoas), provenientes dos Sete Povos das Missões, passaram-se para o lado português. Inicialmente foram instalados de maneira precária junto ao quartel do Rio Pardo, e posteriormente, em Viamão, nas proximidades do Rio Gravataí em 1759.³⁸

Outro grande afluxo populacional ocorreu em 1763 quando, por ocasião da invasão castelhana de Rio Grande, cerca de quinhentas famílias (quase 80% dos moradores da Vila) fugiram desabaladamente em direção à região setentrional do Continente e parte desses foi para Viamão. Essa foi uma situação bastante difícil, pois a maioria dessas pessoas, que já viviam uma situação precária, fugiu praticamente com a roupa do corpo.³⁹ Somente uma pequena minoria, formada pela elite mercantil da praça invadida, podia sustentar-se sozinha.

Juntamente com boa parte dos moradores de Rio Grande, transferiu-se para Viamão toda a estrutura administrativa da Vila, que incluía a residência do comandante militar (governador a partir de 1760), a provedoria da Fazenda Real e a Câmara de vereadores. Isso não fez com que Viamão se tornasse vila, já que a Freguesia apenas abrigou a câmara de Rio

³⁷ KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Niterói, PPGHIS – UFF, 2006 (Tese de Doutorado).

³⁸ KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família**, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Niterói, PPGHIS – UFF, 2006 (Tese de Doutorado).; LANGER, Protasio Paulo. Projetos Civilizatórios e sobrevivência étnica: os Guaraní-Missioneiros. (pp. 135-149) In: CAMARGO et. al (Org). **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006, vol. 1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

³⁹ BIBLIOTECA RIOGRANDENSE. Devassa Sobre a Entrega da Vila do Rio Grande às Tropas Castelhanas - 1764 -. Rio Grande: Biblioteca Riograndense, 1937.

Grande que era a única Vila do Continente naquele momento e continuaria a ser por todo o século XVIII. A câmara de Rio Grande funcionou na freguesia de Viamão até o ano de 1773, quando foi transferida para Porto Alegre.

Com a retomada da vila do Rio Grande em 1776 e a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso no ano seguinte, houve um período de paz e prosperidade econômica no Continente que iria ter seus reflexos também em Viamão. Durante os anos iniciais da invasão castelhana Viamão foi a principal localidade do Continente, mas seu prestígio foi perdido para Porto Alegre, que assumiu tal posto e posteriormente veio a ser a Capital de São Pedro do Rio Grande, depois de se tornar vila em 1808.

1.3. Fundação de Rio Grande

Os processos de ocupação do Continente vistos até agora e relacionados tanto à Colônia do Sacramento quanto aos campos de Viamão, estavam ligados, segundo Fabrício Prado, a interesses complementares de diferentes grupos locais, ainda que fizessem parte de um mesmo projeto luso de expansão de fronteiras:

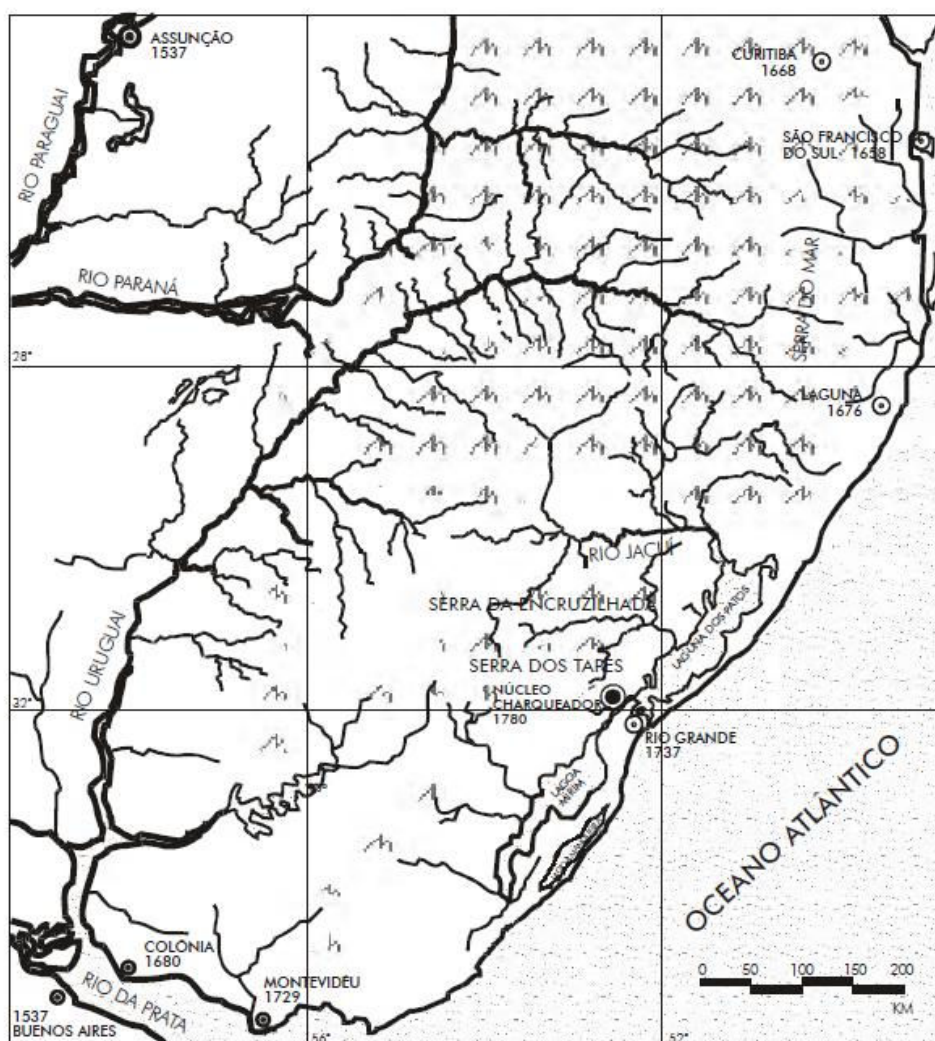
A fundação de Sacramento, associada ao avanço de paulistas para o sul, às tentativas frustradas de ocupação de Montevidéu e à fundação do presídio de Jesus-Maria-José (futura vila de Rio Grande), e os avanços na Banda Oriental (fundação do forte de São Miguel no fim de 1737) constituíram etapas de um avanço contínuo para o sul, que partia de duas frentes de colonização: uma desde o Rio de Janeiro, que materializou-se na fundação de Colônia, na tentativa de fundar Montevidéu e na criação de Rio Grande, e outra desde São Paulo, representada pela fundação de Laguna e pelo avanço para o sul da expedição de João de Magalhães em 1725. Essas duas frentes atendiam a interesses complementares da Coroa e dos grupos locais, interessados em terras e acesso aos rebanhos (motivo principal do avanço de São Paulo), além do acesso à prata potosina (escoada para a América portuguesa pelo comércio) e aos couros (principais atrativos para a manutenção da Colônia do Sacramento). As duas frentes articuladas construíram a estratégia luso-americana de avançar sobre as terras do sul durante a primeira metade do século XVIII.⁴⁰

Ainda segundo Prado, a fundação do presídio e forte de Jesus-Maria-José, na barra do Rio Grande, representaria a união desses dois processos. Um dos objetivos da criação do forte foi apoiar a Colônia do Sacramento, atacada mais uma vez por tropas castelhanas e sitiada, mas a fundação e a ocupação inicial foi realizada por pessoas ligadas aos povoadores de Laguna e Viamão.

⁴⁰ PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento** - o extremo sul da América Portuguesa. Porto Alegre: F.P. Prado, 2002. v. 1000. 230 p.

Uma carta régia datada de 24 de março de 1736 dava diretrizes ao Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, com vistas a assegurar as possessões lusas no Continente do Rio Grande. Essa carta trazia três ordens principais: realizar uma expedição para levantar o bloqueio castelhano a Sacramento (que duraria até setembro de 1737); retomar o acampamento militar de Montevideú, criado por portugueses, mas tomado por castelhanos logo em seguida; e fundar uma praça de guerra mais próxima de Sacramento do que Laguna.⁴¹

Figura 1: Localização de Assunção; Colônia do Sacramento; Montevideú; Rio Grande; Laguna; São Francisco e Curitiba.



Fonte: GUTIERREZ, Ester. **Negros, Charqueadas e Olarias. Um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Editora Universitária/UFPel; Livraria Mundial, 1993.

⁴¹ SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e Sociedade do Rio grande do Sul: Século XVIII**. São Paulo: Ed. Nacional, 1984, p. 10.

Coube a José da Silva Paes a empreitada, mas foi Cristóvão Pereira de Abreu quem, por terra, fundou o forte de Jesus-Maria-José, na barra da Lagoa dos Patos, para levar a cabo a terceira determinação da carta régia em 1737. O forte deveria servir como ponto de apoio a Sacramento, estando localizado entre a Colônia do Sacramento e Laguna, garantindo o acesso por terra entre esses pontos e também entre as terras da “Banda Oriental” e o centro da colonização lusa no Brasil, como também garantir o controle sobre as regiões e os rebanhos.⁴²

Aos poucos o entorno da fortificação foi sendo povoado, e no ano de 1738, deu-se a chegada do primeiro pároco, sendo que a freguesia de São Pedro já havia sido criada por uma provisão de agosto de 1736, antes mesmo da fundação do presídio. Rio Grande de São Pedro foi elevada à categoria de vila no ano de 1747, constituindo uma Câmara de Vereadores apenas quatro anos mais tarde.⁴³

Não demorou muito para que Rio Grande atraísse pessoas de outros locais do Continente, especialmente os refugiados do grande cerco à Colônia do Sacramento, que iam em busca da maior estabilidade que o forte oferecia e também das promessas de terras e auxílios feitos pela Coroa para incentivar o povoamento. Nem sempre as promessas foram cumpridas, mas o fato é que, em 1738, quando têm início os registros paroquiais em Rio Grande, já se encontram alguns dos trasmontanos que haviam migrado para Colônia do Sacramento e de lá fugido em função dos ataques de castelhanos. Para a nova vila se deslocaram também soldados e populações civis, homens de ofício com suas famílias, vindos da Bahia, de Pernambuco, das Minas, de São Paulo e casais de índios das etnias “tape”, “charrua” ou “minuano”, além de pessoas de naturalidades peculiares, como um “indiático chino natural da Índia”⁴⁴.

Somou-se a essas levas, por assim dizer, espontâneas, de povoamento do território do Continente, o aporte de colonos provenientes principalmente das ilhas dos Açores, mas também da Ilha da Madeira, incentivado pela Coroa Lusa. Esse deslocamento encontra-se inserido em uma política de promoção do povoamento de várias localidades da América portuguesa, ao mesmo tempo em que contribuía para diminuir a pressão demográfica nos

⁴² HAMEISTER, Martha Daisson. **O Continente do Rio Grande de São Pedro**: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. (Dissertação de Mestrado).

⁴³ SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e Sociedade do Rio grande do Sul**: Século XVIII. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

⁴⁴ Agradeço à professora Martha Hameister a disponibilização da transcrição deste curioso registro de batismo. Documento original em: ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE. 4º Livro de Batismos de Rio Grande (1759-1763).

locais de origem. O edital de 1747, que promoveu a migração, prometia terras, além de outros incentivos para que viessem dos Açores *casais*, ou famílias de camponeses:

"[...] logo que chegarem aos sítios que hão de habitar se dará a cada casal uma espingarda, duas enxadas, um machado, uma enxó, um martelo, um facão, duas facas, duas tesouras, duas verrumas e uma serra com sua lima e travadoura, dois alqueires de sementes, duas vacas e uma égua, e no primeiro ano se lhes dará farinha que se entender basta para o sustento, que são três quartas de alqueire da terra por mês para cada pessoa, assim dos homens, como das mulheres, mas não às crianças que não tiverem sete anos; e aos que os tiverem até aos quatorze se lhes dará quarta e meia para cada mês. Os homens que passarem por conta de Sua Majestade ficarão isentos de servir nas Tropas pagas, no caso de se estabelecerem no termo de dois anos nos sítios que se lhes destinarem, onde se dará a cada casal um quarto de légua em quadro para principiar a sua cultura, sem que se lhes levem direitos nem salário algum por esta sesmaria; e quando pelo tempo adiante tenham família com que possam cultivar mais terras, poderão pedir ao Governador do Distrito, que as concederá na forma das Ordens que tem nesta matéria. [...]"⁴⁵

As datas de terra (cujo título legal eram cartas de data) eram propriedades que não excediam a um quarto de légua em quadra, (equivalente a 272 hectares) e eram concedidas pelo governador do Rio Grande. Além das datas, existiam outras duas formas legais de distribuição de terras originárias no sistema jurídico português: a distribuição de sesmarias e a arrematação em praça pública de terras que a Coroa confiscasse. As sesmarias geralmente eram propriedades consideravelmente maiores do que as datas, algumas chegando a ter três léguas de comprimento por uma de largura.⁴⁶ Nenhuma dessas doações dava a propriedade da terra, que era em última instância da Coroa, apenas o direito de uso. Era por isso que podiam ser confiscadas. De acordo com a Lei de Sesmarias, de 1375, deveriam ser confiscadas, temporariamente ou definitivamente, todas as terras que não fossem cultivadas por seus donos:

se os senhórios das herdades por sua negligência, não quiserem cumprir tudo isto que nos é ordenado, nem quiserem lavrar nem aproveitar essas herdades, por si, ou por outrém, como dito é, as justiças dos lugares, ou aqueles a quem para isto fôr dado poder, dêem essas herdades a quem as lavrar e semeiem, por certo tempo, e por pensão, ou parte certa.⁴⁷

⁴⁵ ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Anais**. Vol. 1. Porto Alegre, 1977. Publicado pelo Instituto Estadual do Livro.

⁴⁶ OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

⁴⁷ Lei de Sesmarias, versão para o português actual. Disponível em: http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_docman&Itemid=459. Acessado em 2/12/2011.

Os casais começaram a chegar ao Continente por volta de 1750, e deveriam ocupar e defender o novo território. Entretanto, as datas prometidas não foram distribuídas aos ilhéus imediatamente. Como a troca de Sacramento pelas Missões não ocorreu, principalmente por causa das guerras guaraníticas, os casais provenientes das ilhas espalharam-se pelo Continente, ficando muitos deles no entorno da Vila de Rio Grande. Algumas famílias foram assentadas em regiões mais fronteiriças, para auxiliarem na defesa. Mas não obtiveram, nesses casos, a posse imediata das terras.

A presença dos ilhéus em Rio Grande representou um significativo aumento populacional, que se refletiu nos batizados ocorridos na vila. Segundo Maria Luiza Queiróz

A ‘grande imigração’ açoriana, entre 1750 e 1754, resultou na entrada de 423 casais e 409 pessoas adultas solteiras, que vão participar na formação de 259 novas famílias até abril de 1763. A importância dessa imigração para a sustentação demográfica da colônia, que contava a essa época com cerca de cem famílias, apenas, foi excepcional, os batizados de filhos legítimos da população livre passaram dos 289, registrados nos doze anos transcorridos desde a fundação da colônia, para 1.836, nos treze anos compreendidos entre janeiro de 1750 e abril de 1763, dos quais os açorianos respondem por 74,3%, participando de 66,1% dos casamentos celebrados entre 1756 e abril de 1763.⁴⁸

Esses homens e mulheres provenientes das ilhas dos Açores vieram se juntar, em Rio Grande, a outros que já habitavam a região, que para lá foram por vontade própria ou que para lá foram levados: índios, negros, portugueses vindos do Reino ou de outros locais do Império Português, todos passaram a compor a população rio-grandense, plural desde seus primórdios. E a pluralidade de uma sociedade pautada pelos princípios do Antigo Regime não se dá apenas pelos diferentes locais de proveniência: cada pessoa possuía uma posição determinada na hierarquia social e as diferenças entre as pessoas eram constantemente marcadas, lembradas, reforçadas a cada instante como meio de manter as diferenças e, quem sabe, ampliá-las.

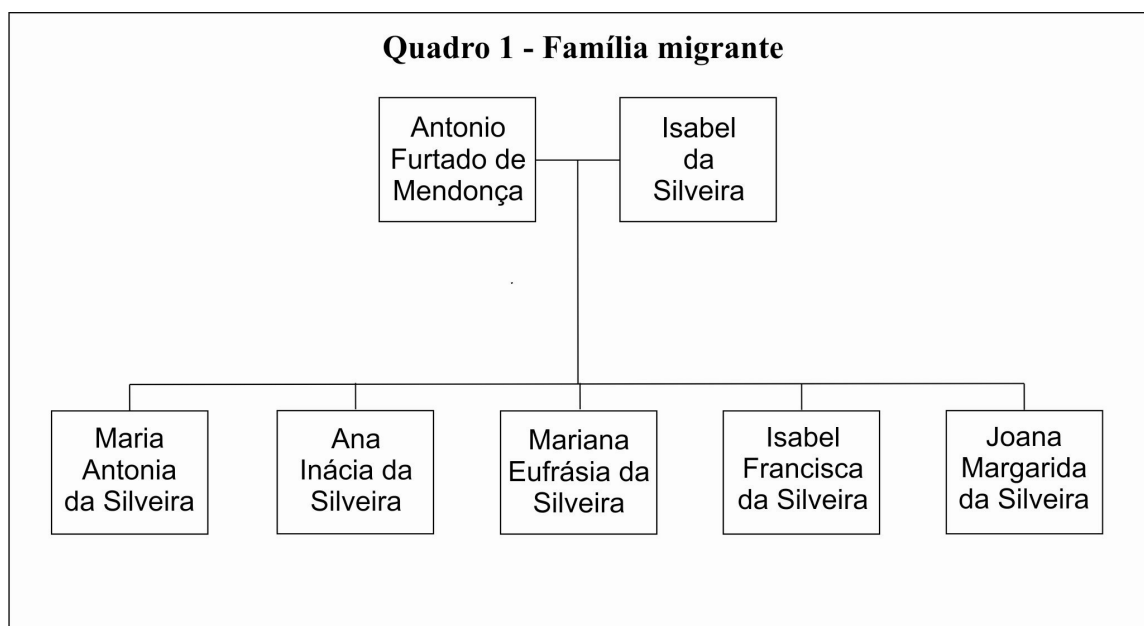
1.4 A nova velha sociedade Rio-grandense

Numa das levas migratórias vieram para o Continente, saídos da Ilha do Faial, nos Açores, Freguesia de São Salvador da vila da Horta, o Alferes Antônio Furtado de Mendonça

⁴⁸ QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. **Paróquia de São Pedro do Rio Grande**: estudo de história demográfica (1737-1850). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1992. (Tese de Doutorado).

e sua mulher, Dona Isabel da Silveira, acompanhados de suas cinco filhas e, segundo alguns autores, de um filho⁴⁹. De acordo com o genealogista João Simões Lopes Filho, Antônio Furtado de Mendonça nasceu por volta de 1690 na referida Freguesia, sendo filho de José Furtado de Mendonça e Engrácia da Silveira. Já Dona Isabel era filha do capitão Amaro Dutra de Andrade e de Luzia da Silveira, e nasceu em 1696 na freguesia de Santa Catarina do Castelo Branco, também na Ilha do Faial.⁵⁰

Ainda segundo Simões Lopes Filho, Antônio e Isabel casaram na dita Freguesia do Castelo Branco em 1723, e ali batizaram sua primeira filha, Clara, que teria morrido poucos anos depois. Tiveram mais oito filhos, batizados na freguesia de São Salvador da vila da Horta, três meninos e cinco meninas. Dos meninos, Francisco, Antônio Furtado de Mendonça Filho e Tomás José da Silveira não se teve notícias, ou mesmo confirmação de sua existência nos documentos analisados até o momento. Sabe-se com certeza que as cinco meninas, Maria Antônia, Ana Inácia, Mariana Eufrásia, Isabel Francisca e Joana Margarida, acompanharam seus pais na travessia do Atlântico.



FONTE: SIMÕES LOPES F., João. **Furtado de Mendonça**: Descendência de Antônio Furtado de Mendonça. Disponível em http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_f_02.htm (acessado em 19/06/2011).

⁴⁹ Alguns nomes são citados como se tratando de irmãos das Silveiras, entre eles José de Anchieta Furtado de Mendonça, e Tomás José da Silveira, mas até agora encontraram-se apenas informações conflitantes e inconclusivas e este respeito.

⁵⁰ SIMÕES LOPES F., João. **Furtado de Mendonça**: Descendência de Antônio Furtado de Mendonça. Disponível em http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_f_02.htm (acessado em 19/06/2011).

A família estabeleceu-se, provavelmente no ano de 1752, na freguesia de São Pedro do Rio Grande. No ano de 1753, encontra-se o primeiro registro de batismo de um neto de Antônio e Isabel nascido no Continente: trata-se da menina Vicência, filha de Ana Inácia da Silveira com o sargento-supra e posteriormente capitão Manuel Fernandes Vieira.⁵¹

Não somente Ana Inácia casou-se com um homem de posição social diferenciada. Nos quinze anos que seguiram a chegada da família ao Continente, todas as cinco irmãs se casaram com homens proeminentes nessa sociedade, homens que acumulavam as características de serem detentores de terras, comerciantes, possuidores de patentes militares e cargos na administração Régia.

O fato de esses militares terem casado com as Irmãs Silveira, poderia estar relacionado com o papel que o casamento com mulheres provenientes das ilhas possuía na obtenção de terras no Continente. Segundo Parecer do Conselho Ultramarino, não bastava ser natural das Ilhas para ter direito às terras e insumos prometidos. Era preciso fazer parte dos “Casais de Sua Majestade”, isto é, ter vindo nas levadas migratórias promovidas pelo edital de 1747. Em razão disso alguns homens tentavam se tornar membros dos casais, casando com mulheres solteiras ou viúvas vindas dos Açores, como mostram algumas solicitações de “não-açorianos” nas cartas de datas de terras passadas aos que se reivindicavam do direito de recebê-las a partir dos termos do Edital de 1747 e adendos posteriores.⁵²

No entanto, os maridos das Silveira, alguns deles também ilhéus, jamais solicitaram datas de terra ou qualquer outro auxílio nos termos do edital, não se colocando, portanto, perante as autoridades e a sociedade, como ilhéus. Em nenhum outro documento, tampouco, apresentam-se como açorianos ou fazem qualquer reivindicação nos termos habitualmente utilizados por camponeses provenientes das ilhas.⁵³

Isso não é específico do caso dessa família. Segundo Hameister, a “identidade açoriana” no Rio Grande do Sul foi historicamente construída, e teve como agente aglutinador justamente as reivindicações de muitos ilhéus para que se fizessem cumprir as determinações do Edital de 1747. Posteriormente a historiografia sul-rio-grandense passou a falar do “elemento açoriano” na colonização do território, ainda que o termo “açoriano” seja

⁵¹ ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE, 1º Livro de Batismos de Rio Grande, fl. 137.

⁵² HAMEISTER – Notas sobre a construção de uma “identidade açoriana” na colonização do sul do Brasil aos século XVIII. **Anos 90**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. v. 12, n. 21/22, p.53-101, jan./dez. 2005.

⁵³ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)**. Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).

difícilmente encontrado nos documentos da época, onde apareciam mais comumente os termos “gentes das Ilhas”, “Casais de Sua Majestade”, “Casais de Número” ou simplesmente “Casais”. Além disso, nem todas as pessoas provenientes das ilhas dos Açores se identificavam como tal. Em realidade existia, no que se refere a essa população, uma pluralidade de associações: alguns nativos dos Açores faziam questão de serem identificados como “das Ilhas” e reivindicavam seus direitos nesses termos; alguns ilhéus jamais se identificavam como tal e, ainda, pessoas, que sequer passaram pelas ilhas em suas vidas, procuravam se aproximar, via casamento, desse grupo, para poderem solicitar direitos assumindo o papel de “gente das ilhas”.⁵⁴

Não é objetivo aqui aprofundar essa questão. Apenas se faz importante salientar que a proveniência comum não é necessariamente sinônimo de um sentimento de pertencimento a um grupo determinado, e, especialmente, que a origem comum não faz com que todas as pessoas provenientes das ilhas dos Açores se vissem como semelhantes.

O caso da família tratada é especialmente relevante, uma vez que seus membros jamais são identificados como “das ilhas” ou “açorianos” – nem em documentos da época, nem posteriormente pela historiografia, a não ser, é claro quando se faz referência ao local de nascimento dessas pessoas. Mais do que isso, ao que tudo indica não passaram pelas mesmas dificuldades por que passaram os demais “açorianos”, diferenciando-se do conjunto dos ilhéus.

Antônio Furtado de Mendonça, sua esposa e suas filhas diferenciavam-se da maioria dos “casais do número” em diversos aspectos. Dona Isabel, segundo Mário Teixeira de Carvalho, seria descendente da nobreza insular, uma vez que a família Silveira teria suas origens na nobreza flamenga. Isabel seria descendente do “célebre Wilhelm Van Der Haaghen, cujo solar era em Maestricht, em Flandres, e que foi um dos primeiros povoadores dos Açores, onde traduziu seu nome e sobrenome para o português, passando a assinar Guilherme da Silveira, pois “Haaghen” quer dizer “Silva”, “Silveira”.⁵⁵ É importante frisar que Dona Isabel adotou o sobrenome materno, *Silveira*, e que suas filhas a acompanharam nessa escolha, o que indica uma certa superioridade desse sobrenome, no contexto em que se encontravam, com relação aos demais sobrenomes disponíveis a elas.

⁵⁴ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).

⁵⁵ FORTES, Cláudio. *Breviário Histórico Genealógico Sul Rio-Grandense*. São Paulo: s/e, 1996.

Outro sinal de uma certa distinção de Isabel é o fato de que ela e suas filhas recebem o qualificativo “Dona” na documentação em que aparecem – mesmo quando elas ainda eram solteiras. Para dar perspectiva a essa questão, percebe-se que nos 688 registros existentes no segundo livro de batismo de Rio Grande (1753-1757), tal qualificativo aparece somente 35 vezes, sendo que algumas mulheres a quem o termo foi aplicado aparecem em mais de um registro.⁵⁶

Antônio Furtado de Mendonça também aparece acompanhado de qualificativo: alferes, no caso, da Companhia de Ordenanças. A organização militar do império português se dava essencialmente por meio de três corpos militares: os regulares, os auxiliares e os de ordenanças.⁵⁷

Os membros das tropas regulares recebiam soldo (ainda que muitas vezes com atraso), fardamento, armamento e alguns outros insumos. Recebiam treinamento militar e deveriam dedicar-se exclusivamente às atividades militares, assim como se manter constantemente em armas. Já os integrantes dos corpos auxiliares eram arregimentados em seus locais de origem, e, ainda que também recebessem certo treinamento, deveriam dedicar-se em tempo parcial, e não recebiam soldo. Como revela o nome, deveriam auxiliar as tropas regulares, e mesmo substituí-las em caso de necessidade. No início do povoamento do Rio Grande, ainda não existia esse tipo de tropa.

Já os corpos de ordenança interessam aqui especialmente por serem os únicos em que poderia se inserir Antônio, assim como alguns de seus genros, uma vez que o Edital de 1747 indica que os açorianos não poderiam fazer parte das tropas pagas (no caso do Rio Grande, as Companhias de Dragões). Os membros das companhias de ordenança não possuíam instrução militar sistemática, e sua função principal residia na manutenção da ordem pública. O efetivo de cada tropa era formado pelos moradores locais, que permaneciam em suas atividades particulares e eram chamados somente no caso de perturbação da ordem pública. Deveriam possuir armas e equipamentos e não recebiam soldo.

⁵⁶ ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE, 2º Livro de Batismos de Rio Grande (1753-1757). É possível que o termo “Dona” tenha aparecido mais vezes, já que cerca de um quinto do livro está corroído devido à ação do tempo, o que dificulta a leitura. O termo foi encontrado 35 vezes se referindo a 25 mulheres diferentes. O levantamento realizado se trata apenas de um teste. Ainda que o resultado obtido seja significativo, se faz necessária uma análise da documentação completa para poder fazer afirmativas mais contundentes.

⁵⁷ Os dados sobre os corpos militares foram extraídos de COTA, Francis Albert. O “sistema militar corporativo” na América Portuguesa. In: Actas do Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, 2005; e de PAGANI, Edson Moisés. Das armas e dos homens: estudo das sociabilidades dos integrantes das companhias auxiliares de cavalaria da vila de Curitiba (1765-1777). Curitiba, 2011. (Dissertação de Mestrado).

A existência dos patentes respondia, obviamente, às necessidades militares da Coroa, assim como a existência de cargos respondia às necessidades administrativas. Não apenas, possuíam, também, um papel social importante, a medida em que ofereciam a seus detentores uma distinção simbólica dos demais. É preciso lembrar que se trata de uma sociedade na qual a existência e a manutenção da hierarquia social é questão central. Possuir uma patente, ainda que baixa, é um sinal que marca a diferença entre o possuidor e a grande massa de camponeses que habitavam a mesma área. Não se sabe se Antônio já era alferes na Ilha do Faial, ou se recebeu a patente já no Continente, mas de qualquer forma ela aparece como sinal de sua distinção.

Os genros de Antônio também possuíam cargos e patentes, algumas delas da Companhia de Ordenanças. No Continente, o Regimento das Ordenanças foi criado em 1750, por ordem de Gomes Freire, inicialmente com oito companhias, às quais seriam acrescentadas duas nos anos subseqüentes. A maior diferença entre as companhias regulares e as de ordenanças é que a última era exercida de forma vitalícia. De acordo com o regimento de 1570 que regulamenta esse tipo de companhia no império português, a eleição dos capitães devia recair nas “pessoas principais das terras”, o que salienta a função de *distinção simbólica* desses cargos.⁵⁸

A importância desses postos, além da distinção, recaía no poder de mando e influência, especialmente por algumas das atribuições dos oficiais, como a influência que tinham no recrutamento. No caso específico das ordenanças dos casais, os homens detentores das patentes mais altas auxiliavam na distribuição dos recursos doados pela Coroa e na manutenção da ordem. A aquisição de postos da coroa dava a seus titulares, portanto, a possibilidade de interferir em setores centrais da sociedade, desde a economia até a justiça.⁵⁹

Pouco se sabe sobre a atuação do Alferes Antônio Furtado de Mendonça em Rio Grande. Ele é referido no processo de habilitação sacerdotal de seu neto, o padre Francisco Inácio da Silveira, como tendo sido dono de uma “loja de fazenda seca”⁶⁰, embora não esteja claro do que se tratava o estabelecimento. De sua mulher, sabe-se que morreu antes de 1755,

⁵⁸ KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Niterói, PPGHIS – UFF, 2006 (Tese de Doutorado).

⁵⁹ FRAGOSO, João Luis Ribeiro. A Nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do rio de janeiro, século xvii. algumas notas de pesquisa. **Tempo** - Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 8, n.15, p. 11-35, 2003.

⁶⁰ SIMÕES LOPES F., João. **Furtado de Mendonça**: Descendência de Antônio Furtado de Mendonça. Disponível em http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_f_02.htm (acessado em 19/06/2011).

pois é referida como falecida no registro de batismo de sua neta Rosália.⁶¹ Em 1752 encontrava-se bastante doente, de acordo com um requerimento feito por seu marido para que fosse tratada em casa com recursos do hospital Real:

Diz o Alferes Antônio de Mendonça, um dos casais do transporte das Ilhas dos Açores, que ele Suplicante se acha com sua consorte gravemente molesta e como se sabe que o Dr. Provedor não consente que pessoa alguma se cure fora do hospital à custa da Real Fazenda e a Suplicante não poder por graves inconvenientes deixar a sua casa onde tem enfermeira que lhe possa assistir, o que por ora não há no hospital: Pede a V. S.^a se digne **atender ao sexo e qualidade da pessoa** mandar que se lhe assista com o necessário principalmente com medicamentos precisos de que se fizer carecedora por cuja esmola fica pedindo ao céu pela saúde de V. S.^a E.R.M.⁶²

A referência à *qualidade* da mulher do requerente é mais um exemplo da importância da distinção nessa sociedade. Pode-se perceber, portanto, que nem todas pessoas provenientes das ilhas eram percebidas, ou se percebiam, como *iguais*. *Igualdade* não é o conceito mais adequado para entender o contexto em que viveu Dona Isabel. O sentido de justiça não se baseava nos princípios da igualdade, mas nos da *equidade*, segundo os quais *justo* é dar a cada um o que lhe cabe de acordo com sua posição social. A importância desse conceito na organização das sociedades de Antigo Regime foi trabalhada por Giovanni Levi no texto *Reciprocidade Mediterrânea*, onde ele diz que

[...] o conceito surgiu e teve importância em sociedades que não reconheciam a igualdade entre cidadãos abstratos – segundo a qual a lei é igual para todos –, mas, ao contrário, acentuavam a desigualdade de uma sociedade hierárquica e segmentada, na qual conviviam sistemas jurídicos correspondentes a diversos sistemas de privilégio e de classificação social: portanto, uma pluralidade de equidades de acordo com o direito de cada um de que lhe reconheçam o que lhe corresponde sobre a base de seu direito social e de acordo com um princípio de justiça distributiva. Na sociedade de *Ancien Régime*, o conceito de equidade era o protagonista central de seu sonho impossível – ou melhor, já impossível – de construir uma sociedade justa de desiguais.⁶³

⁶¹ ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE. 2º Livro de Batismos do Rio Grande.

⁶² ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais*. Vol. 1. Porto Alegre, 1977. Publicado pelo Instituto Estadual do Livro. Documento de 19 de setembro de 1752. Grifo meu.

⁶³ LEVI, Giovanni. Reciprocidad mediterránea. *Tiempos Modernos*: Revista Electrónica de Historia Moderna, no 7, 2002. Tradução minha. No original: *el concepto surgió y tuvo importancia en sociedades que no reconocían la igualdad entre ciudadanos abstractos —según la cual la ley es igual para todos—, sino que, por el contrario, cargaban el acento en la desigualdad de una sociedad jerárquica y segmentada, en que convivían sistemas jerárquicos correspondientes a diversos sistemas de privilegio y de clasificación social: por tanto, una pluralidad de equidades según el derecho de cada uno a que se le reconozca lo que le corresponde sobre la base de su situación social y de acuerdo con un principio de justicia distributivo. En la sociedad de Ancien Régime, el concepto de equidad era el protagonista central de su sueño imposible —o, mejor dicho, ya imposible— de construir una sociedad justa de desiguales.*

O princípio da equidade, portanto, é o que baseava o sentido de justiça em uma sociedade desigual, hierarquizada e corporativa. Uma sociedade, portanto, pautada num funcionamento de Antigo Regime, mesmo existindo no sul da América.

A noção de Antigo Regime nos Trópicos foi trabalhada por Fragoso, Gouveia e Bicalho como a formação de uma sociedade colonial e de elites senhoriais que funcionavam dentro dos preceitos de uma *economia do bem comum* e com “práticas e instituições regidas pelo ideário da conquista, pelo sistema de mercês, pelo desempenho de cargos administrativos e pelo exercício do poder concelhio”.⁶⁴

Para que a ideia de *economia do bem comum* possa ser entendida, é preciso primeiramente esclarecer, também, o funcionamento do sistema de mercês, uma instituição portuguesa que tem suas origens na reconquista. Mercês são, basicamente, recompensas dadas pelo rei a seus súditos por serviços prestados. Essa recompensa poderia ser em terras, privilégios, cargos, entre outros. Esse sistema não era vigente apenas no Reino, mas em todo o Império Ultramarino português.

Entre os principais serviços prestados à coroa estavam aquelas ações associadas às conquistas, inicialmente a “re-conquista” do próprio território português aos “mouros”, e depois, à medida em que se dava a expansão portuguesa, aquisição dos territórios do ultramar. Em tais conquistas a coroa concedia como mercê postos (governador, provedor da fazenda...) a alguns de seus súditos. Esse postos, além de vencimentos e de prestígio, traziam a possibilidade de alguns privilégios mercantis por parte de seus ocupantes, como viagens marítimas em regime de exclusividade ou isenção de taxas e de direitos alfandegários. Para os nobres portugueses esses privilégios, juntamente com alguns outros benefícios, representavam a chance de manter/ampliar terras, rendas e prestígio na metrópole. Não era só a nobreza quem se beneficiava desse sistema, pessoas comuns, como soldados por exemplo, também podiam ser recompensados por serviços prestados.⁶⁵ No entanto, as remunerações que recebiam eram diferenciadas daquelas dos nobres, de acordo com os princípios da *equidade*.

Na América Portuguesa não eram os grandes nobres, eram as famílias mais antigas, as famílias de *conquistadores* que obtiveram os principais cargos por meio do sistema de

⁶⁴ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; e BICALHO, Maria Fernanda B., Uma Leitura do Brasil Colonial: Bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope**. Revista de História e Ciências Sociais. Lisboa, n.º 23 (novembro de 2000): 67-88.

⁶⁵ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; e BICALHO, Maria Fernanda B., Uma Leitura do Brasil Colonial: Bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope**. Revista de História e Ciências Sociais. Lisboa, n.º 23 (novembro de 2000): 67-88.

mercês. Essas pessoas também ocupavam a Câmara, gerenciando assim as coisas da *res-pública*, e tinham assim possibilidade de intervir no mercado ao controlar preços e serviços ligados ao abastecimento da cidade, gerando uma espécie de ciclo vicioso, onde os principais da terra eram privilegiados e tinham meios de manter e ampliar tal privilégio. Para que esse sistema possa ser melhor compreendido, é preciso retornar ao conceito de economia do bem comum:

O conceito de *economia do bem comum* só fica completo quando se considera que ele encerra uma forma particular de apropriação do excedente social. Os bens e serviços da república eram concedidos pelo senado e/ou pelo rei a apenas alguns, e tal privilégio era exercido na condição de monopólio ou de semi-monopólio. Desta forma, apenas alguns ‘eleitos’ se apropriavam, em regime de exclusividade ou com menor concorrência, dos rendimentos de segmentos da produção social. Os demais moradores/súditos que ousassem interferir em tais monopólios poderiam ser punidos pela lei. Trata-se de uma situação onde o conjunto da população livre – entendida no interior de uma sociedade hierarquizada de antigo regime – ou, o que é o mesmo, o público da república deposita, nas mãos dos privilegiados, parte do seu rendimento.⁶⁶

Pensando nas características de uma sociedade de Antigo Regime e na importância da conquista, não como fonte de oportunidades irrestritas a qualquer um, mas como meio de ampliação de recursos por parte de quem já tinha alguma possibilidade de se lançar numa empreitada como essa (como, por exemplo, membros de antigas famílias em outras localidades que se deslocavam para regiões de fronteira), parece ficar claro que, embora a conquista e preservação desse território (frente aos castelhanos) apresentasse oportunidades de angariação e ampliação de recursos, tais oportunidades não estavam disponíveis a qualquer um. Não era o Continente, portanto, uma “terra de promessa”.

Por ser um território de povoamento tardio se comparado com outras regiões da América portuguesa, o Rio Grande do Sul foi por muito tempo tratado pela historiografia como “terra das oportunidades”.⁶⁷ Mas, em realidade, os súditos da coroa portuguesa que chegavam de outros locais não vinham para esse território como *tabula rasa*. Traziam consigo suas trajetórias pessoais e, principalmente, familiares, seus laços de parentesco e amizade, conhecimentos e vivências prévias, maneiras de perceber o mundo e de agir.

⁶⁶ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; e BICALHO, Maria Fernanda B., Uma Leitura do Brasil Colonial: Bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope**. Revista de História e Ciências Sociais. Lisboa, n.º 23 (novembro de 2000): 67-88

⁶⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Da mesma forma com que nem todas as pessoas provenientes das ilhas dos Açores tiveram o mesmo tratamento ou a mesma trajetória, nem todos os “povoadores” iniciais – pintados pela historiografia como “desbravadores” – tiveram o mesmo nível de sucesso em suas empreitadas. A diferença entre sucesso e fracasso poderia residir em muitos fatores, a maioria deles fugiam ao controle dos atores sociais: o contexto econômico, as intempéries, a guerra. No entanto, acredita-se aqui que muitos dos fatores que poderiam influenciar um bom desempenho em termos de estratégia, residiam no tipo de *relações* estabelecidas por essas pessoas e no nível de sucesso que tiveram em utilizar essas relações em seu favor.

É preciso considerar, ainda, que nem todas as pessoas tinham as mesmas oportunidades, nem todas tinham, por assim dizer, o mesmo *ponto de partida*. E, ainda que tivessem partido do mesmo ponto e que engendrassem estratégias com plenas chances de serem bem sucedidas, trata-se de uma sociedade hierarquizada onde não há lugar para todos no topo, uma sociedade que, portanto, criava e recriava constantemente mecanismos de exclusão social. Diante de tantos aspectos, o estudo de estratégias se mostra bastante complexo, ainda mais quando consideramos que as estratégias não são elaboradas de forma totalmente consciente, mas sim a partir de uma noção de *racionalidade limitada*.⁶⁸ A partir dessa noção, pode-se pensar em agentes que atuam a partir de um acesso maior ou menor a recursos que são sempre limitados por seu lugar na trama social. Suas ações não estão isoladas, já que todas as demais pessoas em seu contexto também agem, e não se pode saber se as ações iniciadas terão os resultados pretendidos. As estratégias sociais dos agentes acontecem, portanto, em um contexto constante de *incerteza*.

Dentro da perspectiva de uma racionalidade limitada, em que nem sempre as escolhas e as ações dos agentes levam aos objetivos desejados, o estudo de estratégias, sejam elas bem-sucedidas ou não – e muitas vezes as mal-sucedidas são mais reveladoras –, torna-se importante por apontar caminhos *possíveis* aos atores sociais, revelando dessa forma aspectos do funcionamento dessa sociedade talvez não perceptíveis de outra maneira. Escolhas e estratégias não são vistas e estudadas como um fim em si mesmas. Elas podem dizer muito a respeito dos atores a que estão relacionadas, da realidade em que viviam e de como esses mesmos atores percebiam tal realidade.

⁶⁸ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Para mais informações sobre o trabalho de Levi ver: LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

A sociedade que se formou no Rio Grande de São Pedro era, portanto, nova, mas não completamente inovadora. A ocupação do Continente permitiu a um limitado número de famílias um entesouramento que serviu de alavanca para angariar ou manter *status*. As diferenciações formadas no início da ocupação foram cuidadosamente mantidas, principalmente pela existência do sistema de mercês. A guerra teve um papel fundamental na manutenção da hierarquia. Como já foi dito, a colonização do Continente foi tardia se comparada às principais áreas da América Portuguesa, mas a situação de fronteira e os conflitos constantes com os castelhanos prolongaram a situação de *conquista*.

Foram os homens envolvidos na guerra, os militares, os que mais receberam mercês, especialmente em terras (geralmente sesmarias de grande extensão) e em direitos sobre a cobrança de impostos. São esses mesmos que participaram da gerência da *res publica*, ocupando os cargos régios. Esses homens aproveitaram sua posição para diversificar suas atividades, ocupando-se do comércio, da criação do gado, e mesmo da produção agrícola.

É nesse grupo de pessoas, no topo da hierarquia, que se encontram os genros do casal Antonio Furtado de Mendonça e Isabel da Silveira. Comerciantes, detentores de sesmarias de grandes proporções, de grandes rebanhos de gado, de cargos de governança da república, de patentes militares, de contratos. Façamos um pouco sobre cada um deles:

Dona Maria Antônia da Silveira, a mais velha das cinco irmãs, casou-se antes de 1754 com **Mateus Inácio da Silveira**, que também era natural da Freguesia de São Salvador na Ilha do Faial. Existe uma possibilidade de que suas famílias fossem aparentadas, mas isso não pode ser verificado. Mateus Inácio obteve a patente de capitão de Mar-e-guerra *ad honorem* por ter debelado uma rebelião de índios a bordo de uma embarcação, e foi também Capitão de Ordenanças. Foi duas vezes eleito para o cargo de juiz ordinário da câmara quando a mesma se localizava Viamão em função da ocupação castelhana de Rio Grande.⁶⁹

Dona Ana Inácia da Silveira era casada, provavelmente em 1752, com **Manuel Fernandes Vieira**, que era natural da Freguesia de Fonte da Arcada, Arcebispado de Braga e, especula-se, deve ter chegado ao Continente de São Pedro por volta de 1751. Em 1752 já se encontrava em Rio Grande, onde foi nomeado Tabelião da Vila, cargo que renovou diversas vezes, além de assumir o ofício de Escrivão de Órfãos da Vila do Rio Grande, e de aparecer como Oficial da Câmara ainda em 1755. Em Viamão foi Juiz Ordinário em 1782 e Vereador

⁶⁹ No batismo de seu primeiro filho, em 1754, o menino consta como legítima. ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE, 2º Livro de Batismos de Rio Grande, fl. 245.; HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)**. Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).; COMISSOLI, A. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)**. Niterói: UFF, 2006 (Dissertação de Mestrado).

em 1768 e 1772. Foi Sargento-Supra e tempo depois Capitão da Companhia de Ordenança. Fernandes Vieira era ativo na arrematação de contratos e dízimos régios⁷⁰, o que fazia em sociedades com alguns de seus concunhados e também, algumas vezes, em sociedade com negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro. Fernandes Vieira aparece no Rol de Confessados de Viamão de 1776, acompanhado de sua esposa, quatro filhos e dezessete escravos. Era proprietário da casa mais cara dessa localidade, avaliada em um conto de réis.⁷¹

Dona Mariana Eufrásia da Silveira casou-se com **Francisco Pires Casado**, natural Santa Luzia, Ilha do Pico. O casamento deve ter ocorrido antes de 1754, já que no final desse ano nasceu a primeira filha do casal. Pires Casado foi sucessivamente Capitão e Sargento-mor das Ordenanças, chegando a ocupar o cargo de Capitão-Mor no final de sua vida. Foi vereador em Viamão, e possuía terras e animais em sociedade com seus concunhados Manuel Bento da Rocha e Antônio Moreira da Cruz, ambos casados com irmãs de sua esposa. No ano de 1778 aparece no Rol de Confessados de Viamão, juntamente com Mariana Eufrásia, sete filhos do casal e dezenove escravos.⁷²

Dona Isabel Francisca da Silveira casou-se, antes de 1764, com **Manuel Bento da Rocha**, natural da Freguesia de São João Batista do Arcebispado de Braga. De lá, Bento da Rocha foi para o Rio de Janeiro, e depois, para o Rio Grande de São Pedro no final da década de 1740. Começou a aparecer na documentação paroquial da vila de Rio Grande a partir de janeiro de 1760, sempre como padrinho. Foi Capitão das Ordenanças, Capitão-mor da Vila do

⁷⁰ A arrematação de contratos constituía basicamente em ceder a particulares a prerrogativa de cobrar direitos, negociar com exclusividade algum produto, ou de abastecer alguma região ou instituição. Existiam quatro contratos principais referentes ao Continente: o de arrecadação dos dízimos (imposto de um décimo de toda a produção, pago à Igreja, mas arrecadado pelo monarca), o do registro de Viamão (cobrado sobre os animais que compunham as tropas que se dirigiam a Sorocaba, São Paulo), o do quinto dos couros e gado em pé (cobrança de 20% sobre todos os couros produzidos e sobre o gado em pé vendido para fora da capitania), e o do município da tropas (esse contrato estabelecia o preço que seria pago pelo estado a um particular para que fornecesse farinha e carne ao exército).

⁷¹ ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE, 1º Livro de Batismos de Rio Grande, fl. 137.; SIMÕES LOPES FILHO, João. **Furtado de Mendonça**: Descendência de Antônio Furtado de Mendonça. Disponível em http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_f_02.htm (acessado em 19/06/2011).; COMISSOLI, A. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre** (1767-1808). Niterói: UFF, 2006 (Dissertação de Mestrado). KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Niterói, PPGHIS – UFF, 2006 (Tese de Doutorado).

⁷² SIMÕES LOPES FILHO, João. **Furtado de Mendonça**: Descendência de Antônio Furtado de Mendonça. Disponível em http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_f_02.htm (acessado em 19/06/2011).; ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE, 2º Livro de Batismos de Rio Grande, fl. 253.; COMISSOLI, A. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre** (1767-1808). Niterói: UFF, 2006 (Dissertação de Mestrado). KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Niterói, PPGHIS – UFF, 2006 (Tese de Doutorado).; HAMEISTER, Martha Daissou. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).;

Rio Grande e Capitão-mor de Ordenanças do Continente do Rio Grande (1781). Foi vereador em Viamão, contratador dos Açougues, e recebedor de sesmarias. Em todos os locais que habitou, encontra-se referência, em registros paroquiais, da existência de escravos seus que, assim como ele, aparecem muitas vezes na posição de padrinhos.⁷³

Dona Joana Margarida da Silveira casou-se pela primeira vez em 1767 com **Antônio Moreira da Cruz**, que era, assim como Manuel Bento da Rocha, natural da Freguesia de São João Batista do Arcebispado de Braga, e parece ter trilhado o mesmo caminho deste alguns anos antes. Possuía pelo menos uma estância e chegou a arrematar contrato de dízimos em sociedade com Manuel Bento da Rocha, Manuel Fernandes Vieira e Mateus Inácio da Silveira. Foi eleito vereador nos anos de 1767 e 1770. Moreira da Cruz faleceu em 1776.⁷⁴

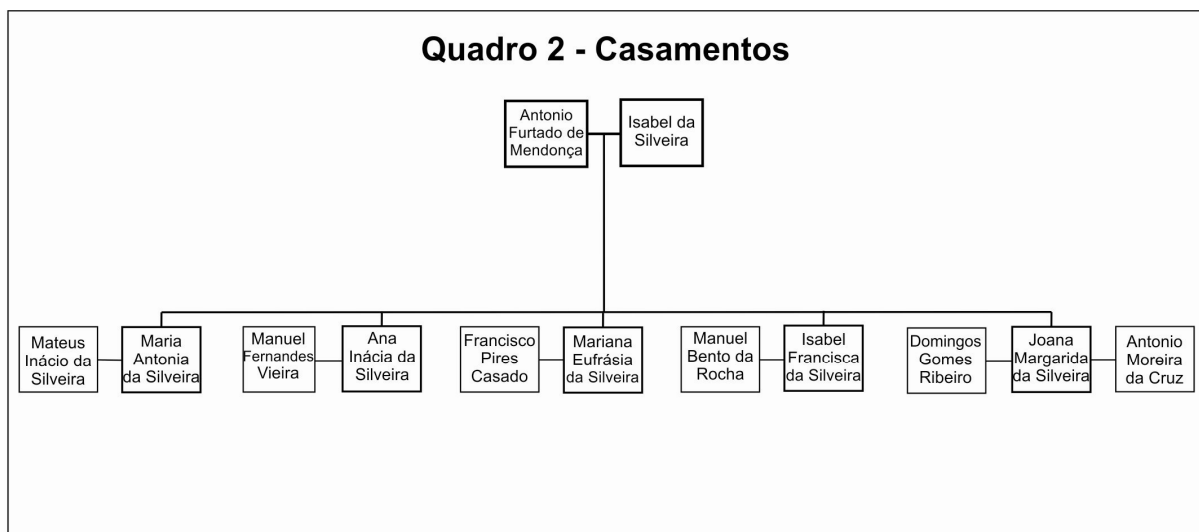
Viúva, a mesma Dona Joana Margarida casou-se em 1779 com **Domingos Gomes Ribeiro**, viúvo de Maria Gomes de Lima. Domingos era natural de Rio Grande, onde teria nascido por volta de 1755. Era filho do Sargento-Mor Domingos Gomes Ribeiro e de Dona Antônia de Moraes Garcês. Ficou órfão com as sucessivas mortes do pai em 1761 e da mãe em 1764, sendo que sua tutela ficou sob responsabilidade do já citado Manuel Fernandes Vieira.⁷⁵ Domingos Gomes Ribeiro foi Capitão de Ordenanças e substituiu seu pai no posto de Sargento-mor do Continente. Também foi oficial da Câmara como juiz ordinário nos anos de 1790, 1795 e 1799, e como vereador em 1773 e 1774.⁷⁶ Assim como seus concunhados, estava envolvido nos negócios de rebanhos e possuía uma grande escravaria, a julgar pela quantidade de vezes que escravos seus aparecem nos registros paroquiais de Viamão.

⁷³ LOPES FILHO, João. **Furtado de Mendonça**: Descendência de Antônio Furtado de Mendonça. Disponível em http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_f_02.htm (acessado em 19/06/2011).; KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Niterói, PPGHIS – UFF, 2006 (Tese de Doutorado).; ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE, 3º Livro de Batismos de Rio Grande.; COMISSOLI, A. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre** (1767-1808). Niterói: UFF, 2006 (Dissertação de Mestrado).

⁷⁴ KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Niterói, PPGHIS – UFF, 2006 (Tese de Doutorado). COMISSOLI, A. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre** (1767-1808). Niterói: UFF, 2006 (Dissertação de Mestrado).

⁷⁵ Agradeço ao professor Fábio Kühn a gentil disponibilização dessas informações.

⁷⁶ COMISSOLI, A. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre** (1767-1808). Niterói: UFF, 2006 (Dissertação de Mestrado).



Fontes: SIMÕES LOPES FILHO, João. **Furtado de Mendonça**: Descendência de Antônio Furtado de Mendonça. Disponível em http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_f_02.htm (acessado em 19/06/2011).

Por meio da rápida apresentação que foi feita acima é possível se ter idéia da proeminência social dessas pessoas. O mais importante, entretanto, não é a atuação de cada um em separado, e sim do grupo, uma vez que sem um certo funcionamento conjunto, muito provavelmente a trajetória social de cada um seria bastante diferenciada. Esses casais se relacionavam uns aos outros, seja reforçando os laços parentais existentes por meio do compadrio, associando-se nos negócios, ou mesmo auxiliando uns aos outros na aquisição de um cargo. Também estabeleciam boas relações com outras pessoas bem colocadas na hierarquia social – relações que, mesmo sendo constituídas pessoalmente por um deles, podiam favorecer mais de um membro do grupo.

Certamente, a existência de família, se entendida como um conjunto de relações que tem o parentesco consangüíneo, afim ou fictício como principal elo, já pressupõe uma série de relações – entre marido e mulher, pais e filhos, avós e netos, tios e sobrinhos, sogros e genros/noras etc. O mesmo se dá com o parentesco espiritual (pais e filhos, batizando e padrinho, compadres). A identificação desses laços indica apenas isso: a existência de uma família, consangüínea e/ou espiritual. Para que uma família possa ser entendida enquanto grupo se faz necessária a identificação de outros tipos de relação, que aproximem seus membros entre si e contribuam para que os mesmos adquiram ou mantenham recursos sociais, ou que, no mínimo, cumpram seu papel na busca da diminuição das incertezas com relação aos dias que virão.

Como já foi mencionado, as irmãs Silveira e seus maridos estabeleciam entre si outras relações para além das parentais constituídas por meio dos casamentos referidos. Algumas delas são de parentesco espiritual. Hameister observou os compadrios estabelecidos por meio dos batismos de alguns dos filhos dos casais Maria Antônia e Mateus Inácio da Silveira, Ana Inácia da Silveira e Manuel Fernandes Vieira e Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casados realizados na Vila de Rio Grande entre os anos de 1753 e 1762, e percebeu uma reiteração de laços já existentes, uma vez que todas as madrinhas e a maioria dos padrinhos escolhidos eram membros desse grupo familiar. Os padrinhos, quando não eram tios dos batizados, eram pessoas de estatuto social semelhante.⁷⁷

Entre os outros tipos de relação que estabeleciam entre si estão as já comentadas sociedades em terras e gado, e algumas sociedades em contratos régios. A atuação também incluía participação na Câmara, tanto em Rio Grande, como em Viamão e Porto Alegre.

Ao longo da segunda metade do século XVIII esses homens alternaram-se em cargos e na vereança. A presença de cada um deles na Câmara não é apenas importante em função do papel de ingerência que eles podiam ter sobre a coisa pública para favorecer seus próprios negócios, mas também porque a presença de apenas um membro já seria suficiente para que alguns interesses dos demais membros do grupo fossem colocados em pauta.

Esses homens, juntamente com outros atores do mesmo contexto, formaram o que Adriano Comissoli e Fábio Kühn chamaram de *bando dos cunhados*.⁷⁸ Por *bando* ou *parcialidade*, entende-se o grupo formado por pessoas que estabeleciam entre si e com outros grupos sociais uma teia de alianças políticas, econômicas e sociais, com interesses comuns, e que usavam a esfera política para a concretização desses interesses. Estabeleciam essas alianças entre si, com membros da elite, com outros setores da população, adquirindo assim a cumplicidade de outros estratos sociais, legitimando dessa forma a própria hierarquia estamental.⁷⁹

Esse grupo foi assim classificado por Kühn e Comissoli justamente por terem criado entre si, e com pessoas de outros segmentos sociais, uma ampla rede de relações capaz de

⁷⁷ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).

⁷⁸ KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Niterói, PPGHIS – UFF, 2006 (Tese de Doutorado); COMISSOLI, A. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre** (1767-1808). Niterói: UFF, 2006 (Dissertação de Mestrado).

⁷⁹ FRAGOSO, João Luis Ribeiro. A Nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do rio de janeiro, século xvii. algumas notas de pesquisa. **Tempo** - Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 8, n.15, p. 11-35, 2003.

permitir que eles sustentassem a posição que tinham na sociedade e ainda ampliassem o *cabedal* e o prestígio que possuíam.

Além disso, adquiriram uma vasta clientela – essencial para a sustentação da posição do grupo nessa sociedade. Como salienta Hameister, nessa sociedade ainda em muito regida por parâmetros de Antigo Regime, a hierarquia social não era algo dado ou magicamente mantido. Não bastava pertencer a uma família de elite para permanecer como tal. Era preciso reiterar constantemente essa posição por meio do estabelecimento de alianças e relações de reciprocidade com pessoas provenientes de todos os setores da população, especialmente os setores intermediários. Era preciso gerar uma base de sustentação que tão mais forte seria quanto maior e mais diversificada fosse.⁸⁰

A esse respeito, João Fragoso, ao indagar como a grande desigualdade social no Brasil pode se reproduzir em meio a formas de acumulação muito diferentes – como aquelas presenciadas pela América portuguesa entre o Seiscentos e o Oitocentos – diz:

[...] as **redes de alianças que essa nobreza mantinha com outros grupos sociais eram fundamentais**, e tal fenômeno assegurava a sua legitimidade social e, portanto, os seus privilégios. Em contrapartida, o mesmo fenômeno criava reciprocidades entre a elite e aqueles grupos. [...] Através desses expedientes, ou mais precisamente, de tais redes de reciprocidades, lavradores e outras categorias sociais adquiriam “dádivas” e benefícios. Mas, principalmente, ficavam comprometidas com uma hierarquia social marcada pela exclusão.⁸¹

Eram essas relações entre os membros da elite e com os outros grupos sociais que formavam um *cabedal imaterial* (constituído de prestígio e relações) que – mais do que terra, gado ou dinheiro – dava oportunidade para a manutenção da posição que ocupavam na hierarquia social. E o mais interessante da existência desses elementos imateriais é que eles dificilmente são destruídos pela guerra.⁸²

⁸⁰ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).

⁸¹ FRAGOSO, João. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 29, 2002. Grifo meu.

⁸² HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).

1.5. Tomada e reconquista da Vila de Rio Grande

Como já foi várias vezes comentado, ainda que rapidamente, a Vila de Rio Grande foi ocupada por tropas castelhanas em 1763. No ano de 1762 os castelhanos, vindos pelo sul, atacaram e tomaram todas as posições lusas entre Sacramento e a barra da Lagoa dos Patos. Em abril de 1763 chegaram a Rio Grande, tomando a Vila sem sofrer qualquer resistência.⁸³ O Governador Inácio Elói de Madureira, sabendo do avanço castelhano, ao invés de organizar a resistência preparou uma nau para si e para os seus comandados mais imediatos e fugiu para território seguro situado ao norte do Continente. O que aconteceu na Vila nos momentos seguintes foi puro caos, não apenas pelo ataque em si, mas pela existência de um número muito grande de soldados portugueses na vila que se viram, de repente, sem qualquer hierarquia ou cadeia de comando a ser respeitada. Houve roubos, estupros, assassinatos. Os que puderam fugiram por um canal que separava a Vila propriamente dita do local chamado *Estreito*, na margem norte. Do Estreito alguns seguiram para os territórios situados ao norte da Lagoa dos Patos, os citados Campos de Viamão. Os que não conseguiram fugir de Rio Grande foram aprisionados, e tempos depois levados à localidade de San Carlos de Maldonado. Segundo Queiroz, 156 famílias das aproximadamente 700 que existiam em Rio Grande à época da ocupação permaneceram sob domínio castelhano.⁸⁴

Das famílias que fugiram a maioria delas refugiou-se na povoação de Viamão. Para essa localidade também se deslocaram as autoridades e instituições portuguesas que estavam assentadas em Rio Grande, criando uma situação inusitada: a existência de uma Câmara sem que sua sede fosse uma vila – uma vez que Viamão, na prática nova sede administrativa, era apenas uma freguesia – e, posteriormente, quando Rio Grande foi reconquistada, a existência de uma vila sem Câmara, já que a Câmara – nesse momento já situada em Porto Alegre – jamais retornou a Rio Grande.

Em 1776 os portugueses organizaram a reconquista de Rio Grande, e em dois de abril desse ano a vila foi retomada. Mas a situação do Continente do Rio Grande de São Pedro – instável política e economicamente devido à guerra com os castelhanos – só iria se amenizar

⁸³ BIBLIOTECA RIOGRANDENSE. Devassa Sobre a Entrega da Vila do Rio Grande às Tropas Castelhanas - 1764 -. Rui Grande: Biblioteca Riograndense, 1937.

⁸⁴ QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. **Paróquia de São Pedro do Rio Grande**: estudo de história demográfica (1737-1850). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1992. (Tese de Doutorado).

com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1777) o qual cedia a Colônia do Sacramento em definitivo aos castelhanos em troca da recuperação da Ilha de Santa Catarina, então invadida por tropas castelhanas.

Esse tratado inicia um período de paz e crescimento econômico para a capitania, já que significou o fim das lutas constantes travadas pelas coroas ibéricas na região. Era o momento, então, de reorganizar a produção. No que se refere especificamente à Vila de Rio Grande, foi o momento de retorno de muitos, reintegração de alguns antigos proprietários e concessão de novas terras.⁸⁵

Esse novo momento de estabilidade, combinado com um contexto de aumento da demanda por produtos agrícolas tanto na América Portuguesa quanto no reino, culminou no crescimento e diversificação de culturas de exportação. Especificamente na região da Vila de Rio Grande e seu entorno, viu-se emergir a produção de trigo e os rebanhos recuperaram-se rapidamente da conjuntura de guerra. No final da década de 1780 a região de Rio Grande já era a segunda zona de pecuária da capitania, atrás de Rio Pardo, e era principal na produção tritícola.⁸⁶

Parte do crescimento da região explica-se, segundo Helen Osório, pela expansão territorial ocorrida após o tratado de Santo Ildefonso. De acordo com o tratado, o território compreendido entre as lagoas Mangueira e Mirim, de um lado, e a costa marítima, de outro, deveria ser neutro, e permanecer desocupado. Em tese essa região serviria para evitar novos conflitos e desestimular o contrabando, prática comum nas fronteiras sulinas desde a formação da Colônia do Sacramento. Aos poucos os portugueses foram ocupando o território que deveria ser neutro. Essa ocupação não era desconhecida da Coroa, uma vez que ocorreu inclusive a concessão de sesmarias na região: de 1777 a 1791, 39% das 175 cartas outorgadas referiam-se a terras que se situavam na região de Rio Grande.⁸⁷

⁸⁵ MAGALHÃES, Mario Osorio. **História do Rio Grande do Sul** (1626-1930). Pelotas: Editora Armazém Literário, 2002.

⁸⁶ OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

⁸⁷ OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

Nesse contexto se inicia a produção de charque em larga escala no Continente do Rio Grande, produto que se tornaria o principal nas exportações da região no século XIX. Charque era produzido a partir de carne cortada em finas mantas e desidratada por igual através da salga e exposição ao sol. Diferencia-se da *carne de sol* produzida no nordeste durante o século XVIII, cuja tecnologia envolve grandes peças de carne, salgadas e formando uma crosta seca por fora e quase *in natura* no interior da peça. Crê-se que a tecnologia do charque tem origem andina, onde era muito utilizada pelos indígenas para a feitura de alimentos desidratados.⁸⁹

O produto não era desconhecido durante o século XVIII, sendo feito principalmente no interior das fazendas para consumo interno, e também como abastecimento das regiões beligerantes. Em documento do final da década de 1730, Cristóvão Pereira de Abreu relata o envio de mais de quatrocentas arrobas de carne seca para a Colônia do Sacramento, nesse momento sitiada. Cristóvão utiliza, inclusive, o termo “charquear” quando se refere aos custos da produção da carne.⁹⁰

Foi apenas com a estabilidade adquirida a partir do tratado de Santo Ildefonso, somada ao aumento da demanda pelo produto e pela desarticulação da região produtora de carne de sol, que o charque pode ser produzido em larga escala. A fabricação da carne de sol teve uma queda brusca no final da década de 1770, em função de uma grande estiagem que atingiu os rebanhos dos sertões nordestinos, diminuindo em muito o seu contingente. Uma segunda estiagem, ainda pior, entre 1790 e 1793 acabou por praticamente liquidar os rebanhos e conseqüentemente acabou com o fornecimento de gado às fábricas de carne seca, o que resultou na quase total finalização da produção de carne desidratada na região, abrindo um espaço no fornecimento do produto a ser ocupado pelo charque produzido no Rio Grande do Sul.⁹¹

Por ser elemento base na alimentação de escravos e de setores mais pobres da população, o charque tinha uma grande demanda e o volume de suas exportações cresceu rapidamente, devido a um aumento populacional nas regiões consumidoras do produto. As

⁸⁹ MURRA, John. *La Organización Económica del Estado Inca*. México: Siglo XXI, 1978.

⁹⁰ BIBLIOTECA RIOGRANDENSE. Documentos sobre a Colônia do Sacramento, códice 467 do Fundo Geral Seção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa – separata nº 99 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial / IHGRGS, 1945. Apud HAMEISTER, Martha Daisson. **O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. (Dissertação de Mestrado).

⁹¹ MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: Editora da UFPel/Livraria Mundial, 1993.

principais regiões compradoras eram o Rio de Janeiro, a Bahia e Pernambuco, além de algumas localidades fora do Brasil, como Cuba.⁹²

Assim, o Rio Grande do Sul deixou de ser apenas um fornecedor de animais – cavalgaduras e bovinos para o sudeste, especificamente a feira de Sorocaba, que os redistribuía para as áreas consumidoras – e passou a ser o mais importante produtor da proteína consumida nas grandes áreas escravistas, sob a forma de charque. No século XIX o Rio Grande apareceria como um dos maiores abastecedores de charque para o mercado brasileiro, em particular o do sudeste. Segundo dados levantados por João Fragoso, esse produto corresponderia, em média de valor, a mais de 55% das exportações gaúchas entre 1806 e 1820.⁹³

O desenvolvimento da indústria do charque acabou por gerar um novo grupo social, o dos *charqueadores*, como eram chamados os donos das *charqueadas* – estabelecimentos onde o gado era abatido e onde era produzido o charque, assim como couros, o sebo, e mesmo cal, proveniente dos ossos. As *fábricas de salga de carnes*, como eram por vezes chamadas, não ocupavam muito espaço físico, já que a maior parte do gado abatido era comprado de estancieiros⁹⁴. Algumas delas, no final do século XVIII, eram apenas parte de um terreno maior, onde geralmente se criava parte do gado ou mesmo, em poucos casos, plantava-se trigo, ainda que a tendência, ao longo do século XIX tenha sido a repartição dos terrenos maiores que se localizavam à margem dos rios pela valorização que sofreram.⁹⁵ Tal localização era necessária para que a produção pudesse ser escoada por via fluvial até os portos, especialmente o porto da Vila de Rio Grande. Isso fez com que os estabelecimentos charqueadores fossem pouco a pouco se concentrando em um dos distritos da Vila de Rio Grande, conhecido como “Lugar das Pelotas”, cuja rede fluvial permitia o fácil transporte do produto até seu destino.

⁹² SANTOS, Corcino Medeiros dos. Importância da Capitania do Rio Grande para o Brasil. In: CAMARGO et. al (Org). **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006, vol. 1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

⁹³ FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

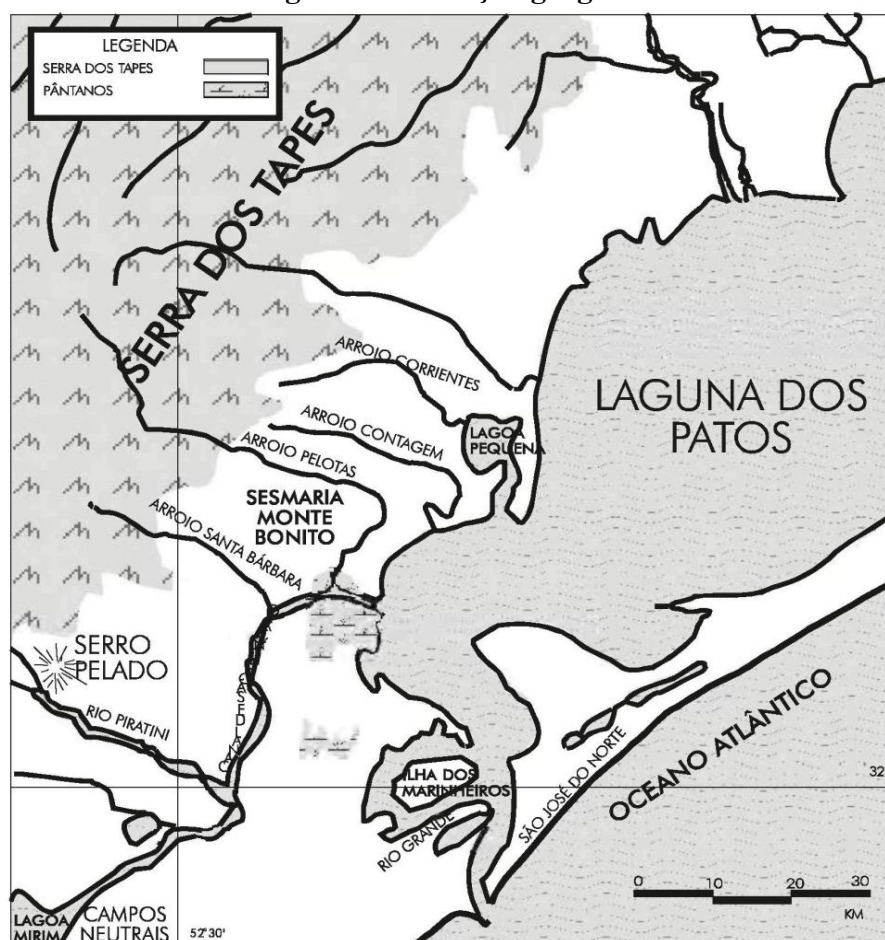
⁹⁴ *Estancieiro* era chamado o dono de uma *Estância*. De acordo com o dicionário de Rafael Bluteau, adaptado por Antonio de Moraes Silva: *no Sul da América, terras com criação de gado vacum, e cavalaria*. BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez & Latino**, volume 5. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/>

⁹⁵ GUTIERREZ, Ester. **Negros, Charqueadas e Olarias**. Um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Editora Universitária/UFPel; Livraria Mundial, 1993.

1.6 O charque e a formação de Pelotas

Existiram várias charqueadas no Rio Grande de São Pedro, inclusive no entorno de Porto Alegre; porém, esses estabelecimentos foram pouco a pouco se concentrando nas margens dos rios Arroio Pelotas e São Gonçalo, que na década de 1780 ficava na jurisdição da Vila do Rio Grande de São Pedro, hoje cidade do Rio Grande. A proximidade dos rios, que desembocavam na Lagoa dos Patos, permitia um fácil escoamento da produção para o porto da Vila, este situado na barra da Lagoa. De lá era despachada diretamente para as regiões consumidoras ou para centros de redistribuição.⁹⁶

Figura 3 – Situação geográfica



Fonte: GUTIERREZ, Ester. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Editora Universitária/UFPeL; Livraria Mundial, 1993.

⁹⁶ GUTIERREZ, Ester. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Editora Universitária/UFPeL; Livraria Mundial, 1993.; MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: Editora da UFPeL/Livraria Mundial, 1993.

A produção charqueadora cresceu muito em um curto período de tempo, e o Rio Grande tornou-se uma das áreas de crescimento mais acelerado do Império português no período de 1780 a 1820, além de integrar-se definitivamente ao cada vez mais expressivo mercado interno brasileiro. Segundo Kühn, os produtos pecuários responderam por 70% do total das exportações da capitania entre os anos 1790 e 1815, destacando-se o charque, os couros e o gado em pé (cavalos, mulas e bovinos).⁹⁷ Em 1812 estabeleceu-se ali, a pedido dos moradores, a Freguesia de São Francisco de Paula. Em 1832, devido a seu crescimento econômico e populacional, a região foi elevada à condição de Vila de São Francisco de Paula e em 1835, foi elevada à condição de Cidade de Pelotas.⁹⁸

Acredita-se que tenham existido, simultaneamente, um mínimo de 18 e um máximo de 40 charqueadas nessa região no período anterior a 1835. O limite máximo de charqueadas era dado em função do espaço físico existente ao longo do canal São Gonçalo, dos arroios (rios) em seu entorno.⁹⁹ Além da facilidade de escoamento da produção, Pelotas estava próxima às principais estâncias de criação de gado. E pelo porto de Rio Grande chegavam, redistribuídos do Rio de Janeiro, os escravos que realizavam os trabalhos de abate do boi e salga da carne que seria consumida, posteriormente, por outras pessoas da mesma condição e também pelas populações livres pobres. Cada charqueada empregava, em média, 80 cativos, o que gerou uma grande concentração de trabalhadores desse tipo na localidade: em 1814, cerca de 50,7% dos habitantes de Pelotas eram escravos.¹⁰⁰ Nem todos eram direcionados para as charqueadas, sendo utilizados em outras atividades, mas a produção da carne seca aumentou consideravelmente o seu contingente no Rio Grande de São Pedro. Embora sempre tenha havido trabalho escravo no Rio Grande do Sul (em quantidade e importância bastante relevantes), a partir desse momento o desenvolvimento da economia charqueadora – e conseqüentemente de uma parte considerável de toda a produção sulina – passa a ser dependente desse tipo de relação de trabalho.

Se a sociedade formada no Rio Grande do Sul não era inovadora no que se refere à existência e importância de uma hierarquia social fortemente marcada, possuía suas

⁹⁷ KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

⁹⁸ MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Editora da UFPel/Livraria Mundial, 1993.

⁹⁹ MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Editora da UFPel/Livraria Mundial, 1993.

¹⁰⁰ VAGAS, Jonas. **Das charqueadas para os cafezais?** O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. In. *Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, 2011.

peculiaridade e inovações e, especialmente no final do século XVIII, vinha sofrendo uma série de transformações importantes, principalmente na economia. Embora o Rio Grande do Sul tenha estado desde o princípio de sua ocupação ligado ao mercado interno da colônia, fornecendo especialmente gado em pé para alimentação e transporte, além de couro, a produção da proteína desidratada representaria uma facilidade maior no comércio (já que o despacho do produto era feito por via marítima, e não mais por meio das longas e perigosas tropas de condução de gado) e um aumento considerável das exportações. De acordo com Fragoso e Florentino

Entre 1806 e 1822, o valor desse produto correspondia, em média, a mais de 55% das exportações gaúchas. Entre 1806 e 1820, as exportações de carne salgada para o porto do Rio de Janeiro variaram entre 15% e 36% do total exportado pelos três principais portos gaúchos. [...] Ressalte-se que, na virada do século XVIII para o seguinte, a região – mais especificamente, a zona entre o Atlântico e a Lagoa dos Patos – viu emergir a produção de trigo. Combinava-se, nesse caso, a mão-de-obra familiar de açorianos e seus descendentes com o emprego de escravos.¹⁰¹

Isso traria, também, uma complexidade maior ao sistema produtivo, uma vez que passaria a existir uma separação entre *estancieiros*, que criavam o gado, *charqueadores*, que compravam os bovinos e produziam o charque e os *comerciantes*, que lidavam com a exportação do produto, sem falar nos agricultores que geravam a sempre necessária produção de alimentos (embora nem sempre essas divisões fossem tão definidas, já que havia, por exemplo, charqueadores que possuíam também estâncias de criação e lidavam com a comercialização do charque).

Por outro lado, embora a fabricação de charque tenha tido uma expansão rápida nas últimas duas décadas do século XVIII, esse não era um processo barato. Era preciso ter acesso aos bois, por criação ou compra (mesmo quando havia criação, o volume de gado abatido era maior do que a quantidade que seria possível criar em uma única estância, logo, necessariamente havia compra de bois). O sal era extremamente caro, e sua importação era limitada por uma série de restrições e taxas.¹⁰² E, principalmente, a mão-de-obra escrava era dispendiosa, ainda mais nessa região relativamente distante do grande centro de importação e redistribuição de escravos, o Rio de Janeiro.

¹⁰¹ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto**: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 157.

¹⁰² Existia um monopólio da comercialização de sal no Brasil, regulado pelo Contrato do Estanco do Sal, que era arrematado por particulares. O produto, essencial para a fabricação de carnes e o curtimento dos couros, atingia assim elevados valores.

Por esses elementos pode-se perceber que a possibilidade de estabelecer uma empresa charqueadora não estava disponível a todos: era preciso ter acesso à matéria prima (carne e sal) assim como a mão-de-obra (escravos); possuir ou poder adquirir um local às margens de algum rio navegável e possuir ainda uma embarcação que pudesse levar a produção até o porto. Mais do que isso, era preciso ter contatos comerciais para a compra do boi e a venda do charque. Lembremos que no período as relações econômicas não estavam determinadas pela simples oferta e procura, nem se davam em uma esfera isolada das demais relações sociais. Possuir recursos financeiros, portanto, também não era suficiente para assegurar o sucesso de uma empresa como essa.

O interessante é que, embora a formação das charqueadas tenha significado um redirecionamento das atividades, associado a uma mudança de contexto, político e econômico, eram principalmente os membros das *principais famílias* que se envolveram nessa atividade, com a contribuição de alguns comerciantes, especialmente de origem reinol, associados a elas por meio da política de casamentos. Esses traziam consigo seus contatos, conhecimento do comércio e, quem sabe, algum cabedal, e se estabeleceram em Pelotas em terras algumas vezes compradas, mas tantas outras vezes herdadas por suas esposas.

É possível que no rearranjo ocorrido em finais do século XVIII algumas das antigas famílias tenham perdido sua posição na hierarquia social. Outras adaptaram-se, avaliaram bem o contexto e as mudanças e conseguiram manter, e mesmo, ampliar, o poder de alguns de seus membros, e mantiveram-se nos estratos mais superiores da sociedade por várias gerações.

Cerca de um século depois do Alferes Antônio Furtado de Mendonça e de Dona Isabel da Silveira terem atravessado o Atlântico, alguns de seus descendentes faziam parte do seleto grupo de charqueadores rio-grandenses que possuíam títulos nobiliárquicos no império brasileiro. Entre eles podemos citar o Visconde da Graça, João Simões Lopes Filho (bisneto de Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira); o Barão do Jarau, Joaquim José Assumpção (trineto de Maria Antônia e Mateus Inácio), casado com sua prima Clara (bisneta do mesmo casal); e a Baronesa de Butuí, Leonídia Gonçalves Moreira (bisneta de Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado), casada com o Barão de Butuí, José Antônio Moreira.¹⁰³ Muitos dos que não foram “agraciados” por um título foram figuras proeminentes em Pelotas, e alguns entre esses políticos e militares, importantes no Rio Grande do Sul e até na Corte.

¹⁰³ GUTIERREZ, Ester. **Negros, charqueadas e olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Editora Universitária/UFPel; Livraria Mundial, 1993.

Há que se considerar, ainda, que o contexto em que esses descendentes viviam era em muitas coisas bem diferenciado daquele em que atuou o *bando dos cunhados*. Politicamente, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil no início do século XIX e a posterior Independência de 1822, acompanhado da opção pelo constitucionalismo e as mudanças na administração da coisa pública fizeram parte de um processo mais amplo que aos poucos foi mudando a maneira com que a sociedade se organizava. Economicamente se presenciou, no Brasil, a crise das atividades exportadoras tradicionais e o declínio da produção aurífera das Gerais ocorrido a partir de 1760. No contexto mais imediato em que se situavam, o Rio Grande passa de “Continente” para “Capitania” e depois para “Província”. E, no final do século XVIII, a situação de guerras e invasões constantes dos “castelhanos” se apazigua, e há o já comentado redirecionamento de boa parte das atividades para a produção charqueadora.

Esse período de intensas mudanças, nos anos finais do setecentos e nas primeiras décadas dos oitocentos, foi chamado por Fragoso e Florentino de “colonial tardio”:

uma época marcada não tanto por uma recuperação econômica, mas principalmente um período de consolidação de novas formas de acumulação econômica do Sudeste-Sul escravista, formas essas coincidentes com o domínio do capital mercantil e, pois, com a hegemonia de uma nova elite econômica.¹⁰⁴

Entretanto, as mudanças ocorridas não se deram de um modo linear, tampouco aconteceram da noite para o dia. Com relação às mudanças ocorridas politicamente ao longo do período colonial, e à relação de parcelas da elite com tais mudanças, Fernanda Martins diz que

Partindo-se do pressuposto de que elites podem ser identificadas como tal, porque têm sempre como objetivo assim se manterem, controlando ao máximo o capital, seja ele político, econômico, social, elas necessitam desenvolver estratégias e estarem atentas para fazerem as alianças mais convenientes a esse fim, e essa conveniência flutua de acordo com as conjunturas. O exercício da política significava, assim, uma dinâmica permanente de estratégias de manutenção da hierarquia, de suas fortunas, seus cargos e seu *status* e influência social. A complexidade crescente da política que se desenvolve ao longo do período imperial, com as reformas administrativas, as definições e organizações de funções e atribuições dos cargos, colocava novos impasses a essa cultura, na medida em que começavam a se firmar as idéias abolicionistas e o ideário republicano que, por meio

¹⁰⁴ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia**. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 84

do questionamento das bases do sistema, selaram o fim da monarquia constitucional.¹⁰⁵

Permanências, re-significações e negociações estiveram sempre presentes, e permitiram que setores das elites compreendessem a mudança dos ventos e se adaptassem aos novos tempos, de modo a buscar manter sua posição. Torna-se importante então, quando se busca saber de que forma essa família atravessou quase um século (passando por modificações e períodos conturbados), durante o qual boa parte de seus membros permaneceu no topo da hierarquia social, saber quais foram suas estratégias familiares. É sobre isso que se discorrerá nas próximas páginas.

¹⁰⁵ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar**: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 178-221, 2007.

2. CASAR (E NÃO CASAR) NA AMÉRICA PORTUGUESA

No capítulo anterior foi visto que cinco irmãos deslocaram-se da Ilha do Faial para o Continente do Rio Grande de São Pedro no início da década de 1750, acompanhando seus pais, Antônio Furtado de Mendonça e Isabel da Silveira. Também foi dito que essas cinco irmãs casaram com homens proeminentes nessa sociedade realizando, portanto, o que pode ser considerado à época como bons casamentos. Mas o que significa isso? Qual o papel do casamento numa sociedade de Antigo Regime em geral, e na sociedade formada na parte mais meridional da América Portuguesa em particular. E, principalmente, qual o papel de casar (ou de não casar) em termos de estratégia de manutenção e de ascensão social?

Embora seja um elemento importante para a vida social, o casamento não era essencial, uma vez que a necessidade de se unir e se reproduzir para dar continuidade à própria existência poderia ser preenchida de outras formas. Basta a união de um homem e uma mulher para que a necessidade de proliferação da espécie seja realizada. O casamento, entretanto, não se restringia à sua função de união de um casal para a procriação. Muito mais do que isso, essa era uma instituição social que envolvia muitas pessoas, mormente os grupos familiares dos noivos, e implicava mudança do estatuto social desses últimos. O casamento foi assim definido pela antropologia:

É um complexo sistema de normas sociais que sancionam as relações sexuais entre um homem e uma mulher e que os liga por um sistema de obrigações e direitos mútuos; por meio desta união, os filhos que a mulher dá a luz são reconhecidos como a progenitura legítima de ambos os pais. (Em toda a parte o casamento é objecto de cerimónias rituais públicas, dirigida por um ou por vários membros da comunidade, o que anuncia e significa não só que o marido, a mulher ou a sociedade reconhecem a mudança de estatuto dos novos esposos, mas ainda a criação de laços – jurídicos, sociais económicos – entre o grupo de filiação do marido e o da mulher. No plano económico, a reformulação das relações sociais provocadas pelo casamento traduz-se geralmente por uma troca de bens e/ou de serviços entre as duas famílias interessadas.¹⁰⁶

¹⁰⁶ AGHASSIAN, Michel; GRANDIN, Nicole; MARIE, Alain. Filiação, consangüinidade, alianças matrimoniais. In: AUGÉ, Marc (Org). Os domínios do parentesco. Filiação, aliança matrimonial, residência. Lisboa, edições 70, 2003 (1975), p. 38.

Era a produção de uma mudança no estatuto das pessoas que casam, e da criação de laços de parentesco entre seus grupos de origem que diferenciava o casamento de outras formas de estabelecimento de relações, temporárias ou permanentes, entre as duas pessoas.

O matrimônio se caracterizava por uma aliança entre duas famílias, motivo pelo qual esse fato se revela como parte importantíssima das estratégias de cada família. Por isso, a escolha do noivo ou da noiva devia ser feita com cuidado. Essa escolha era restrita, pois qualquer homem não podia desposar qualquer mulher. Em todas sociedades existiam categorias de pessoas que um dado indivíduo não devia desposar, e outras com as quais o casamento, sem ser totalmente proibido, não era encorajado. A restrição mais fundamental seria o impedimento do casamento com uma pessoa do mesmo sexo, seguida pela proibição universal do incesto.¹⁰⁷

No contexto da América Portuguesa, pode-se encontrar normatizações referentes ao matrimônio nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, organizadas em acordo com as determinações do Concílio de Trento. Entre os fatores que, segundo a Igreja, impediam matrimônio entre duas pessoas, ou que o dirimiam, caso ocorresse a despeito das regras estabelecidas, estavam as relações de parentesco:

é esta de três maneiras, natural, espiritual e legal. Natural, se os contraentes são parentes por consangüinidade dentro do quarto grau. Espiritual, que se contrai nos Sacramentos do batismo, e da confirmação, entre o que batiza e o batizado, e seu pai, e mãe; e entre os padrinhos, e o batizado, e seu pai, e mãe; e da mesma maneira no sacramento da confirmação. Legal, que provem da perfeita adoção, e se contrai este parentesco entre o perfilhante e o perfilhado, e os filhos do mesmo que perfilha enquanto estão debaixo do mesmo poder, ou dura a perfilhação. E bem assim entre a mulher do adotado, e adotante, e entre a mulher do adotante, e adotado.¹⁰⁸

Existia ainda o parentesco – e portanto também o impedimento – por afinidade: tratava-se dos laços adquiridos com os parentes consangüíneos da esposa ou do marido. Caso um dos cônjuges ficasse viúvo, não poderia desposar seu cunhado ou cunhada, já que o primeiro casamento os tornou parentes por afinidade.

¹⁰⁷ AGHASSIAN, Michel; GRANDIN, Nicole; MARIE, Alain. Filiação, consangüinidade, alianças matrimoniais. In: AUGÉ, Marc (Org). Os domínios do parentesco. Filiação, aliança matrimonial, residência. Lisboa, edições 70, 2003 (1975).

¹⁰⁸ DA VIDE, D. Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Livro I, Título LXVII. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. Entre os demais fatores que impediam e dirimiam o matrimônio estão: Erro de pessoa (quando o casamento foi acertado com uma pessoa e na verdade era outra); Condição (algum dos contraentes é cativo, e o outro não sabe); Voto (em Religião aprovada, ou no recebimento das Ordens Sacras); Crime (se houve conspiração para que um dos cônjuges ficasse viúvo); disparidade da religião; força ou medo; ligame (bigamia); impotência; rapto; ausência do pároco e das testemunhas;

Apesar dessas restrições, os enlaces matrimoniais entre membros de uma mesma família eram freqüentes e, mais do que isso, podiam mesmo fazer parte das estratégias sociais do grupo familiar a que pertenciam os noivos. Existia, portanto, uma possibilidade, pelo menos para algumas pessoas, de desviar dessas regras. No caso em questão tal possibilidade se apresentava por meio dos pedidos de dispensa de impedimento.

Apenas o papa poderia dispensar dos impedimentos matrimoniais, porém esse poderia delegar, em casos urgentes, tal poder a outras pessoas, especialmente aos bispos. Desde o século XVI os bispos do Brasil podiam conceder dispensas *a posteriori*, ou seja, nos casos de uniões já consumadas. Oficialmente os bispos só tiveram a atribuição de conceder dispensas antes do matrimônio a partir do ano de 1790, quando, por meio da bula *Magnam profecto Curam*, o papa Pio VI concedeu aos bispos do Brasil o poder de dispensar gratuitamente em todos os graus de parentesco (exceto o primeiro de consangüinidade, quer em linha direta, quer em transversal, e o primeiro de afinidade em linha direta apenas). A oficialização só veio consagrar uma situação de fato, já que se encontram dispensas emitidas pelos bispos durante todo o século XVIII.¹⁰⁹

Embora as dispensas devessem ser realizadas gratuitamente, muitas vezes por elas eram cobradas pesadas custas. Sendo assim, utilizar-se das mesmas não era uma opção disponível a todos, é provável que estivessem mais acessíveis a pessoas com condições (sociais e econômicas) para solicitá-las. Por isso, os impedimentos matrimoniais já foram apontados como um dos motivos que dificultava a realização de casamentos por uma parte da população. Segundo Maria Nizza da Silva, além dos custos dos processos de dispensa, quando aplicáveis, houve outros fatores que contribuíram para a diminuição do número de matrimônios realizados. Entre eles talvez o principal fosse a dificuldade encontrada por amplas camadas da população, sobretudo negros e pardos forros, mas também brancos pobres em realizar os processos burocráticos necessários para a realização dos casamentos, uma vez que era necessário provar que se era solteiro e que não havia nenhum impedimento na união. Segundo a autora essas dificuldades “mantinha no concubinato, esporádico ou contínuo, uma grande parte da população”.¹¹⁰

¹⁰⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: T. A. Queiroz/ Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984.

¹¹⁰ A autora elenca ainda três fatores que dificultariam a realização do matrimônio, sendo que as duas primeiras foram citados por governadores da capitania de São Paulo, preocupados com a questão do povoamento: A vadiação dos homens: “O casamento, em vez do concubinato, significava precisamente a substituição de uma união instintiva, natural, por outra regida por um complexo sistema de normas”; o atraso da agricultura; e o recrutamento e serviço militar; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz/ Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984. p. 55.

Além da dificuldade da realização do matrimônio por uma parcela da população, explicitada acima, nos primeiros tempos da colonização era bastante comum a realização de casamentos “segundo o costume”, reconhecido pelas leis do reino:

“Outrossim serão meeiros, provando que estiveram em casa teúda e manteúda, ou em casa de seu pai, ou em outra, em pública voz e fama de marido e mulher por tanto tempo, que, segundo Direito, baste para presumir Matrimonio entre eles, posto se se não provem as palavras de presente.”¹¹¹

Essa prática foi bastante combatida pela Igreja, especialmente após o Concílio de Trento, mas era difícil que a Igreja conseguisse impor totalmente suas normas num território tão vasto e repleto ainda de outras formas (sobretudo indígenas e africanas) de ver o matrimônio. No século XVIII as noções de concubinato e casamento de acordo com o costume talvez ainda se confundissem, mas o primeiro termo englobava um leque bem maior de relações, cuja principal característica seria a continuidade das relações.¹¹²

Segundo Silvia Maria Brügger, a existência dessa prática não deve ser confundida com uma simples impossibilidade de se realizar o matrimônio já que casamento e concubinato, segundo a autora, possuíam funções e objetivos próprios na sociedade:

O casamento era, acima de tudo, um arranjo familiar calcado em interesses de ordem socioeconômica e/ou política. Era, portanto, um projeto e uma escolha que visavam a satisfação da família. Já o concubinato abria espaço para a satisfação de interesses pessoais, inclusive os de cunho afetivo e sexual.¹¹³

Cacilda Machado atenta para a questão de que a ocorrência de amancebamento podia refletir interesses pessoais importantes, especialmente entre homens e mulheres das camadas pobres. Entre esses interesse havia “a necessidade de garantir a sobrevivência sem ter que se submeter à prostituição, ajuda econômica surgida do trabalho a dois, esperança na compra da alforria com o concurso do outro, possibilidade de uma companheira sem os entraves do casamento, segurança e proteção masculinas”.¹¹⁴

¹¹¹ **Ordenações Filipinas**, Livro IV, Título 46. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/> (Acessado em dezembro de 2011).

¹¹² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz/ Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984.; BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal**: família e sociedade (São João del Rei - séculos XVIII e XIX. São Paulo: Anna Blume, 2007, p. 40.

¹¹³ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal**: família e sociedade (São João del Rei - séculos XVIII e XIX. São Paulo: Anna Blume, 2007, p. 122.

¹¹⁴ MACHADO, Cacilda. **A Trama das Vontades**: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 147.

O concubinato não implicava a ausência de relações de parentesco e podia mesmo criar sólidos vínculos familiares e ainda ser utilizado para satisfazer os interesses da unidade familiar como um todo. Porém, e aqui se recorre mais uma vez a Brügger ao afirmar que existia “uma diferença de princípio entre esta estabilidade e a indissolubilidade do vínculo matrimonial preconizado pela Igreja”.¹¹⁵ O casamento era, por princípio e definição, uma união indissolúvel, e seu papel enquanto sacramento foi assim explicitado pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia:

E sendo ao principio um contrato com vínculo perpétuo, e indissolúvel, pelo qual o homem, e a mulher se entregam um ao outro, o mesmo Cristo Senhor nosso o levantou com a excelência do Sacramento, significando a união que há entre o mesmo senhor e a sua Igreja, por cuja razão confere graça aos que dignamente o recebem.¹¹⁶

O Matrimônio era, portanto, uma relação sacramentada, o que propiciava um novo estatuto à relação, criando laços de parentesco reconhecidos por toda a sociedade, e assim selando uma aliança com a benção do divino. A importância do casamento residia no papel que exerce na formação de alianças entre duas famílias. E era em função desse papel representado pelo casamento na vida social que havia um cuidado especial com a escolha dos cônjuges: era necessário que os matrimônios ocorressem entre pessoas de estatutos sociais semelhantes.

Maria Nizza da Silva fala no *princípio de igualdade*, norteador da escolha do futuro cônjuge, desdobrado na necessidade de igualdade etária, social, física e moral. Na prática, nem todos esses princípios eram levados em conta, e talvez o menos utilizado fosse o da igualdade entre idades. Era bastante comum uma disparidade etária entre os cônjuges, e na maioria das vezes o homem era o mais velho, mas nem sempre.¹¹⁷

O princípio da igualdade de condição social era importantíssimo para alguns setores, especialmente para os situados mais ao topo da pirâmide social, já que eram ciosos da

¹¹⁵ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal: família e sociedade** (São João del Rei - séculos XVIII e XIX. São Paulo: Anna Blume, 2007, p. 122 e 124.

¹¹⁶ DA VIDE, D. Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Livro I, Título LXII. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

¹¹⁷ A autora levantou dados provenientes do recenseamento de 1765 para a cidade de São Paulo, segundo os quais de cento e cinquenta e oito casos em apenas seis o marido e a mulher possuíam a mesma idade. Do restante, em onze casos a mulher era mais velha e em cento e quarenta e um o marido tinha mais idade. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz/ Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984.

manutenção de sua posição. Tão importante era a escolha de um cônjuge adequado que as ordenações permitiam que os pais deserdassem uma filha que casasse contra sua vontade:

se alguma filha, antes de ter vinte e cinco anos, dormir com algum homem, ou se casar sem mandado de seu pai ou de sua mãe, não tendo pai, por esse mesmo feito será deserdada e excluída de todos os bens e fazenda do pai, ou mãe, posto que não seja por eles deserdada expressamente¹¹⁸

Já para os setores intermediários ou subalternos da população, o casamento desigual poderia implicar, desde que o cônjuge escolhido estivesse em posição superior à deles próprios, alguma ascensão e algumas vantagens. Tanto é que a mesma lei que permitia a deserção de uma filha que casasse sem consentimento, impedia o mesmo ato, caso o casamento houvesse ocorrido com pessoa de posição superior:

Porém se a filha casasse com homem, que notoriamente seja conhecido, que casou melhor, e mais honradamente, do que seu pai e mãe a poderiam casar, não fica deserdada e excluída de todos os bens e fazenda, como acima dito é; mas somente o pai ou a mãe poderão deserdar se quiserem da ametade da legítima que lhe pertencia diretamente por morte de cada um deles. E não a deserdando expressamente da dita ametade pela dita causa, haverá livremente sua legítima em todo, como se o casamento fora por consentimento do pai, ou mãe.¹¹⁹

Casamentos entre pessoas de níveis sociais desiguais poderiam ser extremamente vantajosos para quem estava em situação inferior com relação ao outro, uma vez que poderia significar alguma ascensão social. Entretanto, isso nem sempre ocorria: Cacilda Machado observou que, embora o casamento entre desiguais – no caso por ela indicado, entre forros e escravos ou entre livres e forros – poderia significar uma aproximação da liberdade por parte do cativo, seja para ele próprio, seja para seus filhos. Por outro lado, e especialmente em uma comunidade onde a presença da mão de obra escrava era restrita e a presença de agregados possuía um papel importante, os casamentos mistos podiam acabar significando, na prática, um retorno do liberto à condição de cativo, ou algo muito próximo disso.¹²⁰

Assim, os casamentos desiguais, se não eram desconhecidos, eram relativamente raros. No geral, a escolha dos cônjuges se dava em um círculo bastante limitado e os

¹¹⁸ **Ordenações Filipinas**, Livro IV, Título 88. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/> (Acessado em dezembro de 2011).

¹¹⁹ **Ordenações Filipinas**, Livro IV, Título 88. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/> (Acessado em dezembro de 2011).

¹²⁰ MACHADO, Cacilda. **A Trama das Vontades**: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 148-174.

casamentos acabavam por agrupar as pessoas socialmente em função da origem e da posição sócio-econômica ocupada.¹²¹

A realização do matrimônio não era uma opção disponível a todos e se configurava como um momento essencial de estabelecimento de alianças entre duas famílias. Tais alianças eram, de certa forma, eternas – já que nem com a morte do cônjuge se perdem as prerrogativas de parentesco existentes com os familiares do mesmo. Dessa forma, o casamento tornava-se parte essencial das estratégias do grupo familiar como um todo.

2.1. Casamento e estratégia

De acordo com o que foi visto até aqui, o matrimônio era uma instituição social regida por uma série de regras que o diferenciava de outras formas de união entre duas pessoas, e implicava em escolhas que envolviam todo um projeto de manutenção, ou mesmo de ampliação da posição social. Essas escolhas não eram exatamente individuais. Embora se possa imaginar certa dose de opção pessoal, a seleção de um cônjuge atendia às necessidades do grupo familiar como um todo. O casamento era, portanto, parte essencial das estratégias do grupo.

Entende-se estratégia, como quer Bourdieu, como “o produto do senso prático como sentido do jogo”,¹²² ou seja a partir do conhecimento que possuíam do mundo em que estavam inseridos, os atores faziam suas escolhas buscando o melhor resultado (o que nem sempre ocorria). Essa perspectiva supõe uma invenção permanente por parte dos sujeitos, que precisavam se adaptar às diversas situações com que se defrontavam. Os atores usavam o que entendiam do mundo para buscar atingir seus objetivos, e para lidar com os acontecimentos, a maior parte dos quais fugiam a seu controle. O contexto podia mudar, e mesmo quando não mudasse, os sujeitos poderiam interpretar uma determinada situação erroneamente. Atuavam, assim, de acordo como uma *racionalidade limitada*.¹²³

No caso do contexto aqui estudado as “regras do jogo” eram regidas pelos elementos que conformavam o funcionamento de uma sociedade de Antigo Regime, altamente

¹²¹ SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

¹²² BOURDIEU, Pierre. Da regra às estratégias. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisa Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

¹²³ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

hierarquizada e segmentada, na qual a manutenção da posição não passava somente pelo poder econômico e onde o prestígio dos grupos e relações estabelecidas entre eles possuíam um papel fundamental.

Nessa sociedade as trocas eram reguladas pela *economia do bem comum*, na qual o excedente social era apropriado por alguns setores, e mantido por meio de monopólio ou semi-monopólio admitido pela Coroa. No reino esses setores eram compostos pelos membros da alta nobreza, mas na América portuguesa eram formados pelas famílias que estiveram envolvidas com a *conquista* – aqueles que garantiram a posse da terra para sua majestade – ou seus descendentes.¹²⁴

Foram os conquistadores e seus descendentes que obtiveram os principais cargos por meio do sistema de mercês. Essas pessoas também ocupavam a Câmara, gerenciando assim as coisas da *res-publica*, e tinham assim possibilidade de intervir no mercado ao controlar preços e serviços ligados ao abastecimento da cidade, gerando uma espécie de ciclo vicioso, onde os principais da terra eram privilegiados e tinham meios de manter e ampliar tal privilégio.¹²⁵

Sendo assim, na América Portuguesa, para ser considerado um “homem-bom”, era necessário descender dos conquistadores, ou se ligar a seus descendentes por meio da política de casamentos. As relações de parentesco tinham então um papel central na aquisição e manutenção de cabedal e prestígio e, portanto, eram elemento essencial a ser considerado na formulação de estratégias. Daí a importância do matrimônio que, mais do que estabelecer uma relação entre duas pessoas, tem o poder de formar (ou fortalecer, nos casos de casamentos endogâmicos) laços de parentesco entre duas famílias. Por isso as decisões sobre a realização de matrimônios não cabiam aos noivos e sim, a suas famílias de origem, e eram reguladas muito provavelmente pelos pais dos nubentes.

A idéia de uma organização da vida social focada na família se aproxima muito do modelo de *família patriarcal* como cunhado por Gilberto Freyre – um modelo de família alargada, composta pelo clã, agregados e escravos, submetidos ao poder de um senhor.

¹²⁴ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; e BICALHO, Maria Fernanda B., Uma Leitura do Brasil Colonial: Bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope**. Revista de História e Ciências Sociais. Lisboa, n.º 23 (novembro de 2000): 67-88; FRAGOSO, João Luis Ribeiro. A Nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do rio de janeiro, século xvii. algumas notas de pesquisa. **Tempo** - Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 8, n.15, p. 11-35, 2003.

¹²⁵ FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: FRAGOSO; ALMEIDA E SAMPAIO (Org.). **Conquistadores e negociantes**. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Esse modelo sofreu severas críticas que se deram principalmente a partir de dois vieses: Primeiro, em função da pluralidade de arranjos familiares encontrados pelos historiadores nas diversas localidades, que incluíam famílias nucleares, famílias estendidas, chefias femininas, entre muitos outros arranjos a princípio inesperados. Todas essas formas levaram os pesquisadores à conclusão de que a Família Patriarcal, se existiu, dizia respeito a uma formação específica da elite colonial pernambucana, dona de engenhos.¹²⁶ O segundo viés critica o modelo patriarcal por seu caráter despolitizante das relações familiares, já que a idéia de submissão de todos os membros da família ao poder de um senhor acaba por não só por despolitizar as relações entre eles, mas também por encobrir a agência desses membros na vida cotidiana.

Por outro lado alguns defensores da idéia de patriarcalismo justificam sua utilização a partir da noção de que Freyre nunca teria pretendido a existência de uma única forma de organização familiar. Esses autores voltaram-se para a idéia de um patriarcalismo como sendo um conjunto de valores e práticas que embasariam a vida familiar em suas diversas formas. Silvia Maria Brügger coloca a questão nos seguintes termos:

O que estava em questão não era necessariamente o sexo do chefe da família, mas a representação do poder familiar. Nesse sentido [...] não se tratava de um poder absoluto do “patriarca-indivíduo”, mas sim do poder da família. A idéia central, sem dúvida, parece residir no fato de as pessoas se pensarem mais como membros de determinada família do que como indivíduos. Talvez, o uso do termo familismo fosse preferível aos de patriarcalismo, evitando tantas críticas que longe estão de atingir o cerne do conceito.¹²⁷

Cacilda Machado critica a utilização, por parte de alguns autores, do patriarcalismo de Freyre apenas como um conjunto de valores e práticas que colocam a família no centro da ação social, argumentando que tal conceito pode tornar-se um modelo genérico de dominação que não leva em conta e nada diz a respeito dos contextos específicos. Sugere então o uso patriarcalismo não como um modelo de família, mas como uma modelo de relações de poder. Nas palavras da autora:

¹²⁶ Pode-se citar como exemplos de trabalhos que se contrapõe ao modelo de família patriarcal o artigo de Mariza Corrêa, e o trabalho de Maria Luiza Marcílio, entre muitos outros. CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal Brasileira. In: ARANTES, A. ET AL. **Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. Campinas: Edit. Unicamp, 1994.; MARCÍLIO, M. L. **Crescimento Demográfico e evolução agrária paulista. 1700-1836**. São Paulo: Hucitec, 2000.

¹²⁷ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal: família e sociedade** (São João del Rei - séculos XVIII e XIX. São Paulo: Anna Blume, 2007.

O patriarcalismo de Gilberto Freyre, concebido a partir do estudo dos engenhos de Pernambuco, tem grande força teórica porque sintetiza a arquitetura do poder gestado no conjunto das relações que ligavam os principais chefes da elite econômica aos seus familiares, aos seus (muitos) escravos, e à população de livres pobres que habitavam seus domínios e o entorno.¹²⁸

Apesar dessas ressalvas, parece claro que o termo *família patriarcal* traz consigo muita polêmica. Os pesquisadores que o utilizam na atualidade se vêem constantemente com a necessidade de explicá-lo e diferenciá-lo. Isso se deve, crê-se aqui, em função de que o termo *patriarcalismo* permanece carregado de uma concepção de família – e também, seguidamente, de sociedade – onde o poder se exerce unilateralmente (do patriarca em direção a seus comandados, da elite em direção ao restante da sociedade), e onde se perde a noção de agência dos indivíduos. Nessa perspectiva, segundo Hameister, *poder* perde seu caráter de *relação*, e passa a ser visto como *coisa* que se tem ou não se tem.¹²⁹

É para distinguir a família como foi percebida na Vila do Rio Grande, no Continente do Rio Grande de São Pedro, da *família patriarcal* delineada por Gilberto Freyre, que Hameister propõe o uso do termo *família corporativa*, já que se trata da família existente no paradigma corporativo que vigia nas sociedades de Antigo Regime. Paradigma no qual a sociedade era vista como um corpo que não podia prescindir de todas as suas partes e que funcionava de acordo com as noções de reciprocidade e equidade. De acordo com Hameister,

O grande corpo familiar não podia prescindir de nenhum de seus membros, que trabalhavam em desejada, mas nem sempre obtida, harmonia. Dar ordens, assim como sujeitar-se a elas é bom para os componentes de um corpo assim como é salutar para o próprio corpo. Cada um de acordo com sua posição dentro do organismo.¹³⁰

A idéia de família como um corpo não exclui as hierarquias e os conflitos, que possam existir em seu interior. Assim sendo, lança luz sobre o papel das negociações, e amplia o escopo de análise, saindo da estrutura da família em si para observar também de que forma as famílias se reconstituíam constantemente enquanto tal.

¹²⁸ MACHADO, Cacilda. O Patriarcalismo possível: relações de poder em uma região do Brasil escravista em que o trabalho familiar era a norma. In: **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 23, n. 1, jun. 2006.

¹²⁹ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).

¹³⁰ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).

2.2. Os casamentos das irmãs Silveira

No capítulo anterior falou-se um pouco do contexto em que viveram e atuaram os integrantes da Família Silveira. Falou-se, também, de alguns dos parâmetros que regulavam a vida em uma sociedade de um Antigo Regime à moda dos trópicos, na qual a existência de uma hierarquia social fortemente marcada e a manutenção – e, quem sabe, ascensão – da posição nessa hierarquia regiam as estratégias de boa parte da população. E, tratando-se de um contexto no qual a vida social e a economia não aconteciam em âmbitos considerados como distintos, as relações que os atores estabeleciam uns com os outros, as alianças, portanto, eram essenciais, podendo ser inclusive parte integrante da manutenção da existência física. Dentre as alianças possíveis entre os agentes, os matrimônios possuíam um papel fundamental.

Quando veio para o Continente do Rio Grande de São Pedro, o casal Antonio Furtado de Mendonça e Isabel da Silveira, assim como suas filhas, já se destacavam, ao que tudo indica, de grande parte da população vinda nas levas “dos casais” e mesmo de boa parte da população que habitava o território mais meridional da América Portuguesa. Parte dessa distinção pode ser reconhecida no qualificativo “Dona” que acompanhava seus nomes, herança talvez da nobreza distante na família de sua mãe, revitalizada na patente de seu pai. Não eram, provavelmente, as mulheres mais distintas que habitavam o Continente, mas certamente cinco irmãs solteiras, letradas, provenientes de uma família com alguma distinção, ainda que não fosse muita, deviam ter um bom valor no mercado matrimonial da Vila de Rio Grande, onde aportaram. O certo é que as cinco realizaram casamentos com homens que possuíam, como elas, alguma distinção no momento de se seus enlances:

Mateus Inácio da Silveira, que desposou a mais velha das cinco irmãs, Maria Antônia, era piloto de uma fragata e recebeu, no ano do nascimento de seu primeiro filho, a patente de Capitão de Mar-e-Guerra *ad honorem* por ter debelado rebelião de índios a bordo de uma sumaca. Com relação ao marido da segunda irmã, Ana Inácia, sabe-se que estava envolvido com o comércio de bovinos. **Manuel Fernandes Vieira** era comerciante, e em 1752 fora nomeado Tabelião da Vila de Rio Grande. Já Mariana Eurásia desposou **Francisco Pires Casado**, de quem não se conhece ao certo as atividades no momento de seu casamento, é provável que estivesse também envolvido com o comércio de gado, talvez acompanhando seu irmão José Francisco da Silveira Casado, que foi senhor de propriedades e de muitas cabeças de gado no Continente. Francisco passou a obter mercês e patentes a partir do final da década de 1750, depois, portanto, o enlace com Mariana. O marido de Isabel Francisca,

Manuel Bento da Rocha, era comerciante (comércio de gados), provavelmente caixeiro, representante de algum comerciante de maior monta do Rio de Janeiro antes de se estabelecer em Rio Grande. O primeiro marido de Joana Margarida foi **Antonio Moreira da Cruz**, comerciante de gado, e parece ter feito o mesmo trajeto de Bento da Rocha, antes desse último. Joana casou-se novamente com **Domingos Gomes Ribeiro**, estancieiro e filho de principal da terra.¹³¹

Os maridos dessas irmãs possuíam antes do casamento algum cabedal, alguns deles uma patente, mas nada comparado ao que vieram a adquirir ao longo de suas vidas. Ao lado dessas mulheres adquiriram terras, ampliaram seus bens e seu prestígio, tornando-se alguns dos homens mais importantes do Continente.

Não é possível saber o que seria da trajetória desses homens se não tivessem realizado esses matrimônios – ou outros com mulheres de situação social semelhante. Tampouco se afirma que a realização de bons casamentos, em si, bastasse para que se alcance uma ascensão social. Mas o estabelecimento desse tipo de laço gera um novo conjunto de relações que possuem a potencialidade de ser colocadas em uso para a realização de algum objetivo. Assim, parece que esses enlaces foram essenciais, seja por iniciarem, seja por fortalecerem as relações utilizadas com o intuito de angariar recursos sociais, elevando-lhes posições na hierarquia social.

Casando com mulheres que, embora não pertencessem às primeiras famílias de conquistadores do Continente, possuíam prestígio perante uma parcela significativa da população, eles puderam ampliar seus recursos em termos de *qualidade* e puderam se alçar como alguns dos principais homens do Continente. Por outro lado, para a família de origem das irmãs Silveira, esses casamentos poderiam ter significado o acesso ou a ampliação do *cabedal* material.

O caso das alianças formadas entre os concunhados não era nada incomuns. Segundo Levi, as solidariedades entre membros de uma mesma família podiam se dar de duas formas principais, ainda que em alguns casos houvesse mescla das duas: através da solidariedade entre irmãos e da solidariedade entre *afins* – parentes por meio de um casamento.¹³²

¹³¹ COMISSOLI, A. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)**. Niterói: UFF, 2006 (Dissertação de Mestrado).; HAMEISTER, Martha Daissou. **Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)**. Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).; KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa**. Niterói, PPGHIS – UFF, 2006 (Tese de Doutorado).

¹³² LEVI, Giovanni. Family and kin: a few thoughts. **Journal of Family History**, v. 15, no 4, 1990.

As associações mais facilmente identificáveis eram aquelas em que os atores estabeleciam sociedade nos negócios, seja arrematando contratos régios, seja criando ou vendendo gado em conjunto. Menos fácil de perceber é a possibilidade de que os contatos comerciais que um deles possuísse com comerciantes e outras pessoas que tivessem meios de auxiliá-los em alguma questão – até mesmo com informações, elementos aparentemente simples mas essenciais em atividades econômicas – pudesse favorecer os demais em seus negócios, mesmo quando não se tratasse de uma sociedade entre eles. Considerando que alguns possuíam boas relações até mesmo fora do Continente, como é o caso dos contatos que Manuel Fernandes Vieira manteve com alguns comerciantes no Rio (como Anacleto Elias de Afonseca, por exemplo). Pode-se supor o uso dessas relações em momentos como a arrematação de contratos, venda de gado, compra de escravos, entre outros.

Outra possibilidade de atuação desses homens em favor do grupo e de outros homens a eles associados esteve na ocupação de cargos na câmara. De acordo com levantamento feito por Adriano Comissoli, pelo menos um dos cunhados esteve presente na câmara por quase todo o período que vai de 1767 a 1799.¹³³

A presença de cada um deles na Câmara não foi apenas importante em função do papel de ingerência que eles podiam ter sobre a *res publica*, também porque a presença de apenas um membro deles já seria suficiente para que alguns interesses do grupo fossem colocados em pauta. Fabio Kühn assim comenta a atuação deles na Câmara quando a mesma estava em Viamão:

No decênio em que o poder local esteve fixado no arraial, os membros desse bando estiveram presentes em todas as relações de eleitos ou eventuais substitutos nos anos de 1765 a 1773, ocupando cargos em dezoito oportunidades. Em alguns anos, como entre 1766 e 1768, o bando chegou a compor metade dos membros da Câmara. Coincidentemente ou não, em um dos anos em que Bento da Rocha foi eleito (1771), houve aquela verdadeira avalanche de cartas escritas pelos oficiais ao Rei: creio ser um indício seguro do seu poder ou capacidade de coordenação. Mesmo depois da transferência da Câmara para Porto Alegre, o bando manteve-se influente, sendo que o “núcleo duro” (Manuel Bento da Rocha, Manuel Fernandes Vieira e José Francisco da Silveira Casado) continuou ocupando cargos e tendo importância política até pelo menos o início da década de 1780. [...].¹³⁴

A proximidade existente entre esses atores não se restringia à atuação nos negócios e na câmara. Seguidamente, os laços entre eles foram reiterados, fortalecidos por meio do

¹³³ COMISSOLI, A. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)**. Niterói: UFF, 2006 (Dissertação de Mestrado).

¹³⁴ KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa**. Niterói, PPGHIS – UFF, 2006 (Tese de Doutorado).

compadrio. Hameister observou os compadrios estabelecidos por meio dos batismos de alguns dos filhos dos casais Maria Antônia e Mateus Inácio da Silveira, Ana Inácia da Silveira e Manuel Fernandes Vieira e Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casados realizados na Vila de Rio Grande entre os anos de 1753 e 1762, e percebeu uma reiteração de laços já existentes, uma vez que todas as madrinhas, e boa parte dos padrinhos escolhidos para seus filhos eram familiares, irmãos ou cunhados das mães das crianças.¹³⁵ Nos batismos realizados em Viamão essa característica se manteve, conforme o capítulo quatro.

Além dos laços entre si, esses homens e mulheres estabeleceram relações de compadrio com pessoas importantes dentro e fora do Continente, reforçando laços por meio dos batismos de seus filhos. Além disso, foram padrinhos e madrinhas bastante requisitados, batizando crianças não só das principais famílias, mas também filhos de camponeses, ilhéus, soldados, forros e escravos. Criaram, assim, uma teia ampla de relações, capaz de sustentar a posição que obtiveram na hierarquia social.

A importante atuação dos maridos das irmãs Silveira – juntamente a outros homens, como o Capitão José Francisco da Silveira Casado, irmão de Francisco Pires Casado – foi comentada por autores como Fábio Kühn e Adriano Comissoli, que chamaram esse grupo de *Bando dos Cunhados*, justamente por terem criado entre si e com pessoas de outros segmentos sociais, uma ampla rede de relações capaz de permitir que eles sustentassem sua posição na sociedade e ainda ampliassem o cabedal e o prestígio que possuíam. Crê-se pertinente reproduzir um trecho em que Adriano Comissoli caracteriza o grupo:

Tanto a organização interna quanto a apresentação externa do bando superavam a esfera de atuação política, constituindo uma espécie de corpo, isto é, um grupo corporativo. A organização do grupo devia-se em grande parte aos enlances familiares que nele se criavam e perpetuavam. A reciprocidade entre os elementos do bando era também fator fundamental para seu funcionamento, ainda que não eliminasse certa hierarquização dentro do grupo. Assim, o bando compartilhava não somente interesses políticos, mas vínculos de naturezas diversas.¹³⁶

Parece que a atuação desses atores enquanto grupo foi o que permitiu que eles ocupassem uma posição de destaque na hierarquia social. E, independentemente de existirem relações entre eles anteriormente, sejam elas de sociedade nos negócios ou mesmo de

¹³⁵ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).

¹³⁶ COMISSOLI, A. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)**. Niterói: UFF, 2006 (Dissertação de Mestrado).

amizade, o *bando* só passou a funcionar como tal a partir do momento em que elevaram suas relações ao se tornarem parentes.

Uma vez dentro do grupo, as possibilidades que cada um deles possuía de angariar bens e recursos aumentaram. O caso de Antônio Moreira da Cruz é exemplar nesse sentido. Ele era comerciante, possuía alguma experiência no comércio de gado, já que pelo menos uma vez “conduziu tropa para as Minas”, e estabeleceu-se em Rio Grande “com negócio” antes mesmo que seu amigo Manuel Bento da Rocha o tivesse seguido, indo também para o Rio Grande por Antonio já se encontrar lá.¹³⁷ Mesmo chegando depois dele, Manuel Bento casou alguns anos antes de Antônio, provavelmente em 1764, com Isabel Francisca da Silveira, e durante as décadas de 1760 e 1770 estabeleceu-se como um dos principais homens do Continente. Apenas após o casamento de Antônio com a cunhada de Manuel, Joana Margarida da Silveira (em 1767), é que Moreira da Cruz passou a ser mais atuante, estabeleceu sociedade na arrematação de contratos com seus concunhados, foi chamado mais vezes à pia batismal para apadrinhar crianças em Viamão e chegou a participar da Câmara nos anos de 1767 e 1770.¹³⁸ Poder-se-ia pensar, partindo de uma perspectiva atual, que não haveria motivos pelos quais Antônio não pudesse estabelecer as sociedades que formou com os concunhados, ou integrar o bando através relações de amizade. No entanto isso só foi acontecer a partir do momento em que eles se tornaram parentes, o que indica o papel central que possuía esse tipo de relação no contexto em questão.

2.3. Os casamentos da segunda geração

Ao longo da segunda metade do século XVIII, os integrantes do *bando dos cunhados* tornaram-se alguns dos principais homens do Continente. As décadas de 1770 e 1780 parecem ter sido as de atuação mais forte. A essa altura, alguns dos filhos mais velhos desses homens já começavam a participar dos negócios dos pais e a atuar politicamente, como é o caso de Alexandre Inácio da Silveira, que na década de 1790 era ajudante de Ordenanças e procurador da Câmara (nesse momento alocada em Porto Alegre) em Lisboa.¹³⁹

¹³⁷ Agradeço ao professor Fábio Kühn pela disponibilização dessas informações.

¹³⁸ COMISSOLI, A. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)**. Niterói: UFF, 2006 (Dissertação de Mestrado).

¹³⁹ COMISSOLI, A. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)**. Niterói: UFF, 2006 (Dissertação de Mestrado).

Além de sua própria atuação, os filhos das irmãs Silveira já haviam começado a integrar a realização de estratégias familiares por meio de seus próprios enlaces matrimoniais. Apenas três das cinco irmãs Silveira tiveram filhos: Maria Antônia, Ana Inácia e Mariana Eufrásia. Apesar disso, o número de netos de Antônio Furtado de Mendonça e Isabel da Silveira chega a vinte e três pessoas, das quais sabe-se, pelo menos, treze realizaram enlaces matrimoniais entre os anos de 1769 e 1828.

Dado o extenso número de pessoas e de enlaces, foram produzidos os quadros 3, 4, 5 e 6, com o intuito de facilitar a compreensão das páginas seguintes.

Como é possível perceber por meio do quadro 6, a primeira a se casar foi Vicência Maria Joaquina, filha de Ana Inácia da Silveira e Manuel Fernandes Vieira, com aproximadamente dezesseis anos. Seu marido Antônio José da Cunha era um reinol que tinha vindo para o Brasil muito novo e iniciado sua atuação como caixeiro, configurando uma trajetória de certa forma típica na América portuguesa.¹⁴⁰

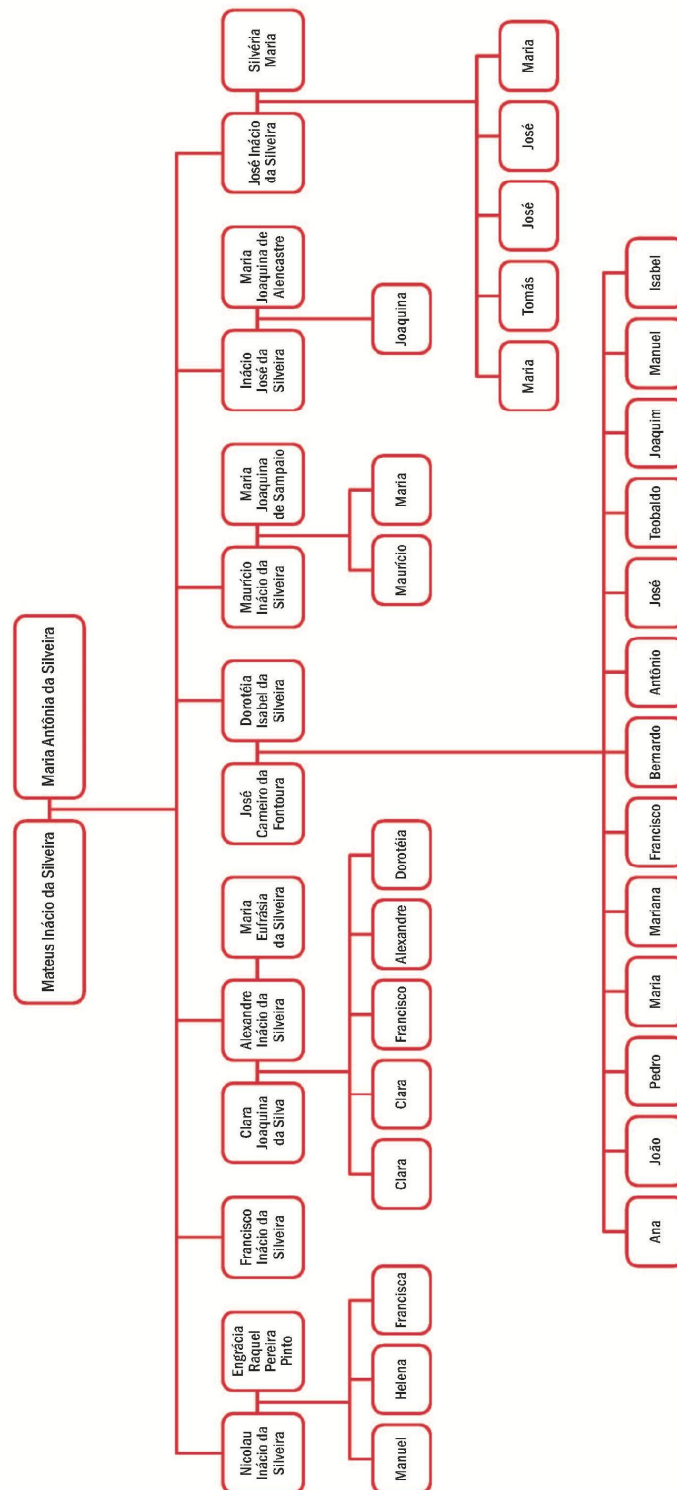
Ana Inácia da Silveira e Manuel Fernandes Vieira tiveram, até onde se sabe, seis filhos. Com exceção da primogênita, as únicas informações que foi possível obter acerca dos demais foram seus próprios registros de batismo, sem que tenha sido encontrada qualquer outra menção aos mesmos, seja na documentação consultada, seja por intermédio de genealogias. Isso talvez se deva ao fato de que o grupo familiar se mudou, ao que parece para o Espírito Santo, no final da década de 1780.¹⁴¹

Os casamentos que se seguiram, realizados pelos filhos de Maria Antonia e Mateus Inácio, talvez reflitam as relações do “Capitão Mateus Inácio”. Foram matrimônios com filhas de homens detentores de patentes e de algum prestígio. Os enlaces que se deram entre 1769 e 1780 aconteceram no período de dominação castelhana da Vila de Rio Grande. Provavelmente era um momento de estabelecer novas alianças, agora em Viamão, localidade onde foram se estabelecer muitos moradores da vila dominada e que viria a ser o centro da atuação do *bando dos cunhados* até o final da década de 1790, quando retornaram para Rio Grande.

¹⁴⁰ KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Niterói, PPGHIS – UFF, 2006 (Tese de Doutorado).

¹⁴¹ KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Niterói, PPGHIS – UFF, 2006 (Tese de Doutorado).

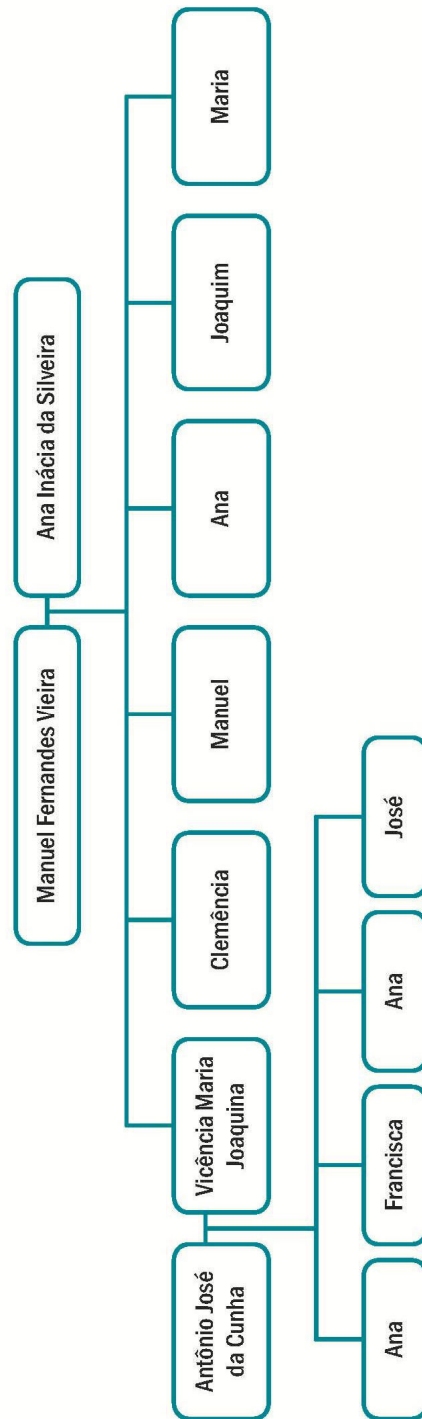
Quadro 3
Filhos e Netos de Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira



Fonte: ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE: 2º a 5º Livros de Batismos de Rio Grande; 2º a 4º Livros de Batismos de Viamão; 1º e 2º Livros de Batismos de Porto Alegre. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio. **Resgate de Fontes Paroquiais** - Porto Alegre e Viamão, século XVIII: ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS: 1º Livro de Batismos de São Francisco de Paula, 1º livro de casamentos de São Francisco de Paula.

Quadro 4

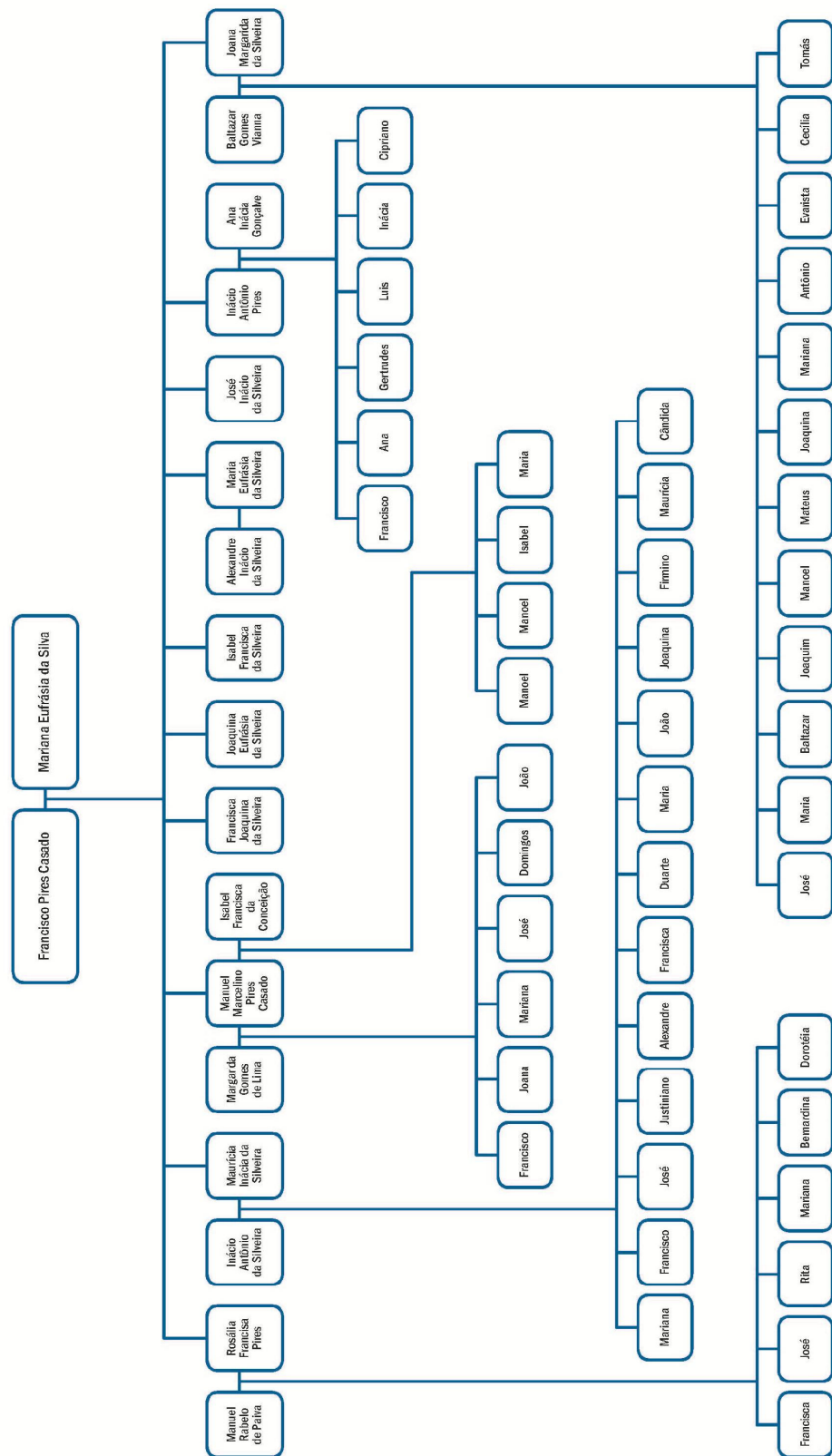
Filhos e Netos de Ana Inácia da Silveira e Manuel Fernandes Vieira



Fonte: ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE: 1º, 2º e 4º Livros de Batismos de Rio Grande; 2º e 3º Livros de Batismos de Viamão. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio. **Resgate de Fontes Paroquiais** - Porto Alegre e Viamão, século XVIII.

Quadro 5

Filhos e Netos de Mariana Eufrásia da Silva e Francisco Pires Casado



Fonte: ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE: 2º a 5º Livros de Batismos de Rio Grande; 2º a 4º Livros de Batismos de Viamão. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio. **Resgate de Fontes Paroquiais** - Porto Alegre e Viamão, século XVIII.; ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS: 1º Livro de Batismos de São Francisco de Paula, 1º Livro de Casamentos de São Francisco de Paula; 1º Livro de Óbitos de São Francisco de Paula.

Quadro 6 – cronologia dos casamentos dos filhos das Silveira

Nome Completo	Ano	País	Cônjuge
Vicência Maria Joaquina	1769*	Ana Inácia da Silveira e Manuel Fernandes Vieira	Antônio José da Cunha, natural da Cidade do porto. Comerciante
Nicolau Inácio da Silveira	1772*	Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira	Engrácia Raquel Pereira Pinto, natural de Viamão. Filha do tenente-coronel Francisco Barreto Pereira Pinto, que foi governador interino do Continente nos anos de 1763 e 1764 e Francisca Velosa da Fontoura. Neta materna de João Carneiro da Fontoura.
Dorotéia Isabel da Silveira	1774*	Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira	José Carneiro da Fontoura, natural de Minas Gerais. Filho de João Carneiro da Fontoura. Foi Capitão e Posteriormente Coronel do regimento de Dragões.
Alexandre Inácio da Silveira	1780*	Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira	Clara Joaquina da Silva, natural de Rio Grande. Filha de Estevam da Silva, natural do Reino de Portugal, e Damasia Rodrigues, natural da Colônia do Sacramento.
Rosália Francisca Pires	1781*	Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado	Manuel Rabelo de Paiva, natural da ilha de São Miguel. Detentor de estância e possivelmente de charqueada.
Maurícia Inácia da Silveira	1781*	Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado	Inácio Antônio da Silveira, natural da Ilha do Pico. Seu tio paterno. Inácio foi Capitão e detentor de grandes extensões de terras, possivelmente tenha sido charqueador ao final de sua vida.
Maurício Inácio da Silveira	1784*	Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira	Maria Joaquina de Sampaio, natural da Ilha de Santa Catarina. Filha de Manuel Marques de Sampaio, que foi cirurgião-mor em Viamão, e de Clemência Maria de Jesus
Inácio José da Silveira	1787*	Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira	Mariana Joaquina de Alencastre, natural da vila dos anjos. Filha de Antônio José de Alencastre, Cabo de Esquadra do Reg. de Dragões e camarista em Porto Alegre
José Inácio da Silveira	1792*	Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira	Silvéria Maria, natural de Porto Alegre. filha de Silvestre da Silva Guimarães, natural da vila de Guimarães, e Maria Teresa, natural de Rio Pardo.
Manuel Marcelino Pires Casado	1796*	Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado	Margarida Gomes de Lima, natural de Viamão. Filha de Domingos Gomes Ribeiro, que era casado com a tia de Manuel, Joana Margarida da Silveira.
Joana Margarida da Silveira	1796	Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado	Baltazar Gomes Viana, natural da Vila de Viana, Portugal. Charqueador.
Inácio Antônio Pires	1808	Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado	Ana Inácia Gonçalves, natural do Estreito, filha de Manuel Gonçalves da Silveira, e Francisca Inácia de Jesus.
Manuel Marcelino Pires Casado	1809*	Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado	Inácia Francisca da Conceição.
Maria Eufrásia da Silveira	1828	Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado	Alexandre Inácio da Silveira, natural de Rio Grande. Primo de Maria Eufrásia, filho de Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira.

*Datas aproximadas com base no batismo dos filhos.

Fonte: ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE: 5º Livro de Batismos de Rio Grande; 3º e 4º Livro Batismos Viamão; 1º e 2º Livros de Batismos Porto Alegre. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio. **Resgate de Fontes Paroquiais** - Porto Alegre e Viamão, século XVIII. ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS: 1º Livro de Batismos de São Francisco de Paula; 1º Livro de Casamentos de São Francisco de Paula.; SIMÕES LOPES F., João. **Furtado de Mendonça**: Descendência de Antônio Furtado de Mendonça. Disponível em http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_f_02.htm (acessado em 19/06/2011).

Não foi possível obter muitas informações sobre a maior parte das noras de Mateus Inácio da Silveira. Algumas eram filhas de camarários, detentores de patentes e de cargos régios. De outras pouco se sabe, é possível que pertencessem a famílias estabelecidas há bastante tempo no Continente (como é o caso de Clara Joaquina da Silva, cuja mãe era natural da Colônia do Sacramento), ou mesmo fossem filhas de comerciantes, predicado que dificilmente constava nos registros paroquiais. Isso tudo sugere uma diversificação das alianças, condizentes com um contexto de incerteza.¹⁴²

Já os casamentos de Nicolau e Dorotéia, segundo e terceiro a ocorrerem, respectivamente, representam não apenas a formação de alianças como o fortalecimento das mesmas, com uma família que estava se estabelecendo e viria a ser uma das principais do Continente: os Fontoura. Dorotéia casou-se com José Carneiro da Fontoura, que por sua vez era tio de Engrácia Raquel Pereira Pinto, esposa de Nicolau. Na descendência desses casais, novos enlaces endogâmicos seriam realizados com os Fontoura, e a aliança entre Silveira e Fontoura parece ter sido de bastante sucesso, já que na descendência de Dorotéia encontram-se alguns grandes charqueadores pelotenses, entre eles um barão e um visconde.

Excetuando-se a reiteração de laços com os Fontoura, que pode ser considerada, endogâmica, os filhos de Maria Antônia aparentemente realizaram casamentos com pessoas externas à família. Já com relação aos filhos de Mariana Eufrásia e Francisco Pires Casado teria havido uma variação entre matrimônios endogâmicos e exogâmicos. Dos sete casamentos realizados pelos filhos desse casal, quatro foram com pessoas externas à família (sendo dois dos genros comerciantes como o eram os membros do bando dos cunhados, e duas noras sobre quem não foi possível obter mais informações), e três com pessoas com eles aparentadas. Além disso, outros três filhos desse casal permaneceram solteiros, sem que tenham entrado para alguma ordem eclesiástica.

É importante atentar, nesse caso, para o contexto em que foram realizadas as escolhas dos cônjuges: os filhos de Mariana Eufrásia começaram a casar uma década depois dos primeiros casamentos dos filhos de Maria Antônia. Assim, as perspectivas que esses casais vislumbravam ao escolher os cônjuges de seus filhos eram diferenciadas, pois na década de 1780 o grupo familiar já estava consolidado e ocupava uma posição de destaque na sociedade. Provavelmente nesse momento não seriam mais tão necessárias as alianças com outras famílias, o que levaria a uma busca de reiteração de laços dentro do próprio grupo.

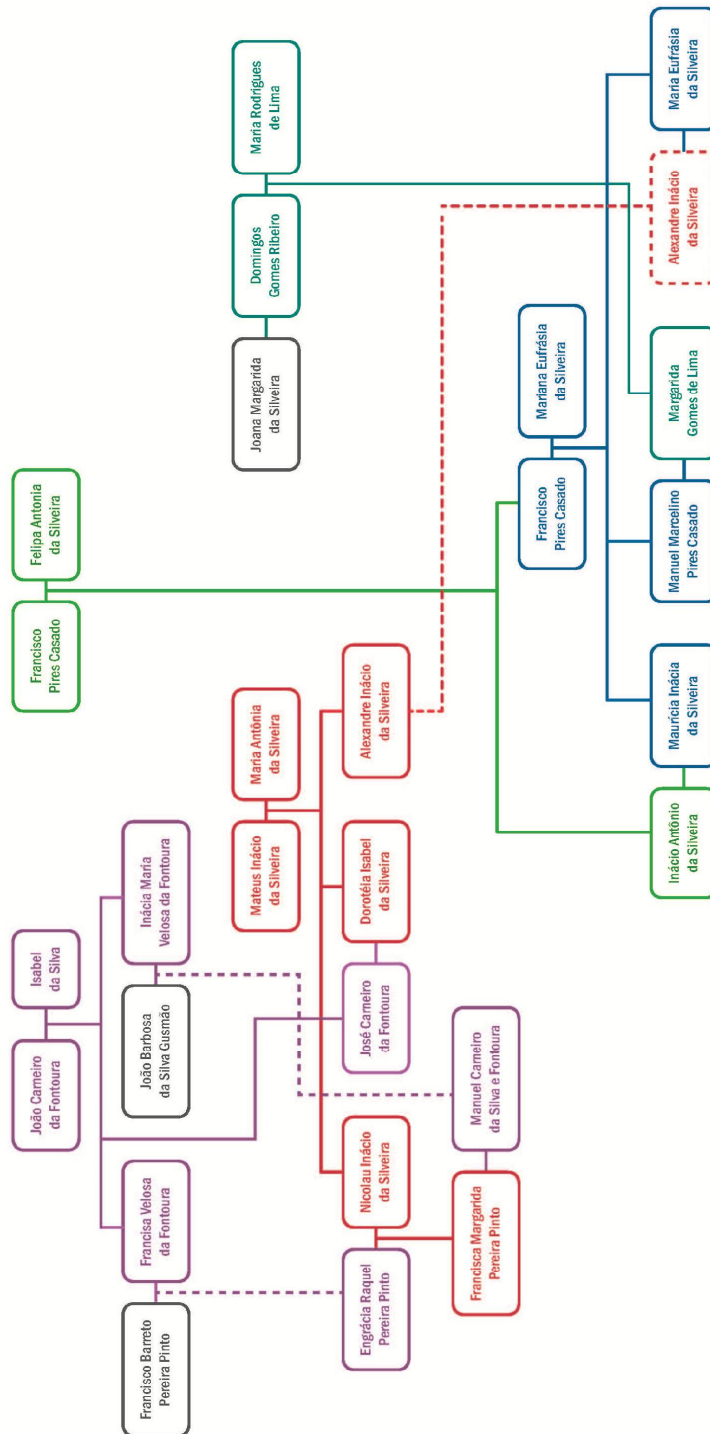
¹⁴² LEVI, Giovanni. Family and kin: a few thoughts. **Journal of Family History**, v. 15, no 4, 1990.

Assim, Maurícia Inácia da Silveira casou com seu tio paterno o Capitão Inácio Antônio da Silveira (vide quadro sete). Antônio teria nascido em 1737, e seria, portanto, vinte e um anos mais velho que a sobrinha.¹⁴³ Antônio Inácio obteve terras no entorno da Vila de Rio Grande, sendo o proprietário da sesmaria do Monte Bonito, que comprou de Luis Gonçalves Viana. Essa sesmaria daria origem a uma grande quantidade de charqueadas, fossem elas de descendentes do casal, ou de pessoas que compraram partes do terreno, muito valorizado por ser às margens do Arroio Pelotas. Não se sabe se o casal se envolveu diretamente com a produção de charque, mas na sua descendência, e entre seus genros, houve charqueadores, como Antônio José de Oliveira Castro e o genro deste último, José Antônio Moreira, barão de Butuí.

Manuel Marcelino casou-se com Margarida Gomes de Lima, filha de Domingos Gomes Ribeiro, que era tio de Manuel por seu casamento com Joana Margarida da Silveira (vide quadro sete). Margarida, filha do primeiro casamento de Domingos, tinha apenas nove anos quando esse se casou com Joana. O casamento entre Manuel Marcelino e Margarida se equivale a um casamento entre primos, mesmo sendo Domingos tio por afinidade.

Maria Eufrásia da Silveira casou com seu primo Alexandre Inácio da Silveira, filho de Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira, em 1828. Alexandre era já viúvo de Clara Joaquina da Silva, com quem teve cinco filhos, e tinha, à época de seu segundo casamento, setenta anos. Maria Eufrásia tinha cinqüenta e oito anos, idade também avançada, especialmente ao considerar-se que era seu primeiro casamento. As idades dos primos no momento do casamento podem indicar a busca da fusão dos bens do casal.

¹⁴³ SIMOES LOPES



FONTES: ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE: 5º Livro de Batismos de Rio Grande; 1º Livro Batismos Porto Alegre. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio. **Resgate de Fontes Paroquiais** - Porto Alegre e Viamão, século XVIII. ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS: 1º Livro de Batismos de São Francisco de Paula; 1º Livro de Casamentos de São Francisco de Paula. SIMÕES LOPES F., João. **Furtado de Mendonça**: Descendência de Antônio Furtado de Mendonça. Disponível em <http://www.cbg.org.br/arquivos/genealogicos/f02.htm> (acessado em 19/06/2011).

Casamentos entre parentes, seguidamente parentes próximos, em famílias de elite é um traço característico dos enlaces matrimoniais no Antigo Regime.¹⁴⁴ Frequentemente as famílias utilizaram o expediente do casamento endogâmico como forma de manter e concentrar o patrimônio, os monopólios e o prestígio.¹⁴⁵ O casamento de Alexandre Inácio da Silveira e Maria Eufrásia da Silveira é exemplar nesse sentido.

Além dos casamentos endogâmicos, algumas alianças entre duas famílias eram reiteradas por meio do casamento de vários de seus membros, seja em um curto período de tempo, seja em várias gerações.¹⁴⁶ O caso dos casamentos entre Silveiras e Fontouras é um exemplo dos dois fenômenos, já que os casamentos de Nicolau e de Dorotéia aconteceram com dois anos de diferença entre si, e o casamento de Francisca Margarida Pereira Pinto, filha de Nicolau, com Manuel Carneiro da Silva e Fontoura, representa a reiteração da aliança na geração seguinte.

Embora casamentos endogâmicos fossem parte característica dos enlaces realizados por famílias de elite, não eram os únicos. O elemento mais interessante das estratégias matrimoniais dessas famílias, não era o prevalecimento de casamentos endogâmicos ou exogâmicos, mas a possibilidade de alternância entre eles.

Em seu estudo das famílias mineras, Brügger percebe diferenças na tendência principal de formas de casamento das melhores famílias nos séculos XVIII e XIX. No século XVII, aconteceram mais enlaces entre as filhas das famílias importantes locais e homens lusos, muitas vezes enriquecidos pela atividade mercantil. No século seguinte, os casamentos se deram, principalmente, no interior das famílias.¹⁴⁷

¹⁴⁴ KORTA, Oihane Oliveri. *Economía doméstica: una mirada desde las élites guipuzcoanas del siglo XVI*. In: IMÍZCOZ, J. M.; KORTA, O. O. **Economía doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen**. Madrid: Sílex, 2010.

¹⁴⁵ Pode-se citar como exemplos, entre muitos outros, de autores que observaram a prática da endogamia como forma de manutenção do patrimônio: BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal: família e sociedade** (São João del Rei - séculos XVIII e XIX). São Paulo: Anna Blume, 2007, P. 280-281.; FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750)*. In: FRAGOSO; ALMEIDA E SAMPAIO (Org.). **Conquistadores e negociantes**. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007;; KORTA, Oihane Oliveri. *Economía doméstica: una mirada desde las élites guipuzcoanas del siglo XVI*. In: IMÍZCOZ, J. M.; KORTA, O. O. **Economía doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen**. Madrid: Sílex, 2010.

¹⁴⁶ HAMEISTER, Martha; GIL, Tiago. *Fazer-se elite no extremo-sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII)*. In: FRAGOSO; ALMEIDA E SAMPAIO (Org.). **Conquistadores e negociantes**. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁴⁷ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal: família e sociedade** (São João del Rei - séculos XVIII e XIX). São Paulo: Anna Blume, 2007, P. 280-281.

Fragoso, tratando do período de formação da economia açucareira no Rio de Janeiro e dos enlaces matrimoniais das cinco principais famílias descendentes de conquistadores comenta que, no início desse período, os cônjuges das pessoas das principais famílias eram principalmente noivas provenientes de famílias as quais o autor não pode identificar e noivos estrangeiros. À medida que a economia açucareira ia se estabelecendo, as proporções de cônjuges externos às cinco famílias estudadas ia diminuindo consideravelmente:

Os gráficos anteriores terminaram por reafirmar a endogamia como um dos traços daqueles que se intitulavam nobreza principal da terra, porém também nos informaram que este não era o único costume matrimonial conhecido pelos fidalgos da terra e, o mais importante, que houve uma época em que praticamente prevaleceu a exogamia. Em outras palavras, as famílias conquistadoras, conforme as circunstâncias, podiam mudar suas estratégias e escolhas. [...]¹⁴⁸

Parece que a escolha entre casamentos endogâmicos ou exogâmicos (ou um equilíbrio entre os dois), também se assenta nas necessidades da família em cada momento, e as estratégias modificam-se para adequarem-se às circunstâncias. As adaptações que as famílias de elite souberam fazer são parte importante da manutenção das mesmas no topo da hierarquia social por tanto tempo.

Faz-se preciso comentar, ainda, outro traço das estratégias matrimoniais da família aqui estudada: a ausência de casamentos por parte de alguns deles. Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira, cujos filhos começaram a casar na década de 1770, tiveram apenas um filho solteiro: Francisco Inácio da Silveira, que se tornou padre e foi vigário na localidade do Estreito. Imagina-se que o fato de a maior parte dos filhos do casal ter realizado matrimônios está relacionado à já comentada necessidade de estabelecer alianças com famílias de Viamão. E, embora Francisco Inácio não tenha casado, o sacerdócio configurava-se como elemento importante, especialmente no que se refere ao aumento do prestígio da família.

Por outro lado, entre os filhos de Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado, além de haver mais casamentos endogâmicos, há também um número significativo de solteiros: três mulheres e um homem, todos eles tendo chegado à idade adulta. Talvez o número de filhos desse casal seja um fator a considerar, já que a possibilidade de encontrar bons casamentos para dez rebentos seja limitada. Porém a própria ideia da limitação do leque

¹⁴⁸ FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: FRAGOSO; ALMEIDA E SAMPAIO (Org.). **Conquistadores e negociantes**. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

de escolhas é significativa: uma vez que o ideal seria realizar casamento apenas dentro do mesmo grupo social, a restrição do mercado matrimonial disponível a eles pode indicar uma elevação do estatuto da família.

Considerando que nas duas últimas décadas do século XVIII não existia, provavelmente, para essa família a necessidade de formação de novas alianças, como forma de manutenção do matrimônio e do prestígio eles optaram pela realização de casamentos endogâmicos e mesmo por não casar, matizada pelos enlaces de alguns de seus membros com comerciantes.

2.4. Igualdade entre irmãos, desigualdade entre primos

É provável que as pessoas que se casaram e, entre elas, as que tenham feito os melhores casamentos, sejam as que receberam mais *investimentos* por parte da família. Não sendo possível arranjar bons casamentos para todos, investiam em alguns dos filhos mais do que nos demais. Um dos modos de investir nesses casamentos era por meio do dote.

A prática do dote foi um fator central das estratégias matrimoniais de famílias de elite no período colonial. Muriel Nazzari observou a evolução da prática dotal em São Paulo entre 1600 e 1900, a partir, principalmente, da análise de inventários post-mortem. A autora observou certo privilégio das mulheres na legação de bens, em detrimento de seus irmãos, já que elas recebiam, seguidamente, muito mais do que a legítima – a parte que lhes cabia da herança de seus pais. Esse favorecimento das mulheres tinha como objetivo levar para o seio das principais famílias da terra genros que significassem enobrecimento, capacidade guerreira ou perícia tecnológica.¹⁴⁹ Essa prática, entretanto, teria começado a declinar em meados do século XIX, por uma mudança no pacto matrimonial.

Sem diminuir a importância do modelo apresentado por Nazzari, autores como Fábio Kühn atentam para existência de distintos modelos sucessórios no Brasil colonial, o que gera a necessidade de observar os distintos contextos. O autor aponta, a partir de seu estudo sobre a prática do dom no Rio Grande de São Pedro, alguns elementos constitutivos de um modelo sucessório para essa região. São eles: uma transmissão patrimonial sem um padrão definido, prevalecendo uma transmissão matrilinear matizada pelo favorecimento de alguns filhos;

¹⁴⁹ NAZZARI, Muriel. **O Desaparecimento do Dote**: Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

concessão de dotes buscando arregimentar, preferencialmente, genros comerciantes ou pessoas com alguma posição social de destaque; ascensão social dos comerciantes que ingressavam nas principais famílias passava pela ocupação de cargos na câmara ou postos nas Ordenanças, muitos deles tornando-se também fazendeiros após o casamento; migração recorrente de alguns herdeiros menos favorecidos para as regiões de fronteira, sem que essa opção se configurasse necessariamente como desfavorável, porque possibilitava o acesso a recursos materiais importantes (como a posse da terra, por exemplo).¹⁵⁰

O dote aparece como um elemento de grande importância no funcionamento de uma sociedade de Antigo Regime. Por trás do favorecimento de algumas herdeiras e da busca por genros de destaque, estiveram as estratégias de reprodução do patrimônio e de manutenção da posição por parte do grupo familiar. Nas palavras de Fábio Kühn:

Aqui vemos um dos elementos da “prática do dom”, tal com deve ser entendido nestas sociedades de Antigo Regime, como no caso do Brasil colonial: o dote, elemento fundamental das estratégias familiares, não significava apenas a doação de bens para o noivo e a constituição de uma nova unidade produtiva, mas sim a própria reprodução e continuidade da riqueza familiar, o que se fazia com a entrada de um noivo portador de atributos valorizados não somente por sua condição econômica. Talvez o dote possa se pensado dentro de uma lógica social valorizadora do “dom e contradom”, ou como afirmam Xavier e Hespanha, [...] Embora estes autores estejam se referindo à formação das “redes clientelares”, parece que o dote não pode ser entendido como um mecanismo somente de transferência patrimonial, mas também como um ato estabelecedor de relações políticas, na medida em que vinculava famílias ou ainda determinados indivíduos a certas famílias importantes.¹⁵¹

De todos os casamentos ocorridos na família, encontrou-se informações a respeito de apenas três dotes, um em cada geração, o que configura uma amostragem muito pequena. Ainda assim, eles trazem informações pertinentes ao estudo aqui desenvolvido.

Antônio Moreira da Cruz, em seu casamento com Joana Margarida da Silveira, recebeu como dote 800\$000 réis e duas escravas, além do “paramento necessário” para uma mulher da sua condição social.¹⁵²

¹⁵⁰ KÜHN, Fábio. A Prática do dom: Família, dote e sucessão na fronteira da América Portuguesa. **Anais da V Jornada Setecentista**. Curitiba, 26, 28 de novembro de 2003.

¹⁵¹ KÜHN, Fábio. A Prática do dom: Família, dote e sucessão na fronteira da América Portuguesa. **Anais da V Jornada Setecentista**. Curitiba, 26, 28 de novembro de 2003.

¹⁵² KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa**. Niterói, PPGHIS – UFF, 2006 (Tese de Doutorado).

Antônio José da Cunha, genro de Manuel Fernandes Vieira, casado com sua filha Vicência Maria Joaquina, recebeu como dote em seu casamento uma morada de casas cobertas de telha, três escravos e cerca de um conto e duzentos mil réis em dinheiro.¹⁵³

Mais próximo do contexto charqueador é o dote dado em casamento a Maria Augusta da Fontoura, filha de Maria Regina da Fontoura e João Duarte Machado, neta de Dorotéia Isabel da Silveira e bisneta de Maria Antônia da Silveira. Foram-lhe dados, em seu casamento com Joaquim José Assumpção, cinco escravos (idades de 8, 16, 18, 18 e 24), “um terreno no Passo Real onde tem estabelecimento de charqueada, um potreiro na Barra do Arroio de Pelotas até encontrar um Valo que o marido da dita herdeira fez com a sua gente no banhado”.¹⁵⁴ Maria Augusta foi a única entre seus nove irmãos e três irmãs a receber dote, ou pelo menos, foi a única a ter o dote registrado, sendo que todos já estavam casados no momento da morte de seu pai, João Duarte Machado, quando o dote foi registrado.

Embora a pequena amostragem de dotes encontrada não signifique de forma alguma que eles tenham sido os únicos encontrados, a existência de dotação de apenas alguns dos filhos – no caso do casamento de Maria Augusta da Fontoura – ressalta uma questão que aparece em diversos aspectos das estratégias dessa família: o favorecimento de alguns dos descendentes em detrimento de outros.

Não é apenas por meio de dotes que aconteciam favorecimentos na legação dos bens. Seguidamente pais se utilizaram de suas terças para legar bens especificamente a algumas filhas e netas como é o exemplo proveniente do inventário de João Duarte Machado, da quantia (oitocentos mil reis) que ele lega especificamente a uma de suas netas – curiosamente homônima da única filha que recebeu dote.¹⁵⁵

Segundo Giovanni Levi, para entender estratégias familiares, é preciso observar não só as estratégias de repasse de bens, também aquelas de manutenção das famílias em sua vida cotidiana. De acordo com o autor, freqüentemente estudos de família ou simplificam demais o contexto de referência ou isolam elementos individuais, produzindo uma interpretação parcial e distorcida da lógica sócio-econômica do comportamento familiar. Escrevendo em 1990, seu argumento principal era o de que as numerosas pesquisas acerca dos sistemas de herança e dote, ainda que importantes e reveladoras de diversos aspectos, ignoram como o patrimônio

¹⁵³ KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Niterói, PPGHIS – UFF, 2006 (Tese de Doutorado).

¹⁵⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário João Duarte Machado. 1829.

¹⁵⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário João Duarte Machado. 1829.

da família é suplementado durante o curso da vida e, mais importante, ignoram a conexão entre essas duas fases e os fluxos de renda. Nas palavras do autor,

[...] é impossível explicar a forma de núcleos familiares individuais e as relações dentro deles sem considerar como o sistema de parentesco determina tanto as políticas sociais quanto as práticas econômicas, numa detalhada e complexa rede normativa. Além disso, uma característica notável desses sistemas é sua longevidade. Apesar das transformações que ocorrem em face às mudanças na base econômica, mostrando sua adaptabilidade, eles continuam a ser relativamente inertes, mesmo na presença de uma comercialização da terra e produção sempre crescentes, e o aumento massivo na população que os deveria ter levado para o limiar do vasto processo emigratório.¹⁵⁶

Concordando com Levi, crê-se ser necessário, para a compreensão do funcionamento dessa família, observar seus diversos aspectos, desde as relações que teciam cotidianamente, até as estratégias estruturais de repasse de bens.

Mais do que isso, para compreender a atuação desse grupo familiar, é preciso ir além de observar as estratégias de repasse de bens – sejam eles materiais ou imateriais – apenas dentro das linhagens (ou seja, de pai para filho, de sogro para genro). Pelo menos no caso da família Silveira, mostra-se muito importante a transmissão de bens de forma, por assim dizer “cruzada”: de tios para sobrinhos e, especialmente, de tias para sobrinhas. Essas relações aparecem na transmissão de bens, e também são reiteradas em diversos momentos. Exemplos disso são as práticas de nomeação e as relações de compadrio, trabalhadas nos capítulos seguintes.

Além da legação dos bens dentro das linhagens (ou seja, de pais para filhos ou de avôs para netos), seguidamente tias que falecem solteiras ou sem filhos deixaram seus bens especificamente para algumas sobrinhas. É o caso de duas sobrinhas-netas e afilhadas de Isabel Francisca da Silveira, Maria Regina da Fontoura e Isabel Dorotéia da Fontoura, que receberam como herança a Fazenda de Pelotas, de onde saíram, no século XIX, pelo menos sete charqueadas.¹⁵⁷

¹⁵⁶ LEVI, Giovanni. Family and kin: a few thoughts. **Journal of Family History**, v. 15, no 4, 1990. Tradução Livre. No original: [...] *Thus it is impossible to explain the form of individual family households and the relations within them without considering how the kinship system determines both social policies and economic practices, in a detailed and complex normative framework. Moreover, a striking characteristic of these systems is their longevity. Despite the transformations that occur in the face of changes in the economic base, showing their adaptability, they continue to be relatively inert, even in the presence of an increasing commercialization of land and production, and the massive increase in population that was to take them to the threshold of the vast emigratory process.*

¹⁵⁷ GUTIERREZ, Ester. **Negros, charqueadas e olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Editora Universitária/UFPel; Livraria Mundial, 1993; MAGALHÃES, Mario Osorio. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Editora da UFPel/Livraria Mundial, 1993.

Embora essa última doação não possa ser configurada como dote, pois ocorreu quando as duas irmãs já estavam casadas, parece indicar um favorecimento delas dentro da família, especialmente se considerarmos que nas linhagens desses casais favorecidos que futuramente são encontrados o maior número de charqueadores, incluindo alguns que receberam títulos de nobreza do império brasileiro.

Parece que nessa família havia um favorecimento, na legação de bens, das mulheres, com a ilustre presença de alguns homens. Também não eram todas as mulheres, mas aquelas que receberam os melhores investimentos para trazerem bons partidos para dentro da família, como é o caso de Dorotéia, ou que casaram com parentes (Maurícia Inácia). Trata-se apenas de impressões, já que não foi feita uma análise da transmissão de bens como um todo e obtiveram-se apenas algumas informações. Seria preciso aprofundar o estudo da transmissão do patrimônio, o que infelizmente não foi possível no âmbito desse trabalho, para fazer afirmações mais contundentes. Ainda assim, acreditou-se ser importante mencionar a idéia do privilegiamento de alguns membros da família por esse fator aparecer na análise da transmissão de *bens imateriais*, como o nome e o apadrinhamento, que serão tratados nos capítulos seguintes.

3. NOME DE FAMÍLIA: PRÁTICAS DE NOMEAÇÃO NA FAMÍLIA SILVEIRA

No presente trabalho analisa-se alguns aspectos da atuação da família Silveira, na busca de perceber as estratégias que permitiram que a maioria de seus membros mantivesse sua posição social por longo período. A fim de atingir tais objetivos foi preciso primeiramente realizar um levantamento de informações sobre a família Silveira e sua atuação no Continente do Rio Grande de São Pedro. Iniciou-se da maneira mais simples: pesquisando em genealogias e em textos de historiadores que tratam do período e que mencionem tais agentes. A leitura desses textos foi de grande ajuda, à medida que indicaram nomes, datas e locais que facilitaram em muito a busca de informações no conjunto documental que se fez necessário consultar, configurado por registros de batismo, casamento e óbito, testamentos e inventários e requerimentos, entre outros.

Uma vez que se teve acesso aos documentos, foi preciso coletar neles as informações e organizá-las de modo que pudessem ser trabalhadas e analisadas. Esse processo, embora pareça banal, apresenta uma série de problemas que precisam ser, talvez em parte, resolvidos para que se possa dar prosseguimento à pesquisa. Organizar os dados para análise é uma tarefa que implica escolhas metodológicas que podem inclusive influenciar os resultados encontrados.

Devido à importância de tal processo numa pesquisa histórica é que será feita uma breve discussão dos parâmetros metodológicos utilizados, das escolhas feitas, dos desvios e surpresas. Inicia-se este capítulo, então, não com a apresentação dos resultados, e sim com o compartilhamento do caminho percorrido.

3.1 – Entre o vestígio e a fonte

Durante uma conferência realizada em 2010 acerca do estado atual da produção do conhecimento histórico o palestrante perguntou à platéia como se inicia uma pesquisa, ao que muitos responderam: “com as fontes”. Entretanto, ao serem novamente questionados quais seriam essas fontes, os mesmos pesquisadores respondem: “com aquelas que possam fornecer as respostas buscadas”. Parece, então, haver algumas falhas na noção que alguns

pesquisadores possuem sobre o processo de construção do conhecimento histórico. Uma pesquisa histórica começa, na verdade, com uma pergunta.

Os documentos investigados são, em si, apenas vestígios do passado, deixados por seres humanos que os produziram com os mais diversos objetivos. Só se tornam fontes a partir do momento em que existe um questionamento específico a ser-lhes lançado. É buscando respostas que o historiador procura nesses vestígios informações que não são necessariamente explícitas ou intencionais, e que precisam ser, portanto, extraídas dos documentos por meio de interpretação. De acordo a historiadora da ciência Helge Kragh:

Diferentemente do vestígio, a fonte não é, enquanto fonte, um objeto material, deve ser considerada como uma informação que nos foi deixada. A informação revelada pela fonte, e neste sentido a própria fonte, se converte em uma interação entre o passado e o presente.¹⁵⁸

Esse processo de transformação do vestígio em fonte também foi comentado por Rojas, partindo igualmente do que foi dito por Kragh, acrescenta que, em si, as fontes não são boas ou más, são apenas adequadas ou inadequadas a determinado estudo.¹⁵⁹ Nem todos os documentos podem, portanto, ser convertidos em fontes. É preciso verificar se os documentos escolhidos são capazes de responder às perguntas que lhes são lançadas. Não é possível, por exemplo, buscar informações sobre os hábitos de leitura de uma sociedade em contratos de compra e venda de imóveis. E, embora o exemplo citado possa ser óbvio pelo menos aos historiadores, muitas vezes o mesmo fenômeno acontece de forma não tão clara, a isso faz-se necessária a atenção do pesquisador. Uma vez detectada a inadequação das fontes ao problema de pesquisa, é preciso haver uma mudança, seja das fontes, seja do questionamento a elas lançado.

É necessário buscar algo na documentação para que ela passe a fazer sentido para o historiador e se converta, assim, em fonte. Entretanto, a existência de fontes e sua adequação à pergunta não é suficiente para a feitura de uma análise, uma vez que os dados buscados pelo pesquisador não estão explícitos nelas. Cada registro de batismo, rol de confessados, testamento etc., foi produzido com um objetivo diverso daquele que leva o pesquisador a

¹⁵⁸ KRAGH, Helge. **Introducción a la historia de la ciencia**. Barcelona: Editorial Crítica, 1989. Tradução Livre. No original: *A diferencia del vestigio, la fuente no es, en cuanto fuente, un objeto material, sino que ha de ser considerada como una información que se nos ha dejado. La información revelada por la fuente, y en este sentido la propia fuente, se convierte en una interacción entre el pasado y el presente.*

¹⁵⁹ ROJAS, José Luis de. La documentación. In: **La etnohistoria de América: los indígenas, protagonistas de su historia**. Buenos Aires: SB, 2008.

buscá-los, e, portanto, as informações necessárias à pesquisa são fragmentadas e estão distribuídas pelo conjunto documental. É preciso então unir esses fragmentos, organizar essas informações, de forma que sejam “maleáveis”, para que possam ser cruzadas e comparadas, permitindo assim a análise.

A necessidade de organizar as informações retiradas das fontes de modo a serem melhor trabalhadas é comentada por Alan Macfarlane, quando trata de questões metodológicas concernentes à reconstituição de comunidades históricas. Comentando a necessidade, apontada por Marc Bloch, que tem o historiador de reunir todos os documentos necessários à sua pesquisa, afirma que

Precisamos incluir sob o rótulo ‘reunir’ não apenas a compilação de registros em um só lugar, mas a subsequente indexação e análise desses registros de forma que eles possam ser mais facilmente usados. Ambos processos podem parecer ao não-historiador questões bastante triviais, porém o sucesso ou fracasso de um projeto que envolve o estudo de uma comunidade em particular depende dos métodos de coleta e preparação dos dados para subsequente análise.¹⁶⁰

Esse momento de tratamento dos dados traz consigo uma série de dificuldades pelas quais, acredita-se, passa a maioria dos pesquisadores. Entretanto, dificilmente tais questões são comentadas nos textos de apresentação dos resultados de uma pesquisa. Cada vez mais os textos produzidos pelos historiadores focam a apresentação de resultados finais,¹⁶¹ dados

¹⁶⁰ MACFARLANE, Alan. **Reconstructing Historical Communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. Tradução livre. No original: *We must include under ‘assemble’ not only the gathering of records into one place, but the further indexing and analyzing of this records in such a way that they may more easily be used. Both these processes may appear to the non-historian to be fairly trivial matters, yet upon the methods of collecting and preparing the data for subsequent analysis will depend the whole success or failure of a project concerned with studying a particular community.*

¹⁶¹ Essa afirmação é feita com base na experiência em sala de aula e na participação de congressos e seminários. Não ignora a preocupação meticulosa de muitos pesquisadores não só com a apresentação da metodologia utilizada, também com discussões específicas e intensivas sobre metodologia, realizando trabalhos importantíssimos na tentativa de elucidar melhor os processos através dos quais o conhecimento histórico. Entre os muitos trabalhos preocupados especificamente com metodologia pode-se citar: CARDOSO, Ciro Flamarion & PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. **Os Métodos da História**: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. Rio de Janeiro: Graal, 1979.; SCOTT, Ana Sílvia Volpi. Cruzamento nominativo a partir de fontes seriadas portuguesas: problemas e desafios. In: **II Seminário de História Quantitativa e Serial**. Belo Horizonte: PUCMinas, 2001.; NADALIN, Sérgio Odilon. **História e Demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004.; BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo & BOTELHO, Tarcísio R., Eds. **Linhas e Entrelinhas**: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009.; HAMEISTER, Martha D. O ofício de tirar leite de pedras: a relação entre o historiador e a documentação durante uma investigação. In: **XII Encontro Regional de História - Anais Eletrônicos**. Irati: ANPUH Regional - Paraná, 2010.

“fechados”, em detrimento da exposição do caminho de pesquisa que levou à elaboração desses resultados.¹⁶²

Uma vez que as escolhas dos métodos empregados em um estudo seguidamente determinam o tipo de resultado obtido, o maior problema decorrente da ausência de discussão sobre a metodologia empregada, é que não fica claro aos leitores de que maneira o autor chegou a determinadas conclusões, o que torna mais difícil a avaliação do trabalho. E, o que é ainda mais problemático, a ausência da exposição do método, algumas vezes, pode indicar pouca reflexão do próprio pesquisador acerca desses mesmos procedimentos. Encontra-se o mesmo tipo de preocupação com a ausência de reflexão por parte de alguns historiadores em Cipolla, quando diz que:

[...] os historiadores têm-se preocupado muito poucas vezes em explicar, não só frente aos demais, mas também para si mesmos, a teoria a partir da qual recompõem os dados básicos coletados e de verificar sua consistência lógica. Nesse aspecto, por assim dizer, os historiadores se baseiam em geral no simples “senso comum”.¹⁶³

O problema da ausência de reflexão metodológica nos textos historiográficos vai além da dificuldade de entendimento por parte dos leitores de como se deu o trabalho de pesquisa. Não sendo possível compreender como um autor chegou às informações que apresenta, fica muito difícil a sua utilização. Um exemplo da dificuldade em utilizar informações provenientes de trabalhos que não fazem referência ao modo como foram coletados os dados encontra-se em algumas genealogias.

A reconstituição de uma genealogia é geralmente um trabalho de fôlego que demanda tempo e dedicação por parte daqueles que realizam tal empreitada. Uma vez feita é seguidamente utilizada por outros pesquisadores que buscam a reconstituição de uma linhagem específica, informações sobre um grupo ou mesmo, como no caso na presente pesquisa, um levantamento inicial de informações sobre uma família que guiasse a busca em fontes primárias. Porém, a ausência de discussão metodológica na maioria desse tipo de trabalho dificulta ou mesmo impossibilita sua utilização, dependendo do tipo de uso que se

¹⁶² HAMEISTER, Martha D. O ofício de tirar leite de pedras: a relação entre o historiador e a documentação durante uma investigação. In: **XII Encontro Regional de História - Anais Eletrônicos**. Irati: ANPUH Regional - Paraná, 2010.

¹⁶³ CIPOLLA, Carlo M. **Entre la historia y la economía**: Introducción a la historia económica. Barcelona: Editorial Crítica, 1991. Tradução livre. No original: [...] *los historiadores se han preocupado muy pocas veces en explicar, no sólo frente a los demás, sino también para sí mismos, la teoría a partir de la cual recomponían los datos básicos recogidos y de verificar la consistencia lógica. En este aspecto, por decirlo así, los historiadores se han fiado en general del simple “sentido común”*.

quer dar às informações ali buscadas, sendo necessário que o pesquisador refaça o levantamento inicial de fontes. Um desses casos é o da análise de práticas nominativas, especialmente quando se trata de pessoas que viveram em sociedades com características de Antigo Regime.

Nessas sociedades o sobrenome¹⁶⁴ de uma pessoa podia variar: embora o nome recebido no batismo dificilmente se modificasse¹⁶⁵, um segundo nome poderia ser adotado, deixado de lado ou substituído. Não existiam regras fixas para a adoção de um sobrenome. É bastante comum encontrar, em uma mesma família, dois irmãos com sobrenomes completamente distintos. Também não existia a obrigatoriedade de adoção do sobrenome dos pais, podendo ser adotados sobrenomes de avós, padrinhos, ou mesmo indicadores do local de origem da pessoa.

Em algumas genealogias, porém, existe a tendência de padronização dos sobrenomes ou, quando não se tem conhecimento do sobrenome dos filhos de um casal – uma vez que em muitos dos documentos utilizados na construção de genealogias, como registros de batismo e casamento, listas nominativas e róis de confessados, consta apenas o nome do batizando ou do chefe do fogo. Algumas vezes acontece a atribuição de sobrenome de acordo com o padrão atual, ou seja, primeiro o sobrenome paterno da mãe, depois o sobrenome paterno do pai. Em alguns casos encontra-se também a atribuição do sobrenome do marido à esposa.

É certo que muitas genealogias são produzidas respeitando a formulação dos nomes completos como encontrada nas fontes ou realizando, no máximo, uma atualização da grafia dos mesmos. No entanto, por não serem esclarecidas essas questões, e por não se saber, muitas vezes, sequer quais fontes foram consultadas, fica impossibilitada a utilização dos dados ali encontrados para o estudo de práticas nominativas, caso o que se busque seja

¹⁶⁴ Diante da confusão existente, nos dias atuais, entre o uso de “nome” como “nome próprio”, ou “prenome” e também como conjunto de “nome próprio” e “sobrenome”, foi buscar-se no Dicionário de Raphael Bluteau as definições de “nome”, “prenome” e “sobrenome”, sendo encontrado o que segue: “**Nome:** Palavra apropriada a alguma coisa, ou pessoa, para se conhecer, e distinguir de outra.”; “**Prenome:** É o nome, ou título que precede ao nome próprio: v.g. em Dom Pedro de Castros, onde o nome próprio é Pedro, o Dom é o prenome.”; “**Sobrenome:** O nome da casa, e família, acrescentado ao nome de Batismo, ou ao nome próprio. v.g. Pedro Viegas, [...]. Pedro é o nome próprio, e Viegas o sobrenome”. Assim sendo, serão utilizados os termos “nome” ao se referir ao nome ou nomes próprios, sobrenome ao se referir ao nome ou nomes de família, de acordo com Bluteau. Com relação ao conjunto de nome e sobrenome, decidiu-se utilizar o termo “nome completo” e, nas ocasiões em que se trata da metodologia de cruzamento nominativo, apenas “nome”, pois assim aparece na bibliografia. O termo “prenome” não será utilizado, salvo em citações diretas de outros autores. BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez & Latino**, volume 5. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/>

¹⁶⁵ De acordo com as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, o nome recebido no batismo poderia ser modificado no momento da crisma: *[o sacramento da confirmação] Quem o receber pode mudar o nome, que se lhe pos no Batismo, ainda que seja de Santo*. DA VIDE, D. Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Livro I, Título XII. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. Grafia por mim atualizada.

justamente as alterações dos nomes completos, a maneira com que divergiam do padrão, as escolhas diferenciadas que podem revelar estratégias diferenciadas.

Pode-se citar ainda um motivo pelo qual o debate sobre os caminhos percorridos na pesquisa se faz importante: a possibilidade de que outros pesquisadores estejam vivenciando dificuldades semelhantes em suas pesquisas ou, ao contrário, já tenham solucionado problemas ainda presentes na pesquisa apresentada. Mais do que mera apresentação dos procedimentos, tal debate pode resultar num aprimoramento metodológico capaz de auxiliar na resolução de problemas comuns aos pesquisadores de uma mesma área.

3.2 - Os nós do fio de Ariadne

Uma vez de posse de documentos que diziam algo sobre os atores pesquisados – registros paroquiais, testamentos, entre outros – tinha-se em mãos uma quantidade de informações, por assim dizer, em potencial, que era preciso extrair desses documentos.

Um dos caminhos pelos quais isso poderia ser feito foi apontado por Carlo Ginzburg, em seu famoso texto “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. Nele o autor declara que a melhor maneira de buscar e agrupar informações sobre os agentes estudados é através do nome:

[...] se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grandes grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariadne que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome.¹⁶⁶

O nome seria então o principal meio através do qual é possível buscar e aglutinar as informações a serem trabalhadas pelo pesquisador, sendo esse método conhecido como cruzamento nominal ou nominativo.

Embora o nome seja um dos melhores – se não o melhor – meio de aglutinar informações sobre os agentes do passado, seu uso não está livre de algumas limitações. Entre elas figura como principal a existência de um grande número de homônimos, o que faz com

¹⁶⁶ GINZBURG, Carlo. O Nome e o Como: troca desigual e mercado historiográfico. In: _____. **A Microhistória e outros ensaios**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.

que seja necessário, primeiro, determinar a qual dos vários Antônio ou Marias o documento que se tem em mãos diz respeito.

No caso específico da presente pesquisa, essa dificuldade apresentou-se de duas formas. Primeira, era preciso saber se o nome presente no documento referia-se realmente a um membro da família Silveira, ou se era de um homônimo a eles não relacionado. Segunda, caso fosse concluído que não se tratava de ninguém da família de que se tivesse conhecimento até então, era preciso lidar com a possibilidade de que o registro em questão se referisse a um membro da família ainda não identificado como tal – talvez um filho ou neto ainda não identificado ou de quem só se conhece o nome de batismo.

Silveira era um sobrenome bastante comum no Rio Grande no período estudado, e era especialmente freqüente em pessoas provenientes das Ilhas dos Açores. Portanto a existência do sobrenome Silveira – e também Fernandes Vieira, Pires Casado, Fontoura, entre outros sobrenomes de seus maridos e genros – poderia ser um indicativo de pertencimento à família, mas de modo algum bastava para uma identificação positiva. A utilização do nome completo tampouco bastava, já que geralmente se tratava de “Marias”, “Anas”, “Isabéis”, “Manoéis”, “Inácios”, entre outros nomes que de forma alguma se destacam em meio aos demais nomes de seu tempo.

Os problemas decorrentes da identificação dos agentes nos documentos foram trabalhados por Wrigley e Winchester, em textos nos quais eles discutem algumas questões metodológicas acerca do cruzamento nominal. Segundo os autores, o nome, ainda que seja o principal “instrumento” na busca e organização das informações, não basta para que os agentes sejam identificados e distinguidos uns dos outros.¹⁶⁷

Segundo o primeiro autor, cruzamento nominal é o processo pelo qual itens de informação acerca de um indivíduo em particular são associados entre si em um todo coerente de acordo com certas regras. Isso só deve ser feito, entretanto, se duas condições forem atendidas: a primeira, que seja possível distinguir satisfatoriamente entre associações falsas e verdadeiras. A segunda, que o cruzamento nominal entre diferentes registros revele algo a respeito do objeto de pesquisa que, de outra forma, não seria conhecido.¹⁶⁸

¹⁶⁷ WRIGLEY, E. A. Introduction. In: WRIGLEY, E. A (Org). **Identifying People in the Past**. London: Edward Arnold, 1973; WINCHESTER, Ian. On referring to ordinary historical persons. In: WRIGLEY, E. A (Org). **Identifying People in the Past**. London: Edward Arnold, 1973.

¹⁶⁸ WRIGLEY, E. A. Introduction. In: WRIGLEY, E. A (Org). **Identifying People in the Past**. London: Edward Arnold, 1973, p. 5.

Com relação à distinção entre associações falsas e verdadeiras – ou seja, a verificação de que dois registros têm como “protagonistas” a mesma pessoa – Winchester aponta a importância da utilização de itens identificadores que, juntamente com o nome, permitam ao pesquisador diminuir a margem de incerteza com relação a tal associação.¹⁶⁹ Esses itens identificadores podem ser a idade, o local de nascimento ou de moradia, a filiação, o nome do cônjuge, algumas designações tal como cargos e patentes ou, no caso de algumas mulheres, a designação “Dona” que precede o nome.

A utilização de *itens identificadores* auxilia muito na *identificação histórica* – para usar os termos de Winchester – a medida em que gera múltiplos pontos de referência. Esses múltiplos pontos acabam produzindo uma situação próxima ao que ocorreria se cada indivíduo tivesse seis ou sete nomes no que se refere à identificação. Assim, torna-se bem mais rara a possibilidade de existir mais de uma relação entre, digamos, o registro de casamento de uma noiva e seu precedente registro de batismo. Dependendo da quantidade de itens identificadores, as ambigüidades podem ser reduzidas quase a ponto de desaparecerem.¹⁷⁰

Utilizando itens identificadores foi possível, por exemplo, encontrar uma filha de Francisco Pires Casado e Mariana Eufrásia da Silveira de quem não foi encontrado o registro de batismo, em função dos nomes de seus pais:

Aos 28 de janeiro de 1833 faleceu de moléstia interna Dona Joaquina Francisca da Silveira, branca, solteira, natural do Rio de Janeiro, filha legítima do Capitão Mor Francisco Pires Casado e Dona Mariana Eufrásia da Silveira, de idade 60 anos, com pouca diferença: foi sepultada com enterro solene nas catacumbas do cemitério desta matriz de São Francisco de Paula. E para constar fiz este assento que assinei. O Vigário encomendado Francisco Florêncio da Rocha¹⁷¹

Também foi encontrado um registro de batismo no qual Joaquina Francisca aparece como madrinha:

Aos 25 de Abril de 1785, no oratório da Fazenda do Capitão mor Manoel Bento da Rocha desta Freguesia de São Pedro do Rio Grande, batizou e pôs os Santos Óleos, de licença minha, o Padre Antônio Vieira da Silva a **João**, parvulo, filho legítimo de

¹⁶⁹ WINCHESTER, Ian. On referring to ordinary historical persons. In: WRIGLEY, E. A (Org). **Identifying People in the Past**. London: Edward Arnold, 1973, p. 21.

¹⁷⁰ WINCHESTER, Ian. On referring to ordinary historical persons. In: WRIGLEY, E. A (Org). **Identifying People in the Past**. London: Edward Arnold, 1973.

¹⁷¹ ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS: **1º Livro de Óbitos de São Francisco de Paula**, fl. 155. Grafia por mim atualizada.

Inácio Antonio da Silveira, natural e batizado na Freguesia de Santa Luzia na Ilha do Pico, e Dona Maurícia Inácia da Silveira, natural desta Freguesia; neto por parte paterna de Francisco Pires e de Felipa Antonia da Silveira, naturais da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Villa da Horta da Ilha do Faial; e pela materna de Francisco Pires Casado, da Freguesia de Santa Luzia, termo da Villa nova de Sam Roque da Ilha do Pico, e de Dona Mariana Eufrásia da Silveira, da Freguesia de Sam Salvador da Ilha do Faial. Nasceu aos doze de Março do dito ano. Foram padrinhos o sobredito Francisco Pires Casado e sua filha Dona Joaquina Pires da Silveira, solteira. Por verdade fiz este assento.

O Vigário Pedro Pereira Fernandes de Mesquita¹⁷²

A incerteza com relação ao pertencimento de Joaquina à família pesquisada foi drasticamente diminuída pela presença dos nomes de seus pais e de seu cunhado. Entretanto, caso o termo “sua filha” não tivesse sido escrito, a identificação poderia não ter sido feita, ou, no mínimo, muitas dúvidas permaneceriam.

Os itens identificadores também são importantes nos casos em que ao cruzamento nominativo falta, justamente, o nome: são os casos em que o mesmo estava ilegível, corroído, ou não constava no documento por falha ou esquecimento de quem o produziu. Foi o que aconteceu com o registro de batismo de um dos filhos do casal Inácio Antônio da Silveira e Maurícia Inácia da Silveira, nascido em 1787. O estado de deterioração da página em que foi assentado o registro não permitiu a total leitura do mesmo, tendo ficado a transcrição da maneira que segue:

Fl. 156

Aos vinte e nove d[ia]s do mez de julho de mil s[e]tecentos e oitenta [e sete] no Oratório da Fazenda dos Prazeres do Capitão mor M[anue]l Bento da Rocha desta Freguesia de São Pedro do Rio Grande [corroído] os Santos oleos o Padre Antônio [corroído] a [???iano], filho legítimo de Inácio Antônio [da Silveira] [corroído] e de Dona Maurícia [Inácia] da [Silveira] [corroído] parte paterna de [corroído]

Fl. 156v.

pela materna de Francisco Pires Casado e de Dona Mariana Eufrazia da [Ilha] do Fayal. Nasceo a oito de janeiro do ditto anno. Foi Padrinho Manoel Antonio de Carvalho, solteiro. Por verdade fiz este assento.

O Vigário Pedro Pereira Fernandes de Mesquita¹⁷³

¹⁷² ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE: **5º Livro de Batismos de Rio Grande**, fl. 105.

¹⁷³ ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE: **5º Livro de Batismos de Rio Grande**, fl. 156. Inicialmente a transcrição foi realizada a partir de fotografias do livro tiradas no ano de 2004 e a mim cedidas pela Professora Martha Hameister. Alguns meses depois de realizada a transcrição, entretanto, teve-se acesso a imagens do referido livro que foram disponibilizadas no site <https://www.familysearch.org>. Como tais imagens foram produzidas em período anterior, o estado de deterioração do documento era bem menor, e seu conteúdo pôde ser lido: *Aos vinte e nove dias do mez de julho de mil settecentos e oitenta e sette, no oratório da Fazenda dos Prazeres do Capitão mor Manoel Bento da Rocha, desta Freguesia de Sam Pedro do Rio Grande de licença minha baptizou e pos os Santos Oleos o Padre Antonio Vieyra da Silva a **Justiniano** parvulo filho legitimo de Ignacio Antonio da Silveira, natural da Ilha do [corroído] e de Dona Mauricia Ignacia da Silveira, natural desta F[regue]zia: neto por parte paterna de Francisco Pires Casado e de Felipa [Anto]nia da Silveira e pela materna de Francisco Pires Casado e de Dona Mariana Eufrazia da [Ilha] do Fayal. Nasceo a oito de janeiro do ditto anno. Foi Padrinho Manoel Antonio de Carvalho, solteiro. Por verdade fiz este assento. O Vigario*

Foi através dos nomes e locais de nascimento dos pais e avós do batizando – já conhecidos anteriormente – que o mesmo pôde ser identificado.

Para além da dificuldade de saber se se trata ou não da mesma pessoa em dois registros distintos, ou se o “Francisco Pires Casado” que aparece no registro é o que buscamos e não, por exemplo, seu pai de mesmo nome, existe a dificuldade em identificar como se referindo à mesma pessoa dois nomes grafados de forma distinta.

Esse problema se desdobra em dois. Primeiro, é que seguidamente a grafia de um nome mudava de acordo com a pessoa que fazia o registro. O Padre Luis de Medeiros Correa escrevia, na maioria das vezes, o nome José como Joseph.¹⁷⁴ Já o Padre Francisco Florêncio da Rocha escrevia o mais usual “Joze”.¹⁷⁵ Digo na maioria das vezes, pois mesmo aqueles com escolhas de grafias mais recorrentes nos registros nem sempre mantinham um padrão de grafia.

Com relação à escrita dos nomes da família Silveira, não houve muitos problemas. Dificilmente encontraram-se variações na grafia dos nomes, e, quando haviam, as mesmas se restringiam a alterações tais como “Mariana Eufrazia” escrita como ‘Marianna Eufrazia’, ou “Joana Margarida” às vezes aparecendo como “Joanna Margarida”. As diferenças mais encontradas foram aquelas entre “Manoel” e “Manuel”, e entre “Inacio” e “Ignacio”.

O segundo problema decorrente das diferenças de grafia dos nomes – um problema mais interessante, pode-se dizer – é o fato de que os atores podiam modificar partes de seus nomes completos ao longo de suas vidas, especialmente os sobrenomes. Desta questão tratar-se-á mais detidamente adiante. De qualquer forma, para identificar dois nomes grafados de maneira diferente como pertencendo à mesma pessoa também é possível fazer uso dos itens identificadores, já comentados.

Uma vez que o pesquisador considerou que dois ou mais registros fazem referência à mesma pessoa, é preciso que estabeleça um padrão de escrita, para que os dados daí provenientes possam ser satisfatoriamente incorporados a uma base de dados. A esse respeito, recorre-se mais uma vez a Wrigley:

Pedro Pereira Fernandes de Mesquita. Optou-se por não atualizar a grafia nesses casos para que se possa ter idéia do estado original.

¹⁷⁴ ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE. 5º Livro de Batismos de Rio Grande.

¹⁷⁵ ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS. 1º Livro de Batismos de São Francisco de Paula.

[...] nomes nunca foram identificadores únicos. Tampouco ajudaria muito se cada criança recebesse no batismo nomes jamais compartilhados por outros. Nomes eram tão freqüentemente abreviados, modificados, alterados ou deixados de lado, e sua grafia quando escritos era tão freqüentemente irregular, que a padronização dos nomes tornou-se um problema primordial de grande complexidade a ser resolvido antes que a fase do cruzamento propriamente dita possa ser iniciada. Pois se o mais importante critério utilizado no cruzamento de registros é o nome no registro, torna-se essencial decidir o que deve ser visto como uma forma variante de um nome e o que deve ser visto como um nome diferente.¹⁷⁶

Para fins de agregação de informações em bases de dados, uma vez estabelecida uma identificação positiva entre o nome no registro e um membro da família, todos os nomes foram atualizados para a grafia atual. Todas as vezes em que se encontrou “Manoel” transformou-se em “Manuel”; “Izabel” em “Isabel”; “Ignácio” em “Inácio”, e assim por diante. Esses elementos são referidos aqui com o intuito de explicitar minhas opções metodológicas em obediência aos alertas dados principalmente pelo Cipolla, brevemente comentados, mas também pelo que diz Ginzburg:

Para dizer algo de significativo sobre o método histórico deveriam analisar-se não só os resultados finais mas também o caminho que se percorreu para chegar a eles. Se assim não for, surgirá uma imagem distorcida do trabalho dos historiadores — ou demasiado pura, ou demasiado simplista, ou ambas as coisas ao mesmo tempo.¹⁷⁷

Através do uso de caracteres distintivos foi possível, então, equacionar alguns dos problemas encontrados na identificação dos agentes. Mas, mesmo com todos os procedimentos apontados acima, em alguns casos é muito difícil, quando não impossível, distinguir duas pessoas, principalmente quando há poucos itens identificadores, como é o caso dos padrinhos em um registro de batismo, em que muitas vezes consta apenas o nome do padrinho ou madrinha e seus respectivos “estados civis”, e seguidamente não consta nada além do nome, o que torna muito difícil distinguir pessoas homônimas.

Mais do que acaso ou “falta de imaginação”, a existência de muitos homônimos possui significados sociais, que podem ir desde a indicação de um estoque limitado de nomes

¹⁷⁶ WRIGLEY, E. A. Introduction. Op. cit. Tradução livre. No original: [...] names were never unique identifiers. Nor would it have helped greatly if each child at baptism had received names which no other shared. Names were so frequently abbreviated, modified, changed or dropped, and their spelling when they were written out was so often wayward, that there is a prior problem of great complexity to be solved in standardizing names before the stage of linkage proper is reached. For clearly if the most important criterion used in linking records is the name in the record, it is essential to decide what shall be regarded as a variant form of a given name and what as a different name.

¹⁷⁷ CIPOLLA, Carlo M. **Entre la historia y la economía**: Introducción a la historia económica. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.; GINZBURG, Carlo. "Ekphrasis e citação". In: GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989. p. 215.

a possíveis estratégias familiares – nos casos em que os homônimos pertencem à mesma família. De qualquer forma, esses casos lançam luz sobre o fato de que as práticas nominativas em uma sociedade possuem regras, seguem uma lógica, ainda que ela nem sempre possa ser apreendida pelo pesquisador. Adiante serão discutidos alguns aspectos das práticas nominativas numa sociedade colonial do final do século XVIII em geral, bem como alguns dados concernentes às práticas nominativas da família Silveira em específico.

3.3 – Os estudos sobre onomástica

Na década de 1980, foi publicada na França uma série de trabalhos em que o estudo da onomástica era o foco principal. Embora antes desse período alguns autores tenham estudado os nomes que as pessoas portavam, o foco de suas obras era distinto, preocupando-se com o valor moral e alegórico dos nomes. De acordo com Dupâquier¹⁷⁸, o primeiro ensaio estatístico sobre nomes é o de Fierville, que data de 1888, o qual foi seguido por uma série de autores que realizaram contagens elementares, sem, no entanto, se preocupar em muito com os modos de transmissão e as funções exercidas pelo nome.

A retomada dos estudos de onomástica se deu pela fusão dos interesses de várias disciplinas, tais como a história, a antropologia e as ciências sociais. Na história, foram os historiadores demógrafos que primeiramente se preocuparam com as questões onomásticas, uma vez que o nome era um elemento de identificação do indivíduo quase indispensável para cruzamento das fichas na reconstituição de famílias. A partir desses estudos surgiram questões que levaram a estudos mais sistemáticos dos nomes e das práticas nominativas nas diversas sociedades.

Um dos resultados gerais dessas pesquisas foi a identificação de um grande modelo nominativo que teria vigorado na Europa entre o século XVII e o início do século XIX, cujas características principais são a existência de um pequeno estoque de nomes de origem majoritariamente cristã, o caráter excepcional dos nomes múltiplos, e o prevalecimento da utilização de três ou quatro nomes por sexo.¹⁷⁹

¹⁷⁸ DUPÂQUIER, Jacques. Introduction. In: DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth. **Le Prénom, Mode et Histoire**: entretiens de Malher 2 - 1980. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984.

¹⁷⁹ BOUTIER, Jean ; PEROUAS, Louis. L'évolution des prénoms en Limousin du XI^e au XX^e siècle. In: DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth. **Le Prénom, Mode et Histoire**: entretiens de Malher 2 - 1980. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984.

A identificação da existência de "modelos" e padrões de prenominação, ainda que os mesmos possam ser variáveis de acordo com locais e períodos, é um indicativo de que dar nome a alguém não é um ato aleatório. Existem regras e intenções associadas a essa ação, ainda que nem sempre possam ser percebidas pelos pesquisadores de forma clara. Através de pesquisas sobre práticas nominativas nas mais diversas localidades, pesquisadores puderam perceber características e tendências de tais práticas, como é o caso do modelo citado.

A escolha do nome não é aleatória, com foi dito, uma vez que traz consigo significados e intenções. Segundo Hameister, essas intenções podem ser garantir uma proteção mística – no caso da adoção de nome santos ou de adventos religiosos –, perpetuar um nome já existente na família há gerações, introduzir um novo nome repleto de significados ou mesmo aproximar o recebedor do nome de outras pessoas, especialmente seus pais, padrinhos, ou avós.¹⁸⁰

Em muitas sociedades a atribuição de um nome significava a admissão da criança na família e na comunidade e, sendo essas comunidades católicas, também integrava o novo membro à comunidade cristã. Era na cerimônia do batismo que esse novo membro da comunidade recebia o nome pelo qual será conhecido não só pela sociedade, mas, segundo a mitologia cristã, também nos céus.

A escolha do nome era tão importante que existia um controle sobre a mesma por parte da Igreja. As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de acordo com as determinações do Concílio de Trento, indicam que os párocos devem consentir “que se ponha nome de Santo que não seja canonizado, ou beatificado: e benzerá” – embora essa regra nem sempre fosse totalmente respeitada. Também consta nas Constituições que é atribuição do padrinho escolher o nome do batizando, embora não seja possível dizer se essa determinação era seguida, ou se havia um acordo entre pais e padrinhos a respeito da escolha.¹⁸¹

Segundo Hameister, essas determinações estão associadas à crença de que o nome traria consigo as características daqueles que o portariam, e que as mesmas exerceriam uma influência na personalidade e na trajetória do seu novo portador.¹⁸² Daí a importância dada pela Igreja à escolha de nomes santos.

¹⁸⁰ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Tese (Doutorado) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

¹⁸¹ DA VIDE, D. Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras...* op. cit. Grafia por mim atualizada.

¹⁸² HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Tese (Doutorado) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

Além disso, em se tratando de sociedades tradicionais, a função do nome não era individualizar o seu portador, mas identificá-lo como pertencente a um grupo, associá-lo, através das características atribuídas aos nomes nos contextos específicos, a algo ou a alguém. A esse respeito, Dominique Schnapper diz o seguinte:

Nas sociedades fechadas, onde todo mundo conhece todo mundo e sabe tudo sobre cada um, a necessidade de identificação e de individualização é pouca. [...] A transmissão dos mesmos prenomes no interior da família, os numerosos homônimos, tendem mais a identificar a criança a um modelo do que a individualizá-la em meio a seus semelhantes. [...] a necessidade e o desejo de individualizar a criança se esvaem diante dos imperativos da filiação, a necessidade de transmitir segundo as regras o patrimônio real e simbólico da família, do qual o prenome constitui um dos elementos.¹⁸³

Logo os nomes não servem apenas para identificar pessoas, já que adquirem significados próprios ao longo dos anos, entendidos pelas pessoas que os atribuem ou adotam, conforme Hameister:

Assim como o nome é agregado ao homem e construído ao longo de sua vida, pode pensar-se na relação inversa, onde as ações e a história de uma vida eram agregadas ao nome. O nome passa a significar uma (ou mais de uma) existência. O nome, em si, passa a ter uma existência.¹⁸⁴

Uma vez que se percebe que dar nome a alguém é um ato repleto de significados sociais, o estudo dos nomes recebidos e adotados pelos atores sociais pode revelar algo das intenções e estratégias dessas pessoas, e também do funcionamento da sociedade em que estavam inseridos. É com isso em mente que se faz, nas próximas páginas, uma análise das práticas nominativas da família Silveira.

¹⁸³ SCHNAPPER, Dominique. Essai de lecture sociologique. In: DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth. **Le Prénom, Mode et Histoire**: entretiens de Malher 2 - 1980. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984. Tradução livre. No original: *Dans les sociétés fermées, où tout le monde connaît tout le monde et sait tout sur chacun, le besoin d'identification et d'individualisation est faible. [...] La transmission des mêmes prénoms à l'intérieur de la famille, les nombreuses homonymies tendent plus à identifier l'enfant à un modèle qu'à l'individualiser parmi ses semblables. [...] le besoin et le désir d'individualiser l'enfant s'effacent devant les impératifs de la filiation, la nécessité de transmettre selon les règles le patrimoine réel et symbolique de la famille, dont le prénom constitue l'un des éléments.*

¹⁸⁴ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Tese (Doutorado) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

3.4. Os nomes

Nomes são caracteres fundamentais em todas as sociedades de que se tem conhecimento – afinal, nunca se ouviu falar numa sociedade onde as pessoas e as coisas não possuíssem nomes que as identificassem.

A importância social do nome é salientada por Phillipe Basnard quando atenta para a obrigatoriedade de seu uso e sua utilização enquanto um bem:

o prenome apresenta duas características particularmente interessantes: é um bem gratuito cujo consumo é obrigatório. Desde então o estudo de sua difusão é particularmente apto para colocar em evidência, em sua pureza, a função de identificação e de distinção como pertinentes ao consumo de bens de moda.¹⁸⁵

A atribuição de nome a uma criança, embora seja em si uma escolha, não é uma escolha feita com liberdade total e irrestrita, pois é matizada por uma série de limitações. Algumas dessas limitações são impostas pela existência de um estoque pré-determinado de nomes disponíveis na sociedade, e também podem ser advindas dos significados atribuídos aos nomes. Como já foi comentado, numa sociedade católica, por exemplo, há uma preferência por nomes de santos ou beatos pelo valor moral a eles atribuído.

Além desses valores mais gerais atribuídos a alguns nomes, há também questões bem específicas, como o uso reiterado de um nome por uma família ou grupo social. Sendo assim, dificilmente farão parte da gama de escolhas disponível aos pais de uma criança nomes tradicionalmente utilizados por grupos que disputam com eles recursos sociais.

Considerando o papel estratégico da atribuição de um nome, é mais provável que a escolha recaísse em um grupo bastante limitado de nomes possíveis, ainda que pudessem existir exceções e desvios.

Existem vários trabalhos que tratam do tema da escolha de nomes em localidades da América Portuguesa. Em um deles, Ana Maria Burmester realiza um levantamento dos batismos realizados na Igreja de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em Curitiba, durante a segunda metade do século XVIII. A autora encontrou uma grande frequência de alguns poucos nomes, como Manoel, Francisco, José, Antonio, que representavam a metade dos

¹⁸⁵ BASNARD, Phillipe apud DUPÂQUIER, Jacques. Introduction. In: DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Élizabeth. **Le Prénom, Mode et Histoire**: entretiens de Malher 2 - 1980. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984. Tradução livre. No original: *Le prénom présent deux caractéristiques particulièrement intéressantes: c'est un bien gratuit, dont la consommation est obligatoire. Dès lors l'étude de sa diffusion dans le temps est particulièrement apte à mettre en évidence, dans sa pureté, la fonction d'identification et de distinction propre à la consommation des biens de mode.*

nomes escolhidos durante o período de análise da autora. Aparecem também com grande frequência os nomes João, Joaquim, Salvador, Bento, Miguel e Inácio. Já os nomes femininos eram freqüentemente Maria, Anna, Francisca, Izabel, Gertrudes, Rosa, Quitéria, Joanna, Antonia e Joaquina, sendo que cerca de 40% da escolha de nomes para as mulheres recaí em Maria.¹⁸⁶

Outro trabalho que estuda as práticas de nomeação na freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba no século XVIII é o de Antonio Sérgio Monteiro. O autor recolheu dados sobre nomes dados a batizando de um ano de cada década do século, somando 1290 registros, sendo 652 de crianças do sexo masculino e 638 do sexo feminino. Principais nomes masculinos: Manoel, José, Francisco, Antonio e João (49%); femininos: Maria, Ana, Isabel, Joana, Francisca (50%).

No total, foram utilizados 118 prenomes no batismo dos meninos, e 108 no das meninas. No entanto, sua distribuição é muito desigual: considerando-se os cinco nomes mais empregados por gênero, temos que eles foram empregados no batizado de 50% dos meninos, e de 49% das meninas. Inversamente, portanto, 51% dos meninos e 50% das meninas dividiam entre si os prenomes restantes (respectivamente 113 e 103). Se considerarmos os prenomes que foram utilizados dez vezes ou mais, estes números sobem para 14 prenomes masculinos e 13 prenomes femininos, empregados, respectivamente, em 73 % e 70 % dos batizados, o que significa que em 27% dos batizados de meninos e 30% dos das meninas foram utilizados, respectivamente, 104 e 95 prenomes diferentes.¹⁸⁷

Repetem-se, nas sociedades de origem portuguesa, as Marias, os Antônio e os Manuéis. Não foi possível fazer um levantamento sistemático dos nomes mais utilizados no Rio Grande de São Pedro no final do século XVIII, ou, menos ainda, dos nomes mais comumente adotados nas ilhas de onde vinham as Silveira e seus maridos. Ainda assim, realizou-se uma contagem, a título de amostragem, dos nomes escolhidos em batismos em Rio Grande no período de 1750 a 1755. Do total de 802 batismos legíveis¹⁸⁸, encontrou-se 370 nomes masculinos e 391 femininos. Os nomes e sua frequência estão organizados nos quadros 8 e 9.

¹⁸⁶ BURMESTER, Ana Maria de O. **A população de Curitiba no século XVIII - 1751-1800**, segundo os registros paroquiais. Curitiba, 1974. 107 p. Dissertação, Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Apud NADALIN, Sérgio Odilon. **História e Demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004.

¹⁸⁷ MONTEIRO, Antonio Sérgio Muggiati. **Laços invisíveis**: o papel da nomeação das crianças na formação de uma identidade cultural na Curitiba setecentista. UFPR, Curitiba, 2009. (Monografia de Conclusão de curso).

¹⁸⁸ Há cerca de 40 registros ilegíveis ou inacessíveis, número estipulado, já que estado de conservação do livro não permite certeza a esse respeito. Com relação ao número total de nomes encontrados, foram computados tanto os nomes de recém nascidos, quanto os nomes dados nos poucos batismos de adultos existentes nos livros, uma vez que o propósito do levantamento era perceber quais eram os nomes mais comuns.

Quadro 8 – Nomes masculinos dados a batizando em Rio Grande entre 1750 e 1755

Nome	Nº	%	Nome	Nº	%	Nome	Nº	%
Jose	63	17,0	Andre	02	0,5	Isidoro	01	0,3
Manoel	55	14,9	Cipriano	02	0,5	Marcos	01	0,3
Antonio	46	12,4	Diogo	02	0,5	Mateus	01	0,3
Joao	33	8,9	Dionisio	02	0,5	Mauricio	01	0,3
Francisco	32	8,6	Fabiano	02	0,5	Narciso	01	0,3
Joaquim	22	5,9	Feliciano	02	0,5	Nazario	01	0,3
Vicente	15	4,0	Gregorio	02	0,5	Onofre	01	0,3
Domingos	07	1,9	Jeronimo	02	0,5	Ponciano	01	0,3
Luis	07	1,9	Lourenço	02	0,5	Ricardo	01	0,3
Inacio	06	1,6	Adão	01	0,3	Rogério	01	0,3
Pedro	06	1,6	Anastacio	01	0,3	Teodosia	01	0,3
Alexandre	04	1,1	Bartolomeu	01	0,3	Teodosio	01	0,3
Amaro	03	0,8	Belchior	01	0,3	Tome	01	0,3
Bernardo	03	0,8	Bras	01	0,3	Ventura	01	0,3
Jacinto	03	0,8	Caetano	01	0,3	Verissimo	01	0,3
Miguel	03	0,8	Cirilo	01	0,3	Violante	01	0,3
Nicolau	03	0,8	Custodio	01	0,3	Vital	01	0,3
Pascoal	03	0,8	Damiao	01	0,3	Vitoriano	01	0,3
Tomas	03	0,8	Elias	01	0,3	Vitorino	01	0,3
Agostinho	02	0,5	Felipe	01	0,3			
Albano	02	0,5	Florentino	01	0,3			
Total							370	

Nº - Número de casos em que o nome aparece.

Fonte: 1º e 2º Livros de Batismos de Rio Grande

Quadro 9 – Nomes femininos dados a batizando em Rio Grande entre 1750 e 1755

Nome	Nº	%	Nome	Nº	%	Nome	Nº	%
Maria	84	21,5	Felicia	03	0,8	Cecilia	01	0,3
Ana	47	12,0	Florencia	03	0,8	Domingas	01	0,3
Rosa	21	5,4	Jacinta	03	0,8	Escolastica	01	0,3
Antonia	15	3,8	Luzia	03	0,8	Fabiana	01	0,3
Francisca	15	3,8	Rosaria	03	0,8	Florentina	01	0,3
Inacia	13	3,3	Vicencia	03	0,8	Gabriela	01	0,3
Josefa	10	2,5	Vitoria	03	0,8	Gertrudes	01	0,3
Joaquina	10	2,5	Bernarda	02	0,5	Gracia	01	0,3
Mariana	09	2,3	Bernardina	02	0,5	Januaria	01	0,3
Joana	08	2,0	Clara	02	0,5	Jeronima	01	0,3
Angelica	07	1,8	Claudia	02	0,5	Josefina	01	0,3
Catarina	07	1,8	Feliciana	02	0,5	Laurencia	01	0,3
Teresa	07	1,8	Felizarda	02	0,5	Leonor	01	0,3
Genoveva	06	1,5	Florinda	02	0,5	Lourença	01	0,3
Luisa	06	1,5	Inocencia	02	0,5	Luciana	01	0,3
Rita	06	1,5	Margarida	02	0,5	Madalena	01	0,3
Eufasia	05	1,3	Rosalia	02	0,5	Marta	01	0,3
Isabel	05	1,3	Sebastiana	02	0,5	Maximiana	01	0,3
Laureana	05	1,3	Ursula	02	0,5	Monica	01	0,3
Tomasia	05	1,3	Agueda	01	0,3	Nazaria	01	0,3
Emerenciana	04	1,0	Amatides	01	0,3	Pascoa	01	0,3
Eugenia	04	1,0	Anacleto	01	0,3	Rogeria	01	0,3
Helena	04	1,0	Anastacia	01	0,3	Romana	01	0,3
Narcisa	04	1,0	Belchiora	01	0,3	Teodora	01	0,3
Angela	03	0,8	Brigida	01	0,3	Valentina	01	0,3
Cipriana	03	0,8	Brizida	01	0,3	Vitoriana	01	0,3
Total							391	

Nº - Número de casos em que o nome aparece.

Fonte: 1º e 2º Livros de Batismos de Rio Grande

Como se pode perceber pelos quadros, os nomes mais utilizados não se diferenciam muito daqueles encontrados pelos dois trabalhos citados. Talvez origem cultural – portuguesa – seja um fator importante nessa similaridade. É preciso estudar mais a fundo e por um período mais longo para poder se dizer mais. Seria interessante também observar as práticas nominativas por categorias sociais, o que infelizmente não é possível nem é o objetivo deste trabalho.

Ainda que bastante parcial, esse levantamento dá uma idéia muito geral do que eram os nomes em Rio Grande na segunda metade do século XVIII, quando os filhos e netos das Silveiras foram batizados e nomeados.

3.5 – Nomes na família Silveira

Para a análise dos nomes atribuídos no interior da família Silveira, buscou-se os batismos das crianças da família, assim como informações referentes aos nomes de sua parentela – sejam as irmãs Silveira e seus maridos, sejam parentes das crianças externos à linhagem. Optou-se por utilizar exclusivamente nomes encontrados nos batismos, embora se tenha conhecimento de mais nomes de membros da família, já que o tipo de informação existente no registro de batismo não é encontrado em nenhum outro documento (nomes de pais e avós e, obviamente, nomes dos padrinhos) e também por ser o batismo o momento de nomeação por excelência.

Foram encontrados quarenta e oito batismos em duas gerações, entre 1753 e 1824, nas localidades de Rio Grande, Viamão, Porto Alegre e Pelotas. Tal recorte é lacunar, uma vez que não houve possibilidade de acompanhar os registros paroquiais de todas as localidades por todo o período, além de alguns dos netos das Silveira terem sido batizados em outros locais que não os quatro citados. Acredita-se, ainda assim, ter-se tido acesso à grande maioria dos batismos dos filhos, sendo exceção dois filhos de Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado.¹⁸⁹ Os nomes dados aos batizando estão organizados no Quadro 10.

¹⁸⁹ Os registros batismais trabalhados têm o seguinte recorte: Rio Grande: 1753-1763 e 1776-1806; Viamão: 1747-1799; Porto Alegre: 1772-1799; São Francisco de Paula (Pelotas): 1812-1825. Os filhos de que não tive acesso ao registro de batismo são: Joaquina Eufrásia da Silveira (segundo seu registro de óbito, nascida no Rio de Janeiro), e José Inácio da Silveira.

QUADRO 10 - NOMES DE BATISMO DA FAMÍLIA SILVEIRA

Nomes Masculinos	nº
Francisco	5
José	5
Alexandre	2
Inácio	2
Manuel	2
Maurício	2
Antônio	1
Cipriano	1
Justiniano	1
Nicolau	1
Pedro	1
Total	23

Nomes Femininos	nº
Ana	4
Francisca	3
Maria	3
Clara	2
Mariana	2
Cecília	1
Clemência	1
Dorotéia	1
Evarista	1
Isabel	1
Joana	1
Joaquina	1
Maurícia	1
Rita	1
Rosália	1
Vicência	1
Total	25

Fontes: ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE: 1º a 5º Livros de Batismos de Rio Grande; 2º a 4º Livros de Batismos de Viamão; 1º e 2º Livros de Batismos de Porto Alegre. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio. **Resgate de Fontes Paroquiais** - Porto Alegre e Viamão, século XVIII. ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS: 1º Livro de Batismos de São Francisco de Paula.

O levantamento dos nomes dados aos novos membros da família nos mostra uma certa preferência por alguns, como os já citados José e Ana, e também que era menos comum uma criança ser batizada com um nome que ainda não existisse na família, uma vez que, dos quarenta e oito batismos, apenas para dezesseis deles não foi encontrado homônimo.

No entanto, a frequência dos nomes, vista isoladamente, pode apontar apenas para o uso de um estoque limitado de nomes presente na sociedade. Para que mais informação pudesse ser dita, era necessário buscar identificar a associação presumida desses nomes, ou seja, quais eram as relações existentes entre os homônimos.

Para que isso pudesse ser feito, foram utilizados todos os nomes constantes nos registros de batismo – o do batizando, de seus pais, avós paternos, avós maternos e padrinhos. Não foram utilizados, nesse momento, os nomes dos tios e primos das crianças. Caso isso fosse feito, o nome de cada batizando poderia ser associado, em alguns casos, a quatro ou cinco pessoas da família – o que geraria um emaranhado de relações que dificilmente poderia ser utilizado na tentativa de identificar as escolhas feitas. Diferentemente se dará a análise dos nomes completos dessas pessoas, onde uma identificação positiva com uma ou duas pessoas pode ser feita mais claramente.

Se a utilização apenas dos nomes constantes no registro restringe, por um lado, a quantidade de associações feitas, essa se amplia pelo fato de que nomes flexionados foram considerados um único nome – por exemplo, o caso de Francisco, que teve como madrinha

Isabel Francisca da Silveira – da mesma forma que um nome dado ao batizando foi identificado positivamente a um segundo nome de alguém da família. Isso foi feito porque se acredita na intencionalidade da permanência de alguns nomes, independentemente do gênero ou posição em que aparecem (primeiro ou segundo nome).

Foram analisados separadamente batismos da primeira e da segunda geração – ou seja, primeiramente os filhos e depois os netos das Silveira.

Dos vinte e um nomes encontrados dos filhos das Silveira, dez não tiveram relações identificadas. Acredita-se que a grande proporção de relações não identificadas não significa uma originalidade do nome dentro da família, mas apenas que a criança não recebeu o mesmo nome de seus pais, avós ou padrinhos. Pode ter recebido o nome de um tio, de um irmão, do cônjuge de um de seus padrinhos ou de alguém próximo à família por laços de amizade ou gratidão.

**QUADRO 11 – ASSOCIAÇÕES PRESUMIDAS DOS NOMES DADOS À SEGUNDA GERAÇÃO
(SOMENTE BATISMOS)**

Data nasc.	Data bat.	Nome	Associação
-	25/07/1753	Vicência	Não identificado
06/12/1754	21/12/1754	Nicolau	Não identificado, mas nasceu no dia de São Nicolau
30/12/1754	12/01/1755	Rosália	Não identificado
2/08/1756	15/08/1756	Clemência	Não identificado
20/09/1756	03/10/1756	Francisco	Padrinho
25/07/1758	4/08/1758	Alexandre	Não identificado
22/09/1758	1/10/1758	Maurícia	Não identificado, mas nasceu no dia de São Maurício
06/02/1760	17/02/1760	Dorotéia	Não identificado
07/02/1760	17/02/1760	Manuel	Padrinho
05/08/1761	15/08/1761	Manuel	Pai
22/02/1762	7/03/1762	Maurício	Não identificado
20/07/1762	2/08/1762	Francisca	Pai e Avô paterno chamam-se Francisco
-	27/01/1765	Ana	Mãe
-	17/03/1765	Inácio	Pai
-	17/07/1766	José	Padrinho
08/05/1768	25/05/1768	Maria	Madrinha, e foi batizada no dia de Santa Maria Madalena de Pazzi
22/01/1769	03/02/1769	Isabel	Avó materna
-	08/04/1770	Maria	Não identificado
25/12/1771	03/01/1772	José	Não identificado
30/05/1773	14/06/1773	Inácio	Não identificado
12/02/1775	18/02/1775	Joana	Madrinha

Fontes: ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE: 1º a 4º Livro de Batismos de Rio Grande, 2º e 3º livros de Batismo de Viamão. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio. **Resgate de Fontes Paroquiais** - Porto Alegre e Viamão, século XVIII.

Em dois casos foi encontrada relação entre o dia do nascimento e o santo católico padroeiro do dia: Nicolau e Maurícia. O caso de Nicolau é especial, pois o registro de batismo do menino diz que ele foi “batizado em casa por necessidade”¹⁹⁰. Segundo as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, caso alguém que não houvesse sido batizado estivesse correndo perigo de vida, poderia ser batizado fora da Igreja “em qualquer lugar, por efusão, ou aspersão, & por qualquer pessoa, posto que seja leigo, ou excomungado, herege, ou infiel, tendo intenção de batizar como manda a Santa Madre Igreja”¹⁹¹. Muito provavelmente Nicolau correu algum perigo ao nascer, e recebeu o nome do santo do dia, talvez como uma forma de solicitar “às forças divinas” uma proteção a mais à criança.

Mesmo com relação aos nomes que não foram identificados, parece improvável que se tratasse de uma escolha aleatória, já que a tal momento constitui parte das estratégias sociais daqueles que os designam ou adotam (no caso de segundo nome e/ou sobrenome). As escolhas poderiam ser as mais diversas e poderiam, inclusive, destoar do padrão suposto, mas tratava-se, ainda assim, de escolhas projetadas de acordo com uma “racionalidade limitada”¹⁹². Em segundo lugar, observa-se que alguns dos nomes cuja origem não foi identificada nesse momento repetem-se diversas vezes nas próximas gerações – como é o caso de Alexandre e Maurícia (e as variantes Alexandrina e Maurício).

Dos nomes identificados, quatro eram homônimos ao pai ou à mãe do batizando; dois, aos seus avós e cinco, ao padrinho ou madrinha. Essa proporção estaria de acordo com a tendência de o padrinho dar nome ao afilhado. Entretanto, se observarmos os nomes provenientes dos padrinhos, temos: Francisco, Manuel, José, Maria e Joana. Francisco foi apadrinhado por seu tio, Francisco Pires Casado. Manuel também foi apadrinhado por um tio, dessa vez Manuel Bento da Rocha. Joana teve como madrinha a tia, Dona Joana Margarida da Silveira. A madrinha de Maria foi Vicência Maria do Rosário, e, embora o registro não trouxesse mais informações, acredita-se que se trata de sua irmã, que teria à época do batismo quinze anos e que mais tarde aparece nos registros de batismos de seus filhos como Vicência

¹⁹⁰ ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE: 2º Livro de Batismos de Rio Grande.

¹⁹¹ DA VIDE, D. Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Livro I, Título XII. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. Grafia por mim atualizada.

¹⁹² Aqui utilizo o conceito de *racionalidade limitada* formulado por Giovanni Levi, discutido no primeiro capítulo. LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Maria Joaquina.¹⁹³ Resta ainda José, esse sim tendo como padrinho alguém que aparentemente não tem laço parental com seus pais, o Sargento-mor José da Silveira Bittencourt. Diz-se aparentemente, pois considerando-se o sobrenome fica a possibilidade da existência de alguma relação parental com um de seus compadres Mateus Inácio da Silveira e Maria Antônia da Silveira, além do parentesco espiritual formado no batismo de José.

A prática da escolha de padrinhos para os meninos e madrinhas para as meninas entre os membros da família já foi apontada por André Burguière. O autor fala do recuo do convite ao parentesco espiritual a pessoas externas à família, em primeiro lugar para evitar impedimentos matrimoniais advindos do parentesco espiritual (já que um membro da família já teria o impedimento de qualquer forma), e em segundo lugar, e principalmente, porque sendo o padrinho membro da família, e tendo ele a atribuição de denominar o batizando, necessariamente o nome do novo membro sairia do estoque de nomes da família. Nas palavras do autor:

Podemos apresentar várias razões para o recuo geral do pseudo-parentesco formado pelo apadrinhamento, à área do parentesco. A primeira tem a ver com os impedimentos de casamento decorrentes do parentesco espiritual. Não somente a multiplicação de padrinhos diluía a função de co-parentesco induzida no apadrinhamento, mas reduzia o número de cônjuges possíveis; cônjuges e pais eram escolhidos freqüentemente no mesmo meio, ou seja além da parentela, entre vizinhos “amigos”. Sobrepondo a parentela espiritual aos consangüíneos e aliados, guarda-se intacto o estoque de cônjuges possíveis.

Mas a razão essencial de passar o apadrinhamento pelo canal da parentela era o desejo de transmitir às crianças os prenomes presentes no estoque familiar.¹⁹⁴

Outro estudo que relaciona práticas nominativas e escolha dos padrinhos é o de Agnès Fine. A autora percebeu em uma região bastante isolada dos Pirineus, entre as décadas de 1740 e 1940, o costume e a tendência não apenas de serem os padrinhos aqueles que repassavam seus nomes aos afilhados, mas de serem esses padrinhos da família ou do pai ou

¹⁹³ ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE: 2º e 4º livros de batismo de Rio Grande; 2º e 3º livros de batismo de Viamão. In: In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio. **Resgate de Fontes Paroquiais** - Porto Alegre e Viamão, século XVIII.

¹⁹⁴ BURGUIÈRE, André. *Prénoms et parenté*. In: DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth. **Le Prénom, Mode et Histoire**: entretiens de Malher 2 - 1980. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984. Tradução livre. No original: *On peut avancer plusieurs raisons au repli général de la pseudo-parenté incarnée par le parrainage, sur l'aire de la parenté. La première tient aux empêchements de mariage qui découlaient de la parenté spirituelle. Non seulement la multiplication des parrains diluait la fonction de co-paternité induite dans le parrainage, mais elle réduisait le nombre des conjoints possibles; conjoints et parents étaient pris souvent dans le même milieu, c'est-à-dire juste au-delà de la parenté parmi les voisins et "amis". En superposant la parenté spirituelle aux réseaux des consanguins et des alliés, on gardait intact le stock des conjoints possibles. Mais la raison essentielle qui poussait à faire passer le parrainage par le canal de la parenté était le désir de transmettre aux enfants des prénoms puisés dans le stok familial.*

da mãe das crianças. Fine observou ainda a tendência de que o nome dos meninos fosse dado pelo padrinho, e o das meninas pela madrinha. Levando em consideração que os padrinhos eram geralmente da família do pai da criança, e as madrinhas geralmente da família da mãe, ao final a tendência era a de que os meninos perpetuassem os nomes presentes no estoque familiar do pai, e as meninas aqueles nomes existentes no estoque familiar da mãe.¹⁹⁵ Assim, no caso estudado por Fine há, no repasse de nomes, um equilíbrio e um reforço da aliança estabelecida entre duas famílias através do casamento:

A transmissão do prenome pelo padrinho e a madrinha, veremos, ganha sentido: trata-se de afirmar simbolicamente a igualdade entre as duas linhagens, aquela do homem e a da mulher, no seio de uma aliança. Sendo que a transmissão de um patronímico é patrilinear (como a palavra indica), a transmissão dos prenomes por meio dos padrinhos e madrinhas consagra a bilateralidade do sistema de filiação.¹⁹⁶

Esse tipo de equilíbrio não foi visto na escolha dos padrinhos – e especialmente das madrinhas – dos filhos das irmãs Silveira. Há uma tendência de que as madrinhas sejam as tias maternas das crianças, o que já foi observado por Hameister em estudo que analisa os batismos da família aqui trabalhada na localidade de Rio Grande:

as madrinhas, quando existem, eram todas cunhadas dos pais da criança. Ou seja, não foi eleita madrinha externa à família consanguínea. Já os padrinhos, ou eram os cunhados ou gente de estatuto social semelhante. As filhas e genros de Furtado de Mendonça se alternavam no batismo de seus sobrinhos. Vê-se nesse ato, a reiteração de alianças e amizades previamente existentes, amalgamadas nos casamentos que inseriram os homens nesta família que tinha predominantemente, senão somente, mulheres colocadas ao mercado matrimonial. Os demais compadres das filhas e genros de Furtado de Mendonça também pertenciam aos estratos mais privilegiados dessa sociedade.¹⁹⁷

Nessa ocasião a autora observou apenas os treze batismos realizados na localidade de Rio Grande. Se a esses somarmos os nove batismos dos filhos das Silveira realizados em

¹⁹⁵ FINE, Agnès. Transmission des prénoms et parenté en Pays de Sault, 1740-1940. In: DUPÂQUIER, Jacques ; BIDEAU, Alain ; DUCREUX, Marie-Elizabeth. **Le Prénom, Mode et Histoire**: entretiens de Malher 2 - 1980. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984.

¹⁹⁶ FINE, Agnès. Transmission des prénoms et parenté en Pays de Sault, 1740-1940. In: DUPÂQUIER, Jacques ; BIDEAU, Alain ; DUCREUX, Marie-Elizabeth. **Le Prénom, Mode et Histoire**: entretiens de Malher 2 - 1980. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984. Tradução livre. No original: *La transmission du prénom par le parrain et la marraine prend, on le voit, tout son sens: il s'agit symboliquement d'affirmer l'égalité entre les deux lignées, celle de l'homme et de la femme au sein de la alliance. Alors que la transmission patronymique est patrilinéaire (comme le mot l'indique), la transmission des prénoms par le biais des parrains et marraines consacre la bilatéralité du système de filiation.*

¹⁹⁷ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).

Viamão, veremos que a maioria permanece na família. Desse número, um batismo não teve madrinha atribuída, uma criança teve como madrinha Nossa Senhora da Conceição, quatro foram apadrinhadas (como acontecia em Rio Grande) por uma de suas tias e uma por sua irmã mais velha. A única exceção à regra foi a madrinha do menino José, Dona Inácia Xavier Pires.

Os padrinhos eram tios das crianças em nove dos vinte e um batismos realizados em Rio Grande e Viamão, sendo que apenas um deles era tio paterno. A questão dos apadrinhamentos na família será discutida mais adiante. Nesse momento, é importante apenas salientar que a escolha dos nomes dados às crianças da família parece recair na maioria das vezes no estoque familiar existente. Mais do que isso, parece haver um favorecimento dos nomes provenientes da linhagem feminina (SILVEIRA) – mesmo quando o nome é dado por um tio, esse tio tende a ser alguém casado com uma das irmãs da mãe da criança, e não um dos irmãos de seu pai (os filhos de Francisco Pires Casado e Mariana Eufrásia, por exemplo, são mais seguidamente homônimos dos cunhados de Mariana do que dos irmãos de Francisco, que por acaso também eram atores proeminentes na sociedade sul-rio-grandense no período). Já no caso dos filhos de Mateus Inácio da Silveira e Manuel Fernandes Vieira, a distância da família se apresenta como um fator a ser considerado já que vieram de fora do Continente e suas famílias permaneceram em seus locais de origem.

Passa-se então à análise dos nomes dados aos netos das Silveira. Foram identificados vinte e sete batismos, ainda que se saiba da existência de mais de sessenta pessoas nessa geração. Optou-se por não incluir na análise esses outros nomes, pelos motivos citados anteriormente, e também por não se ter conhecimento dos nomes dos padrinhos dessas pessoas. Os nomes de batismo dos netos das Silveira estão organizados no Quadro 12.

Com relação à geração anterior, a proporção de nomes cuja origem não pôde ser identificada cai consideravelmente, configurando sete em vinte e sete batismos. E quatro entre eles (Ana, José, novamente José e Antônio) não eram nomes estranhos ao estoque da família.

Dos nomes identificados, seis eram homônimos ao pai ou à mãe do batizando, dez aos avós (sendo que em apenas dois casos a criança recebia o nome de um avô ou avó externos à “linhagem” que analiso, e onze ao padrinho ou madrinha). Desses últimos, apenas três eram externos à família e se configuram como os nomes mais originais – Evarista, Cipriano e Cecília, de acordo com os respectivos padrinhos/madrinhas Dona Evarista Balbina dos Anjos, Cipriano Rodrigues Barcellos e Dona Cecília Rodrigues do Pillar – e são também os últimos batismos a que se teve acesso, todos ocorridos depois de 1815. Esses novos nomes podem ser um desvio do padrão dominante na família, ou mesmo uma mudança nesse padrão. Para que

algo mais possa ser dito a esse respeito é necessário avançar no estudo das práticas nominativas na família, o que infelizmente não pode ser feito nesse momento.

**QUADRO 12 - ASSOCIAÇÕES PRESUMIDAS DOS NOMES DADOS À TERCEIRA GERAÇÃO
(SOMENTE BATISMOS)**

Data nasc.	Data bat.	Nome	Associações
30/07/1771	15/08/1771	Ana	Avó paterna
16/04/1775	24/04/1775	Ana	Não identificado
28/04/1776	30/06/1776	Francisca	Avó paterna
12/04/1778	15/05/1778	Pedro	Não identificado
18/09/1780	29/09/1780	Ana	Avó materna, que também é madrinha
30/11/1781	3/02/1782	Clara	Mãe
11/05/1782	20/05/1782	José	Pai
17/07/1882	6/09/1882	Mariana	Avó materna, que também é madrinha
14/12/1782	26/12/1782	Francisca	Mãe /avô paterno se chama Francisco
15/11/1982	06/01/1783	Francisco	Madrinha se chama Francisca
11/07/1783	30/08/1783	Clara	Mãe
02/12/1783	?/12/1783	Francisco	Avô paterno /Avô materno/ Madrinha se chama Francisca
21/03/1785	31/03/1785	Francisco	Padrinho
12/03/1785	25/04/1785	José	Não identificado
12/03/1785	26/04/1785	José	Não identificado
22/04/1785	02/07/1785	Maurício	Pai
08/01/1787	29/07/1787	Justiniano	Não identificado
22/03/1788	30/03/1788	Joaquina	Avó materna, que também é madrinha
22/05/1788	21/07/1788	Rita	[nasceu no dia de Santa Rita de Cássia]
27/03/1788	20/04/1788	Alexandre	Não identificado
31/10/1793	17/11/1793	Maria	Mãe / Avó paterna / Avó materna / Madrinha
12/10/1796	12/10/1796	Francisco	Avô paterno / Madrinha se chama Francisca e não há padrinho
31/03/1814	17/04/1814	Mariana	Avó materna
27/04/1816	07/05/1816	Antônio	Não identificado
09/08/1817	8/9/1817	Evarista	Madrinha
?/05/1818	12/07/1818	Cipriano	Padrinho
11/07/1819	26/09/1819	Cecília	Madrinha

Fonte: 1º e 2º livros de batismos de Porto Alegre; 3º e 4º livros de batismos de Viamão. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio. **Resgate de Fontes Paroquiais** - Porto Alegre e Viamão, século XVIII; ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE: 5º livro de batismos de Rio Grande; ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS: 1º livro de batismos de São Francisco de Paula.

Um diferencial nessa geração é o grande número de sobreposições – a avó da criança é a madrinha e também lega a ela o seu nome, por exemplo, ou ainda o neto que recebe o mesmo nome de seu pai e de seu avô. Isso reforça a idéia da existência de uma intencionalidade em manter certos nomes circulando na família. Um caso interessante nesse aspecto é o da menina Maria, que tinha como mãe uma Silvéria Maria, como avó paterna uma

Maria Antônia da Silveira, avó materna Maria Teresa e como madrinha uma Maria Olava da Fontoura – poucas devem ter sido as dúvidas na escolha do nome da batizanda, ainda mais por ser “Maria” um nome tão recorrente.

É interessante salientar que, das relações identificadas, muito poucas dizem respeito a pessoas externas à família, já que cerca de dois terços dos padrinhos também pertencem a ela. Isso revela, ao que parece, o desejo de reiterar o uso de alguns nomes e perpetuá-los através das gerações. Esses nomes podem funcionar, como aponta André Burguière, como marcadores do parentesco, do pertencimento a uma família:

A significação religiosa do nome de batismo nos convida a estabelecer certas relações entre a atribuição do prenome e as representações do parentesco. O batismo é para o cristão um segundo nascimento no qual o padrinho assume um papel paternal. Uma forma de parentesco particular – o parentesco espiritual – o une ao batizando. Mas a tendência de transmitir os mesmos prenomes de uma geração à outra e de os fazer circular no grupo familiar traduz a vontade de integrar esse parentesco “suplementar” ao parentesco carnal. Se os prenomes se transmitem no interior da família como os patronímicos [...], é não somente porque eles constituem seu patrimônio simbólico, mas também porque eles freqüentemente atuam como “marcadores” do parentesco.¹⁹⁸

Existe nessa família, portanto, uma tendência à repetição – e por conseqüência à reiteração – de alguns nomes, que são dados às crianças em seus batismos. Apenas ao longo de suas vidas esses novos membros iriam adotar um sobrenome, como era usual nas sociedades tradicionais de origem portuguesa. Observou-se, porém, que além de um sobrenome muitas dessas pessoas iriam adotar também um segundo nome. É sobre isso que se trata a seguir.

¹⁹⁸ BURGUIÈRE, André. Prénoms et parenté. In: DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth. **Le Prénom, Mode et Histoire**: entretiens de Malher 2 - 1980. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984.. Tradução livre. No original: *La signification religieuse du nom de baptême nous invite déjà par elle-même à établir certaines relations entre l'attribution du prénom et les représentations de la parenté. Le baptême est pour le chrétien une deuxième naissance dans laquelle le parrain assume le rôle paternel. Une forme de parenté particulière – la parenté spirituelle – l'unit au baptisé. Mais la tendance à transmettre les mêmes prénoms d'une génération à l'autre et à les faire circuler dans le groupe familial traduit la volonté d'intégrer cette parenté «supplémentaire» à la parenté charnelle. Si les prénoms se transmettent au sein de la famille comme les patronymes [...], c'est non seulement parce qu'ils constituent son patrimoine symbolique, mais aussi parce qu'ils jouent le rôle de «marqueurs» de la parenté.*

3.6. Segundo nome

A utilização de um segundo nome não era comum antes de 1700. Segundo autores como Daniel Fauvel, é nos séculos XVIII e XIX que ele vai se generalizar aos poucos, mais freqüentemente para as meninas do que para os meninos.¹⁹⁹

Nos batismos trabalhados não foi encontrado nenhum caso em que o batizando tivesse recebido mais do que um nome. Entretanto, observou-se, através do cruzamento nominal desses registros com outros, a adoção de um segundo nome por parte dessas pessoas ao longo de suas vidas.

Não é possível saber quando essas pessoas passavam a utilizar um segundo nome, ou se ele já era usado desde tenra idade no contexto doméstico. As únicas pistas de que se dispõe a esse respeito indicam que não, já que, nos casos de falecimento de inocentes ou de jovens, em seus registro de óbito consta apenas o nome de batismo – como é o caso de Mariana e de Evarista, que faleceram com as idades de nove e seis anos respectivamente. Acredita-se que o segundo nome era adotado quando essas pessoas começavam a atuar como adultos na sociedade, como, por exemplo, ao serem chamados à pia batismal para apadrinharem alguém.

A adoção de um segundo nome, ainda que aparentemente tenha sido escolhido por aquele que o porta – diferentemente do que acontece no batismo, quando o nome é escolhido por seus pais e/ou padrinhos – não parece fugir a alguns padrões. Também esse segundo nome é escolhido de acordo com uma gama limitada de possibilidades, e sua escolha traz consigo algumas intenções. A esse respeito, Daniel Fauvel diz o que segue:

O segundo prenome, freqüente depois de 1750, não era absolutamente fruto de uma escolha mais livre, uma vez que se trata freqüentemente do nome do avô paterno. O mesmo se passa com as meninas: a livre escolha parece se reduzir a um quarto do total; a regra afeta tanto o primeiro prenome quanto o segundo. No entanto as meninas portam freqüentemente um terceiro prenome, mais usual, este de escolha mais livre.²⁰⁰

¹⁹⁹ FAUVEL, Daniel. Choix des prénoms et tradition familiale. In : DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth. **Le Prénom, Mode et Histoire**: entretiens de Malher 2 - 1980. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984.

²⁰⁰ FAUVEL, Daniel. Choix des prénoms et tradition familiale... op. cit. Tradução Livre. No original: *Le deuxième prénom, fréquent après 1750, n'était pas absolument l'effet d'un choix plus libre puisqu'il s'agissait assez souvent du prénom du grand-père paternel. Il en est de même pour les filles: le libre choix semble réduit au quart du total ; la règle, plus nette encore, affecte aussi bien le premier que le deuxième prénom. Cependant, les filles ont porté assez souvent trois prénoms, le troisième étant sans doute le prénom usuel, celui du véritable choix.*

Entre as intenções associadas a esta adoção podem estar a reiteração de relações estabelecidas com o nome de batismo – por exemplo, quando tomado o segundo nome de um avô de quem já era homônimo. Pode-se ainda intentar o afastamento simbólico de quem se era homônimo, adotando um segundo nome que o diferenciasses dessa pessoa. Pode-se, ainda, estabelecer novas alianças, marcando novas aproximações. A adoção desse segundo nome pode assim “atualizar” as estratégias associadas às práticas nominativas.

Dos cinquenta e oito nomes de batismo trabalhados anteriormente, foi possível conhecer o nome completo (adotado provavelmente em idade adulta) de vinte e dois. Dos trinta e seis que não foram identificados, dois são de pessoas que faleceram muito jovens e que, portanto, não chegaram a adotar um segundo nome e/ou um sobrenome, e o restante não foi encontrado em fontes primárias. Mais uma vez optou-se por excluir as informações provenientes de genealogias, por terem sido encontrados nas mesmas alguns erros e divergências na grafia dos nomes.

Por outro lado, a esses vinte e dois nomes completos somam-se outros doze, referentes a pessoas de quem não se tinha o registro de batismo – motivo pelo qual não entraram na amostragem anterior – mas cujos nomes completos foram encontrados em outras fontes, como os registros de batismo de seus filhos, registros de casamento, de óbito, ou mesmo nos inventários de seus pais. Tem-se, então, os nomes completos apresentados no Quadro 13.

QUADRO 13 – LISTAGEM DOS NOMES COMPLETOS DE ALGUNS FILHOS E NETOS DAS SILVEIRAS

Alexandre Inácio da Silveira	Joaquina Maria Alves
Ana Regina Tomásia da Fontoura	José Antônio da Silveira
Antônio Carneiro da Fontoura	José Inácio da Silveira
Bernardina da Silveira	José Inácio de Castro Viana
Dorotéia Cândida de Paiva	Manuel Marcelino Pires Casado
Dorotéia Isabel da Silveira	Maria Eufrásia da Silveira
Duarte da Silveira	Maria Francisca da Silveira
Francisca Alexandrina da Silveira	Maria Inácia da Silveira
Francisca Pires da Silveira	Mariana da Silveira e Paiva
Francisco Carneiro da Fontoura	Maurícia Inácia da Silveira
Francisco Inácio da Silveira	Maurício Inácio da Silveira
Inácio Antônio Pires	Nicolau Inácio da Silveira
Inácio José da Silveira	Pedro José Carneiro da Fontoura
Isabel Dorotéia da Fontoura	Rita Joaquina de Paiva
Isabel Francisca da Silveira	Rosália Francisca Pires
Joana Margarida da Silveira	Vicência Maria Joaquina
Joaquina Eufrasia da Silveira	

Fonte: ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE: 1º a 5º Livros de Batismos de Rio Grande; 2º a 4º Livros de Batismos de Viamão; 1º e 2º Livros de Batismos de Porto Alegre. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio. **Resgate de Fontes Paroquiais** - Porto Alegre e Viamão, século XVIII: ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS: 1º Livro de Batismos de São Francisco de Paula; 1º Livro de Casamentos de São Francisco de Paula; 1º Livro de Óbitos de São Francisco de Paula.

Desses trinta e quatro nomes completos resultantes, em apenas 6 não houve adoção de um segundo nome: Antônio Carneiro da Fontoura; Bernardina da Silveira; Duarte da Silveira; Francisca Pires da Silveira; Francisco Carneiro da Fontoura e Mariana da Silveira e Paiva. Por outro lado, Vicência Maria Joaquina parece ter adotado mais dois nomes, além do recebido no batismo, e ter dispensado o uso do sobrenome, já que nos três registros de batismo de filhos seus que foi possível encontrar consta apenas a formulação citada.²⁰¹ Os segundos nomes foram organizados no Quadro 14.

QUADRO 14 – SEGUNDOS NOMES NA FAMÍLIA SILVEIRA

2º Nomes Masculinos	#	2º Nomes Femininos	#
Inácio	7	Francisca	3
Antônio	2	Eufrásia	2
José	2	Inácia	2
Marcelino	1	Joaquina	2
		Maria	2
		Alexandrina	1
		Cândida	1
		Dorotéia	1
		Isabel	1
		Margarida	1
		Regina	1

Fonte: ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE: **2º a 5º Livros de Batismos de Rio Grande**; 2º a 4º Livros de Batismos de Viamão; 1º e 2º Livros de Batismos de Porto Alegre. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio. **Resgate de Fontes Paroquiais** - Porto Alegre e Viamão, século XVIII: ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS: 1º Livro de Batismos de São Francisco de Paula; 1º Livro de Casamentos de São Francisco de Paula; 1º Livro de Óbitos de São Francisco de Paula.

Entre os segundos nomes adotados, Inácio se destaca, sendo sete dos vinte e nove casos. Se se desconsiderar a flexão de gênero e somarem-se a esse número as mulheres com segundo nome Inácia, tem-se nove casos.

É importante salientar que cinco dos sete Inácios citados são filhos do Capitão Mateus Inácio da Silveira, seguidamente referido na documentação apenas como “Capitão Mateus Inácio”.²⁰² De seus outros dois filhos, um já foi batizado como Inácio e adotou o nome completo “Inácio José da Silveira”, e sua filha, Dorotéia, adotou o segundo nome “Isabel” – o nome de sua madrinha, Isabel Francisca da Silveira – e assim aparece nos registros de batismo de dois de seus filhos, que nasceram na década de 1770. Entretanto, já nos registros de batismo de seus netos, nascidos nas décadas de 1810 e 1820, aparece como Dorotéia Inácia da

²⁰¹ 3º livro de batismos de Viamão. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio. **Resgate de Fontes Paroquiais** - Porto Alegre e Viamão, século XVIII.

²⁰² São filhos de Mateus Inácio da Silveira e Maria Antônia da Silveira, por ordem de nascimento: Nicolau Inácio da Silveira, Francisco Inácio da Silveira, Alexandre Inácio da Silveira, Dorotéia Isabel da Silveira, Maurício Inácio da Silveira, Inácio José da Silveira e José Inácio da Silveira.

Silveira. Parece, portanto, que o nome “Inácio” funciona como um lembrete, demarcando claramente a filiação e o pertencimento ao grupo familiar.

Dos outros dois Inácios, um é Francisco Inácio da Silveira, filho de Alexandre Inácio, e portanto neto do Capitão Mateus Inácio, e o outro é um neto de Francisco Pires Casado e Mariana Eufrásia da Silveira.

Já as “Inácias” não são descendentes de Mateus Inácio, mas de Francisco Pires Casado: Maurícia Inácia da Silveira nasceu em 1758 e foi apadrinhada por Manuel Fernandes Vieira e Maria Antônia da Silveira, esposa de Mateus Inácio da Silveira. Em 1762 aparece como madrinha em um registro de batismo: “Foram Padrinhos Francisco Pires Casado, e Maurícia solteira filha do dito”²⁰³. Não foi possível encontrar o registro de seu casamento, mas quando ela “reaparece” na documentação, em 1782, já está casada com Inácio Antônio da Silveira, seu tio, irmão de seu pai. A adoção do segundo nome “Inácia” pode ser uma aproximação com o marido de sua madrinha ou, mais provavelmente, uma associação mais demarcada com o nome de seu marido. A outra Inácia é filha deste último casal, e se chamava Maria Inácia da Silveira.

Além de poder reforçar algumas características presentes nos nomes recebidos no momento do nascimento, o uso do segundo nome pode também trazer a possibilidade de diversificação do padrão utilizado até então. De fato, os nomes Alexandrina, Cândida, Eufrásia, Inácia, Marcelino e Regina não constavam entre os nomes da primeira amostra. Eles configuram nove “novidades” num universo de trinta e quatro nomes. Na maior parte das vezes, contudo, existe um reforço do uso de nomes já presentes na família.

Somando-se os nomes de batismo e os segundos nomes, tem-se o que foi organizado nos quadros 15 e 16, sendo que no primeiro os nomes estão como encontrados, e no segundo ignoraram-se as flexões de gênero.

²⁰³ ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE: 4º Livro de Batismo do Rio Grande - Fl. 124v

QUADRO 15 - NOMES NA FAMÍLIA SILVEIRA

Nomes	#
Inácio	9
José	5
Antônio	3
Francisco	3
Alexandre	1
Duarte	1
Justiniano	1
Manuel	1
Marcelino	1
Maurício	1
Nicolau	1
Pedro	1

Nomes	#
Francisca	5
Maria	5
Joaquina	4
Dorotéia	3
Isabel	3
Eufrásia	2
Inácia	2
Alexandrina	1
Ana	1
Bernardina	1
Cândida	1
Joana	1
Margarida	1
Mariana	1
Maurícia	1
Regina	1
Rita	1
Rosália	1
Vicência	1

Fonte: ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE: 1º a 5º Livros de Batismos de Rio Grande; 2º a 4º Livros de Batismos de Viamão; 1º e 2º Livros de Batismos de Porto Alegre. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio. **Resgate de Fontes Paroquiais** - Porto Alegre e Viamão, século XVIII. ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS: 1º Livro de Batismos de São Francisco de Paula; 1º Livro de Casamentos de São Francisco de Paula; 1º Livro de Óbitos de São Francisco de Paula.

QUADRO 16 - NOMES NA FAMÍLIA SILVEIRA SEM FLEXÃO DE GÊNERO

Nome	#		Nome	#
Inácio (a)	11		Duarte	1
Francisco (a)	8		Joana	1
José	5		Justiniano	1
Maria	5		Manuel	1
Joaquina	4		Marcelino	1
Antônio	3		Margarida	1
Dorotéia	3		Mariana	1
Isabel	3		Nicolau	1
Alexandre (drina)	2		Pedro	1
Eufrásia	2		Regina	1
Maurício (a)	2		Rita	1
Ana	1		Rosália	1
Cândida	1		Vicência	1

Fonte: ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE: 1º a 5º Livros de Batismos de Rio Grande; 2º a 4º Livros de Batismos de Viamão; 1º e 2º Livros de Batismos de Porto Alegre. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio. **Resgate de Fontes Paroquiais** - Porto Alegre e Viamão, século XVIII. ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS: 1º Livro de Batismos de São Francisco de Paula; 1º Livro de Casamentos de São Francisco de Paula; 1º Livro de Óbitos de São Francisco de Paula.

Novamente Inácio e Inácia se destacam, juntamente com Francisco e Francisca, seguidos de perto por José e Maria. Esses dois últimos nomes, entretanto, podem ter mais a ver com um estoque geral da sociedade do que com as escolhas específicas da família – o que não pode ser afirmado com certeza por não se ter um levantamento dos nomes mais utilizados. Diferente é o caso de Inácio(a) e Francisca(o), que parecem característicos da

família. Não estão nessa listagem os nomes da “primeira geração”, onde temos Mateus Inácio da Silveira, Ana Inácia da Silveira, Francisco Pires Casado e Isabel Francisca da Silveira.

Tanto os nomes recebidos no batismo pelos filhos e netos das irmãs Silveira e seus maridos, quanto os nomes por eles adotados caem, na maioria das vezes, em um rol bastante limitado de escolhas. Essa reiteração acaba funcionando, na sociedade em que se encontram, como um lembrete do pertencimento de cada um ao grupo de origem.

Além de preferirem alguns nomes, também há uma tendência de sobrenomes serem preferidos em detrimento de outros. A seguir analisam-se os sobrenomes adotados na Família Silveira.

3.7. Sobrenomes

No batismo é atribuído um nome através do qual a pessoa será conhecida e com o qual integra a sociedade cristã. Apenas em um segundo momento a pessoa iria agregar a esse nome um ou vários sobrenomes. A adoção desses sobrenomes não respondia a regras fixas – como, por exemplo, o usual no Brasil atual, que é trazer primeiramente, eventualmente, o sobrenome paterno da mãe, seguido do sobrenome paterno do pai - mas era bastante fluida, podendo-se adotar o sobrenome dos pais, de apenas o pai ou apenas a mãe, de algum dos avós, de um padrinho ou madrinha, ou mesmo ter como sobrenome o local de origem ou de moradia. Também não era comum as mulheres adotarem o sobrenome dos maridos, pelo menos até o final do século XVIII.

Não apenas o sobrenome era adotado ao longo da vida de um indivíduo, como também podia modificar-se de acordo com as circunstâncias. Ou, ainda, em se tratando de pessoas com mais de um sobrenome, um deles poderia ser valorizado em detrimento do outro. Isso foi observado por Hameister que percebeu ser usual, em documentos referentes ao Continente no século XVIII, o uso reiterado de apenas um dos sobrenomes, como mostra o exemplo dado pela autora: Cristóvão Pereira de Abreu foi constantemente referido nos registros documentais como Cristóvão Pereira, apenas, jamais sendo encontrada alusão, na documentação lusa ou castelhana por ela consultada, a qualquer referência a Cristóvão de Abreu.²⁰⁴

²⁰⁴ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)**. Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).

O fato de que o uso dos sobrenomes se mostra fluido traz problemas para o pesquisador, especialmente quando é necessário identificar uma filiação ou membros da mesma família, uma vez que seguidamente irmãos não têm o mesmo sobrenome, e pessoas com sobrenomes idênticos não possuem nenhuma relação de parentesco entre si. Mas, por outro lado, pode revelar nuances da vida dessas pessoas – como, por exemplo, qual das linhagens, materna ou paterna, possui mais prestígio – ou indicar mudanças de contexto que possam ter influenciado o uso de outro sobrenome.

O primeiro fato que é necessário ser dito a esse respeito, é que as cinco irmãs da primeira geração se chamam Silveira, como sua mãe, Isabel da Silveira, e não Furtado de Mendonça, como seu pai. Isso pode indicar ou que a família da mãe era mais influente nas ilhas de origem, ou que detinha mais relações no Continente. Um dos indicativos para a segunda hipótese pode ser percebido nos casamentos de duas delas. Embora não tenha sido identificada nenhuma relação de parentesco entre Isabel da Silveira e seus genros, anterior ao casamento das filhas, pode ser que Isabel já fosse parente de Mateus Inácio da Silveira e Francisco Pires Casado, ambos por linhagem materna. Observam-se agora os sobrenomes por “núcleo” familiar:

- Filhos de Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira: como já foi comentado, **todos os filhos do casal adotaram o sobrenome “Silveira”**, o que não era de se espantar, considerando que os dois patriarcas trazem consigo esse sobrenome;
- Filhos de Ana Inácia da Silveira e Manuel Fernandes Vieira: infelizmente não foi possível encontrar os descendentes do casal em nenhum outro documento que não fossem os registros de batismo de seus seis filhos e os registros de batismo de três netos, filhos de Vicência Maria Joaquina. Nesse caso, não foi possível sequer ter uma noção nas genealogias, pois nenhum dos três trabalhos a que tive acesso que tratam da família trazem informações sobre esses descendentes;
- Filhos de Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado: aqui a adoção de sobrenomes assume um viés mais complexo, não apenas porque alguns dos filhos do casal assumiram o sobrenome Silveira e outros Pires, ou Pires Casado, mas também porque alguns deles mudam de sobrenome de um

registro para outro. Rosália Francisca da Silveira foi assim chamada nos registros de batismo de seus filhos, de seus netos, e quando foi chamada à pia batismal como madrinha, ainda solteira. Entretanto, em seu registro de óbito e no registro de óbito de seu marido aparece como Rosália Francisca Pires. Por outro lado, Maurícia Inácia da Silveira manteve esse sobrenome nos 12 registros em que ela aparece que puderam ser encontrados em 45 anos de documentação. A mesma constância pode ser observada com relação a Joana Margarida da Silveira. O único filho que não foi encontrado, em nenhum dos documentos consultados, usando o sobrenome Silveira em algum momento foi Manuel Marcelino Pires Casado. Os demais variam entre apenas Pires, apenas Silveira e Pires da Silveira (mas nunca Silveira Pires, como seria hoje).

Faz-se necessário observar quais sobrenomes foram utilizados em que locais e em que períodos, e também observar os sobrenomes adotados pelos filhos para que se possa dizer algo mais concreto a esse respeito. Parece, a partir dos dados levantados até aqui, que a adoção de sobrenomes obedece a uma lógica contextual que, infelizmente, ainda não foi possível clarear.

Pode-se pensar que o importante era ser identificado, seja pelo nome, pelo segundo nome, pelo sobrenome ou pelo “conjunto da obra”. Algumas combinações parecem ter sido bem características da família. Sobre isso se fala a seguir.

3.8. Homônimos – de problema a objeto de pesquisa

Até esse momento os nomes dos membros da família Silveira foram “esquartejados”, seja em sua composição – dividindo nome, segundo nome e sobrenome – seja por geração ou período. Agora busca-se trabalhar os nomes de forma mais integrada, tentando entender o que eles podem desvendar em termos de estratégia social. Com esse objetivo utilizam-se os homônimos como foco de análise.

Alguns nomes são muito utilizados, sendo repetidos seja como nome recebido no batismo, seja como segundo nome adquirido ao longo de uma trajetória social. Os sobrenomes são mantidos, modificados, retomados. E combinações são feitas entre nomes e sobrenomes, trazendo sempre alguma marca do pertencimento à família. Mas algumas

combinações se repetem exatamente como apareceram da primeira vez, e não se modificam ao longo da trajetória daqueles que as portam.

A questão dos homônimos já foi muito trabalhada, especialmente sob a perspectiva de problema metodológico que se apresenta ao cruzamento nominativo. Uma outra perspectiva, entretanto, é apresentada por Hameister, quando a autora aponta que a prática tão disseminada nos locais de domínio português de designar, por exemplo, pai e filho pelo mesmo nome completo, sem acréscimo de partículas diferenciadoras, podendo revelar o desejo de que as imagens de um e de outro sejam associadas:

Acreditando-se, dado a recorrência destes casos, que os homônimos não acontecem por acaso, que são fruto da intenção de pais e filhos, há que se supor que esta fusão de identidades seja o objetivo das desinências coincidentes destes homens. Assim, pensa-se aqui esses nomes em comum, de pai e de filho, como sendo um “modelo” quase que perfeito para os outros tipos de homônimos. Nessa perspectiva, no fundo de sua intenção, deseja também gerar uma espécie de “fusão” de duas pessoas distintas, padrinhos e afilhados, avós e netos ou ilustres desconhecidos.²⁰⁵

Parece, então, haver uma intencionalidade na existência desses homônimos perfeitos, que tem a ver com o valor que o pertencimento a uma determinada família ou grupo possui nessa sociedade. Como já foi dito, a intenção das práticas nominativas não era individualizar os sujeitos ou diferenciá-los, mas associá-los a algo ou alguém. A demarcação desse pertencimento, feita através do nome completo, faz parte das estratégias do grupo. Um exemplo disso são as folhas de serviços prestados à Coroa, levantadas por todos aqueles que desejam receber uma mercê real. Nesses casos não são apenas as atitudes pessoais que importam, mas também a atuação dos pais e avós do requerente.

Assim, o nome completo se torna um bem familiar, e como tal pode ser legado a alguns membros e negado a outros, constituindo parte das estratégias de uma família. Com relação a isso, recorre-se mais uma vez a Hameister:

Os nomes completos, verdadeiras entidades, portanto, seriam bens familiares que poderiam ser legados. Note-se bem, por não se tratar de um bem material, cuja “propriedade” possa ser dada, mas de qualificadores, intangíveis à mão humana e capturáveis apenas na compreensão de seu significado, remete diretamente à quarta obrigação da dádiva, indo ao encontro do dito por Godelier. Seu uso, o identificar-se através dele, este sim é o grande legado passado de pai para filho dentro das famílias. Mais do que isso, se o filho fizesse o “correto uso” desse sobrenome, ou seja, o honrasse e engrandecesse com seus feitos, mais atributos seriam agregados a esse nome. O uso do nome poderia engrandecer um homem, mas esse homem

²⁰⁵ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).

também poderia engrandecer o nome. O bem familiar podia ser ampliado na “força”, no “mana”, na “magia” do nome, ampliado naqueles atributos que, forjados e sustentados pelas ações humanas, dão matéria para crenças que fogem ou se ocultam à razão dos homens.²⁰⁶

Para o estudo dos homônimos perfeitos foram utilizados todos os nomes completos encontrados em fontes primárias em quatro gerações. A quarta geração não foi trabalhada até aqui por só se ter conhecimento daqueles descendentes que se fixaram em Pelotas – o que resulta, em termos da família como um todo, em uma amostragem muito pequena. No entanto, no que se refere à visão de nomes completos como entidades, a inclusão desses descendentes se torna bastante significativa, uma vez que, acredita-se, há um desejo de associação a alguns antepassados em uma localidade onde algumas das Silveiras são, até hoje, de alguma forma lembradas – seja em livros escolares, seja dando nome a escolas, logradouros etc.

Vejam-se os homônimos, primeiramente, entre os descendentes de cada um dos casais que tiveram filhos. Aqui se excluem os descendentes de Ana Inácia da Silveira e Manuel Fernandes Vieira, uma vez que se teve conhecimento apenas do nome completo da filha primogênita do casal, Vicência Maria Joaquina.

Entre os descendentes de Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira encontra-se dois *José Inácio da Silveira*, pai e filho. Existiram também duas Maria Augusta da Fontoura, embora não tenha sido possível a identificação de tratar-se de mãe e filha ou de tia e sobrinha.²⁰⁷

Já entre os descendentes de Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado encontraram-se mais homônimos, embora isso talvez se deva ao fato de que um maior número de pessoas dessa linhagem tenha se instalado em Pelotas, o que significa uma maior incidência nas fontes pesquisadas. Houve pelo menos três Manuel Marcelino Pires, pai, filho e neto. O primeiro Manuel Marcelino casou-se com Margarida Gomes de Lima, filha do primeiro casamento de Domingos Gomes Ribeiro, e nomeou um de seus filhos em

²⁰⁶ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).

²⁰⁷ Em seu testamento, João Duarte Machado deixa uma quantia a uma neta, mas não menciona a filiação da mesma: “Declaro que sou casado com Maria Regina da Fontoura de cuja mulher tenho cinco filhos vivos a saber, João Henrique da Fontoura, Francisco de Paula da Fontoura, Maria Augusta da Fontoura, Manoel Bento da Fontoura, José Maria da Fontoura”, e depois: “Declaro que deixo a minha neta Maria Augusta da Fontoura oitocentos mil reis.” ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Inventário e Testamento de João Duarte Machado**, 1828.

homenagem ao sogro, que era, no momento do nascimento da criança, também casado com sua tia Joana Margarida da Silveira. Há ainda outra filha de Manuel Marcelino que recebeu o nome completo da avó: Mariana Eufrásia da Silveira.

Saindo do âmbito das linhagens, observa-se a existência de homônimos entre tios e sobrinhos e entre tias e sobrinhas. Alexandre Inácio da Silveira convidou seu irmão, o Padre Francisco Inácio da Silveira, para apadrinhar seu primeiro filho, que recebeu o nome de seu tio/padrinho. Outro caso de apadrinhamento e legação de nomes entre tios e sobrinhos se encontra em duas Joana Margarida da Silveira, sendo a primeira uma das cinco irmãs Silveira, e a segunda, uma filha de Mariana Eufrásia. Há ainda uma terceira Joana Margarida, filha do já referido Manuel Marcelino Pires, e, portanto, sobrinha de uma Joana e sobrinha-neta da outra. Há pelo menos mais dois casos de homônimos entre tios e sobrinhos: os nomes completos Manuel Bento da Fontoura e Isabel Francisca da Silveira.

Os homônimos na família Silveira possuem algumas características peculiares. A primeira dessas características é a incidência de homônimos perfeitos de mulheres – até o momento não foi encontrado nenhum outro trabalho que fizesse referência a tal fenômeno. Parece que a associação entre mulheres de diferentes gerações foi um fator importante, o que indica que essas mulheres (e não apenas seus maridos) eram figuras importantes e proeminentes naquela sociedade.

A segunda, é a grande incidência de homônimos fora das linhagens, entre tios e sobrinhos e entre tias e sobrinhas. Uma questão interessante pode ser observada nesses casos: aparentemente todos os sobrinhos homônimos a alguém assumiram o nome completo de um tio ou tia que não tiveram filhos. É o caso de Isabel Francisca da Silveira e Joana Margarida da Silveira, as únicas da primeira geração que não tiveram filhos: cada uma teve uma sobrinha homônima (ambas filhas de Mariana Eufrásia da Silveira).

Pôde-se observar, na análise das praticas nominativas da família Silveira, a preferência e reiteração de alguns nomes, como Inácio, José, Francisca e Maria que, embora fossem nomes comuns no estoque português, parecem funcionar especificamente nessa família como marcadores do parentesco. Essas repetições foram matizadas por algumas inovações, revelando algum desvio do padrão familiar, ou mesmo a tentativa de buscar aproximar os novos membros de outras pessoas, que poderiam ser parentes dos cônjuges, ou mesmo um padrinho ou madrinha que representasse uma aliança nova.

Tal aproximação entre quem recebe o nome e quem o lega, pode trazer vantagens importantes para o primeiro. Isso fica especialmente claro nos casos em que os mais novos recebiam o nome de um tio ou tia que não tinha filhos, ainda mais quando esse nome vem associado a uma relação de apadrinhamento, como se verá. Mas, provavelmente, a homenagem feita a parentes por meio da adoção de seus nomes devia ter seu valor independentemente do número de descendentes que o homenageado pudesse ter.

Para além do papel da legação de nomes, segundos nomes e sobrenome dentro da família, essa prática favorece o reconhecimento do pertencimento familiar dessas pessoas por parte da sociedade. Esse era um fator essencial em uma sociedade que não apenas se organizava em termos de pertencimento, também valorizava imensamente o papel do prestígio dos autores.

Nesse aspecto chama atenção a grande incidência de homônimos perfeitos das mulheres da família, demonstrando a delas na manutenção da posição da família. Seus nomes tinham valor em si mesmos por estarem associados à imagem que essas mulheres possuíam, e a notoriedade das mesmas, e possuíam a prerrogativa de serem legados, constituindo assim parte importante das estratégias da família como uma todo.

4. NA PIA BATISMAL: APADRINHAMENTO E COMPADRIO NA FAMÍLIA SILVEIRA

Os registros batismais, originários de uma necessidade das igrejas cristãs de ter o conhecimento e o controle sobre aspectos da vida dos fiéis, têm sido usados por historiadores com diversos propósitos, como: efetuar análises acerca das populações do passado, estudos sobre a natalidade, padrões de casamento, migrações, designações sociais, entre muitas outras. Alguns pesquisadores utilizam esses registros buscando informações justamente sobre as relações que se formam no momento do batismo: as de apadrinhamento e de compadrio. O presente capítulo trata das relações de compadrio estabelecidas pela família Silveira e a possível influência das mesmas nas estratégias engendradas por seus membros.

Os membros da família Silveira aparecem seguidamente nos registros de batismo dos locais em que viveram, especialmente Rio Grande, Viamão e Porto Alegre. Algumas vezes, seus nomes aparecem na condição de pais dos batizados: foram encontrados vinte e um registros de batismos de filhos de Maria Antônia, Ana Inácia e Mariana Eufrásia e vinte e sete registros de batismos de netos seus. Em cada um desses batismos essas mulheres e seus maridos escolheram padrinhos e madrinhas para seus filhos, que conseqüentemente tornaram-se compadres dos casais. As escolhas realizadas por ocasião do batismo de um novo membro da família, momento crucial numa sociedade cristã da América Portuguesa, podem sugerir proximidades entre atores, formação de alianças, existência de amizades e reiteração de laços já existentes.

Outras tantas vezes as irmãs Silveira e seus maridos aparecem nos registros batismais por terem sido convidados para serem padrinhos ou madrinhas dos filhos de pessoas das mais diversas posições na hierarquia social. Constam entre seus compadres ilhéus, membros de famílias tradicionais do Continente, migrantes de outros locais do Brasil, agricultores, soldados, capitães, agregados, sesmeiros, “Donas”. Ocasionalmente tomavam como afilhados um *exposto*²⁰⁸ ou uma criança escrava. Tudo isso sem falar, claro, na reiteração ou estreitamento e diversificação de laços já existentes com seus irmãos, cunhados e sobrinhos. Ter um vasto conjunto de compadres poderia significar ter um conjunto de relações

²⁰⁸ Crianças, geralmente recém-nascidas, abandonadas em casas de terceiros.

potencialmente utilizáveis em momentos de necessidade. Mais do que isso, pode indicar a existência de uma base de sustentação à posição que os membros da família ocupavam na hierarquia social.

Por serem o compadrio e o apadrinhamento relações sociais geradas a partir da Igreja, e intermediadas pela religião, devem ser estudadas levando-se sempre em consideração esse caráter próprio. Por isso, antes de analisar as relações geradas por meio dos batismos na família, é preciso entender melhor o sacramento do batismo e a importância das relações de compadrio numa sociedade majoritariamente cristã e regida pelos padrões de Antigo Regime.

4.1 O batismo e as relações por meio dele formadas

Relações de compadrio são relações sociais intermediadas pela religião cristã, pois se formam no momento do batismo entre os pais daquele que recebe o sacramento e os padrinhos por aqueles escolhidos. As regras e formas com que esse tipo de relação se manifesta podem variar muito entre as diferentes localidades em que acontece e, também, ao longo do tempo. Segundo o antropólogo Stephen Gudeman, ainda que exista essa grande variação, trata-se em todos os casos de uma mescla entre os costumes locais e os dogmas da Igreja, sendo que regra e realidade influenciam uma à outra, modificando-se mutuamente num processo contínuo. Ainda assim, a instituição do compadrio possui um padrão central, que foi resumido pelo autor citado como consistindo em três papéis, criança, pai e padrinho, e três relações, “um laço de parentesco entre pai e criança; um laço espiritual entre criança e padrinho; e um laço espiritual entre padrinho e pai”.²⁰⁹

Ao ser batizada, a criança passa a integrar a comunidade religiosa, e ganha uma relação a ser somada com o laço de consangüinidade que já possuía com seus pais: um parentesco espiritual com seu padrinho ou padrinhos. Os pais do batizando também ganham uma relação de parentesco espiritual com os padrinhos, co-pais da criança que recebe o batismo, seus compadres.

Excetuando-se o laço de consangüinidade que se formou entre a criança e seus pais no momento do nascimento, todas as demais relações iniciam-se no momento do ritual do batismo e, em alguns casos, da confirmação. Mostra-se importante, portanto, entender esse

²⁰⁹ GUDEMAN, Stephen. The *Compadrazgo* as a Reflection of the Natural and Spiritual Person. In: **Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland** vol. 0. (1971). 1971. Royal Anthropological Institute of Great Britain, 1971.

sacramento, seu papel dentro da mitologia cristã. O batismo se configura como um rito de iniciação, pois é através dele que o novo membro integra-se à igreja e à comunidade cristã. Só a partir do batismo uma pessoa se torna apta e aufere a permissão de receber quaisquer outros sacramentos. Essa informação está bastante clara nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, documento baseado nas determinações do Concílio de Trento e que configura uma adequação das normas estabelecidas nesse último à realidade local, regulamentando e organizando a Igreja na América Portuguesa a partir de 1707:

O batismo é o primeiro de todos os Sacramentos, e a porta por onde se entra na Igreja Católica, e se faz, o que o recebe, capaz dos mais Sacramentos, sem o qual nem um dos mais fará nele o seu efeito. Consiste este Sacramento na externa ablução do corpo feita com água natural, e com as palavras, que Cristo nosso Senhor instituiu por sua forma.²¹⁰

O batismo teria ainda a função de purgar o pecado original, o pecado de Adão transmitido a todos os seus descendentes, o qual deixou todos sob a influência da morte. Somente pelo batismo, e nenhum outro sacramento, esse pecado ficaria removido. Além disso, ele representa, em sua liturgia, a morte e ressurreição de Cristo – o cristão renasce espiritualmente, tendo a Igreja como mãe. O batizando torna-se então, um membro dessa comunidade moral-religiosa, com todos os direitos e obrigações que isso implica.

Ao morrer simbolicamente e renascer para o cristianismo a criança recebe um novo conjunto de pais, pais espirituais, seus padrinhos, que ficam responsáveis por sua orientação espiritual até que ela tenha idade para assumir responsabilidades por si mesma. De acordo com as *Constituições Primeiras*, os padrinhos ficam sendo “fiadores para com Deus pela perseverança do batizado na Fé, e como por serem seus pais espirituais, têm obrigação de lhes ensinar a Doutrina Cristã, e bons costumes”.²¹¹

Os padrinhos ficam, então, responsáveis pelo aspecto espiritual da vida da criança, enquanto os pais ficam responsáveis pelo aspecto material. Essa dualidade de responsabilidades tem a ver com uma crença, existente nas religiões cristãs, mas também em outras culturas, na natureza dual do ser humano. O que é distintivo no apadrinhamento espiritual cristão, segundo Gudeman, é que esses dois aspectos da personalidade humana devem ser confiados a dois grupos diferentes de pessoas: os pais naturais e os pais espirituais.

²¹⁰ DA VIDE, D. Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Livro I, Título XII. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. Grafia por mim atualizada.

²¹¹ DA VIDE, D. Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Livro I, Título XII. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. Grafia por mim atualizada.

É por serem responsáveis, em níveis diferentes, por uma mesma criança, e por abrirem mão, um em favor do outro, de aspectos da vida daquela criança, que se estabelece uma relação espiritual entre os pais do batizando e os padrinhos:

[os compadres] devem abrir mão ou confiar a outros certos direitos sobre ele; em retorno os receptores prometem assumir vários deveres. É este ato de abrir mão de direitos, quando reconhecido como algo que cria um laço em si mesmo, que estabelece relações espirituais entre os pais, por um lado, e o ministro e o padrinho por outro, e resulta no compadrio.²¹²

É desse irmanamento espiritual que decorrem os impedimentos matrimoniais existentes entre compadres. O mesmo tipo de tabu que impede o matrimônio entre irmãos, impede o matrimônio entre compadres – considerados como irmãos espirituais a partir do momento em que se tornam co-pais (compadres) de uma mesma criança. Esse parentesco espiritual não se estende aos cônjuges ou filhos dos padrinhos, e tampouco se estabelece, por exemplo, entre o padrinho e a madrinha de uma mesma criança. As Constituições Primeiras definem entre quais pessoas envolvidas no batismo surgem laços espirituais:

[...] Também lhes declare o parentesco espiritual, que contrairam, do qual nasce impedimento, que não só impede, mas dirime o Matrimônio: o qual parentesco conforme a disposição do Sagrado Concílio Tridentino, se contrai somente entre os padrinhos, e o batizado, e seu pai, e mãe; e não o contraem os padrinhos entre si, nem o que batiza com eles, nem se estende a outra alguma pessoa além das sobreditas.²¹³

Por serem irmãos espirituais, os compadres devem estabelecer entre si relações de respeito mútuo. É nesse ponto que o compadrio vai além do aspecto religioso, e é aqui que se percebe sua importância social. Sendo uma relação sacramentada pela igreja, com características de parentesco, moralmente modifica a relação dessas pessoas fora da igreja, dando-lhe um outro caráter. De acordo com Gudeman, a relação entre os compadres se torna mais *segura*, e essa segurança é atingida porque o laço do compadrio, laço da esfera do sagrado, elimina a desconfiança entre as casas: ao menos em tese é seguro permitir que as

²¹² GUDEMAN, Stephen. The *Compadrazgo* as a Reflection of the Natural and Spiritual Person. In: **Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland** vol. 0. (1971). 1971. Royal Anthropological Institute of Great Britain, 1971. Tradução Livre. No original: [...] *if natural parents are to raise their child as a member of Christian society, they must give away or entrust to others certain rights over him; in return the recipients perform and promise to undertake various duties. It is this act of bestowing rights, when recognised as creating a bond itself, that establishes spiritual relationships between the parents on the one hand, and minister and godparent on the other, and results in the compadrazgo.*

²¹³ DA VIDE, D. Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Livro I, Título XII. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. Grafia por mim atualizada.

crianças brinquem na casa de seus padrinhos, assim como, devido ao tabu sexual e marital existente entre compadres, é seguro para um homem deixar sua mulher sozinha com o padrinho de seu filho, já que compadres são uma ordem diferente de pessoas, e são considerados irmãos espirituais, o que transforma qualquer relação marital ou sexual entre eles em incestuosa.²¹⁴

É por seu valor moral que a relação de compadrio se diferencia, por exemplo, de uma relação comercial, uma sociedade nos negócios. Esse laço, sacramentado pela igreja, não podia ser desfeito. Um exemplo disso encontra-se no depoimento de Eusébio Alves de Sousa na *Devassa sobre a Entrega da Vila do Rio Grande às Tropas Castelhanas*, citada por Hameister. Na devassa, quinze questões feitas às testemunhas são arroladas, com o acréscimo de uma décima sexta que seria uma observação acerca “do costume”, que em termos jurídicos significa a informação acerca das relações pessoais existentes entre o depoente e a pessoa sobre quem vai depor. O depoimento de Eusébio Alves de Sousa traz a seguinte afirmação:

do costume disse ser compadre do dito José da Silveira [Bitencourt] porém que era seu inimigo e que juntamente era compadre do dito referente.²¹⁵

Mesmo que a relação de afinidade tenha se desfeito ao longo do tempo, por algum motivo, e apesar de os atores terem tornado-se inimigos, o laço de compadrio não se desfaz. E não apenas não se desfaz aos olhos da igreja, como não se desfaz no âmbito da vida prática, ainda que tenha sido despido de suas características de obrigação de respeito mútuo.²¹⁶

A existência do compadrio, em função de suas características sagradas, muitas vezes torna mais estáveis as relações mundanas, mas isso não significa que todas as relações entre compadres tenham as características de respeito mútuo exigidas. É o que mostra o exemplo citado por Gudeman, extraído de seu trabalho de campo no Panamá. Na localidade observada por ele, era comum que os agricultores que utilizassem o mesmo caminho até seus respectivos campos colaborassem uns com os outros na manutenção do caminho, cortando a grama que crescia durante a estação de chuvas. No caso citado, os dois agricultores eram compadres:

²¹⁴ GUDEMAN, Stephen. *The Compadrazgo as a Reflection of the Natural and Spiritual Person*. In: **Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland** vol. 0. (1971). 1971. Royal Anthropological Institute of Great Britain, 1971.

²¹⁵ Devassa da entrega de rio Grande apud HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)**. Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).

²¹⁶ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)**. Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).

A medida em que o ano agrícola avançava, pai-compadre insinuava ao padrinho-compadre que era tempo de limpar o caminho, mas o último não atendia. Tempo passou, o mato cresceu e o pai ficou cada vez mais aborrecido; por um lado, ele não queria limpar o caminho sozinho, uma vez que não era apenas seu colega de trabalho, mas seu *compadre* que compartilhava o caminho com ele; por outro lado, ele estava relutante em forçar a questão justamente porque seu vizinho era um compadre. Eventualmente o pai-compadre se tornou tão descontente que parou de visitar a casa de seu co-parente. Podemos, então, ver esse caso a partir de duas perspectivas. Do ponto de vista do domínio econômico, o que era uma tarefa utilitária se tornou uma obrigação moral devido à legitimação espiritual; o pai-compadre estava magoado não porque o vizinho se negou a ajudar – uma ocorrência muito comum – mas porque o compadre se negou. Do ponto de vista do domínio espiritual, a relação entre os compadres foi estendida ao domínio econômico, mas essa intrusão começou a ameaçar o laço em si.²¹⁷

Devido à importância desse laço é que existem regras na escolha dos padrinhos, ainda que tais regras possam variar muito nos diversos contextos. Gudeman aponta, porém, alguns padrões, entre as variações. O primeiro deles é que os pais são universalmente proibidos de se escolherem para padrinhos. O segundo é que, dentro de uma determinada cultura, a retribuição da escolha pode ser obrigatória, permitida ou proibida.²¹⁸ Reversão da escolha acontece quando o padrinho ou madrinha de alguém convida o compadre ou comadre para apadrinhar seu próprio filho, devolvendo, assim, um convite ao compadrio feito em momento anterior, reforçando o laço. No caso do contexto tratado, quando a escolha de um padrinho se faz quase sempre no interior de grupos social ou moralmente superiores, a reversão da escolha pode significar que os dois compadres se consideram como iguais, o que resulta na simetria da relação.

A obrigação da retribuição da escolha faz com que os laços de compadrio sejam necessariamente simétricos. Já a proibição da reversão faz com que essas mesmas relações sejam necessariamente assimétricas.

²¹⁷ GUDEMAN, Stephen. Spiritual Relationship and Selecting Godparent In: **Man, New Series** vol. 10. (2). Jun. 1975. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1975. Tradução Livre. No original: *As the agricultural year progressed, the parent-compadre dropped a few hints to his godparent-compadre that it was time to trim the path, but the latter did not respond. Time passed, the grasses grew and the father became angrier; on the one hand, he did not want to trim the pathway himself since it was not only his work neighbour but his compadre who shared the path with him; on the other hand, he was reluctant to force the issue precisely because his neighbour was a compadre. Eventually, the parent-compadre became so disgruntled that he stopped visiting his co-parent's house. We may, then, view this case relationship from two perspectives. From the standpoint of the economic domain, what was an ordinary utilitarian task became morally binding due to the spiritual legitimation; the parent-compadre was upset not because his neighbour refused to help—an all too common occurrence—but because his compadre refused. From the standpoint of the spiritual domain the compadre-compadre relationship was extended into the economic, but this intrusion began to threaten the bond itself.*

²¹⁸ GUDEMAN, Stephen. Spiritual Relationship and Selecting Godparent In: **Man, New Series** vol. 10. (2). Jun. 1975. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1975.

No contexto estudado na presente pesquisa, a reversão da escolha pode acontecer ou não. Em função do valor moral das relações de compadrio, entretanto, o usual, é que sempre se convide ao compadrio uma pessoa de status igual ou superior àquele dos pais do batizando:

Se, por exemplo, o compadrio significasse impureza ou poluição rituais, o padrão seria diferente: Os padrinhos seriam escolhidos junto aos setores mais inferiores da sociedade. O significado do compadrio é decisivo na determinação de sua relação com outros vínculos sociais. A própria igreja jamais tratou diretamente da questão *do status* social que o padrinho deveria ter, embora se encontre implícito em muitos de seus preceitos que a paternidade espiritual representa um vínculo superior ou mais elevado do que a paternidade carnal.²¹⁹

Por serem buscados quase sempre padrinhos que sejam socialmente superiores aos pais da criança é que a reversão da escolha se torna mais rara – pois embora um escravo possa convidar o Capitão da vila para apadrinhar o seu filho, o contrário dificilmente aconteceria – ainda que não fosse impossível. Quando acontece a devolução da escolha, isso pode ser um indicativo da simetria da relação social existente entre os compadres.²²⁰

Em se tratando de escolhas, é preciso lembrar que as mesmas não eram feitas com liberdade irrestrita. Existia uma série de limitações em parte oriundas da normatização da Igreja, em parte oriunda dos costumes locais, que diminuía em muito as alternativas possíveis. A primeira delas, já comentada, é que os pais de um batizando não podiam escolher um ao outro para padrinhos: era necessário que o aspecto espiritual da vida da criança fosse confiado a pessoas *outras* que não aqueles responsáveis por seu bem-estar físico.

Outro aspecto limitador que, embora seja bastante óbvio, algumas vezes não é levado em consideração em trabalhos que tratam do compadrio, é o fato de que a escolha devia recair sempre em pessoas cristãs. Mais do que isso, era preciso que fossem considerados bons cristãos, pessoas que pudessem transmitir os valores morais e da religião para o batizando, o novo membro da comunidade cristã.²²¹ Alguns autores supõem que os melhores padrinhos (aqueles que receberam o maior número de convites) são as pessoas bem colocadas na hierarquia social, o que muitas vezes é associado à condição financeira ou ao poder de mando.

²¹⁹ GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. Purgando o Pecado Original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. **Escravidão e Invenção da Liberdade**. Estudos Sobre o Negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

²²⁰ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).

²²¹ HAMEISTER, Martha Daisson. . O Uso dos Registros Batismais para o Estudo de Hierarquias Sociais no Período de Vigência da Escravidão. In: **5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2011, Porto Alegre. Programação, 2011.

Embora isso possa ser verdade em muitos casos, não o é sempre, já que as características citadas *não bastam*. Para guiarem espiritualmente o novo cristão deviam ter uma conduta aparentemente exemplar em termos religiosos. Assim, talvez as pessoas que mais eram convidadas à pia batismal somassem as características de serem considerados bons cristãos e estarem no topo da hierarquia social.

Embora se possa conjecturar acerca dos motivos que fizeram com que algumas pessoas recebessem muitos convites para apadrinhar ou amadrinhar os novos cristãos, é bem mais difícil tentar entender a relação no sentido inverso, ou seja, tentar encontrar padrões que revelem os aspectos que influenciavam a escolha feita pelos pais do batizando em cada caso específico. Em cada localidade, o número e a *qualidade* dos padrinhos em potencial podiam variar muito (por exemplo, em uma comunidade nova, poucos poderiam ser os cristãos disponíveis), as possibilidades de escolha mudavam de acordo com a posição social dos responsáveis pela escolha dos padrinhos, de acordo com as relações que possuíam, e de acordo com as estratégias que engendravam, o que tinham em mente no momento a escolha.²²²

É preciso lembrar que entende-se aqui que tais escolhas eram realizadas a partir de uma *racionalidade limitada*, o que faz com que se tenha em consideração as características do momento em que se vive, e também uma ideia de futuro feita a partir da (pre)visão limitada que se possui. O momento do batismo é único, representa desejos de alianças manutenção ou criação de laços tanto para os pais/compadres, quanto para o futuro do batizando/afilhado. Entretanto as intenções com que se estabelecem laços nesse momento nem sempre surtem os efeitos desejados. Não necessariamente a relação formada vai ser “posta em funcionamento”, vai ser utilizada “socialmente”. Ainda assim, ela gera necessariamente uma *possibilidade* que não existia antes da formação da relação. A manutenção dos laços criados fica a cargo dos atores e do contexto.

Ainda que com suas limitações, tanto as relações de compadrio como as de apadrinhamento são meios pelos quais se pode tecer alianças. Mesmo que essas alianças nem sempre funcionem como seria desejado pelos atores sociais, só é possível que elas sejam utilizadas a partir do momento em que elas existem. Sendo assim, é preciso levar em conta as

²²² SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago. Bom dia, padrinho: espaço e parentesco na formação de redes entre cativos nos campos de Vacaria, 1778-1810. **Revista Eletrônica de História do Brasil**. Departamento de História e Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, jan-dez de 2008. HAMEISTER, Martha Daisson. . O Uso dos Registros Batismais para o Estudo de Hierarquias Sociais no Período de Vigência da Escravidão. In: **5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2011, Porto Alegre. Programação, 2011.

limitações dessas relações, sem cair no extremo contrário, ignorando a sua importância potencial.

Todas essas características das relações de compadrio – de serem relações sacramentadas utilizadas também com objetivos “mundanos” e de possuírem uma série de regras para serem iniciadas e postas em funcionamento – é que tornam seu estudo válido quando se busca entender parte das relações entre os atores sociais, das alianças estabelecidas entre eles, e de suas estratégias.

4.2. Irmãs comadres e Cunhados Compadres

Parte das relações de compadrio tecidas pela família Silveira já foram estudadas por alguns autores. Entre estes estudos, está o de Martha Hameister, que realizou um levantamento dos compadrios estabelecidos através dos batismos dos filhos de Mateus Inácio da Silveira e Maria Antônia da Silveira, Manuel Fernandes Vieira e Ana Inácia da Silveira, e Francisco Pires Casado e Mariana Eufrásia da Silveira na Vila de Rio Grande, até o ano de 1763. A autora observou que a maior parte das escolhas feitas por essas casais recaíram em pessoas da família das mães dos batizando:

as madrinhas, quando existem, eram todas cunhadas dos pais da criança. Ou seja, não foi eleita madrinha externa à família consangüínea. Já os padrinhos, ou eram os cunhados ou gente de estatuto social semelhante. As filhas e genros de Furtado de Mendonça se alternavam no batismo de seus sobrinhos. Vê-se nesse ato, a reiteração de alianças e amizades previamente existentes, amalgamadas nos casamentos que inseriram os homens nesta família que tinha predominantemente, senão somente, mulheres colocadas ao mercado matrimonial. Os demais compadres das filhas e genros de Furtado de Mendonça também pertenciam aos estratos mais privilegiados dessa sociedade.²²³

Além de buscarem reiterar laços com pessoas com quem eram aparentados, como dito pela autora, as demais pessoas convidada por eles para apadrinhar seus filhos eram de estatuto social semelhante ou superior ao deles. A pesquisa de Hameister, entretanto, se restringe à Vila do Rio Grande no período anterior à tomada pelos castelhanos, ou seja, até 1763. Sabe-se, no entanto, que houve batizados dos filhos desses casais em período posterior, especialmente nas localidades de Viamão e Porto Alegre.

²²³ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)**. Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).

Para a presente pesquisa levantou-se, além dos batismos realizados em Rio Grande até 1763, também os batismos de Viamão e Porto Alegre no período imediatamente posterior ao ano citado até o final do século XVIII. Obteve-se, também, os registros batismais redigidos em Rio Grande após a retomada da Vila (1776), assim como aqueles realizados na Freguesia de São Francisco de Paula de Pelotas a partir de 1812. Nesse largo período foram encontrados batismos de filhos e netos de Maria Antonia, Ana Inácia e Mariana Eufrásia, que serão analisados a seguir.²²⁴

4.2.1 – Batismos dos Filhos de Maria Antonia da Silveira e Mateus Inacio da Silveira

Nos batismos dos filhos de Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira, as madrinhas são todas tias das crianças, com exceção de Inácia Xavier Pires, sobre quem não foi possível obter maiores informações, mas acredita-se se tratar da mulher do Sargento-mor José da Silveira Bitencurt, com quem fez par na pia batismal. Com relação aos padrinhos, há uma alternância na escolha entre tios dos batizados e homens não aparentados às crianças, ou que pelo menos não tiveram o parentesco identificado. Eram todos, entretanto, pessoas de destaque na sociedade sulina.

Mateus Inácio e Maria Antonia convidaram ao compadrio as irmãs de Maria Antonia e seus maridos, fortalecendo assim laços já existentes e provavelmente estreitando a relação entre eles. Chama a atenção o fato de que tanto Isabel Francisca da Silveira quanto Manuel Bento da Rocha foram convidados duas vezes. Considerando-se que nenhum dos filhos desse casal faleceu enquanto jovem – o que justificaria um novo convite – parece ter sido percebido como mais importante reforçar um laço já constituído do que usar a oportunidade do batismo de um novo filho para diversificar as relações do casal, estreitando laços com outras pessoas. Talvez a motivação maior nesse caso não fosse a reiteração da relação de compadrio, mas a criação de uma relação de apadrinhamento que poderia ser vantajosa para essa criança no futuro. Por outro lado, nem Ana Inácia da Silveira nem seu marido, Manuel Fernandes Vieira, constam como padrinhos dos filhos do casal em questão. Uma vez que Ana Inácia e Manuel Fernandes também não chamaram Maria Antônia e Mateus Inacio ao compadrio, imagina-se que talvez a relação entre os dois casais não fosse tão próxima.

²²⁴ Os registros batismais trabalhados têm o seguinte recorte: Rio Grande: 1753-1763 e 1776-1806; Viamão: 1747-1799; Porto Alegre: 1772-1799; São Francisco de Paula (Pelotas): 1812-1825. Os filhos de quem não tive acesso ao registro de batismo são: Joaquina Eufrásia da Silveira (segundo seu registro de óbito, nascida no Rio de Janeiro), e José Inácio da Silveira.

Com relação aos padrinhos que não eram membros da família, homens de destaque no Continente, sendo principalmente homens de negócio e/ou proprietários:

Francisco Lopes de Souza foi dito solteiro no momento do batismo do menino Alexandre, seria Alferes da Ordenança e “homem de negócios”. Não foi possível encontrar mais informações a seu respeito;

Francisco Coelho Osório foi Capitão-mor do Distrito do Rio Grande até 1763, quando se deu a tomada da vila pelos castelhanos. Era proprietário de escravos e um dos homens mais convidados à pia batismal em Rio Grande no período em que fora capitão-mor.²²⁵

José da Silveira Bitencurt: Foi Sargento-mor e Juiz ordinário da Vila de Rio Grande no momento em que a mesma foi tomada pelos castelhanos. Era homônimo de seu pai, que era Capitão. Na década de 1750, ambos lidavam com o comércio de gado e foram arrematadores dos contratos de cobrança de impostos sobre os animais levados “em pé” para serem vendidos fora do Continente.

QUADRO 17 - COMPADRIOS DE MARIA ANTÔNIA DA SILVEIRA E MATEUS INÁCIO DA SILVEIRA				
Criança	Data Bat.	Local	Padrinho	Madrinha
Nicolau	06/12/1754	Rio Grande	batizado em casa por necessidade	
Francisco	03/10/1756	Rio Grande	Francisco Pires Casado [tio]	Mariana Eufrásia da Silveira [tia]
Alexandre	04/08/1758	Rio Grande	Francisco Lopes de Souza, solt. (p.p. a José Antônio de Brito)	Não Consta
Dorotéia	17/02/1760	Rio Grande	Manuel Bento da Rocha [tio]	Joana Margarida da Silveira
Maurício	07/03/1762	Rio Grande	Cap. Mor Francisco Coelho Osório	Isabel Francisca Silveira [tia]
Inácio	17/03/1765	Viamão	Manuel Bento da Rocha [tio]	Isabel Francisca da Silveira [tia]
José	17/07/1766	Viamão	Sargento-mor José da Silveira Bitencurt	Inácia Xavier Pires [corroído]

Fontes: AHBRG: 2º, 3º e 4º livros de batismo de Rio Grande; 2º Livro de Batismos de Viamão. In: NEUMANN, Eduardo & KÜHN, Fábio. Resgate de Fontes Paroquiais - Porto Alegre e Viamão, século XVIII.

²²⁵ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação:** estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).

4.2.2 – Batismos dos Filhos de Ana Inácia da Silveira e Manuel Fernandes Vieira

Os convites ao compadrio realizados por Ana Inacia da Silveira e Manuel Fernandes Viera por ocasião do batismo de seus filhos destacam-se por não incluírem nenhum dos cunhados de Ana Inácia, como acontece nos batismos dos filhos dos demais casais. Enquanto as madrinhas, quando presentes, seguem sendo da família (de cinco batismos, dois não constavam madrinha, duas madrinhas eram irmãs de Ana Inacia e uma era irmã do batizando), os padrinhos eram todos homens de destaque no Continente ou na praça comercial do Rio de Janeiro, que não eram aparentados ao casal (ou que pelo menos não foi possível identificar parentesco). Essa peculiaridade poderia ser reflexo da importância das relações que Manuel Fernandes mantinha com esses homens nos negócios. São eles:

João de Souza Rocha: sabe-se que foi Almoxarife e posteriormente Tesoureiro da Fazenda Real, mas não foi possível obter mais informações;

Antônio Lopes da Costa: tinha a patente de Capitão e era morador na Cidade do Rio de Janeiro, provavelmente tinha negócios com Fernandes Vieira, mas não foi possível averiguar;

Anacleto Elias de Afonseca: comerciante de grosso trato da Praça do Rio de Janeiro;

Coronel Custódio de Sá e Faria: foi Governador do Continente, era engenheiro militar e cartógrafo renomado. Participou da expedição de demarcação de territórios que tomou lugar em 1750 por conta do Tratado de Madri.²²⁶

Com ralação ao padrinho nomeado no registro de batismo simplesmente como “**Capitão Inácio**”, se se trata de Inácio Antônio da Silveira, irmão de Francisco Pires Casado. Provavelmente é o mesmo Capitão Inácio do Estreito, que é frequentemente convidado para apadrinhar crianças naquela localidade.²²⁷

²²⁶ KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira:** família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Niterói, PPGHIS – UFF, 2006 (Tese de Doutorado).

²²⁷ ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE. 1º Livro Batismo Estreito (1763-1773). Nos Registros do Estreito o Capitão Inácio Antônio da Silveira aparece sempre como solteiro, e sem mais qualificativos, e até o momento não foi possível saber se trata-se do irmão de Francisco Pires Casado.

QUADRO 18 - COMPADRIOS DE ANA INÁCIA DA SILVEIRA E MANUEL FERNANDES VIEIRA				
Criança	Data Bat.	Local	Padrinho	Madrinha
Vicência	25/07/1753	Rio Grande	João de Souza Rocha	Não consta
Clemência	15/08/1756	Rio Grande	Cap. Antônio Lopes da Costa morador na Cidade do Rio de Janeiro (por procuração passada a Mateus Inácio da Silveira)	Mariana Eufrásia da Silveira [tia]
Manuel	15/08/1761	Rio Grande	Anacleto Elias de Afonseca morador da Cidade do Rio de Janeiro (por procuração passada ao Alferes Domingos de Lima Veiga)	Não consta
Ana	27/01/1765	Viamão	o Governador do Continente, Coronel Custódio de Sá e Faria	Isabel Francisca da Silveira [tia]
Joaquim	26/07/1766	Viamão	Anacleto Elias da Fonseca (por procuração passada ao capitão Inácio Osório Vieira e Domingos Simões Marques)	e sua mulher dona Joana Maria de Seixas (p.p. ao capitão Inácio Osório Vieira e Domingos Simões Marques)
Maria	25/05/1768	Viamão	[capitão] Inácio, solteiro	Vicência Maria do Rosário, solteira [irmã]

Fontes: AHBRG: 1º, 2º e 4º livros de batismo de Rio Grande; 2º Livro de Batismos de Viamão. In: NEUMANN, Eduardo & KÜHN, Fábio. Resgate de Fontes Paroquiais - Porto Alegre e Viamão, século XVIII.

4.2.3 – Batismos dos Filhos de Mariana Eufrasia da Silveira e Francisco Pires Casado

O casal que mais reforçou laços com membros da família Silveira por meio do compadrio foi Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado. Entre os padrinhos de seus filhos, pelo menos um “representante” de cada núcleo familiar aparece. Talvez isso fosse facilitado pelo fato de que esse foi o casal que mais teve filhos. Entretanto, nos três primeiros batismos já aproximam todos os núcleos da família, já que constam como padrinhos Joana Margarida da Silveira, Manuel Fernandes Vieira, Maria Antonia da Silveira, Manuel Bento da Rocha e Isabel Francisca da Silveira. Os tios das crianças foram padrinhos em cinco dos nove batismos a que se teve acesso²²⁸, mesmo número de vezes em que as tias foram madrinhas.

O batismo de Maurícia representou a devolução dos convites recebidos dos outros dois casais com filhos, configurados nos batismos do menino Francisco, afilhado de Mariana Eufrásia e de Pires Casado, e de Clemência, afilhada de Mariana Eufrásia. Esse segundo convite, (o que se configura numa “devolução” do primeiro) pode ser interpretado como o reconhecimento de uma simetria na relação entre os compadres.

²²⁸ Não foi possível encontrar o registro de batismo de dois dos filhos de Mariana Eufrásia e Pires Casado: Joaquina Eufrásia da Silveira e José Inácio da Silveira.

Padre Pedro Pires da Silveira: Além de ser um pároco, foi o único irmão de Francisco Pires Casado a ser convidado ao compadrio, ainda que se saiba da existência de pelo menos dois outros irmãos de Francisco habitando no Continente, e que com pelo menos um deles ele tinha sociedade nos negócios.

Francisco Antônio da Silveira: Pouco foi possível saber sobre ele. Devia ser proprietário e estar envolvido nos negócios de gado, já que possuía em 1767 marca de gado registrada nos livros da Câmara de Viamão.²²⁹

Domingos de Lima Veiga: Natural da Península, possuidor de escravos, foi Sargento, Alferes da Cavalaria de Ordenança e Capitão da Ordenança na Vila do Rio Grande. Foi também oficial da Câmara em Viamão em 1767 e escrivão da Fazenda Real na década de 1770. O prestígio de Domingos pode ser percebido pelo grande número de crianças que apadrinhou na Vila de Rio Grande no período antes da tomada.²³⁰

Antônio Pinto Carneiro: era membro de uma família já estabelecida no Continente (seu pai foi figura importante nos acontecimentos que asseguraram o crescimento da Colônia do Sacramento no início do século XVIII). Recebeu a patente de Capitão de Dragões no ano de 1762, e foi Cavaleiro do Hábito de Cristo. Foi comandante da Aldeia dos Anjos (aldeamento indígena de Viamão) a partir de 1763. Além disso, tinha fazendas e campos nas regiões de Triunfo, Rio Pardo e Vacaria. Houve denúncias que o acusaram de compor politicamente com Rafael Pinto Bandeira, que seria, por seu turno, o chefe de um bando de contrabandistas atuantes no Continente. Ainda assim, era homem de prestígio a julgar pelo número de vezes que batizou crianças, muitas delas filhas de pessoas de destaque no Continente.²³¹

Não foi possível saber muito a respeito dos padrinhos do menino José, **frei Francisco** e **frei Manuel de Santa Helena**. O apadrinhamento por religiosos era proibido pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, como também o era a existência de dois padrinhos para a mesma criança, como fica claro no trecho reproduzido abaixo:

²²⁹ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação:** estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).

²³⁰ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação:** estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).

²³¹ KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira:** família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Niterói, PPGHIS – UFF, 2006 (Tese de Doutorado).

Conformando-nos com a disposição do Santo Concílio Tridentino, mandamos, que no Batismo não haja mais do que um só padrinho, e uma só madrinha, e que se não admitam juntamente dois padrinhos e duas madrinhas; [...] e não poderão ser padrinhos o pai, ou mãe do batizado, nem também os infiéis, hereges, ou públicos excomungados, os interditos, os surdos, os mudos e os que ignoram os princípios de nossa santa fé, nem Frade, nem Freira, Conego Regrante, ou outro qualquer Religioso professo de Religião aprovada, (exceto das Ordens Militares) per si, nem por procurador.²³²

A existência, no batismo do menino José, não apenas de dois padrinhos, mas de dois padrinhos párocos, mostra que norma e realidade nem sempre eram condizentes, ainda mais se for considerado que essa prática não era exclusiva do Continente.

Damasia da Silva: O registro de batismo da menina Isabel não trazia outra informação sobre sua madrinha além do nome e do fato de ela ser casada. Damasia da Silva não foi encontrada batizando nenhuma outra criança no período e locais que esta pesquisa abarcou.

QUADRO 19 - COMPADRIOS DE MARIANA EUFRÁSIA DA SILVEIRA E FRANCISCO PIRES CASADO				
Criança	Data Bat.	Local	Padrinho	Madrinha
Rosália	12/01/1755	Rio Grande	Francisco Antônio da Silveira	Joana Margarida da Silveira [tia]
Maurícia	01/10/1758	Rio Grande	Manuel Fernandes Vieira [tio]	Maria Antônia da Silveira [tia]
Manuel	17/02/1760	Rio Grande	Manuel Bento da Rocha [tio]	Isabel Francisca da Silveira [tia]
Francisca	02/08/1762	Rio Grande	Domingos de Lima Veiga	Não consta
Isabel	03/02/1769	Viamão	Antônio Moreira da Cruz, casado [tio]	Damasia da Silva, casada
Maria	09/04/1770	Viamão	cap Antônio Pinto Carneiro, solt	Nª Sª da Conceição
José	03/01/1772	Viamão	frei Francisco e frei Manuel de Santa Helena ²³³	Não consta

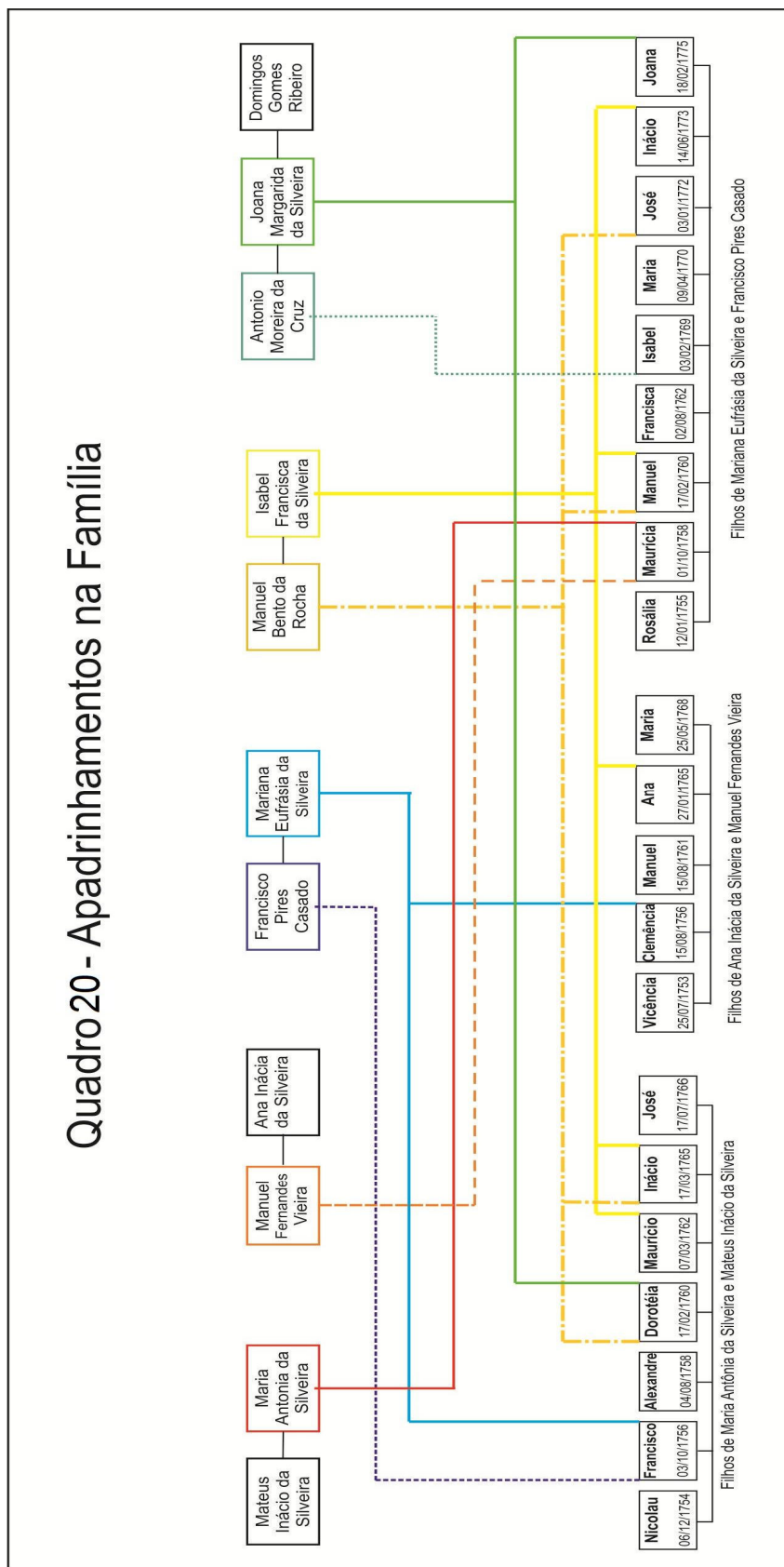
Fontes: AHBGR: 2º, 3º e 4º livros de batismo de Rio Grande; 2º e 3º livros de Batismos de Viamão. In: NEUMANN, Eduardo & KÜHN, Fábio. Resgate de Fontes Paroquiais - Porto Alegre e Viamão, século XVIII.

As outras irmãs Silveira, Isabel Francisca e Joana Margarida, não tiveram filhos. Talvez isso tenha influenciado para que elas fossem seguidamente convidadas para serem madrinha de seus sobrinhos: Joana Margarida apadrinhou três crianças e Isabel Francisca teve cinco afilhados dentro da família, sendo esta última a única que foi comadre de todos os casais com filhos.

²³² DA VIDE, D. Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Livro I, Título XII. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. Grafia por mim atualizada.

²³³ Chama a atenção o batismo do menino José, o qual não teve madrinha, mas teve dois padrinhos, o Frei Francisco e frei Manuel de Santa Helena. Tanto a existência de dois padrinhos quanto o apadrinhamento por parte de religiosos era expressamente proibido pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. O caso em questão mostra que nem sempre tais determinações eram cumpridas.

Quadro 20 - Apadrinhamentos na Família



FONTE: ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE: 1º a 5º Livros de Batismos de Rio Grande; 2º a 4º Livros de Batismos de Viamão; 1º e 2º Livros de Batismos de Porto Alegre. In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio. **Resgate de Fontes Paroquiais** - Porto Alegre e Viamão, século XVIII. ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS: 1º Livro de Batismos de São Francisco de Paula;

Ao observar todos os batismos dos filhos das Silveira, percebeu-se que embora as madrinhas não fossem todas da família (como foi apontado por Hameister), as tias maternas dos batizados continuavam prevalecendo como mães espirituais de seus sobrinhos. Além disso, boa parte dos padrinhos escolhidos também eram tios dos batizados. Não apenas a maior parte dos padrinhos e madrinhas eram tios e tias, como eram na maior parte das vezes aparentados das mães dos batizados – irmãs ou cunhados – dificilmente aparentados dos pais. Ou seja, a reiteração de relações se dava principalmente entre os membros do grupo formado pelas irmãs Silveira e seus maridos.

Convidar ao compadrio pessoas com quem já se possuía uma relação parental pode indicar um desejo de reiterar e de fortalecer essa relação, dando a ela um novo caráter, sagrado. O casal que mais vezes buscou reforçar laços por meio do compadrio foi Mariana Eufrásia e Pires Casado. Talvez o fato de que tiveram mais filhos (e portanto puderam diversificar mais suas escolhas) tenha influenciado nesse aspecto. Por outro lado, esse reforço de laços já está presente nos batismos de seus primeiros filhos, e algumas pessoas, como Manuel Bento da Rocha, foram convidadas mais de uma vez, o que reforça a idéia de um desejo de reiteração e estreitamento de laços.

No mesmo sentido, os poucos laços de compadrio formados por Ana Inácia e Manuel Fernandes no interior da família pode indicar um certo afastamento desse casal do restante do grupo. Embora não estivessem totalmente ausentes (Manuel Fernandes Vieira é padrinho de uma sobrinha do casal) parecem não ter relações tão próximas com o restante da família. Por outro lado, esse afastamento do casal pode apenas indicar um outro tipo de estratégia e o desejo de fortalecer relações, enquanto compadres, com comerciantes do Rio de Janeiro de quem Manuel Fernandes era sócio. Isso pode ter sido importante não apenas para Manuel Fernandes (e para seus negócios), também para seus filhos – é possível que algum dos filhos de Manuel Fernandes Vieira tenham se empregado, por exemplo, como caixeiros de seus padrinhos comerciantes do Rio. Infelizmente não foi possível verificar.

Por outro lado, os apadrinhamentos por parentes também podiam significar vantagens para algumas pessoas, como é o caso da herança recebida por duas afilhadas de Isabel Francisca da Silveira. Dona Isabel faleceu em 1822 e, não tendo filhos, pôde dispor de todos os seus bens, entre eles a sesmaria de Pelotas, que deixou em testamento a duas sobrinha-netas e afilhadas suas, Dona Dorotéia Isabel da Silveira e Dona Maria Regina da

Fontoura²³⁴. Essas duas afilhadas eram casadas respectivamente com João Simões Lopes e João Duarte Machado, importantes charqueadores pelotenses. As charqueadas, por sua vez, tiveram lugar justamente nas terras herdadas por suas esposas.

Tem-se outro exemplo no testamento de Isabel Francisca da Silveira, sobrinha homônima da citada acima, datado de março de 1849. No testamento, ela favoreceu algumas sobrinhas, das muitas que teve, e apenas um sobrinho: justamente aquele que era também seu afilhado:

[...] Declaro deixar a cada uma de minha sobrinhas, Anna e Gertrudes, filhas de meu Irmão Inácio Antonio Pires dez braças de terreno de frente com vinte de fundos na quadra que possuo entre as ruas de Fabiano Pinto e Rolim. Declaro deixar as remanescentes da mesma quadra ao referido meu Irmão Inácio Antonio Pires. Declaro deixar á meu sobrinho e afilhado Alexandre Inácio Pires, a quadra de terrenos que possuo entre as ruas das Flores, e Augusta, bem como a propriedade de casas que possuo nesta cidade. [...] Declaro que de todo o mais terreno que possuo e me possam pertencer constituo por herdeira dele a minha sobrinha Maria [Felicissima] de Carvalho, pelo bem que lhe quero, e agasalho que me tem dado por muitos anos.²³⁵

O exemplo acima se refere a um apadrinhamento de um neto de Mariana Eufrásia e Francisco Pires Casado (Alexandre Inácio Pires era filho de Maurícia Inácia da Silveira e Inácio Antônio da Silveira), o que poderia indicar uma certa regularidade na escolha de padrinhos internos à família mesmo na geração seguinte. Para que se pudesse verificar isso foram estudados os batismos de alguns dos netos de Maria Antônia, Ana Inácia e Mariana Eufrásia. Foram encontrados apenas vinte e seis batismos dos netos de Maria Antônia, Ana Inácia e Mariana Eufrásia, mas sabe-se de pelo menos sessenta e oito pessoas nessa geração. Os quadros a seguir apresentam os batismos encontrados, organizados de acordo com os pais das crianças e apresentados na ordem cronológica do batismo do primeiro filho de cada casal.

²³⁴ GUTIERRES, Ester J. B. **Negros, Charqueadas e Olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Editora Universitária/UFPel; Livraria Mundial, 1993; MAGALHÃES, Mario Osorio. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Editora da UFPel/Livraria Mundial, 1993. O testamento de Isabel Francisca da Silveira é repetidamente citado sem que qualquer referência à sua atual localização seja feita por esses autores. Como ele tampouco foi encontrado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, até o momento não foi possível encontrá-lo, e portanto não foi possível saber se essas são as únicas afilhadas de Isabel que foram suas herdeiras. Sabe-se que as duas irmãs realmente herdaram a fazenda por meio do testamento de João Duarte Machado – que era testamentário de Isabel Francisca, e também por meio referência à fazenda e seus proprietários em medições existentes no Arquivo Público e na Biblioteca Pública Pelotense.

²³⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Inventário e Testamento de Isabel Francisca da Silveira**. 1829.

QUADRO 21 - COMPADRIOS DE DOROTÉIA ISABEL DA SILVEIRA²³⁶ E JOSÉ CARNEIRO DA FONTOURA				
Criança	Data Bat.	Local	Padrinho	Madrinha
Ana	24/04/1775	Porto Alegre	Sebastião Francisco Betâmio, solt.	Não consta
Francisco	06/01/1783	Rio Grande	Manuel Bento da Rocha[tio-avô]	Isabel Francisca da Silveira [tia-avô]
Pedro	15/05/1778	Viamão	Mateus Inácio da Silveira	Dona Josefa Bernardina

Fontes: 4º Livro de Batismos de Viamão; 1º Livro Batismos Porto Alegre. In: NEUMANN, Eduardo & KÜHN, Fábio. Resgate de Fontes Paroquiais - Porto Alegre e Viamão, século XVIII.; AHBGR. 5º livro de Batismos de Rio Grande.

QUADRO 22 - COMPADRIOS DE VICÊNCIA MARIA JOAQUINA²³⁷ E ANTÔNIO JOSÉ DA CUNHA				
Criança	Data Bat.	Local	Padrinho	Madrinha
Francisca	30/06/1776	Viamão	Cap. João Marcos Vieira (por procuração passada ao Cap. Manuel Fernandes Vieira)	D. Maria Inácia da Silveira
Ana	29/09/1780	Viamão	Cap. Tomás Fernandes Novais (por procuração passada ao alf. Domingos Gomes Ribeiro)	Ana Inácia da Silveira [avô]
José	20/05/1782	Viamão	cap Manuel Fernandes Vieira [avô]	Joana Margarida da Silveira [tia-avô]

Fontes: 3º Livro Batismos Viamão. In: NEUMANN, Eduardo & KÜHN, Fábio. Resgate de Fontes Paroquiais - Porto Alegre e Viamão, século XVIII.

QUADRO 23 - COMPADRIOS DE ALEXANDRE INÁCIO DA SILVEIRA²³⁸ E CLARA JOAQUINA DA SILVEIRA				
Criança	Data Bat.	Local	Padrinho	Madrinha
Clara	03/02/1782	Rio Grande	Manuel Bento da Rocha [tio-avô]	Isabel Francisca da Silveira [tia-avô]
Clara	30/08/1783	Rio Grande	Francisco de Sousa Azevedo Pimentel	Ana Joaquina da [corroído]
Francisco	31/03/1785	Rio Grande	Ver. Pd. Francisco Inácio da Silveira	Não consta

Fontes: AHBGR. 5º livro de Batismos de Rio Grande

²³⁶ Filha de Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira.

²³⁷ Filha de Ana Inácia da Silveira e Manuel Fernandes Vieira.

²³⁸ Filho de Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira.

QUADRO 24 - COMPADRIOS DE MAURÍCIA INÁCIA DA SILVEIRA²³⁹ E INÁCIO ANTÔNIO DA SILVEIRA				
Criança	Data Bat.	Local	Padrinho	Madrinha
Mariana	6/09/1882	Rio Grande	Francisco Pires Casado [avô]	Mariana Eufrásia da Silveira
Francisco	2/12/1783	Rio Grande	Coronel Rafael Pinto Bandeira	Francisca Joaquina Pires [tia]
José	25/04/1785	Rio Grande	Francisco Pires Casado [avô]	Joaquina Pires da Silveira, solteira [tia]
Justiniano	29/07/1787	Rio Grande	Manuel Antônio de Carvalho, solt.	Não Consta
Alexandre	20/04/1788	Rio Grande	Vig. Pedro Pereira Fernandes de Mesquita	Isabel Francisca da Silveira, solteira [tia]

Fontes: AHB RG. 5º livro de Batismos de Rio Grande

QUADRO 25 - COMPADRIOS DE ROSÁLIA FRANCISCA DA SILVEIRA²⁴⁰ E MANUEL RABELO DE PAIVA				
Criança	Data Bat.	Local	Padrinho	Madrinha
Francisca	26/12/1782	Rio Grande	Pe. Pedro Pires da Silveira (por procuração passada a seu irmão Inácio Antônio) [tio-avô paterno]	Mariana Eufrásia da Silveira [avó]
José	26/04/1785	Rio Grande	Francisco Pires Casado [avô]	Francisca Pires da Silveira, solteira [tia]
Rita	21/07/1788	Rio Grande	Rev. Vig. Francisco Inácio da Silveira [primo da mãe da criança]	Joaquina Pires da Silveira [tia]

Fontes: AHB RG. 5º livro de Batismos de Rio Grande.

QUADRO 26 - COMPADRIOS DE MAURÍCIO INÁCIO DA SILVEIRA²⁴¹ E MARIA JOAQUINA DE SAMPAIO				
Criança	Data Bat.	Local	Padrinho	Madrinha
Maurício	02/07/1785	Porto Alegre	Mateus Inácio da Silveira, por procuração [avô]	Clemência Maria de Jesus

1º Livro Batismos Porto Alegre. In: NEUMANN, Eduardo & KÜHN, Fábio. Resgate de Fontes Paroquiais - Porto Alegre e Viamão, século XVIII.

QUADRO 27 - COMPADRIOS DE INÁCIO JOSÉ DA SILVEIRA²⁴² E MARIANA JOAQUINA DE ALENCASTRE				
Criança	Data Bat.	Local	Padrinho	Madrinha
Joaquina	30/03/1788	Porto Alegre	O Provedor da Fazenda Real, Inácio Osório Vieira	Joaquina Rosa de Jesus

1º Livro Batismos Porto Alegre. In: NEUMANN, Eduardo & KÜHN, Fábio. Resgate de Fontes Paroquiais - Porto Alegre e Viamão, século XVIII.

²³⁹ Filha de Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado.

²⁴⁰ Filha de Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado.

²⁴¹ Filho de Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira.

²⁴² Filho de Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira.

QUADRO 28 - COMPADRIOS DE JOSÉ INÁCIO DA SILVEIRA²⁴³ E SILVÉRIA MARIA				
Criança	Data Bat.	Local	Padrinho	Madrinha
Maria	17/11/1793	Porto Alegre	José Antônio da Silveira, por procuração	s/m Maria Olaia da Fontoura

2º Livro Batismos Porto Alegre. In: NEUMANN, Eduardo & KÜHN, Fábio. Resgate de Fontes Paroquiais - Porto Alegre e Viamão, século XVIII

QUADRO 29 - COMPADRIOS DE MANUEL MARCELINO PIRES²⁴⁴ CASADO E MARGARIDA GOMES DE LIMA²⁴⁵				
Criança	Data Bat.	Local	Padrinho	Madrinha
Francisco	12/10/1796	Viamão	Não consta	Isabel Francisca da Silveira [tia-avó]

4º Livro Batismos Viamão. In: NEUMANN, Eduardo & KÜHN, Fábio. Resgate de Fontes Paroquiais - Porto Alegre e Viamão, século XVIII.

QUADRO 30 - COMPADRIOS DE JOANA MARGARIDA DA SILVEIRA²⁴⁶ E BALTAZAR GOMES VIANA				
Criança	Data Bat.	Local	Padrinho	Madrinha
Mariana	17/04/1814	Pelotas	Dr. Antônio Morteiro da Rosa (por procuração passada a Antônio Joze Teixeira)	D. Brigida Joana Cardoza de Menezes e Souza (por procuração passada a Isabel Francisca da Silveira)
Antônio	07/05/1816	Pelotas	Francisco Marques Lisboa (por procuração passada ao Pd. Francisco Florencio da Rocha)	D. Ana Marques de Lima (por procuração passada a D. Francisca Joaquina da Silveira)
Evarista	08/09/1817	Pelotas	João Pereira Viana	D. Evarista Balbina dos Anjos
Cecilia	26/09/1819	Pelotas	Boaventura Rodrigues Barcellos	D. Cecilia Rodrigues do Pillar

AHDP: 1º livro de Batismos de São Francisco de Paula de Pelotas.

QUADRO 31 - COMPADRIOS DE INÁCIO ANTÔNIO PIRES²⁴⁷ E ANA INÁCIA GONÇALVES				
Criança	Data Bat.	Local	Padrinho	Madrinha
Cipriano	12/07/1818	Pelotas	Cipriano Rodrigues Barcellos	Francisca Joaquina da Silveira [tia]

AHDP: 1º livro de Batismos de São Francisco de Paula de Pelotas.

Em termos do número de netos das Silveira de que se tomou conhecimento durante a pesquisa, a amostragem de batismos é bastante pequena. Sendo assim, não é possível perceber padrões de escolha dos padrinhos, já que para isso seria necessário ter em mãos a totalidade dos registros de batismo existentes. Além disso, com relação à geração anterior conhecia-se, ainda que parcialmente, as parentelas dos pais das crianças. O mesmo não acontece no que diz respeito aos maridos e esposas dos filhos das Silveiras, de quem se sabe muito pouco. Mesmo

²⁴³ Filho de Maria Antônia da Silveira e Mateus Inácio da Silveira.

²⁴⁴ Filho de Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado.

²⁴⁵ Filha de Domingos Gomes Ribeiro

²⁴⁶ Filha de Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado.

²⁴⁷ Filho de Mariana Eufrásia da Silveira e Francisco Pires Casado.

com essas limitações, acredita-se que algo pode ser dito sobre os batismos dessa geração, especialmente se considerarmos que a maioria dos registros que foi possível encontrar foram produzidos em um mesmo lugar (São Francisco de Paula de Pelotas), e que foi possível encontrar os registros de batismo de vários filhos de um mesmo casal. Com tais dados, embora não seja possível perceber nenhum padrão, pode-se apontar algumas tendências.

De forma geral, ainda existem algumas semelhanças com o que foi encontrado nos batismos da geração anterior, mas ao mesmo tempo existe mais diversificação, pois há um pequeno aumento na quantidade de convites feitos a pessoas que não pertenciam à família. Dos vinte e seis registros de batismos encontrados, três não constava madrinha, treze as madrinhas eram com certeza da família, dois acredita-se que fossem, mas não foi possível confirmar, e em oito as madrinhas eram externas. Quanto aos padrinhos, em um registro não havia padrinho discriminado, em dez eles eram parentes dos pais das crianças, e os outros vinte eram padrinhos externos à família.

Entretanto, olhar os batismos de forma geral esconde algumas peculiaridades. Cronologicamente, o número de padrinhos externos aumenta à medida que o tempo passa. Isso pode ser, simplesmente, um reflexo da parcialidade das informações obtidas, uma vez que, dos batismos ocorridos já no século XIX, só se teve acesso àqueles realizados e registrados na Freguesia de São Francisco de Paula de Pelotas. Por outro lado, os batismos realizados em Pelotas aconteceram em um período em que o núcleo urbano da Freguesia estava se firmando, e existiam alguns conflitos na elite da localidade – que podem ser vislumbrados, por exemplo, em disputas pelo controle do loteamento e do local da Igreja.

Existiam três alternativas com relação à localização da igreja: no Laranjal, nas terras da já então viúva dona Isabel Francisca da Silveira, cognominada “Dona Isabel de Pelotas”; no local onde hoje se situa o Instituto Nossa Senhora da Conceição, em terreno pertencente a Mariana Eufrásia da Silveira, ou nas terras do Capitão-Mor, Antônio Francisco dos Anjos. Antes que o debate – que se dava no âmbito da Irmandade de São Francisco de Paula – se concluísse e uma decisão oficial fosse tomada, o Vigário designado para a nova Freguesia, Padre Felício Joaquim da Costa Pereira e o Capitão-Mor deram início às obras da igreja e ao loteamento do seu entorno nas terras do referido Capitão.²⁴⁸

A diversificação dos batismos ocorridos em Pelotas, especialmente os dos filhos de Joana Margarida da Silveira e Baltazar Gomes Viana, pode significar, assim, uma necessidade

²⁴⁸ MAGALHÃES, Mario Osorio. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul...** op. cit.

de estabelecimento de novas alianças, seja para apaziguar alguns conflitos, ou para associar-se a novos atores de destaque em Pelotas, vinculados à produção do charque. Os padrinhos das crianças Cecília e Cipriano, Boaventura Rodrigues Barcellos e Cipriano Rodrigues Barcellos, eram charqueadores que mantinham boas relações tanto com a família Silveira como com a família do Capitão Antônio dos Anjos. Dona Evarista Balbina dos Anjos, madrinha da menina Evarista, é possivelmente neta do Capitão.

Pode ser ainda que em alguns “núcleos” o padrão da família Silveira tenha sido deixado de lado em favor do padrão da família do cônjuge, ou em favor de um novo padrão, o que pode ser também o caso dos compadrios de Joana Margarida e Gomes Viana.

Já os compadrios estabelecidos pelos irmãos e irmãs de Joana Margarida são os que mais seguem o “padrão” da geração anterior. Os netos de Mariana Eufrásia e Pires Casado foram seguidamente amadrinhados por suas tias, muitas vezes acompanhadas, na pia batismal, pelo pai delas e avô dos batizando, Francisco Pires Casado.

Seguidamente os netos das Silveira foram apadrinhados por seus avós, o que aconteceu pelo menos nove vezes. Já os tio-avôs aparecem sete vezes, e novamente Isabel Francisca da Silveira se destaca como madrinha.

Isabel Francisca da Silveira se destaca como madrinha não só dentro da família, como de forma geral. Frequentemente os membros dessa família foram convidados para apadrinhar crianças dos mais diversos grupos sociais. A seguir fala-se um pouco dos convites por eles recebidos.

4.3. Convites recebidos:

Nesse momento trata-se apenas dos convites recebidos pelos membros da primeira geração (irmãs Silveira e seus maridos), já que o levantamento realizado dos registros de batismo está mais completo para períodos mais recuados. Encontrou-se um total de 224²⁴⁹ registros de batismos nos quais pelo menos um membro da família consta como padrinho ou madrinha nos Livros de Registro de Batismo de Rio Grande, Viamão, Porto Alegre e Pelotas. Em algumas dessas localidades, há Livros de Registro de Batismo separado para livres e escravos, e nem sempre foi possível investigar o livro destinado à população escrava (é o caso de Rio Grande, já que desapareceram os Livros de Registro de Batismo de Escravos do

²⁴⁹ Nesse número estão incluídos os batismos das crianças da família, já tratados.

período anterior à tomada da Vila por tropas castelhanas, e com relação ao período posterior não foi possível ter acesso aos livros até o momento em que o levantamento foi feito). Os únicos livros destinados exclusivamente à população escrava que foram consultados foram os dois primeiros livros de batismo de escravos de Porto Alegre (1772-1800). O número de convites recebidos em cada localidade por cada um dos 11 membros da primeira geração estão organizados no quadro 32.

QUADRO 32 - CONVITES RECEBIDOS				
Nome	Rio Grande	Viamão	Porto Alegre	Total
Maria Antônia da Silveira	06	01	-	07
Mateus Inácio da Silveira	05	-	02	09
Ana Inácia da Silveira	02	03	-	05
Manuel Fernandes Vieira	07	02	-	09
Mariana Eufrásia da Silveira	05	08	-	13
Francisco Pires Casado	10	11	-	21
Isabel Francisca da Silveira	08	31	08	47
Manuel Bento da Rocha	08	33	10	51
Joana Margarida da Silveira	02	11	-	13
Antônio Moreira da Cruz	03	04	-	07
Domingos Gomes Ribeiro	02	24	01	27
				Total: 209 ²⁵⁰

FONTE: AHB RG: 1º a 5º livros de batismo de Rio Grande; 2º e 3º Livros de Batismos de Viamão; 1º e 2º Livro Batismos Porto Alegre. In: NEUMANN, Eduardo & KÜHN, Fábio. Resgate de Fontes Paroquiais - Porto Alegre e Viamão, século XVIII.; AHDP: 1º livro de Batismos de São Francisco de Paula

O grande número de convites ao compadrio recebidos por esses atores revela o prestígio que possuíam no Continente. Isso é extremamente importante numa sociedade regida por parâmetros de Antigo Regime, segundo os quais as relações estabelecidas, a influência e o prestígio obtidos podiam influenciar as possibilidades que os atores possuíam de engendrar estratégias para manter e ampliar recursos econômicos e sociais.

A constituição de uma vasta rede de compadrio era parte integrante das estratégias de sustentação da posição que os atores ocupavam na hierarquia social. O compadrio não servia apenas para construir e reforçar laços com pessoas de *status* semelhante, como também, e principalmente, para estabelecer laços de reciprocidade com pessoas das demais posições sociais. As sociedades de Antigo Regime eram extremamente hierarquizadas, mas essa característica não era naturalmente constante, mas sim recriada e mantida dia a dia. Mais do que a manutenção da hierarquia em si, era preciso que os atores mantivessem sua própria posição dentro dela, já que estar no topo não era uma característica dada, mas socialmente

²⁵⁰ Esse número é o total de [compadrios] estabelecidos por pessoa, mas não o total de batismos, já que algumas vezes dois membros da família apadrinhavam uma mesma criança (ex. Manuel padrinho e Isabel Madrinha). O número total de batismos é de 137.

construída. Para que a conformação da sociedade, ciosa de sua hierarquia como era, pudesse ser mantida, era preciso o *consentimento* de todos os setores, ainda que tal consentimento não fosse necessariamente consciente. Era preciso que todos participassem do jogo social que mantinha, e que ocasionalmente também modificava suas regras, construindo e reconstruindo a realidade constantemente. Para isso estabelecia-se uma série de negociações que, embora tivessem seus limites, exerciam papel fundamental na diminuição de possíveis conflitos.

A existência de relações de compadrio entre pessoas de diferentes posições sociais – relações assimétricas, portanto – não serviam apenas aos interesses dos setores mais bem colocados, de onde saíam, geralmente, os padrinhos mais escolhidos de uma comunidade. É preciso lembrar que os convites partiam sempre dos pais de um batizando (ninguém poderia, pelo menos em tese, se oferecer como padrinho) e esses pais eram, na maior parte das vezes, hierarquicamente inferiores ao padrinho e madrinha escolhidos. Dentre o leque mais ou menos limitado de opções que possuíam, devia existir, por exemplo, mais de uma pessoa situada no patamar social condizente com a escolha: eles deviam ter seus motivos para escolher uma em detrimento da outra. Os setores subalternos também possuíam seus planos, suas estratégias, seus objetivos, e as opções que faziam levavam isso em conta. Nas palavras de Fragoso, “[se para as elites] estratégias sociais significavam a manutenção do poder, para os grupos subalternos, tê-las podia representar a própria sobrevivência física”.²⁵¹

O caso do compadrio é especial, já que não se trata de relações comuns, mas de relações sociais sacramentadas por meio do ritual do batismo, momento em que é feita uma oferta de um “bem” espiritual, que é muito superior a qualquer bem material existente: os pais da criança oferecem um filho espiritual ao padrinho. A não ser que o padrinho um dia retribua o convite, chamado os pais de seu afilhado para apadrinhar um filho seu, tal oferta nunca será retribuída, gerando uma dívida entre os atores.

Martha Hameister chamou esse fenômeno de uma *inversão na lógica do dom*. Referindo-se aos trabalhos de Marcel Mauss e Maurice Godelier, nos quais o primeiro trata das três obrigações do dom: dar, receber e retribuir, e o segundo fala de uma quarta obrigação, ocorrida na reciprocidade entre desiguais, onde são oferecidos bens tão superiores que jamais poderão ser retribuídos na mesma medida. É o que aconteceria nas relações entre os seres humanos e suas divindades: o ser humano jamais poderá retribuir o dom da vida, ficando

²⁵¹ FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. In: **TOPOI**, Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, no 5. 2002.

sempre em dívida com a divindade, obrigado a oferendas que, embora possam ser muitas e vastas, jamais retribuirão a dádiva inicial.²⁵²

No caso da relação entre desiguais, como é o caso no exemplo do dom da vida por parte de uma divindade, a dádiva superior, aquela que não pode ser retribuída, parte que quem é superior na relação. É por isso que Hameister considera que no compadrio se dá uma inversão dessa lógica, já que a dádiva principal parte daquele de posição inferior:

Inverter-se-ia, assim, não a direção dessa relação, mas o sentido da mesma: partia de quem tem menos a oferta inicial e inexistia a possibilidade de quitação da dívida na mesma moeda por parte de quem tem mais. Havendo uma relação assimétrica, dos menos aquinhoados, como se verá melhor adiante, viria o ato de “generosidade ou violência”, havido sob forma de uma oferta de cunho religioso, que obrigava os mais aquinhoados à dívida impagável.²⁵³

Sem poder retribuir a oferta, as pessoas em melhor situação social, os padrinhos, ficam eternamente endividadas, obrigadas assim a realizar uma série de pequenos favores em prol de seus compadres. A relação assimétrica de compadrio traz, por meio de sua dupla desigualdade, vantagens para os dois lados envolvidos na relação. Por meio dela quem convida adquire um compadre de posição superior, capaz de fornecer pequenos presentes, influenciar na obtenção de alguma pequena mercê, e quem é convidado adquire um afilhado a respeitá-lo, e a lealdade, apoio, e respeito de seus compadres, que passarão a fazer parte de sua rede clientelar.

Os membros da família Silveira contavam com um vasto número de compadres, adquirindo assim prestígio, e ampliando a sua base de sustentação no Continente. Encontrou-se um total de cento e trinta e sete batismos nos quais pelo menos um membro da família foi padrinho ou madrinha do batizando. Em dezesseis desses a criança era sua sobrinha, neta ou irmã, gerando a reiteração de laços discutida anteriormente. Em mais de cem batismos, portanto se estabeleceu o parentesco espiritual com pessoas que ocupavam as mais diversas posições na hierarquia social. Alguns eram capitães, sargentos, donas, outros eram escravos, forros e agregados, mas a maior parte de seus compadres era composta de gente sem qualquer qualificativo especial acompanhando seu nome no momento em que o padre produziu o registro do batismo. Pessoas, por assim dizer, comuns, sobre quem não é possível, no âmbito

²⁵² GODELIER, Maurice. **O Enigma do Dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²⁵³ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)**. Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).

da presente pesquisa, saber mais, mas quem acredita-se terem sido elementos fundamentais nas diversas estratégias que geraram o prestígio que essa família obteve no Continente por mais de duas gerações.

Entre as pessoas que mais constavam como compadres das Silveiras e seus maridos estavam os ilhéus, o que não causa espanto, considerando que essas mulheres eram provenientes do Faial, descendentes de nobreza da Ilha, e seus maridos, embora não fossem todos ilhéus (Mateus Inácio da Silveira e Francisco Pires Casado eram) tinham condições de influir nas vidas de muitos dos casais das Ilhas por serem detentores de patentes dos regimentos de ordenanças.

Além dos filhos de ilhéus, entre as crianças por eles batizadas encontram-se dez filhos de escravos e/ou forros, quatro crianças expostas e pelo menos um filho de um casal de agregados. Se comparado com os batismos de filhos de homens de alta patente e descendentes das principais famílias do Continente, isso demonstra a diversidade das relações estabelecidas por eles, que, como já foi indicado, era parte essencial da manutenção de sua posição.

Além de receberem convites ao compadrio de pessoas de diferentes estatutos sociais, muitos casais reiteraram essa escolha, convidando várias vezes a mesma pessoa, ou várias pessoas da família. Observou-se, do conjunto de compadrios, que quanto mais próximo da família e de seu estatuto social estavam os pais das crianças batizadas, mais freqüente era a reiteração laços.

Infelizmente ainda não foi possível verificar até que ponto os descendentes da primeira geração mantiveram ou não essa tendência de diversificação das relações, ou se há uma mudança no padrão até aqui encontrado. O que é certo é que buscaram - convidando para o compadrio, adotando seus nomes - reforçar as relações parentais que tinham com seus pais, avós, tios e tias, demarcando assim não apenas suas afinidades, mas o pertencimento a um grupo bem posicionado e muito bem relacionado no Rio Grande de São Pedro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A família Silveira, entre suas várias gerações, atravessou um século – e, é preciso dizer, trata-se dos tumultuados cem anos que se passaram entre 1750 e 1850 – durante o qual seus membros obtiveram, mantiveram e ampliaram prestígio e cabedal que permitiram que fossem galgando posições na hierarquia social.

O início da trajetória desse grupo no Continente do Rio Grande de São Pedro se deu por meio dos casamentos de Maria Antônia, Ana Inácia, Mariana Eufrásia, Isabel Francisca e Joana Margarida – mulheres que possuíam prestígio perante uma parcela significativa da população e, portanto, um cabedal imaterial – com Mateus Inácio, Manuel, Francisco, Manuel Bento, Antônio e Domingos – homens que forneceram a esses enlaces as possibilidades econômicas que possuíam em suas atividades de negócio, seu cabedal material, portanto.

Mais do que uma família, tornaram-se um “bando”, e como tal, por meio de suas atividades como detentores de patentes e de cargos camarários e, principalmente, das relações que estabeleceram entre si e com outros atores nesse contexto, foram ampliando suas possibilidades de atuação até se constituírem como uma das principais famílias de seu meio.

Souberam, para isso, utilizar-se das oportunidades geradas pela realidade em que se encontravam – na qual a soma de cabedal material e prestígio significava a possibilidade da apropriação de parte do excedente social por meio da atuação na administração da *res publica* – e também das viradas de contexto, como a que aconteceu com a tomada da Vila de Rio Grande por tropas castelhanas, que desestabilizou em parte a antiga elite situada na vila (que perdeu propriedades e, essencialmente, prestígio, devido atuação nada feliz de alguns de seus membros, foram acusados de traição por não fazer o deveria ser feito para a defesa da vila e, mais do que isso, terem fugido com os seus e abandonado boa parte da população ao caos que se instaurou)²⁵⁴.

Em Viamão, o sucesso que tiveram em se utilizar das oportunidades apresentadas pode ser percebido nas patentes e cargos da governança que obtiveram, elementos esses marcadores de distinção entre aqueles que poderiam ser considerados como *principais*, e o restante da sociedade. Mas o elemento principal da estratégia dessas pessoas, o que permitiu

²⁵⁴ BIBLIOTECA RIOGRANDENSE. Devassa Sobre a Entrega da Vila do Rio Grande às Tropas Castelhanas - 1764 -. Rio Grande: Biblioteca Riograndense, 1937.

mesmo que eles tivessem as oportunidades que tiveram, foi a diversidade de relações que estabeleceram.

Em primeiro lugar, têm-se as relações entre eles, que não se restringiram ao parentesco formado por meio dos casamentos acima referidos. Estabeleceram sociedades nos negócios, atuaram em favor dos interesses do grupo na câmara, e elevaram seus laços tornando-se *parentes espirituais*, devendo assim um ao outro respeito e ajuda. Apadrinharam e amadrinharam os filhos e filhas dos demais, e também legaram a essas crianças seus nomes, e algumas vezes, posteriormente, também seus bens. Configuraram assim um funcionamento de grupo que teve um papel central na aquisição e manutenção de cabedal e prestígio.

Em segundo lugar, são também essenciais os laços estabelecidos com outros atores, sejam eles membros da elite, sejam representantes dos demais estratos sociais. Parte desses laços pode ser vislumbrada por meio dos convites que receberam para apadrinhar e amadrinhar crianças. Os compadrios gerados nessas situações funcionaram como estabelecadores de laços de reciprocidade com pessoas das demais posições sociais, conformando assim uma base de sustentação à posição que ocuparam na hierarquia social no Continente.

Outras alianças, essas mais restritas a grupos bem colocados, foram realizadas por meio dos casamentos de seus filhos e filhas. Alternaram entre a diversificação na escolha dos cônjuges e o reforço de relações parentais através de casamentos endogâmicos, adaptando-se assim às contingências do contexto em que viviam e projetando suas estratégias de acordo com o que entendiam da realidade em que viviam e com aquilo que esperavam do futuro.

A nova geração passou a atuar em conjunto com seus pais, tios e tias. Realizaram casamentos que fortaleciam a família, reforçaram laços com seus parentes por meio do compadrio e adotaram, e também legaram, nomes que lembrassem a todos a que família eles pertenciam.

Essa atuação, entretanto, não se deu de forma igual por parte de todos os descendentes. Vem-se afirmando a proeminência social de *alguns* dos membros dessa família justamente em função de as estratégias da família terem favorecido mais alguns do que outros. Os investimentos feitos em alguns dos descendentes – visualizados nos bons casamentos que realizaram, nos nomes que receberam, nos padrinhos que tiveram – não foram realizados apenas por seus pais e avós. Os *tios* e *tias* tiveram um papel importante nesse aspecto. Faz-se necessário, assim, investigar de forma mais detida as legações de bens “cruzadas”, um aspecto ainda não encontrado na bibliografia consultada a respeito das famílias do período.

Outro aspecto diferencial do repasse de bens materiais e imateriais no interior da Família Silveira é o papel adotado pelas mulheres: detentoras e recebedoras de nomes largamente conhecidos, mantenedoras de relações por meio do compadrio, formadoras de novos laços através de seus matrimônios, e elementos essenciais no favorecimento de alguns herdeiros – que eram na realidade, essencialmente, herdeiras.

Infelizmente não foi possível aprofundar o estudo das estratégias engendradas pelos descendentes das irmãs Silveira, especialmente no que se refere àqueles que se envolveram com a produção e o comércio do charque em Pelotas – que era um dos objetivos iniciais da pesquisa aqui apresentada. Ainda assim, acredita-se que ao estudar famílias que vieram a se envolver com tal produção em algum momento de suas trajetórias tenha-se indicado um viés diferenciado ao entendimento da formação da economia e sociedade charqueadoras.

Apesar de todas as modificações e complexificações por que passou o contexto em que os atores estavam inseridos, percebe-se a permanência de alguns elementos fundamentais, como a importância do estabelecimento de relações entre os agentes, da idéia de pertencimento e da existência de uma hierarquia e desigualdade social que configuravam o cerne da sociedade em que viviam. Ao mesmo tempo, percebe-se que as estratégias dessas pessoas não estavam “gravadas na pedra”, e que inventividade, agência e adaptação eram essenciais na manutenção da posição na hierarquia social e, mais do que isso, na própria existência dessa hierarquia.

Fontes Manuscritas:

ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE 2º a 5º Livros de Batismos de Rio Grande.

ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS: 1º Livro de Batismos de São Francisco de Paula, 1º Livro de Casamentos de São Francisco de Paula; 1º Livro de Óbitos de São Francisco de Paula.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário João Duarte Machado. 1829.

Fontes Publicadas:

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Anais**. Vol. 1. Porto Alegre, 1977. Publicado pelo Instituto Estadual do Livro.

BIBLIOTECA RIOGRANDENSE. Devassa Sobre a Entrega da Vila do Rio Grande às Tropas Castelhanas - 1764 -. Rio Grande: Biblioteca Riograndense, 1937.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez & Latino**, volume 5. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/>

CESAR. Guilhermino. **Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: estudo de fontes primárias da história rio-grandense acompanhado de vários textos**. Porto Alegre: EDURGS, 1981. 2ª ed.

DA VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

Lei de Sesmarias, versão para o português actual. Disponível em: http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_docman&Itemid=459. Acessado em 2/12/2011.

NEUMANN, Eduardo & KÜHN, Fábio. Resgate de Fontes Paroquiais - Porto Alegre e Viamão, século XVIII

Ordenações Filipinas, Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/> (Acessado em dezembro de 2011).

Referências:

AGHASSIAN, Michel; GRANDIN, Nicole; MARIE, Alain. Filiação, consanguinidade, alianças matrimoniais. In: AUGÉ, Marc (Org). Os domínios do parentesco. Filiação, aliança matrimonial, residência. Lisboa, edições 70, 2003 (1975).

BARTH, Fredrik. **Nomads of south Persia**: The Basseri Tribe of the Khamseh Confederacy. [sl] Oslo University Press, 1961.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo & BOTELHO, Tarcísio R., Eds. **Linhas e Entrelinhas**: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Da regra às estratégias. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisa Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOUTIER, Jean ; PEROUAS, Louis. L'évolution des prénoms en Limousin du XI^e au XX^e siècle. In: DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth. **Le Prénom, Mode et Histoire**: entretiens de Malher 2 - 1980. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984.

BOXER, Charles R. **A Idade do Ouro do Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal**: família e sociedade (São João del Rei - séculos XVIII e XIX. São Paulo: Anna Blume, 2007.

BURGUIÈRE, André. Prénoms et parenté. In: DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth. **Le Prénom, Mode et Histoire**: entretiens de Malher 2 - 1980. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984.

CARDOSO, Ciro Flamarion & PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. **Os Métodos da História**: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CIPOLLA, Carlo M. **Entre la historia y la economía**: Introducción a la historia económica. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

COMISSOLI, A. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)**. Niterói: UFF, 2006 (Dissertação de Mestrado).

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal Brasileira. In: ARANTES, A. ET AL. **Colcha de Retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. Campinas: Edit. Unicamp, 1994.;

COTA, Francis Albert. O “sistema militar corporativo” na América Portuguesa. In: Actas do Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, 2005.

DUPÂQUIER, Jacques. Introduction. In: DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth. **Le Prénom, Mode et Histoire**: entretiens de Malher 2 - 1980. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Fundamentos da incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao Espaço Português. In: CAMARGO et. al (Org). **Colônia**. Fundo: Méritos, 2006, vol. 1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

FAUVEL, Daniel. Choix des prénoms et tradition familiale. In : DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth. **Le Prénom, Mode et Histoire**: entretiens de Malher 2 - 1980. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984.

FINE, Agnès. Transmission des prénoms et parenté en Pays de Sault, 1740-1940. In: DUPÂQUIER, Jacques ; BIDEAU, Alain ; DUCREUX, Marie-Elizabeth. **Le Prénom, Mode et Histoire**: entretiens de Malher 2 - 1980. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984.

FORTES, Cláudio. Breviário Histórico Genealógico Sul Rio-Grandense. São Paulo: s/e, 1996.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. A Nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do rio de janeiro, século xvii. algumas notas de pesquisa. **Tempo** - Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 8, n.15, p. 11-35, 2003.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: FRAGOSO; ALMEIDA E SAMPAIO (Org.). **Conquistadores e negociantes**. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. In: **TOPOI**, Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, no 5. 2002.

FRAGOSO, João. **Homens de Grossa Aventura**: acumulação e Hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, América do Norte, 1, out. 2002.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto**: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 157.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; e BICALHO, Maria Fernanda B., Uma Leitura do Brasil Colonial: Bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope**. Revista de História e Ciências Sociais. Lisboa, n.º 23 (novembro de 2000): 67-88;

GINZBURG, Carlo. "Ekphrasis e citação". In: GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. O Nome e o Como: troca desigual e mercado historiográfico. In: _____. **A Microhistória e outros ensaios**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.

GODELIER, Maurice. **O Enigma do Dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. Purgando o Pecado Original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. **Escravidão e Invenção da Liberdade**. Estudos Sobre o Negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GUDEMAN, Stephen. Spiritual Relationship and Selecting Godparent In: **Man, New Series** vol. 10. (2). Jun. 1975. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1975

GUDEMAN, Stephen. The *Compadrazgo* as a Reflection of the Natural and Spiritual Person. In: **Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland** vol. 0. (1971). 1971. Royal Anthropological Institute of Great Britain, 1971.

GUTFREID, Ieda. **Historiografia rio-grandense**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

GUTIERREZ, Ester. **Negros, Charqueadas e Olarias. Um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Editora Universitária/UFPel; Livraria Mundial, 1993.

HAMEISTER – Notas sobre a construção de uma “identidade açoriana” na colonização do sul do Brasil aos século XVIII. **Anos 90**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. v. 12, n. 21/22, p.53-101, jan./dez. 2005.

HAMEISTER, Martha D. O ofício de tirar leite de pedras: a relação entre o historiador e a documentação durante uma investigação. In: **XII Encontro Regional de História - Anais Eletrônicos**. Irati: ANPUH Regional - Paraná, 2010.

HAMEISTER, Martha Daisson. . O Uso dos Registros Batismais para o Estudo de Hierarquias Sociais no Período de Vigência da Escravidão. In: **5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2011, Porto Alegre. Programação, 2011.

HAMEISTER, Martha Daisson. **O Continente do Rio Grande de São Pedro**: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. (Dissertação de Mestrado).

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ 2006 (Tese de Doutorado).

HAMEISTER, Martha; GIL, Tiago. Fazer-se elite no extremo-sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO; ALMEIDA E SAMPAIO (Org.). **Conquistadores e negociantes**. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KORTA, Oihane Oliveri. Economía doméstica: una mirada desde las élites guipuzcoanas del siglo XVI. In: IMÍZCOZ, J. M.; KORTA. O. O. **Economía doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen**. Madrid: Sílex, 2010.

KRAGH, Helge. **Introducción a la historia de la ciencia**. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

KÜHN, Fábio. A Prática do dom: Família, dote e sucessão na fronteira da América Portuguesa. **Anais da V Jornada Setecentista**. Curitiba, 26, 28 de novembro de 2003.

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Niterói, PPGHIS – UFF, 2006 (Tese de Doutorado).

KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família**, sociedade e poder no sul da América Portuguesa. Niterói, PPGHIS – UFF, 2006 (Tese de Doutorado).; LANGER, Protasio Paulo. Projetos Civilizatórios e sobrevivência étnica: os Guarani-Missioneiros. (pp. 135-149) In: CAMARGO et. al (Org). **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006, vol. 1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Family and kin: a few thoughts. **Journal of Family History**, v. 15, no 4, 1990.

LEVI, Giovanni. Reciprocidad mediterránea. **Tiempos Modernos**: Revista Electrónica de Historia Moderna, no 7, 2002.

LEVI, Giovanni. Un problema de escala. Relaciones: **Revista de El Colegio de Michoacán**, v. 24, n. 95, 2003.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

MACFARLANE, Alan. **Reconstructing Historical Communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MACHADO, Cacilda. **A Trama das Vontades**: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MAGALHÃES, Mario Osorio. **História do Rio Grande do Sul (1626-1930)**. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2002

MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Editora da UFPel/Livraria Mundial, 1993.

MARCÍLIO, M. L. **Crescimento Demográfico e evolução agrária paulista**. 1700-1836. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar**: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 178-221, 2007.

METCALF, Alida. Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822. Berkeley: University of California Press, 1992.

MONTEIRO, Antonio Sérgio Muggiati. **Laços invisíveis**: o papel da nomeação das crianças na formação de uma identidade cultural na Curitiba setecentista. UFPR, Curitiba, 2009. (Monografia de Conclusão de curso).

MURRA, John. *La Organización Económica del Estado Inca*. México: Siglo XXI, 1978.

NADALIN, Sérgio Odilon. **História e Demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004.

NAZZARI, Muriel. **O Desaparecimento do Dote**: Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

NEIS, Ruben. **Guarda Velha de Viamão**: no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: Escola Superior de Tecnologia de São Lourenço de Brindes/Sulina, 1975.

NEUMANN, Eduardo Santos. A fronteira tripartida: a formação do Continente do Rio Grande – Século XVIII. In: GRIJÓ; et al (Org). Capítulos de história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PAGANI, Edson Moisés. Das armas e dos homens: estudo das sociabilidades dos integrantes das companhias auxiliares de cavalaria da vila de Curitiba (1765-1777). Curitiba, 2011. (Dissertação de Mestrado).

PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento** - o extremo sul da América Portuguesa. Porto Alegre: F.P. Prado, 2002. v. 1000. 230 p.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. **Paróquia de São Pedro do Rio Grande**: estudo de história demográfica (1737-1850). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1992. (Tese de Doutorado).

REICHEL, Heloisa Jochins. Fronteiras no Espaço Platino. In: CAMARGO et. al (Org). **Colônia**. Fundo: Méritos, 2006, vol. 1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

ROJAS, José Luis de. La documentación. In: **La etnohistoria de América**: los indígenas, protagonistas de su história. Buenos Aires: SB, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na Encruzilhada do Império**: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 - c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e Sociedade do Rio grande do Sul**: Século XVIII. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. Importância da Capitania do Rio Grande para o Brasil. In: CAMARGO et. al (Org). **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006, vol. 1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

SCHNAPPER, Dominique. Essai de lecture sociologique. In: DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth. **Le Prénom, Mode et Histoire**: entretiens de Malher 2 - 1980. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi. Cruzamento nominativo a partir de fontes seriadas portuguesas: problemas e desafios. In: **II Seminário de História Quantitativa e Serial**. Belo Horizonte: PUCMinas, 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: T. A. Queiroz/ Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984.

SIMÕES LOPES F., João. **Furtado de Mendonça**: Descendência de Antônio Furtado de Mendonça. Disponível em http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_f_02.htm (acessado em 19/06/2011).

SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago. Bom dia, padrinho: espaço e parentesco na formação de redes entre cativos nos campos de Vacaria, 1778-1810. **Revista Eletrônica de História do Brasil**. Departamento de História e Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, jan-dez de 2008.

VAGAS, Jonas. **Das charqueadas para os cafezais?** O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. In. Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre, 2011.

WINCHESTER, Ian. On referring to ordinary historical persons. In: WRIGLEY, E. A (Org). **Identifying People in the Past**. London: Edward Arnold, 1973.

WRIGLEY, E. A. Introduction. In: WRIGLEY, E. A (Org). **Identifying People in the Past**. London: Edward Arnold, 1973.

ANEXOS:

Apadrinhamentos de Maria Antonia da Silveira					
Nome	Data	Local	Pai	Mãe	Padrinho
Alexandre	17/06/1752	Rio Grande	Manuel de Souza Barros , nat. Ilha de S. Jorge	Córdula Maria , nat Ilha de S. Jorge	Antônio Furtado de Mendonça
Maria	20/02/1757	Rio Grande	Manuel Vieira nat. da Freg.de N.S. da Luz da Ilha de S. Miguel	Mariana Teresa de Santo Antônio nat. da Freg. de S. Salvador da Ilha do Faial	Mateus Inácio da Silveira
Tomásia	16/03/1757	Rio Grande	Manuel José nat. da Freg. da Vila das Velas da Ilha de S. Jorge	Maria de Jesus nat. da Freg. da Vila das Velas da Ilha de S. Jorge	Mateus Inácio da Silveira
Maurícia	01/10/1758	Rio Grande	Francisco Pires Casado	Mariana Eufrásia da Silveira	Manuel Fernandes Vieira
Antônia	28/05/1759	Rio Grande	Antônio Pereira nat. da Freg. de S. João da Feijão da Ovelha	Catarina dos Santos nat. da Freg. de N. ^a S. ^a do Rosário da Vila das Velas	Mateus Inácio da Silveira
Teresa	06/08/1761	Rio Grande	Antônio Pereira nat. da Freg. de S. João da Ilha da Madeira	Catarina dos Santos nat. da Freg. de N. ^a S. ^a do Rosário da Vila das Velas da Ilha de S. Jorge	Mateus Inácio da Silveira
José	06/01/1767	Viamão	José Luis da Cunha , nat. da Freg. de Santo Estevão de Gião, termo de Maia, Bisp. do Porto	Teresa Inácia de Jesus , nat. da Conceição da Ilha do Faial	Sargento-mor José da Silveira Bitencurt

Fonte: AHBGR, 1º, 3º e 4º livros de Batismo do Rio Grande; NEUMANN, Eduardo & KÜHN, Fábio. Resgate de Fontes Paroquiais - Porto Alegre e Viamão, século XVIII: 2º Livro de Batismos de Viamão

Apadrinhamentos de Mateus Inácio da Silveira					
Nome	Data	Local	Pai	Mãe	Madrinha
Maria	20/02/1757	Rio Grande	Manuel Vieira nat. da Freg. de N. ^a S. ^a da Luz da Ilha de S. Miguel	Mariana Teresa de Santo Antônio nat. da Freg. de S. Salvador da Ilha do Faial	Maria Antônia da Silveira
Tomásia	16/03/1757	Rio Grande	Manuel José nat. da Freg. da Vila das Velas da Ilha de S. Jorge,	Maria de Jesus nat. da Freg. da Vila das Velas da Ilha de S. Jorge	Maria Antônia da Silveira
Antônia	28/05/1759	Rio Grande	Antônio Pereira nat. da Freg. de S. João da Feijão da Ovelha	Catarina dos Santos nat. da Freg. de N. ^a S. ^a do Rosário da Vila das Velas	Maria Antônia da Silveira
Teresa	06/08/1761	Rio Grande	Antônio Pereira nat. da Freg. de S. João da Ilha da Madeira	Catarina dos Santos nat. da Freg. de N. ^a S. ^a do Rosário da Vila das Velas da Ilha de S. Jorge	Maria Antônia da Silveira
Maria	26/03/1762	Rio Grande	Inácio Ferreira Ramos nat. da Freg. da Vila da Vitória da Cap. do Espírito Santo	Domingas de S. Mateus nat. de Santo Antônio da Ilha do Pico	Maria Clara solt. filha de João de Souza Rocha
Clara	26/09/1773	Porto Alegre	José de Souza Pacheco , nat. Da Ilha de S. Jorge	Maria Inácia dos Anjos , nat. do Rio Grande de S. Pedro	Francisca Fagundes de Oliveira
Pedro	15/05/1778	Porto Alegre	José Carneiro da Fontoura	Dorotéia Isabel da Silveira	Dona Josefa Bernardina
Maurício	02/07/1785	Porto Alegre	Maurício Inácio da Silveira nat. do Rio Grande de S. Pedro	Maria Joaquina de Sampaio nat. da Ilha de Santa Catarina	Clemência Maria de Jesus

Fonte: AHBGR, 3º e 4º livros de Batismo do Rio Grande; NEUMANN, Eduardo & KÜHN, Fábio. Resgate de Fontes Paroquiais - Porto Alegre e Viamão, século XVIII: 1º Livro Batismos Porto Alegre

Apadrinhamentos de Ana Inácia da Silveira					
Nome	Data	Local	Pai	Mãe	Padrinho
Narciso	9/11/1756	Rio Grande	Domingos de Lima Veiga nat. da Freg. de S. Nicolau da Cidade do Porto	Gertrudes Pais de Araújo nat. da Freg. de N. ^a S. ^a da Ponte da Vila de Sorocaba	Marcial de Lima Veiga
Eugênia	21/11/1756	Rio Grande	Francisco de Lima	Maria Josefa da Conceição ; nat. da Freg. de Santa Lúcia da Ilha do Pico	Manuel Fernandes Vieira
Rosa	11/10/1773	Viamão	pais incógnitos, exposta em casa de Jorge Colaço		Manuel Marcelino Pires
Ana	29/09/1780	Viamão	Antônio José da Cunha	Vicência Maria Joaquina	Cap Tomás Fernandes Novais, (p.p. ao alf Domingos Gomes Ribeiro)

Ana	30/09/1781	Viamão	Bartolomeu Dias nat e bat na freg de S. Gonçalo, bisp da ilha da Madeira	Maria de Araújo da Luz nat e bat nesta matriz de N ^a S ^a da Conceição de Viamão	Manuel Fernandes Vieira
-----	------------	--------	---	--	-------------------------

Fontes: AHBRG, 2º livro de Batismo do Rio Grande; NEUMANN, Eduardo & KÜHN, Fábio. Resgate de Fontes Paroquiais - Porto Alegre e Viamão, século XVIII: 3º Livro de Batismos de Viamão 2º Livro Batismos Rio Grande; 3º Livro Batismos Viamão

Apadrinhamentos de Manuel Fernandes Vieira						
Nome	Data	Local	Pai	Mãe	Madrinha	
Tomásia	26/09/1747	Rio Grande	Zé (sic) da Silva , preto escravo de Francisco Coelho Osório	Luísa da Fonseca escr. de Francisco Coelho Osório	Ana Maria de Carvalho escr. de Francisco Coelho Osório	
Joaquim	10/02/1749	Rio Grande	Não consta	Luzia , Angola, escr. de Domingos Gomes Ribeiro	Rosa Maria da Conceição	
Rosa	27/02/1749	Rio Grande	Não consta	Luzia , crioula escrava da viúva Antônia Maria	Ângela Pereira	
Vicente	30/04/1750	Rio Grande	Não consta	“mulata” Antônia , escr. de Domingos Gomes Ribeiro	Ana Maria, casada	
Eugênia	21/11/1756	Rio Grande	Francisco de Lima	Maria Josefa da Conceição nat. da Freg. de Santa Lúcia da Ilha do Pico	Ana Inácia da Silveira	
Maurícia	01/10/1758	Rio Grande	Francisco Pires Casado	Mariana Eufrásia da Silveira	Maria Antônia da Silveira	
Ana	18/02/1759	Rio Grande	Francisco de Lima naturais da ilha do Pico do Lugar de Lagido	Maria Josefa da Conceição nat. da ilha do Pico do Lugar de Lagido	Vicência Maria da Silveira solt. filha de Manuel Fernandes Vieira	
Vicente	20/05/1771	Viamão	exposto em casa de Gaspar dos Santos			D. Ana Garrete de Moura, c.c. Gaspar dos Santos
Ana	30/09/1781	Viamão	Bartolomeu Dias nat. da freg. de S. Gonçalo, bisp. da ilha da Madeira	Maria de Araújo da Luz nat de Nª Sª da Conceição de Viamão	Ana inácia da Silveira	
José	20/05/1782	Viamão	Antônio José da Cunha	Vicência Maria Joaquina	Joana Margarida da Silveira	

Fonte : AHBRG, 1º a 3º livros de Batismo do Rio Grande; NEUMANN, Eduardo & KÜHN, Fábio. Resgate de Fontes Paroquiais - Porto Alegre e Viamão, século XVIII: 3º Livro Batismos Viamão

Apadrinhamentos de Mariana Eufrásia da Silveira					
Nome	Data	Local	Pai	Mãe	Padrinho
Teresa	22/10/1752	Rio Grande	Não consta	Joana, Angola, escr. de Manuel Fernandes Vieira	Francisco Pires Casado
Clemência	15/08/1756	Rio Grande	Manuel Fernandes Vieira	Ana Inácia da Silveira	Capi. Antônio Lopes da Costa morador na Cidade do Rio de Janeiro
Francisco	03/10/1756	Rio Grande	Mateus Inácio da Silveira	Maria Antônia da Silveira	Francisco Pires Casado
Vicente	01/04/1758	Rio Grande	Antônio Vidal de Negreiros , nat. da Ilha do Faial	Maria Inácia nat. da Ilha do Faial	Francisco Pires Casado
Francisco	26/04/1761	Rio Grande	Domingos de Lima Veiga nat. da Freg. de S. Nicolau da Cidade do Porto	Gertrudes Pais de Araújo nat. da Freg. de N. ^a S. ^a da Ponte da Vila de Sorocaba	Francisco Pires Casado
Francisco	15/02/1765	Viamão	Francisco de Leme nat. da Freg. do Espírito Santo lugar da Feiteira do Faial, Bispado de Angra	Gertrudes de Jesus nat. do Rio Grande de S. Pedro	Francisco Pires Casado
José	22/01/1766	Viamão	José Francisco da Silveira Casado nat. da Freg. de Santa Luzia da Ilha do Pico, Bispado de Angra	D. Bibiana Josefa do Canto nat. da Ilha do Corvo, Bispado de Angra	Antônio Luis de Escovar e (p.p. a Manuel Bento da Rocha)
Mariana	26/07/1766	Viamão	Alferes Manuel Barbosa de Menezes nat. da Freg. de Campanhã, Bisp. do Porto	Maria do Ó nat. de Rio Grande de S. Pedro	Francisco Pires Casado
Francisca	[corroído]/06/1769	Viamão	Bartolomeu da Silveira	Antônia de S. Francisco	Francisco Pires Casado
Mariana	10/08/1769	Viamão	Antônio da Silveira Borges	Josefa Maria [corroído]	Francisco Pires Casado

Francisco	24/08/1771	Viamão	Manuel de Souza	Inês de S. José	Francisco Pires Casado
Francisco	24/08/1780	Viamão	Faustino Luís nat da freg de N. ^a S. ^a da Guadalupe bisp da ilha Terceira	Maria de Jesus , já defunta nat da freg de Santa Bárbara bisp da ilha Terceira	Francisco Pires Casado
Mariana	06/09/1882	Rio Grande	Inácio Antônio da Silveira	Maurícia Inácia da Silveira	Francisco Pires Casado
Francisca	26/12/1782	Rio Grande	Manuel Rabelo de Paiva	Rosália Francisca da Silveira	Pd. Pedro Pires da Silveira

Fonte : AHBRG, 1º a 5º livros de Batismo do Rio Grande; NEUMANN, Eduardo & KÜHN, Fábio. Resgate de Fontes Paroquiais - Porto Alegre e Viamão, século XVIII, 2º e 3º Livros de Batismos de Viamão.

Apadrinhamentos de Francisco Pires Casado					
Nome	Data	Local	Pai	Mãe	Madrinha
Teresa	22/10/1752	Rio Grande	Não consta	Joana Angola, escr. de Manuel Fernandes Vieira	Mariana Eufrásia da Silveira
Maria	14/05/1756	Rio Grande	Manuel Silveira Gualarte nat. da Freg. de Nossa da Graça da Ilha do Faial	Maria Teresa nat. da Freg. de N. ^a S. ^a da Ajuda de Pero Miguel da Ilha do Faial	“foi batizada em casa por Francisco Pires Casado em necessidade”
Francisco	03/10/1756	Rio Grande	Mateus Inácio da Silveira	Maria Antônia da Silveira	Mariana Eufrásia da Silveira
Brizida	25/12/1756	Rio Grande	Não consta	Rosa crioula nat. do Rio de Janeiro escr. do Alf. Francisco Lopes de Souza	Laureana de Santo Antônio
Vicente	01/04/1758	Rio Grande	Antônio Vidal de Negreiros, nat. da Ilha do Faial	Maria Inácia nat. da Ilha do Faial	Maria Eufrásia da Silveira
Josefa	16/12/1759	Rio Grande	Antônio Silveira Lourenço nat. da Freg. de N. ^a S. ^a do Rosário da Vila Nova do Topo da Ilha de S. Jorge	Maria de Souza nat. da Freg. de N. ^a S. ^a do Rosário da Vila Nova do Topo da Ilha de S. Jorge	Não consta
Francisco	26/04/1761	Rio Grande	Domingos de Lima Veiga nat. da Freg. de S. Nicolau da Cidade do Porto	Gertrudes Pais de Araújo nat. da Freg. de N. ^a S. ^a da Ponte da Vila de Sorocaba Bispado de S. Paulo	Mariana Eufrásia da Silveira
Rosália	20/09/1761	Rio Grande	Manuel Ferreira Porto nat. do Bispado do Porto	Antônia de Jesus nat. do Rio de Janeiro	Rosália filha do dito, solteira
Francisco	16/03/1762	Rio Grande	Antônio Silveira Lourenço N. ^a S. ^a do Rosário da Vila Nova do Topo da Ilha de S. Jorge	Maria de Souza , nat. N. ^a S. ^a do Rosário da Vila Nova do Topo da Ilha de S. Jorge	Maurícia solteira filha do dito
Eufrásia	04/01/1763	Rio Grande	Domingos Martins Esteves nat. da Freg. da Cidadelha Bispado de Lamego	Maria das Candeias nat. da Ilha de S. Jorge	Não consta
Francisco	15/02/1765	Viamão	Francisco de Leme ele nat. da Freg. do Espírito Santo lugar da Feiteira do Faial, Bispado de Angra	Gertrudes de Jesus nat. do Rio Grande de S. Pedro	Mariana Eufrásia da Silveira
Maria	22/08/1765	Viamão	José Vieira de Brito nat. da Freg. de S. Mateus da Ilha Terceira	Joana Rosa nat. da Freg. de S. Miguel Arcanjo da Terceira	Não consta
Mariana	26/07/1766	Viamão	Alf. Manuel Barbosa de Menezes nat. e da Freg. de Campanhã, Bispado do Porto	Maria do Ó nat. da matriz do Rio Grande de S. Pedro.	Mariana Eufrásia da Silveira
Francisca	[corroído]/06/1769	Viamão	Bartolomeu da Silveira	Antônia de S. Francisco	Mariana Eufrásia da Silva
Mariana	10/08/1769	Viamão	Antônio da Silveira Borges nat. da Freg. de Santa Luzia de Castelo Branco, Ilha do Faial	Josefa Maria nat. da Freg. de Santa Bárbara, Ilha do Faial	Mariana da Silveira
Anastácio	29/04/1770	Viamão	Manuel Gomes Porto nat da cidade do Porto	Teresa Antunes Maciel nat da freg de Viamão	Isabel dos Santos Robalo, c.c. Miguel Brás
Francisco	24/08/1771	Viamão	Manuel de Souza	Inês de S. José	D. Mariana Eufrásia da Silveira
João	18/09/1775	Viamão	Antônio Fernandes da Fonseca nat. da vila de Parnaíba, bisp de S. Paulo	Brígida Maria de Jesus nat e bat na freg do Rio Grande de S. Pedro	“pad Antônio Guedes da Silva e cap Francisco Pires Casado”
Domingos	28/11/1775	Viamão	André Pereira Maciel nat da freg de S. Sebastião de Daroque, bisp de Braga	Mariana de Torres Quintanilha nat da ilha de Santa Catarina	N. ^a S. ^a da Conceição

Laureana	08/06/1777	Viamão	Simão Pereira da Luz nat. da cidade de S. Paulo	Catarina Bernarda de Jesus nat de Rio Grande de S. Pedro	Francisco Pires Casado e o cap Pedro Telmo de Lima
Cândido	16/02/1779	Viamão	Brigido Rodrigues nat. de Viamão	Francisca dos Santos nat. de Viamão	Não consta
Francisco	24/08/1780	Viamão	Faustino Luís nat da freg de N. ^a S. ^a da Guadalupe da ilha Terceira	Maria de Jesus , já defunta nat da freg de Santa Bárbara da ilha Terceira	Mariana Eufrásia da Silveira
Mariana	6/09/1882	Rio Grande	Inácio Antônio da Silveira	Maurícia Inácia da Silveira	Mariana Eufrásia da Silveira
José	25/04/1785	Rio Grande	Inácio Antônio da Silveira	Maurícia Inácia da Silveira	Joaquina Pires da Silveira [filha de Francisco Pires Casado]
José	26/04/1785	Rio Grande	Manuel Rabelo de Paiva	Rosália Francisca da Silveira	Francisca Pires da Silveira [filha de Francisco Pires Casado]

1º l. bat RG; 2º Livro Batismos Rio Grande; 3º Livro de Batismos de Rio Grande; 4º Livro de Batismo do Rio Grande; 2º Livro de Batismos de Viamão; 3º Livro Batismos Viamão

Apadrinhamentos Isabel Francisca da Silveira					
Nome	Data	Local	Pai	Mãe	Padrinho
Eugênia	26/02/1758	Rio Grande	Tomé Machado Ourique , nat. da Freg. de S. Pedro da Ilha Terceira	Maria de Jesus nat. da Freg. de S. Pedro da Ilha Terceira	João da Cunha Valle
Ana	13/05/1758	Rio Grande	João Pereira Duarte nat. da Freg. de Santa Catarina de Castelo Branco da Ilha do Faial	Ana de Medeiros nat. da Freg. de N. ^a S. ^a da Conceição de Marapeçu do Rio de Janeiro	Manuel Bento da Rocha
Mário	07/03/1759	Rio Grande	João da Cunha Pereira nat. da Freg. de N. ^a S. ^a do Rosário da Vila das Velas, da ilha de S. Jorge	Maria de Souza nat. da Freg. de N. ^a S. ^a do Rosário da Vila das Velas, da ilha de S. Jorge	Manuel Bento da Rocha
Isabel	20/03/1759	Rio Grande	Manuel Antônio de Bitencourt nat. da Vila da Praia da ilha da Graciosa	Mariana de Bitencourt nat. da Vila de Santa Cruz da ilha da Graciosa	Manuel Bento da Rocha
Manuel	26/01/1760	Rio Grande	João Pereira Duarte nat. da Freg. de Santa Catarina de Castelo Branco da Ilha do Faial	Dona Ana de Medeiros nat. da Freg. de N. ^a S. ^a da Cocneição de Marapeçu do Bispado do Rio de Janeiro	Manuel Bento da Rocha
Manuel	17/02/1760	Rio Grande	Francisco Pires Casado	Mariana Eufrásia da Silveira	Manuel Bento da Rocha
André	22/02/1761	Rio Grande	Manuel José naturais da Freg. de N. ^a S. ^a do Rosário da Vila das Velas	Antônia Maria de Jesus naturais da Freg. de N. ^a S. ^a do Rosário da Vila das Velas	Manuel Bento da Rocha
Maurício	07/03/1762	Rio Grande	Mateus Inácio da Silveira	Maria Antônia da Silveira	Capitão-mor Francisco Coelho Osório
João	26/12/1764	Viamão	Antônio Nunes Leite nat. da Freg. dos Reis Magos da Capitania do Espírito Santo, Bispado do Rio de Janeiro	Francisca Fagundes nat. da cidade de Mariana, Bispado das Minas	Manuel Bento da Rocha
Ana	27/01/1765	Viamão	Manuel Fernandes Vieira	Ana Inácia da Silveira	o Governador do Continente, o coronel Custódio de Sá e Faria
Inácio	17/03/1765	Viamão	Mateus Inácio da Silveira	Maria Antônia da Silveira	Manuel Bento da Rocha
Isabel	23/07/1765	Viamão	José da Costa Luiz nat. da Freg. de N. ^a S. ^a da Conceição do Lugar de Arraiolos, Bispado de Lamego	Inocência Francisca Pereira nat. do Rio Grande de S. Pedro, Bispado do Rio de Janeiro	Manuel Bento da Rocha
João	11/06/1766	Viamão	José Tomás de Aquino nat. e batizado na Freg. do Corpo Santo, Bispado de Pernambuco	Catarina Isabel nat. e batizada na Freg. de Santa Cruz, Ilha Graciosa, Bispado de Angra	Antônio José de Moura
Florência	18/07/1766	Viamão	José Fernandes Petim nat. e batizado na Freg. de Santa Maria de Abedim, Termo da Vila de Monção [do Mi]nho, Comarca de Valença, Arcebisado de Braga	Clara Barbosa de Menezes nat. e batizada nesta Freg. da Conceição de Viamão, Bispado do Rio de Janeiro	Capitão de Dragões Antônio Pinto Carneiro

Mariana	18/12/1766	Viamão	Francisco Machado	Francisca Xavier	Manuel Bento da Rocha
José	18/12/1766	Viamão	exposto em casa de Manuel Bento da Rocha, batizado <i>subconditione</i> por trazer cédula em que dizia simplesmente tinha sido batizado		Manuel Bento da Rocha
Mariana	23/01/1767	Viamão	Manuel Ferreira Porto nat. e batizado na Freg. de Santa Maria de Águas Santas, Bispado do Porto	Antônia de Jesus nat. e batizada na Freg. de Saquarema, Bispado do Rio de Janeiro	Manuel Bento da Rocha
Joana	07/02/1767	Viamão	Antônio Machado Fagundes nat. e batizado na Freg. de Santa Catarina da Ilha de S. Jorge, Bispado de Angra	Antônia de Jesus nat. e batizada na Freg. de N.ª S.ª de Guadalupe, Ilha da Graciosa, Bispado de Angra	Manuel Bento da Rocha
Isabel	29/03/1767	Viamão	José da Costa Luis	Inocência Francisca Pereira	Manuel Bento da Rocha
Manuel	01/08/1767	Viamão	João de Oliveira	Maria Rosa	Manuel Ben]to da Rocha
Silveria	01/08/1767	Viamão	João de Oliveira	Maria Rosa	José da Silveira
Rogério	30/08/1767	Viamão	Capitão Cláudio Guterres	Gertrudes dos Santos	Manuel Bento da Rocha
José	17/11/1767	Viamão	José Antônio	Luzia Rita da Esperança	Manuel Bento da Rocha
Manuel	22/12/1767	Viamão	alferes Antônio Adolfo	Joana Velosa da Fontoura	Manuel Bento da Rocha
Isabel	16/10/1768	Viamão	José Luis da Cunha	Teresa Inácia de Jesus	Manuel Bento da Rocha
Ana	27/11/1768	Viamão	Alferes José Francisco da Silveira Casado	dona Bibiana Josefa do Canto	Manuel Bento da Rocha
José	06/08/1769	Viamão	Manuel da Ressurreição	Inácia Maria de Jesus	Manuel Bento da Rocha
Isabel	31/03/1770	Viamão	Manuel de Marques de Sampaio	Clemência Maria de Jesus	Manuel Bento da Rocha
Maria	09/09/1770	Viamão	Cristóvão Ferreira de Carvalho	Isabel de Jesus	Manuel Bento da Rocha
Luisa	09/09/1770	Viamão	alf José Francisco da Silveira Casado	D. Bibiana Josefa do Canto	Manuel Bento da Rocha
Ana	15/08/1771	Viamão	Antônio José da Cunha	Vicência Maria Joaquina	Manuel Bento da Rocha
Isabel	23/11/1772	Viamão	alf José Francisco da Silveira Casado	D. Bibiana Josefa do Canto	Manuel Bento da Rocha
Manuel	12/12/1772	Viamão	Francisco Antônio Rangel Coelho	Inês Francisca Teodora	Manuel Bento da Rocha
Inácio	14/06/1773	Viamão	Francisco Pires Casado	Maria Eufrásia da Silveira	Manuel Bento da Rocha
Isabel	09/01/1774	Viamão	José Gomes Jardim	Helena Rosa de Jesus	Manuel Bento da Rocha
Isabel	11/09/1774	Viamão	Manuel Alves de Souza	Páscoa Gomes	Manuel Bento da Rocha
Manuel	11/04/1776	Porto Alegre	Luís Garcia nat. da freg de Braga	Rita Leonarda nat. da Ilha Terceira	Manuel Bento da Rocha
José	27/10/1776	Porto Alegre	Manuel José Pereira Cardinal nat. Santo Adrião, bisp. de Penafiel de Sousa	Rosaura Francisca Pereira de Figueiredo nat. do Rio Grande de S. Pedro	Manuel Bento da Rocha
Joaquim	02/03/1778	Porto Alegre	Antônio da Cunha nat. da freg de Merles [será Melres?], bisp do Porto	Ana Maria nat. da ilha de S. Jorge	Manuel Bento da Rocha
Joaquim	15/03/1778	Porto Alegre	Manuel José Pereira Cardinal nat. da freg de Stº Adrião de Duas Igrejas, bisp de Penafiel	Rosaura Francisca Pereira de Figueiredo nat. de Rio Grande	Manuel Bento da Rocha
Antônio	31/05/1778	Porto Alegre	Manuel Marques de Sampaio	Clemência Maria de Jesus	Manuel Bento da Rocha
Isabel	23/11/1781	Porto Alegre	Belchior Cardoso Osório nat. de São Pedro do Rio Grande	Inácia Joaquina de Jesus nat. Viamão	Manuel Bento da Rocha
Clara	03/02/1782	Rio Grande	Alexandre Inácio da Silveira	Clara Joaquina da Silveira	Manuel Bento da Rocha
Pelágia	06/05/1782	Porto Alegre	sargento-mor Manuel dos Santos Pereira	Isabel Luísa da Silva	Manuel Bento da Rocha
Manuel	17/09/1782	Porto	Henrique Xavier	Mariana do Espírito Santo	Manuel Bento da

		Alegre			Rocha
Francisco	06/01/1783	Viamão	José Carneiro da Fontoura	Dorotéia Francisca da Silveira	Manuel Bento da Rocha
Francisca	28/05/1784	Viamão	Antônio Gonçalves Meireles	Mariana Francisca	Manuel Bento da Rocha
Eleutério	03/06/1789	Viamão	Domingos Velho da Silva nat. da cidade do Porto	Rosa Angélica da Silva nat. e bat. na freg. do Desterro da Ilha de Santa Catarina	Manuel Bento da Rocha
Francisca	04/01/1789	Viamão	Antônio José Pinto naturais e batizados da freg. de Viamão	Gertrudes Eugênia Gomes de Lima naturais e batizados da freg. de Viamão	Manuel Bento da Rocha
Eleutério	03/06/1789	Viamão	Domingos Velho da Silva nat. da cidade do Porto	Rosa Angélica da Silva ela nat. e bat. na freg. do Desterro da Ilha de Santa Catarina	Manuel Bento da Rocha
Francisco	12/10/1796	Viamão	Manuel Marcelino Pires	Margarida Gomes de Lima	Não consta

3º Livro de Batismos de Rio Grande; 2º Livro de Batismos de Viamão; 3º Livro Batismos Viamão; 4º Livro Batismos Viamão; 1º Livro Batismos Porto Alegre

Apadrinhamentos Manuel Bento da Rocha					
Nome	Data	Local	Pai	Mãe	Madrinha
Ana	13/05/1758	Rio Grande	João Pereira Duarte nat. da Freg. de Santa Catarina de Castelo Branco da Ilha do Faial	Ana de Medeiros nat. da Freg. de N.ª S.ª da Conceição de Marapeçu do Rio de Janeiro	Isabel Francisca da Silveira
Mário	07/03/1759	Rio Grande	João da Cunha Pereira nat. da Freg. de N.ª S.ª do Rosário da Vila das Velas, da ilha de S. Jorge	Maria de Souza nat. da Freg. de N.ª S.ª do Rosário da Vila das Velas, da ilha de S. Jorge	Isabel Francisca da Silveira
Isabel	20/03/1759	Rio Grande	Manuel Antônio de Bitencourt nat. da Vila da Praia da ilha da Graciosa	Mariana de Bitencourt nat. da Vila de Santa Cruz da ilha da Graciosa	Isabel Francisca da Silveira
Manuel	06/01/1760	Rio Grande	João Pereira Duarte nat. da Freg. de Santa Catarina de Castelo Branco da Ilha do Faial	D. Ana de Medeiros nat. da Freg. de N.ª S.ª da Cocneição de Marapeçu do Bispado do Rio de Janeiro	Isabel Francisca da Silveira
Manuel	17/02/1760	Rio Grande	Francisco Pires Casado	Mariana Eufrásia da Silveira	Isabel Francisca da Silveira
Dorotéia	17/02/1760	Rio Grande	Mateus Inácio da Silveira	Maria Antônia da Silveira	Joana Francisca da Silveira
André	2/12/1961	Rio Grande	Manuel José nat. da Freg. de N.ª S.ª do Rosário da Vila das Velas	Antônia Maria de Jesus nat. da Freg. de N.ª S.ª do Rosário da Vila das Velas	Isabel Francisca da Silveira
João	26/12/1764	Viamão	Antônio Nunes Leite nat. da Freg. dos Reis Magos da Capitania do Espírito Santo, Bispado do Rio de Janeiro	Francisca Fagundes nat. da cidade de Mariana, Bispado das Minas	Isabel Francisca da Silveira
Isabel	23/07/1765	Viamão	José da Costa Luiz	Inocência Francisca Pereira	Isabel Francisca da Silveira
José	22/01/1766	Viamão	José Francisco da Silveira Casado	D. Bibiana Josefa do Canto	Maria Eufrásia da Silveira
Angélica	26/01/1766	Viamão	Antônio da Terra nat. da Vila de A[corroído]ta, Ilha do Faial, Freg. de N.ª S.ª da Ajuda	Catarina Josefa nat. da mesma Vila e Ilha, e da Freg. do Senhor Santo Cristo	Joaquina Marques
Inácio	17/03/1765	Viamão	Mateus Inácio da Silveira	Maria Antônia da Silveira	Isabel Francisca da Silveira
Mariana	18/12/1766	Viamão	Francisco Machado	[Francisca] Xavier	Isabel Francisca da Silveira
José	18/12/1766	Viamão	exposto em casa de Manuel Bento da Rocha, batizado <i>subconditio</i> ne por trazer cédula em que dizia simplesmente tinha sido batizado”		Isabel Francisca da Silveira
Mariana	23/01/1767	Viamão	Manuel Ferreira Porto nat. da Freg. de Santa Maria de Águas Santas, Bispado do Porto	Antônia de Jesus nat. da Freg. de Saquarema, Bisp. do Rio de Janeiro	Mariana Eufrásia Silveira
Joana	07/02/1767	Viamão	Antônio Machado Fagundes nat. da Freg. de Santa Catarina da Ilha de S. Jorge, Bispado de Angra	Antônia de Jesus nat. da Freg. de N.ª S.ª de Guadalupe, Ilha da Graciosa, Bispado de Angra	Isabel Francisca da Silveira
Isabel	29/03/1767	Viamão	José da Costa Luis	Inocência Francisca Pereira	Isabel Francisca da

					Silveir
Manuel	01/08/1767	Viamão	João de Oliveira	Maria Rosa	Isabel Francisca da Silveira
Rogério	30/08/1767	Viamão	Capitão Cláudio Guterres	Gertrudes dos Santos	Isabel Francisca da Silveira
José	17/11/1767	Viamão	José Antônio	Luzia Rita da Esperança	Isabel Francisca da Silveira
Manuel	22/12/1767	Viamão	alferes Antônio Adolfo	Joana Velosa da Fontoura	Isabel Francisca da Silveira
Isabel	16/10/1768	Viamão	José Luis da Cunha	Teresa Inácia de Jesus	Isabel Francisca da Silveira
Ana	27/11/1768	Viamão	Alferes José Francisco da Silveira Casado	D. Bibiana Josefa do Canto	Isabel Francisca da Silveira
Manuel	11/06/1769	Viamão	Francisco Pereira de Macedo	Ana Be[corroído]nar[corroído] de Jesus	Teresa de Jesus
Escolástica	04/08/1769	Viamão	Luis Poderoso Navarro de Moraes	Clara dos Santos	N.ª S.ª
José	06/08/1769	Viamão	Manuel da [Ressurreição]	Inácia Maria de Jesus	Isabel Francisca da Silveira
Francisca	15/10/1769	Viamão	Manuel Antônio da Fonseca	Josefa da Conceição	Não consta
Isabel	31/03/1770	Viamão	Manuel Marques de Sampaio	Clemência Maria de Jesus	Isabel Francisca da Silveira
Maria	09/09/1770	Viamão	Cristóvão Ferreira de Carvalho nat. da freg. de Santo Antônio da ilha da Madeira, da cidade de Funchal	Isabel de Jesus nat. da ilha de S. Jorge, bisp. de Angra	Isabel Francisca da Silveira
Luisa	09/09/1770	Viamão	alf José Francisco da Silveira Casado	D. Bibiana Josefa do Canto	Isabel Francisca da Silveira
Ana	15/08/1771	Viamão	Antônio José da Cunha	Vicência Maria Joaquina	Isabel Francisca da Silveira
Manuel	24/11/1771	Viamão	Inácio José de Souza	Tomásia Joaquina de Ataíde	Ana Maria de Lima
Isabel	23/11/1772	Viamão	alf José Francisco da Silveira Casado	D. Bibiana Josefa do Canto	Isabel Francisca da Silveira
Manuel	12/12/1772	Viamão	Francisco Antônio Rangel Coelho	Inês Francisca Teodora	Isabel Francisca da Silveira
Inácio	14/06/1773	Viamão	Francisco Pires Casado	Maria Eufrásia da Silveira	Isabel Francisca da Silveira
Rosa	11/10/1773	Viamão	exposta em casa de Jorge Colaço		Ana Inácia da Silveira
Isabel	09/01/1774	Viamão	José Gomes Jardim	Helena Rosa de Jesus	Isabel Francisca da Silveira
Isabel	11/09/1774	Viamão	Manuel Al[ves] de Souza nat. do Rio Grande	Páscoa Gomes nat. do Rio Grande	
Manuel	11/04/1776	Porto Alegre	Luís Garcia nat. da freg de Braga	Rita Leonarda nat. da Ilha Terceira	Isabel Francisca da Silveira
José	27/10/1776	Porto Alegre	Manuel José Pereira Cardinal nat. de Santo Adrião, bisp. de Penafiel de Sousa	Rosaura Francisca Pereira de Figueiredo nat. do Rio Grande de S. Pedro	Isabel Francisca da Silveira
Joaquim	02/03/1778	Porto Alegre	Antônio da Cunha nat. da freg de Merles [será Melres?], bisp do Porto	Ana Maria nat. da ilha de S. Jorge	Isabel Francisca da Silveira
Joaquim	15/03/1778	Porto Alegre	Manuel José Pereira Cardinal	Rosaura Francisca Pereira de Figueiredo	Isabel Francisca da Silveira
Antônio	31/05/1778	Porto Alegre	Manuel Marques de Sampaio nat. da freg de Santiago da vila de Estremoz, bisp de Évora	Clemência Maria de Jesus nat. da freg de N.ª Sr.ª do Desterro, S. Catarina;	Isabel Francisca da Silveira
Isabel	23/11/1781	Porto Alegre	Belchior Cardoso Osório	Inácia Joaquina de Jesus	Isabel Francisca da Silveira
Pelágia	06/05/1782	Porto Alegre	Sarg. Mor Manuel dos Santos Pereira nat. da Colônia do Sacramento	Isabel Luísa da Silva nat.. da Colônia do Sacramento	Isabel Francisca da Silveira
Manuel	17/09/1782	Porto Alegre	Henrique Xavier	Mariana do Espírito Santo	Isabel Francisca da Silveira
Joaquina	29/07/1782	Porto Alegre	Não consta	Joana , preta; escs de Francisco Furtado	Não consta
Francisca	28/05/1783	Porto	Antônio Gonçalves Meireles	Mariana Francisca	Isabel Francisca da

		Alegre			Silveira
Dorotéia	10/11/1783	Porto Alegre	exposta na casa do capitão-mor Manuel Bento da Rocha		dona Luísa Josefa Bittencourt, solteira
Francisco	06/01/1783	Viamão	José Carneiro da Fontoura	Dorotéia Francisca	Isabel Francisca da [Silveira]
Eleutério	03/06/1789	Viamão	Domingos Velho da Silva	Rosa Angélica da Silva	Isabel Francisca da Silveira
Francisca	04/01/1789	Viamão	Antônio José Pinto	Gertrudes Eugênia Gomes de Lima [filha de Domingos Gomes Ribeiro]	Isabel Francisca da Silveira

3º Livro de Batismos de Rio Grande; 4º Livro de Batismo do Rio Grande; 1º Livro de Batismo do Estreito; 2º Livro de Batismos de Viamão; 1º Livro de Batismos de Escravos de Porto Alegre.

Apadrinhamentos Joana Margarida da Silveira					
Nome	Data	Local	Pai	Mãe	Padrinho
Rosália	12/01/1755	Rio Grande	Francisco Pires Casado	Mariana Eufrásia da Silveira	Francisco Antônio da Silveira
Dorotéia	17/02/1760	Rio Grande	Mateus Inácio da Silveira	Maria Antônia da Silveira	Manuel Bento da Rocha
Joana	20/10/1767	Viamão	Alberto Soares [Henri]ques	Leonarda Francisca de Jesus[?];	Antônio Moreira da Cruz
Joana	17/06/1769	Viamão	Francisco Machado moradores na chácara de Manuel Bento da Rocha	Francisca Xavier	Antônio Moreira da Cruz
Joana	18/02/1775	Viamão	Francisco Pires Casado	Mariana Eufrásia da Silveira	padre Pires da Silveira
Joana	25/06/1780	Viamão	Manuel da Cunha Freitas	Maria do Rosário	Domingos Gomes Ribeiro
Francisco	25/03/1781	Viamão	Gregório Machado nat. da freg. de Santiago da Ribeira Seca, ilha de S. Jorge	Maria Inácia nat. da vila de Rio Grande de S. Pedro	Domingos Gomes Ribeiro
Ana	02/11/1784	Viamão	Manuel Teixeira Afonso	Rosa do Nascimento	Domingos Gomes Ribeiro
Bernardo	29/08/1786	Viamão	Manuel Inácio Rodrigues	Escolástica Joaquina de Menezes	Domingos Gomes Ribeiro
João	[Corr.]/09/1786	Viamão	Manuel Teixeira Afonso nat. da freg. do Bom Jesus da Ilha de S. Miguel bisp. de Angra	Rosa do Nascimento nat. da matriz do Rio Grande de S. Pedro	Domingos Gomes Ribeiro
Joana	11/08/1787	Viamão	Cristóvão da Cunha	Genoveva de Jesus	Domingos Gomes Ribeiro
Domingos	19/05/1788	Viamão	Francisco Pereira Viana	Maria Dorotéia de Figueiredo	Domingos Gomes Ribeiro
Maria	26/07/1790	Viamão	Antônio José Pinto	Gertrudes Eugênia Gomes de Lima [filha de Domingos Gomes Ribeiro]	o avô materno Domingos Gomes Ribeiro

2º l. bat. RG; 4º Livro de Batismo do Rio Grande; 2º Livro de Batismos de Viamão; 3º Livro Batismos Viamão; 4º Livro Batismos Viamão

Apadrinhamentos Antônio Moreira da Cruz					
Nome	Data	Local	Pai	Mãe	Madrinha
Joaquina	25/03/1762	Rio Grande	pai incógnito	Suzana preta solt. nação Angola escr. de João Antônio Fernandes	Teresa Rosa de Jesus solt. filha de João Antônio Fernandes
Ana	26/07/1762	Rio Grande	pai incógnito	Luísa da Conceição , parda forra, viúva de José dos Santos	Não consta
Francisca	16/10/1762	Rio Grande	Francisco Vieira Neto nat. da Freg. do Cabo da Praia da Ilha Terceira	Antônia Maria nat. desta Vila	Não consta
Teodoro	14/01/1765	Viamão	José Pereira nat. da Freg. da Candelária da cidade do Rio de Janeiro	Maria de Nazaré nat. da Freg. de Nazaré de Saquarema	Catarina Maria da Conceição
Joana	20/10/1767	Viamão	Alberto Soares [Henri]ques	Leonarda Francisca de Jesus	Joana Margarida da Silveira
Isabel	03/02/1769	Viamão	Francisco Pires Casado	Mariana Eufrásia	Damasia da Silva
Joana	17/06/1769	Viamão	Francisco Machado	Francisca Xavier	Joana Margarida da

			moradores na chácara de Manuel Bento da Rocha		Silveira
--	--	--	--	--	----------

4º Livro de Batismo do Rio Grande; 2º Livro de Batismos de Viamão

Apadrinhamentos de Domingos Gomes Ribeiro					
Nome	Data	Local	Pai	Mãe	Madrinha
Violante	01/11/1760	Rio Grande	Gregório Gonçalves nat. da freg. de Santa Catarina de Castelo Branco da Ilha do Faial	Josefa Maria nat. da Freg. de Santa Bárbara dos Cedros da Ilha do Faial	Dona Antônia de Moraes Garcês mulher do Sarg. Mor Domingos Gomes Ribeiro
Luciana	04/02/1761	Rio Grande	Pai incógnito	Florinda mulata forra	Josefa Maria mulher de Gregório Gonçalves
Ana	24/03/1770	Viamão	Constantino José Rodrigues de Lima nat. da freg. de Rio Grande	Maria da Conceição nat. da freg. de N ^a S ^a da Conceição de [Pouso Alto], bisp. de Mariana	Ana Maria Rodrigues de Lima, cas;
Vicente	06/05/1770	Viamão	Francisco Martins Sebastião da freg. de Santo Antônio, arcebis. de Braga	Maria Josefa nat da freg de S. Sebastião, da ilha Terceira, bisp de Angra	Gertrudes de Lima Bento, mer de João Pereira Meneses
Ana	30/07/1770	Viamão	Tomás Luís nat. das ilhas, bisp de Angra	Maria de Jesus nat. das ilhas, bisp. de Angra	Marta de Jesus
Maria	30/05/1774	Viamão	João Antônio da Costa nat. da ilha do Faial	Joana Maria de Jesus nat. de Viamão	Maria de Lima
Felipe	12/06/1774	Viamão	José Mariano [Rodrigues Soares] nat da igreja de Buenos Aires	Maria André Palacios nat de Buenos Aires	Maria de Lima
Teresa	26/06/1774	Viamão	Vicente Ferreira Alves nat da freg de Cotia, bisp de S. Paulo	Domingas Fernandes nat da freg de Viamão	N ^a S ^a da Conceição
Francisco	29/12/1774	Viamão	licenciado Bernardo José Ferreira nat da freg de S. João, lugar da Póvoa, bisp de Lamego	Bárbara Isabel de Santa Rosa nat do Rio Grande	Maria de Lima
Maria Genoveva	03/01/1775	Viamão	Faustino Luís nat da freg de N ^a S ^a de Guadalupe, ilha Terceira	Márcia da Conceição nat da freg de Santa Bárbara, da mesma ilha Terceira	Inácia de Jesus
Maria	03/09/1775	Viamão	Isidoro Pinto de Camargo nat. da freg de S. Miguel, bisp de S. Paulo	Maria Francisca Pimentel nat da freg de N ^a S ^a do Desterro da ilha de Santa Catarina	N ^a S ^a da Conceição
Jerônima	24/06/1777	Viamão	Inácio Quintanilha nat da ilha de Santa Catarina	Maria Teresa nat da freg de N ^a S ^a da Conceição de Viamão	[também padrinho] André Pereira Maciel
Joana	25/06/1780	Viamão	Manuel da Cunha Freitas nat. da freg de Santo Amaro da ilha de S. Jorge, bisp da ilha Terceira	Maria do Rosário nat. da freg de Santo Amaro da ilha de S. Jorge, bisp da ilha Terceira	Joana Margarida
Francisco	25/03/1781	Viamão	Gregório Machado	Maria Inácia	Joana Margarida da Silveira
Ana	02/11/1784	Viamão	Manuel Teixeira Afonso nat. e bat. na freg. de Senhor Bom Jesus da Ilha de S. Migue	Rosa do Nascimento . e bat. na freg. de S. Pedro do Rio Grande do Sul	Joana Margarida da Silveira
Bernardo	29/08/1786	Viamão	Manuel Inácio Rodrigues	Escolástica Joaquina de Menezes	Joana Margarida da Silveira
João	Corr.]09/1786	Viamão	Manuel Teixeira Afonso nat. da freg. do Bom Jesus da Ilha de S. Miguel bisp. de Angra	Rosa do Nascimento nat. do Rio Grande de S. Pedro	Joana Margarida da Silveira
Joana	11/08/1787	Viamão	Cristóvão da Cunha nat. do Rio Grande do Sul	Genoveva de Jesus nat da freg. de N. Sra. do Desterro da Ilha de Santa Catarina	Joana Margarida da Silveira
Domingos	19/05/1788	Viamão	Francisco Pereira Viana nat. da vila de Viana arcebis. de Braga	Maria Dorotéia de Figueiredo nat. de S. Pedro do Rio Grande	Joana Margarida da Silveira
Felicidade	25/03/1790	Viamão	Jacinto Antunes Pinto nat. da freg. de Viamão	Francisca Maria de Jesus nat. da freg. de Viamão	Ana Teresa [avó materna]
Maria	26/07/1790	Viamão	Antônio José Pinto	Gertrudes Eugênia Gomes de Lima [filha de Domingos Gomes Ribeiro]	Joana Margarida da Silveira
Manuel	25/12/1791	Viamão	Manuel Teixeira Afonso nat. da Ilha de S. Miguel	Rosa do Nascimento nat. do Rio Grande de S. Pedro	Isabel Gomes de Lima [filha de Domingos

					Gomes Ribeiro]
Joana	10/08/1793	Viamão	Francisco Pereira Viana	Maria Dorotéia Figueiredo ele nat. da freg. de S. João da Ribeira termo de Viana e arcebis. de Braga	Isabel Francisca da Conceição [filha de Domingos Gomes Ribeiro]
Domingo s	16/02/1796	Viamão	Joaquim Gonçalves Ribeiro nat. da vila de Laguna	Maria Teresa nat. “deste Continente”	não consta madrinha
Domingo s	13/01/1799	Viamão	João Vieira de Aguiar nat. de Santa Catarina	Genoveva Rosa nat. da freg. de Viamão	Isabel Francisca [filha de Domingos Gomes Ribeiro]
Sebastião	20/08/1799	Porto Alegre	Joaquim José de Oliveira nat. da Ilha Grande	Rosa Angélica nat. de Viamão	não consta madrinha
Domingo s	21/08/1799	Porto Alegre	José Xavier Cavalcante pardo forro; nat. de Viamão	Isabel Francisca de Souza parda forra; nat. de Viamão	não consta madrinha

1º l. bat. RG; 4º Livro de Batismo do Rio Grande; 3º Livro Batismos Viamão; 4º Livro Batismos Viamão; 2º Livro Batismos Porto Alegre